



51

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2020

(Página deixada propositadamente em branco)

Revista Portuguesa
de História

(Página deixada propositadamente em branco)

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Revista Portuguesa de História

TOMO LI

Coimbra 2020

Estatuto editorial/Editorial guidelines

A *Revista Portuguesa de História* foi criada em 1941, no âmbito do Instituto António de Vasconcelos, designado, desde 1975, Instituto de História Económica e Social. Está empenhada na divulgação dos resultados da investigação histórica nas áreas da História Portuguesa e Mundial, sob a forma de artigos, resenhas críticas e notícias. Todos os artigos publicados nesta revista anual são objeto de rigorosa arbitragem científica. A RPH segue o Código de ética e Guia de Boas Práticas da Imprensa da Universidade de Coimbra. A RPH está indexada nas seguintes plataformas: Web of Science, Latindex, Scientific Journal Impact, Dialnet, European Reference Index for the Humanities and Social Sciences, Scopus, DOAJ, SherpaRomeo.

The *Revista Portuguesa de História* (*Portuguese Journal of History*) was created in 1941, as a scientific organ of the Instituto António de Vasconcelos, renamed, since 1975, Instituto de História Económica e Social (Institute of Economic and Social History) in the Faculty of Arts of the University of Coimbra. The RPH is strongly committed to spreading the outcomes of historical research in the fields of Portuguese and World History through articles, critical reviews and news. All articles published in this annual journal have undergone a rigorous blind peer review process. The RPH follows the Code of Ethics and Good Practice Guide of the Coimbra University Press. ARPH is indexed in: Web of Science, Latindex, Scientific Journal Impact, Dialnet, European Reference Index for the Humanities and Social Sciences, Scopus, DOAJ, SherpaRomeo.

Antigos diretores Past directors

Torquato de Sousa Soares

Luis Ferrand de Almeida

António de Oliveira

Maria Helena da Cruz Coelho

Diretora Director

Margarida Sobral Neto

Coordenação científica do volume

Scientific coordinator of the volume

Maria Antónia Lopes

Margarida Sobral Neto

Conselho de Redação Redactional Board

Ana Isabel Ribeiro (FLUC)

Irene Maria Vaquinhas (FLUC)

João Paulo Avelãs Nunes (FLUC)

Leontina Ventura (FLUC)

Maria Alegria Marques (FLUC)

Maria Antónia Lopes (FLUC)

Maria José Azevedo Santos (FLUC)

Maria do Rosário Morujão (FLUC)

Saul António Gomes (FLUC)

Conselho Consultivo Advisory Board

Amélia Polónia (U. Porto)

Ángel Vaca Lorenzo (U. Salamanca)

António de Oliveira (FLUC)

Armando Luis de Carvalho Homem (U. Porto)

Eloy Fernández-Clemente (U. Zaragoza)

Fernando Taveira da Fonseca (FLUC)

Filipe Themudo Barata (U. Évora)

Filipe Ribeiro de Meneses (National University of Ireland)

Gaspar Martins Pereira (U. Porto)

Giovanni Chérubini (U. Florença)

Inês Amorim (U. Porto)

Jaime Reis (ICS, Lisboa)

Jean-Marc Moriceau (U. Caen)

João Marinho dos Santos (FLUC)

José Amado Mendes (FLUC)

José Ángel Ladero Quesada (U. Complutense de Madrid)

José Damião Rodrigues (U. Lisboa)

Luis Enriques Bezares (U. Salamanca)

Luis Miguel Duarte (U. Porto)

Márcia Motta (U. Federal Fluminense)

Maria Eugénia Mata (U. Nova de Lisboa)

Maria Helena da Cruz Coelho (FLUC)

Martina de Moor (Institute for History; University of Utrecht)

Patrick J. Geary (UCLA)

Paulo Pinheiro Machado (U. Federal Fluminense)

Pegerto Saavedra (U. Santiago de Compostela)

Pedro Cardim (U. Nova de Lisboa)

Sérgio Campos Matos (U. Lisboa)

Coordenação técnica e administrativa

Technical and administrative coordination

Carla Rosa

Endereço

Revista Portuguesa de História

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Largo da Porta Férrea

3004-530 Coimbra Portugal

<http://www.uc.pt/fluc/ihes/publicacoes/rph>

rphdir@fl.uc.pt

Telefone/Phone (351) 239 859 984

Capa Cover Design

Rodrigo Fonseca

Edição Edition

Imprensa da Universidade de Coimbra

Infografia Infographics

Mickael Silva

Impressão Printing

Depósito Legal n.º 1409/82

ISSN 0870.4147

ISSN digital: 2183-3796

DOI: https://doi.org/10.14195/0870-4147_51

Editorial

Num ano marcado por imprevistos nas nossas vidas pessoais e profissionais resultantes da pandemia COVID19, a publicação, no calendário habitual, do volume 51 da *Revista Portuguesa de História* constitui uma evidência da capacidade de lidarmos com as incertezas, uma dimensão constituinte da evolução da humanidade.

Neste contexto é oportuno lembrar que a RPH resultou de um projeto pensado e concretizado pelos membros da Direção do Instituto de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, nos anos iniciais da segunda Guerra Mundial, tendo o primeiro tomo sido publicado em 1941.

Os historiadores conimbricenses sabiam que a guerra, com os seus efeitos devastadores e desfechos imprevistos, iria ter um fim que não podia adiar a criação de um periódico científico dedicado à divulgação do seu labor académico, sendo ainda um veículo de difusão da historiografia estrangeira, que assumiu nos primeiros números da revista sobretudo a forma de recensões críticas. Com esperança no Futuro, ambicionava-se contribuir para que “a historiografia nacional” conhecesse “novos rumos”.

Idêntica ousadia tinha levado os jovens historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre a criar, no ano trágico de 1929, a Revista *Annales d’Histoire Économique et Sociale*, periódico científico que haveria de revolucionar o campo historiográfico sobretudo em termos de construção de um conhecimento histórico abrangente nas temáticas e nas perspetivas de análise, que se queriam interdisciplinares, e que contribuíssem para o esforço de compreensão dos problemas decorrentes de um mundo em crise.

Apesar dos escritos dos fundadores da RPH, nomeadamente de Torquato de Sousa Soares, evidenciarem o conhecimento dos rumos da investigação e da escrita da História que estavam a ser desbravados pela jovem revista francesa *Annales*, constrangimentos de natureza ideológica impostos pelo Estado Novo haveriam de alinhar a jovem revista portuguesa sobretudo com a *Revue Historique*, criada em 1876, um excelente modelo em termos de metodologia crítica mas de fôlego curto no concernente às temáticas e cronologias circunscritas aos estudos políticos e institucionais de um Passado longínquo, sobretudo medieval, condição considerada necessária para atingir uma objetividade expressa numa descrição dos factos tal como tinham acontecido.

A RPH haveria de sintonizar-se, em pleno, com as novas concepções historiográficas nos anos setenta, tempo em que a investigação histórica académica se passou a desenvolver num ambiente de liberdade de escolha temática influenciada, agora, por gostos, modas, mas também pela necessidade sentida pelos historiadores de contribuir para dar lastro temporal a fenómenos transtemporais, como se evidencia na atualidade no espaço concedido aos historiadores para apresentarem os resultados das suas pesquisas sobre doenças em geral e, em particular, sobre pandemias.

Comemorando-se no ano presente o bicentenário da Revolução Liberal, seria expectável que tivessem chegado a este volume da RPH propostas de publicação de artigos referentes a esta temática. Tal não ocorreu. Como se conclui da simples leitura do índice, os assuntos são muito diversificados refletindo, aparentemente, a fragmentação do campo historiográfico a que assistimos na atualidade.

A análise dos conteúdos dos artigos permite-nos, no entanto, afirmar que carregam um contributo relevante para a historiografia atual, estando em linha com algumas das suas tendências. Começamos por destacar a diversidade historiográfica: ainda que a maioria dos artigos seja de autoria de historiadores portugueses e versando temas de história nacional, o volume 51 da RPH acolhe, com muito gosto, artigos que constituem expressão da historiografia espanhola, italiana e latino-americana, facto que lhe confere uma dimensão de história global, complementada por outros cujo objeto de estudo remete para outras escalas: a nacional e a local.

Em relação às cronologias, situam-se num amplo arco temporal que se inicia no império romano, percorre os tempos medievais e da época moderna, demorando-se numa temporalidade tradicionalmente designada por época contemporânea que percorre os finais do século XIX até ao século XX.

Quanto aos grandes campos temáticos, os estudos situam-se em áreas da agenda historiográfica mais recente, caso dos estudos sobre alimentação, ciência, mulher, vida quotidiana, poder simbólico ou de uma nova história das instituições e organizações que se analisam em articulação com questões económicas.

Num campo historiográfico mais erudito ainda que renovado por novas questões, este volume publica um artigo sobre Diplomática e outro sobre Metrologia.

Em termos da construção historiográfica, importa atender à convergência de vários artigos no que se refere à metodologia da “desconstrução” das fontes, nomeadamente as literárias ou as que veiculam o discurso da imprensa escrita (revistas e jornais) e do texto científico. A demonstração da necessidade da compreensão “em contexto” destas fontes, (onde ecoam algumas influências da

“filosofia da linguagem”) constitui um contributo metodológico/teórico muito relevante nesta revista.

Neste editorial cumpre-me manifestar o nosso contentamento pelo facto de a RPH ter sido integrada na plataforma DOAJ (Directory of Open Access Journals), passando a contar com mais um prestigiado veículo de difusão dos artigos para além da Web of Science, Scopus, ERIHPLUS (European Reference Index for the Humanities and Social Sciences), Latindex, Dialnet, Scientific Journal Impact Factor, SHERPA/ROMEO. Trata-se de mais um fruto resultante do esforço empenhado de várias pessoas e instituições que, ao longo do tempo, deram o seu melhor no sentido de melhorar a qualidade da Revista.

No que se reporta ao atual tomo, cumpre-me, em primeiro lugar, agradecer aos autores dos artigos e das recensões o facto de nos terem proposto a divulgação dos resultados da sua investigação e de adequarem os seus textos às normas da RPH. Em segundo lugar, exprimo a minha gratidão aos historiadores que efetuaram a revisão científica dos artigos e recensões aqui apresentados, bem como de muitos outros que foram propostos para publicação, conferindo à RPH o nível de qualidade exigido pelos padrões internacionais.

Na qualidade de diretora da RPH manifesto ainda o meu reconhecimento a todos aqueles que tornaram possível a edição deste volume. A coordenação de um periódico científico é um labor muito exigente e que requer uma generosa disponibilidade de tempo. Este tomo conta com a colaboração, empenhada e proficiente, na coordenação científica da minha colega Doutora Maria Antónia Lopes a quem manifesto o meu profundo reconhecimento. A coordenação técnica da revista foi feita pela Dr.^a Carla Rosa a quem agradeço o empenhamento, profissionalismo e competência.

Apresento ainda os meus agradecimentos ao Sr. Diretor da FLUC e ao Sr. Diretor do DHEEAA pelo suporte institucional dado à RPH. Ao Sr. Diretor da Imprensa da Universidade de Coimbra agradeço o acolhimento da publicação da RPH, agradecimento extensivo a todos os colaboradores da Imprensa da Universidade de Coimbra que dão o seu melhor no sentido da edição e da divulgação das publicações que têm a seu cargo.

A diretora da Revista

Margarida Sobral Neto

(Página deixada propositadamente em branco)

Nota Introdutória

Após um aturado trabalho de avaliação por pares e de revisão dos textos propostos para publicação à *Revista Portuguesa de História*, publicam-se neste tomo 10 artigos e 8 resenhas críticas, dos quais apresentamos uma breve síntese de conteúdos e de perspectivas de abordagem.

O artigo de Antonio Pio Di Cosmo *Narrare i fatti significanti della vita dell'Impero. Interpretazioni e rappresentazioni letterarie dell'ascesa e della dipartita degli augusti da Costantino a Giuliano* situa-se no campo da biografia política sobre os imperadores romanos, elaborada por panegiristas, bispos e intelectuais. Através de uma perspicaz “desconstrução”, situada em contexto, das narrativas imperiais – metodologia que implicou identificar múltiplas variáveis explicativas para as diferentes “representações” da imagem dos imperadores romanos, nomeadamente os posicionamentos políticos e religiosos dos seus panegiristas ou detratores – o autor carrega um contributo importante no sentido da releitura das figuras emblemáticas do império romano.

Uma das marcas da política imperial nos territórios da romanização foi a instalação de infraestruturas urbanísticas que as escavações arqueológicas têm revelado, sendo o seu uso posterior, nomeadamente na época medieval, atestado por fontes escritas. Maria Amélia Álvaro de Campos no artigo *Higiene pública e privada na Idade Média: contributos e documentos sobre estruturas sanitárias em Coimbra (séculos XII-XV)* apresenta-nos um estudo de caso sobre esta temática suportado em documentação de cariz municipal e judicial que comprova, por um lado, uma das competências das vereações concelhias, tanto na definição de normas referentes ao ordenamento e higiene do espaço urbano, como na resolução judicial de conflitos que resultassem do seu uso. A comprovação histórica da regulação de usos públicos e privados de instalações sanitárias traduz a política dos poderes locais medievais em criar condições de salubridade necessárias para evitar a propagação de doenças. O estudo em análise dá-nos a espessura temporal de um problema que assume nos tempos de hoje grande atualidade, sobretudo no que concerne aos países menos desenvolvidos a braços com uma pandemia.

A história da cidade coimbrã complementa-se e enriquece-se com o estudo de José Luís Barbosa sobre *As finanças da Câmara Municipal de Coimbra nos finais do Antigo Regime (1762-1820) [I]: as receitas*. Através de um tratamento exaustivo da informação registada nos livros de receita do município coimbrão, o autor revela-nos a proveniência, natureza e evolução dos rendimentos auferidos

pela instituição que geria a cidade. A abordagem de cariz fundamentalmente quantitativo, expressa em quadros e gráficos, carrega um contributo fundamental para o conhecimento da história do municipalismo português, em geral, e do município de Coimbra, em particular, num tempo que marca a transição do antigo regime para a sociedade liberal, na medida em que evidencia os constrangimentos do poder concelhio ao desempenho das funções que lhe estavam atribuídas, desde o ordenamento à regulação do abastecimento urbano.

Uma das atividades decorrentes da regulação municipal do abastecimento em bens alimentares, e outros, era o controlo do uso e respetiva aferição dos pesos e das medidas que não eram uniformes no território nacional.

Luís Seabra Lopes no artigo *Os marcos de Colonha e de Tria e a reforma dos Pesos de Dom João II (1487-1488)* acrescenta conhecimento relevante numa área da sua especialidade, a metrologia, relativo aos esforços régios desenvolvidos pelos monarcas que governaram o país nos inícios da modernidade no sentido da uniformização de pesos e de medidas de capacidade.

O reinado de D. João II é apresentado pela historiografia política mais tradicional como um marco na construção do “estado moderno”. A implantação, em Portugal, de uma estrutura burocrático/administrativa centralizada e integrada tem sido, no entanto, um processo muito longo que procura ainda na atualidade os caminhos da eficácia em termos de criação de condições propícias ao desenvolvimento económico e bem estar das populações.

Ana Carina Azevedo publica neste tomo da RPH um contributo para o conhecimento do referido processo situado nos anos finais do Estado Novo no estudo *A caminho da reforma administrativa. O Grupo de Trabalho n.º 14 e a criação do Secretariado da Reforma Administrativa (1965-1969)*. Através da exploração de um núcleo documental “em grande medida inédito”, a autora apresenta o contexto e os agentes institucionais a quem coube definir as linhas orientadoras de um projeto de reforma administrativa articulado com objetivos de desenvolvimento económico e social. Trata-se de uma abordagem que segue as tendências de uma nova história institucional.

O tomo 51 da *Revista Portuguesa de História* integra artigos que, para além da diversidade dos objetos de análise e da cronologia, se situam no campo que poderemos designar da “comunicação histórica e formação da opinião pública” e que carregam um importante contributo para problematizar historicamente o fenómeno da comunicação.

Numa sequência cronológica, recuamos à época medieval. A construção da imagem do poder dos monarcas medievais passava pela concessão de privilégios, sinais da liberalidade régia e de recompensa pelos serviços desempenhados pelos súbditos. Diego Belmonte Fernández no artigo *Privilegios*

rodados em Portugal: memoria de la praxis diplomática castellana en territorio luso analisa 5 documentos à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que constituem expressões da prática diplomática da coroa de Castela. Trata-se de um novo olhar do diplomata, que acrescenta à crítica documental a procura dos símbolos de comunicação do poder expressos em documentos de grande “solenidade” como eram os privilégios rodados.

De um artigo que nos exemplifica os instrumentos de comunicação da magnificência do poder dirigidos a uma elite social, passamos agora à apresentação de um estudo que tem como suporte de análise a imprensa escrita, em particular o *Diário de Notícias*, veículo de difusão de informação e opinião a um público alargado. Trata-se do estudo de Maria João Vaz intitulado *A construção do crime na imprensa (Lisboa, 1892)* que apresenta os resultados do levantamento exaustivo das notícias referentes a criminalidade publicadas ao longo do ano de 1892, informação que foi tratada no sentido de colher dados sobre criminalidade, mas também de apurar, através da desconstrução do texto jornalístico, a criação de representações do crime e dos infratores, contribuindo para a formação e difusão de imaginários sociais assentes na imagem de uma cidade insegura e de práticas criminais quotidianas.

De forma deliberada ou involuntária, a informação contida na imprensa escrita é sempre formadora de opinião pública. Esta circunstância é, no entanto, particularmente evidente nos artigos destinados a cumprir essa função. Beatriz Peralta García, no artigo intitulado *Os pioneiros do artigo de opinião em Portugal. As colunas jornalísticas de Ernesto da Silva (1892-1903)*, analisa o percurso jornalístico de Ernesto da Silva inserindo-o no contexto do jornalismo operário oitocentista. Na tentativa de compreensão da linha de pensamento e de ação de um formador de opinião, a autora invoca confrontos individuais e doutrinários no seio das lideranças do movimento operário, carreando um valioso contributo para o estudo da história da imprensa oitocentista bem como para o conhecimento das ideias e dos projetos políticos que ecoaram nos textos jornalísticos.

A partir do século XIX a imprensa escrita constituiu-se como órgão privilegiado de formação de opinião “revolucionária” dirigida a públicos alargados, caso do operariado oitocentista, mas não descurou o universo privado feminino, lugar em que se insere o artigo de Isabel Drumond Braga intitulado *O Jornal da Mulher (1910-1937): conselhos de economia doméstica e receitas de culinária*. Trata-se de um periódico que para além das 634 receitas publicadas ao longo da sua existência, fonte preciosa de informação para o estudo dos hábitos alimentares e do comportamento à mesa das elites, nos desvenda também a persistência de modelos de funções e papéis femininos,

divergentes aliás dos propostos, e protagonizados, por algumas mulheres que se destacaram no tempo da Primeira República.

Datando de uma cronologia mais recente, e versando uma temática que se insere na área da comunicação em ciência, destacamos o artigo de Márcia Regina Barros da Silva *The History of Science in Latin America in its own terms*, elaborado com base na análise comparativa dos estudos publicados em dois periódicos científicos: o *Quipu*, criado em 1984 pela Sociedade Latino-Americana de História das Ciências e Tecnologia do México e a *Revista Brasileira de História da Ciência*, publicada pela Sociedade Brasileira de História da Ciência. Através de uma análise do conteúdo e das perspetivas de abordagem patentes nos estudos elaborados por autores da América Latina e que procuram a sua compreensão à luz de um paradigma específico de um contexto cultural diverso do europeu, a autora sustenta que os referidos periódicos contribuíram para a “estruturação de uma comunidade epistémica” que operou relevantes mudanças na historiografia da ciência e da tecnologia.

As recensões críticas constituem um importante espaço de divulgação de obras publicadas recentemente e que veiculam caminhos da historiografia atual. Neste tomo acolhemos os seguintes títulos: *Do Douro ao Mondego de Afonso Magno a Almançor*; *The Dowry System in Rural Mediterranean Europe. A Case Study of Peasant Families in Minho*; *Educar, Higienizar e Regenerar: Uma História da Eugenia no Brasil*; *As Ordens Terceiras no mundo ibérico da Idade Moderna*; *A new history of Iberian Feminisms*; *Os livreiros de Lisboa nos séculos XVI e XVII: estratégias económicas, sociais e familiares*; *Finanças, economias e instituições no Portugal moderno: séculos XVI-XVIII*; *Sobre o autoritarismo brasileiro. Uma breve história de cinco séculos*.

Atendendo à diversidade de temáticas e às metodologias de abordagem, consideramos que o tomo 51 da *Revista Portuguesa de História* continua a pautar-se pela exigência metodológica, marca da sua longa vida, projetando-se para o Futuro ao dar espessura temporal a problemas do nosso tempo.

As coordenadoras científicas

Margarida Sobral Neto

Maria Antónia Lopes

Artigos

(Página deixada propositadamente em branco)

**Narrare i fatti significanti della vita dell'Impero.
Interpretazioni e rappresentazioni letterarie dell'ascesa e della
dipartita degli augusti da Costantino a Giuliano**

**The tale of the significant facts of the Empire's life.
Interpretations and literary representations of the election and
departure of the Augusti from Constantine to Julian**

ANTONIO PIO DI COSMO

Pontificio Istituto Orientale, Dipartimento di Storia

apiocosmo@outlook.it

<https://orcid.org/0000-0002-2314-4520>

Texto recebido em / Text submitted on: 12/02/2020

Texto aprovado em / Text approved on: 05/06/2020

Abstract

Panegyrists, bishops, and secular intellectuals recounted the salient events of the Empire and emphasized some events in the biography of the Emperors. These interpreted and adapt the facts, and so favored the sovereign for which they write. These storytellers become arbiters of facts and judges of the Augusti. The panegyrists oftentimes eulogized them, otherwise, the Bishops exercised episcopal *munera* and discharged them or condemned them, while the pagan intellectuals are critics and longed for a return to tradition. These can also redesign the imagery of Roman power.

Keywords: panegyrists; Bishop; Emperor, election; dead of Emperor

Riassunto

Panegiristi, vescovi ed intellettuali laici raccontano gli eventi salienti dell'Impero, se non addirittura enfatizzano alcuni episodi della biografia degli augusti. Costoro interpretano gli accadimenti e li adattano a favore di colui per cui scrivono. Questi narratori diventano arbitri dei fatti e giudici degli augusti. I panegiristi sovente si limitano a lodarli, i vescovi al contrario esercitando i propri *munera* possono assolverli o condannarli, mentre gli intellettuali pagani si dimostrano critici e vagheggiano piuttosto un ritorno alla tradizione. Diventano così capaci di ridisegnare l'immaginario del potere romano.

Parole chiave: panegiristi; vescovo; imperatore; ascesa; morte dell'imperatore.

Introduzione

La necessità di porre in dialogo l'Istituzione imperiale ed i sudditi nei momenti 'forti' della dinamica dell'Impero, come l'ascesa o la dipartita degli augusti, apre al ruolo dei panegiristi. I quali nell'immediatezza dei fatti o per le commemorazioni dell'avvenimento devono tenere efficaci discorsi pubblici, capaci di esaltare la maestà dell'imperatore e trasmettere una serie di messaggi rassicuranti e graditi al potere costituito. Simili discorsi, che si incuneano nello splendore delle liturgie pubbliche, vengono congegnati per acquistare consenso o addirittura per imporlo anche ai meno compiacenti. Le finalità proprie del genere sviluppano una serie di soluzioni utili a rappresentare nel migliore dei modi gli eventi fondamentali della vita dell'Impero. Si propone così al pubblico una raffinata opera di interpretazione degli accadimenti e, quando ciò non è possibile, ad essa si sostituisce quello che è nulla più di un compassato 'esercizio di menzogne'¹. Perciò i panegiristi solgono propinare una serie di espressioni lusinghiere ed atte a magnificare l'augusto. Ciò avviene anche quando la cerimonia in cui il componimento viene declamato si realizza entro un contesto politico connotato da avvenimenti 'inquietanti', tali da dimostrare che la tanto decantata *felicitas temporum* è una mera illusione. Sicché nel tentativo di offrire una lode adeguata, giungono persino a distorcere abbondantemente quella stessa realtà che procedono a raccontare².

All'intervento piuttosto immediato dei panegiristi corrisponde quello di vescovi ed ecclesiastici, che si oberano dell'onere di rappresentare gli eventi salienti della storia dell'Impero, inserendoli in diversi componimenti, non solo di taglio storico, ma in panegirici ed invettive. Questi esponenti del clero propongono una peculiare visione della gestione del governo e si permettono di esprimere la propria opinione a riguardo di una serie di problemi politici e di legittimazione, concernenti l'azione imperiale. Pertanto, i loro interventi declinano questi fatti alla luce delle necessità ideologiche proprie della loro funzione. Nel fare ciò s'afferiscono ad un modello cognitivo, che suggerisce loro di utilizzare una prerogativa della cultura romana: l'*interpretatio* allo scopo di orientare la memoria collettiva. Costoro, più in generale, assunte le vesti dell'*interpretens*, possono approfondire l'immaginazione per spiegare questi avvenimenti e spesso non disdegnano la lode 'smaccata' dell'augusto.

¹ Sabine G. MacCormack (trad. it.), *Arte e cerimoniale nell'antichità*, Torino, Einaudi, 1995, p. 3-4. Per il ruolo del panegirista, cfr. Agostino, *Le Confessioni*, Torino, Einaudi, 1966, p. 105-106.

² Sabine G. MacCormack (trad. it.), *Arte e cerimoniale...*, cit., p. 4.

All'attività del clero si affianca quella degli intellettuali laici, solitamente pagani, i quali offrono un'ulteriore interpretazione dell'azione degli imperatori e possono essere particolarmente critici verso gli augusti cristiani. Le loro versioni dei fatti hanno a costituire il contraltare di quanto narrato sia dagli ecclesiastici, che dai compiacenti panegiristi.

Di talché la presente indagine, partendo dai dati evincibili dai prefati generi, si volge ad ottenere una più profonda comprensione del ruolo degli intellettuali, che contribuiscono a trasmettere in tempi diversi ed ad un pubblico in espansione una più incisiva versione dei fatti significanti della storia dell'Impero dei romani. Si approfondisce così la funzionalità delle operazioni poste in essere, che propongono una serie di chiavi cognitive per interpretare quegli eventi atti a colorare la dinamica dell'Impero nel sec. IV. Si fa poi luce sui meccanismi innescati dalla revisione degli accadimenti concernenti due momenti salienti come l'ascesa e le esequie dell'augusto, mentre si riconsiderano le implicazioni nell'opinione dei sottoposti delle strategie di rappresentazione degli imperatori vissuti nella cronologia di riferimento.

L'arte dell'interpretazione nella *Vita Constantini*. Le soluzioni di Eusebio di Cesarea

Eusebio, allorché pone mano alla *Vita Constantini*, è già uno storico di professione, ha inventato un nuovo genere: la Storia della Chiesa. La prefata opera poi dimostra come questo vescovo abbia assimilato le tecniche proprie del genere e sia capace di sfruttarle per interpretare il vissuto dell'imperatore. Più segnatamente, è possibile evincere come Eusebio sia il primo ad applicare il genere encomiastico alla vita di un cristiano, ponendo le basi per un altro nuovo genere: il *Bios* encomiastico cristiano³. Ma dopotutto, è lo stesso vescovo ad indicare tale intento celebrativo, allorché afferma che questo è il terzo di una serie di panegirici da prununciarsi innanzi all'imperatore. Heikel poi ha dimostrato come l'opera abbia notevole affinità con il genere del βασιλικὸς λόγος, tanto che sembra seguire la strutturazione proposta da Menandro di Laodicea nel Περὶ ἐπιδεικτικῶν⁴. L'uso del linguaggio lambiccato, lo stile manierato, i preziosismi e la predilezione per le perifrasi contribuiscono a dimostrare che si tratta di un panegirico. Eppure ciò è riduttivo. Deve considerarsi che il vescovo propone

³ Socrate Scolastico, *Storia Ecclesiastica* 1.1.2.

⁴ von I.A. Heikel, "Eusebius Werke VI", *GCS* 23, Leipzig, 1913, p. XLV-XLIX; Donald Andrew Russell and Nigel Guy Wilson (eds.), *Menander Rhetor*, Oxford, Clarendon Press, 1981, p. 76-94.

un'esposizione delle *πράξεις* costantiniane in ordine cronologico e con esse sostituisce il mero elenco di virtù del celebrato. Cosa che rivela la natura ibrida del componimento. A questo si aggiunge un ulteriore elemento estraneo al genere del panegirico: l'inserimento di documenti ufficiali come lettere ed editti, che dimostrano una finalità ben più complessa, sicché l'intento si volge oltre la semplice laude. Nondimeno, il testo si presenta come non alieno al genere biografico, allorché si evocano i *loci* delle vite plutarchee e si afferisce alla *σύγκρισις* di Costantino. Si riscontrano poi ulteriori suggestioni che rimandano a Svetonio, allorquando si offrono informazioni sulle qualità fisiche e morali dell'imperatore e si focalizza l'attenzione sulla sua propensione allo studio delle lettere⁵. Non mancano nemmeno i riferimenti a Filone di Alessandria ed alla sua *De Vita Mosis*, specie nel II e nel IV libro della *Vita Constantini*, poichè si disquisisce delle competenze *in sacris* e della funzione di legislatore, sacerdote e profeta da parte dell'imperatore⁶.

Eppure, la natura composita dell'opera di Eusebio non deve meravigliare, già prima del III secolo i generi letterari sono oggetto di un continuo processo di ibridazione. Pertanto, non stupisce che in un genere come il *bios* vengano innestati diversi *topoi* appartenenti ad altra tipologia letteraria. Ciò non solo impedisce, ma rende superfluo l'inquadramento di quel componimento entro un qualsiasi genere. Questo anche perché l'antico modello di un *bios* creato per soddisfare la curiosità dell'uomo colto, viene sostituito dal vescovo dalle esigenze di apologia, edificazione, nonché propaganda. Sicché Eusebio, partendo dallo schema tipico del panegirico, contaminato con la *πράξεις*, compone una biografia capace di superare il modello plutarceo. E se il Dio cristiano si sostituisce alla *τύκη* plutarcea, l'*εὐσέβεια* e la *φιλανθρωπία* surrogano l'*ἀνδρεία*. Tuttavia, allorché il vescovo si riferisce alla sua opera come *ιστοορία* e *πραγματεία* evoca piuttosto Tacito e Dione Cassio. Al contempo, l'inserimento dei quindici documenti ufficiali rimanda alla metodologia già adoperata nella sua *Historia Ecclesiastica* e comprova l'innovatività dell'operazione posta in essere.

Sul versante narrativo poi si dimostra come quel vescovo scelga di adoperare tutta una serie di espedienti mutuati dalla cultura classica, come l'*interpretatio* nel rappresentare il vissuto imperiale. Procedo così ad enfatizzare certi eventi, ne sottace altri o li affronta sommariamente, mentre alcuni vengono addirittura profondamente rivisitati. Sfrutta i mezzi posseduti e soddisfa le velleità di un componimento prodotto per inserirsi entro quella linea apologetica che

⁵ Friedrich Leo, *Die griechisch-römische Biographie nach ihrer literarischen Form*, Leipzig, Olms, 1901, p. 313.

⁶ Luigi Tarataglia, *Introduzione alla Vita di Costantino*, Napoli, D'Auria, p.10.

anima sin dal II sec. le produzioni letterarie ecclesiastiche e vede nel *De morte persecutorum* di Lattanzio un ulteriore esempio di revisione creativa della storia⁷.

Non meraviglia che il ricorso all'*interpretatio* sia indirizzato a minimizzare l'impatto sul lettore degli eventi che costituiscono la 'leggenda nera' dei Flavi, facendo passare in sordina la tragedia di un'intera famiglia al potere, che il potere stesso distrugge.

Ma non solo. Questi arriva persino a approfondire il meraviglioso, ancorché afferma il continuo irrompere della divinità cristiana nella quotidianità dell'imperatore. Un'attività soprannaturale che ha il suo culmine nella famosa epifania della croce nei cieli della Gallia e nella visione onirica del Cristo consumatasi nella notte precedente la battaglia di Ponte Milvio⁸. Si può affermare insomma che Eusebio orienta la memoria del suo pubblico in senso creativo⁹. Costui, difatti, si preoccupa di raccontare in modo appassionato la vicenda umana di Costantino, al fine di tratteggiare il perfetto prototipo dell'imperatore cristiano, perché quella biografia è diretta prima di tutto al successore Costanzo II in funzione di *peri basileias* e, dunque, alla corte quale racconto edificante. Emerge, nondimeno, un'ammirazione che sembra essere del tutto sincera, specie quando adopera l'appellativo ὁ μακάριος (il beato) per definirlo. Il "carattere apologetico" sfrutta la "retorica epidittica" con "funzione paradigmatica"¹⁰.

Non meraviglia allora, che questi abbia ad avvalorare la sua opera con la certezza della forma storica, richiamata non solo dai modelli evocati, ma soprattutto dai documenti che vengono puntualmente riportati nel corpo dell'opera. In tal modo si vuole offrire l'incontrovertibile prova delle virtù cristiane di questo "pio" imperatore, che si dimostra essere un 'campione' della fede. Tale rigorosa documentazione a supporto della propria tesi, non gli impedisce però qualche esagerazione. Il vescovo sa bene che questi eccessi sono tipici del genere biografico e come tali sono facilmente accolti da un pubblico assuefatto a tali soluzioni. Reinventa, infine, l'avventura umana di Costantino e lascia che il suo pubblico possa leggere nulla più del *bios* di un *optimus princeps*.

Eusebio deve innanzitutto liquidare le uscite di scena dei colleghi e congiunti di Costantino, come il suocero Massimiano, padre della moglie Fausta, e del cognato Licinio, che ha sposato la sorellastra Costanza. Il primo, dopo il fallito tentativo di spodestare Massenzio, si rifugia presso Costantino in Gallia, forse

⁷ Un caso paradigmatico di attività di interpretazione concerne la battaglia di Ponte Milvio. Cfr. Lattanzio, *Sulla morte dei persecutori* XLIV.3-5; Arnaldo Marcone, *Pagano e Cristiano. Vita e mito di Costantino*, Roma-Bari, Laterza, 2002, p. 70-71.

⁸ Eusebio di Cesarea, *Vita di Costantino* I.38.5.

⁹ Timothy Barnes, *Constantine and Eusebius*, Boston, Harvard University Press, 1981.

¹⁰ Luigi Tarataglia, *Introduzione...*, cit., p. 11.

nel 307, dove sembra che abbia attentato alla vita del genero. Di seguito a ciò, appare credibile che questi venga costretto al suicidio tra il 309 ed il 310¹¹.

Licinio, altresì, deve subire un più incisivo processo di demonizzazione a seguito della sconfitta nel 324 ad Adrianopoli. È pur vero che gli viene concesso di vivere da privato cittadino a Tessalonica, ma ciò non impedisce la sua denigrazione, poiché ‘sottoprodotto’ della vittoria costantiniana. Perciò viene rappresentato nella lettera inviata ai vescovi, riportata da Eusebio, quale nemico dei cristiani, definito poi empio “tiranno” e “serpente”, che perseguita i ministri di Dio¹². Nel 325, dopo essere sospettato di aver tramato contro Costantino, viene infine fatto decapitare¹³.

Nondimeno, il vescovo non può sottacere la condanna a morte del primogenito Crispo e l’incresciosa vicenda che coinvolge la seconda moglie Fausta, allorché afferma: “gli altri personaggi della famiglia imperiale che tramavano di nascosto contro Costantino, furono scoperti in flagrante, perché Dio in modo veramente straordinario, svelò con prodigi al suo servitore i propositi di costoro”¹⁴. Questi difatti non può sostenere l’imbarazzo di una tale omissione dinnanzi al suo pubblico. Sceglie allora di mettere alla prova il suo estro, cercando di ottimizzare le diverse possibilità che gli offrono gli strumenti retorici posseduti.¹⁵ Può tacerne piuttosto i nomi, evocando poi le atmosfere di un complotto, sicché riesce a risolvere l’*impasse* con l’intervento divino. La pagina più controversa della biografia di Costantino viene liquidata agevolmente, mentre cala il silenzio sia sugli accadimenti, che sui suoi autori, quale *locus* letterario che rimanda alla *damnatio*¹⁶.

Eusebio lascia emergere un ritratto ben lontano da quello polemico e caustico di Giuliano, che lo rappresenta nel *Convivio dei Cesari* come un

¹¹ Si è postulata un’interpolazione del passo che riferisce della morte di Massimiano (cfr. Eusebio di Cesarea, *Vita di Costantino* I.47.1), poiché collocata a seguito della narrazione degli eventi successivi al 313. Grégoire sostiene un grossolano errore cronologico, cfr. Henri Grégoire, “Eusèbe n’est pas l’auteur de la ‘*Vita Constantini*’ dans sa forme actuelle et Constantin ne s’est pas ‘converti’ en 312”, *Byzantion*, 13 (1938), p. 575-583.

¹² Eusebio di Cesarea, *Vita di Costantino* II.4.1-2.

¹³ Eutropio parla di una condanna decretata “*contra ius sacramenti*”. Cfr. Eutropio, *Breviario* X.6.1.

¹⁴ Eusebio di Cesarea, *Vita di Costantino* I.47.2. Sulla morte di Crispo “*frigore veneni*”, cfr. Sidonio Apollinare, *Epistole*, V.8.2. Fausta, colpevole di adulterio, muore tramite un bagno caldo, cfr. *Epitome sui Caesari* 41.11-12; Zosimo, *Storia Nuova* II.29.2. Eppure ciò fa pensare piuttosto ad un aborto.

¹⁵ Eusebio di Cesarea, *Vita di Costantino* I.47.2.

¹⁶ Harriet I. Flower, *The Art of Forgetting: Disgrace and Oblivion in Roman Political Culture*, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2006.

uomo avido, tanto che gli mette in bocca le seguenti parole: “Accumulare molto... spendere molto... -voglio- appagare i miei desideri e quelli dei miei amici”¹⁷. Giuliano sceglie poi di dipingerlo come vanaglorioso, in ragione dei successi militari, liquidati come effimeri e pertanto incapaci di garantirgli il pubblico consenso. Questo ‘ritratto negativo’ viene completato dalla scelta da parte di Costantino di una dea tutelare come la Τρυφή (la Dissolutezza). Sarcasticamente aggiunge che questa lo conduce dalla sua degna compagna: la Ἀσωτία (la Sregolatezza)¹⁸. Divinità che assurgono a sue ἀρχέτυπα τοῦ βίου. Compare anche il motivo del rimorso che funge da incentivo per la conversione al cristianesimo. Sicché immagina che queste divinità ‘negative’ gli mostrino Gesù, il quale promette la remissione dai peccati¹⁹. Conclude il suo discorso rappresentando la persecuzione di Costantino e dei figli da parte dei demoni della vendetta in ragione della loro ἀθεότης. Si liquida in tal modo la conversione della famiglia imperiale a guisa di un maldestro tentativo di sovversione della tradizione religiosa romana. Aggiunge poi che costoro sono risparmiati solo per riguardo a Claudio Gotico e Costanzo I. Deve pure considerarsi che Giuliano adopera il tema dell’avidità di Costantino in un’altra opera del 362: il *Contro Eraclio il Cinico*. Questi mette in scena un’allegoria dei vizi dello zio e rappresenta un uomo consumato dalla bramosia di denaro, che tenta di arricchirsi con ogni mezzo, senza preoccuparsi degli dei. Denuncia poi l’inadeguata educazione della sua prole, la quale è andata ben oltre gli errori di quello, colpendo addirittura la religione degli antenati. Conclude poi con l’intervento di Zeus ed Elios, i quali si volgono a proteggere un bambino, trascurato da quella famiglia (allusione ad egli stesso).

La linea di *kaiserkritik* pagana si concentra sui crimini perpetrati da parte di Costantino contro la propria famiglia, ma non sembra conoscere il nesso tra rimorso e conversione al cristianesimo. Una fonte successiva al 369, il *Breviarium* di Eutropio, stigmatizza il degenerare dei suoi comportamenti, tanto che “può essere paragonato, nella prima parte del suo regno ai migliori principi, nell’ultima parte ai principi mediocri”²⁰.

¹⁷ Giuliano Imperatore, *Convivio dei Cesari*, 36.335A.

¹⁸ Giuliano Imperatore, *Convivio dei Cesari*, 30.328D-329D; Vincenzo Aiello, “Il mito di Costantino”, *Diritto@Storia*, 2 (2003); Gabriele Marasco, “Giuliano e la tradizione pagana sulla conversione di Costantino”, *Rivista di filologia ed istruzione classica*, 122 (1994), p. 341-354.

¹⁹ Giuliano Imperatore, *Convivio dei Cesari* 38, 356A-C. Giuliano nel *Contra Galilaeos* appare scettico circa le capacità purganti del battesimo. Il testo lo conosciamo solo attraverso la critica che ne fa Anastasio. Cfr. Anastasio di Alessandria, PG 76, cc. 873CD, 876A.

²⁰ Eutropio, *Breviarium* X.6.3-7.1.

Diversamente, il *locus* del rimorso proposto da Giuliano viene accolto in Zosimo, probabilmente attraverso la mediazione di Eunapio²¹. Zosimo allora non si limita ad accennare alle controverse morti di Crispo e Fausta, ma si concentra sul rimorso che attanaglia Costantino. Questi sembra rivolgersi a degli anonimi sacerdoti pagani, chiedendo direttive circa le modalità per purificarsi. I sacerdoti di conseguenza lo informano circa l'impossibilità d'espiazione dei propri delitti. La riforma neoplatonica ha attenuato il carattere purgante dei riti eleusini, rendendoli inutili allo scopo. L'*impasse* sembrerebbe risolta da un "egiziano dell'Iberia" (identificabile con il vescovo Osio di Cordova), che gli garantisce la redenzione dalle sue colpe attraverso i riti d'iniziazione al cristianesimo. Aggiunge pure che per convincere l'imperatore questi avrebbe usato la magia allo scopo di suscitargli una convincente visione²². Osserviamo come in Zosimo si contaminino i due filoni della tradizione critica, mentre l'enfatizzazione del nesso rimorso-conversione costituisce un'ulteriore trucco volto a rendere più accattivante la narrazione.

Eppure la soluzione, sebbene incisiva, non appare convincente. O almeno non lo è per i cristiani. Nei primi decenni del V secolo Sozomeno procede ad un'articolata confutazione della ricostruzione di Zosimo²³. Questi prima di tutto ha cura di non menzionare Fausta, facendo venire meno ogni connessione fra le due morti e la presunta relazione con Crispo, che tanto scandalo ha suscitato. Per ottenere la purificazione, puntualizza che Costantino sembra rivolgersi al filosofo Sopatro (ciò non appare in Zosimo), cosa davvero difficile perché nel 316 questi risiede in Gallia, mentre Sopatro vive in Oriente. Quest'ultimo sebbene gli nega ogni possibilità di espiazione, osserva Sozomeno, non può ignorare che anche Ercole è stato sottoposto in Atene ai misteri di Demetra con fini purificatori. Viene pure meno la figura dello spagnolo, sostituito da anonimi pastori. Costantino, dopo il consiglio con questi vescovi, sembra convertirsi. Dimostra poi come le leggi a favore dei cristiani siano anteriori al 326, anno della morte di Crispo, negando ogni rapporto fra la condanna e la conversione. Si liquida così la ricostruzione di Zosimo come mero *pot-pourri* degli eventi accaduti nel 313 e nel 326.

²¹ Cfr. Eunapio, *Vita dei Sofisti* VI.2.1-12. Eunapio sembra attingere agli *Annales* di Nicomaco Flaviano, cfr. Bruno Bleckmann, "Bemerkungen zu den Annales des Nicomachus Flavianus", *Historia*, 44 (1995), p. 83-99; François Paschoud, "Nicomaque Flavien et la connexion byzantine (Pierre le Patrice et Zonara): à propos du récent livre de Bruno Bleckmann", *Antiquité Tardive*, 2 (1994), p. 71-82.

²² François Paschoud, "Zosime et Constantin. Nouvelles controverses", *Museum Helveticum*, 54 (1997), p. 17-28.

²³ Sozomeno, *Storia Ecclesiastica* I.5.24.

Eppure le informazioni fornite da Zosimo hanno nutrito quel ‘mito nero’ di Costantino ed hanno aperto una serie di questioni sovente oziose. Sulla scorta di molti dei dati forniti dallo storico pagano, Burckhardt ha potuto proporre un’interpretazione del vissuto di Costantino che si dimostra fin troppo tendenziosa e racconta le gesta di un uomo impegnato a crogiolarsi negli eccessi, mentre è orientato solo dal senso politico. Una ricostruzione davvero suggestiva, capace di opporsi alla versione del biografo ufficiale che lo vuole convertito al cristianesimo in tempi precoci ed, al contrario, piissimo. Non per questo la tesi di Burckhardt deve considerarsi attendibile *in toto*²⁴. Questa visione è ritenuta ormai superata e quindi smentita dalle ulteriori acquisizioni della dottrina. De Giovanni, procedendo da Eutropio²⁵, sconfessa il *locus* di un Costantino illetterato e poco sensibile alla cultura. Il *Breviarium* prova il suo interesse per la cultura e le lettere, ricordando come questi si sia dedicato alla lettura in pubblico ed alla composizione di opere religiose. In tempi più recenti quella visione negativa viene ‘smontata’ dal volume coordinato da Smither, laddove si ripensano alcuni luoghi della vita di Costantino²⁶. Anche Barbero contribuisce a demolire questo ‘mito *noir*’, rappresentando un ritratto più umano, che non nega però il suo fiuto politico ed una certa ‘versatilità etica’ nel portare avanti la propria azione di governo²⁷. Indi per cui, serenamente si può affermare che l’uomo storico è ben lontano dal personaggio ‘decadente’, poiché tale formula descrittiva costituisce piuttosto una fuorviante e sterile rappresentazione, capace solamente di forzare i dati evincibili dalle fonti. Particolare interesse suscitano poi le strategie retoriche adoperate da Eusebio nel raccontare due episodi della *Vita Constantini*, poiché riguardano sia la sua ascesa, sia la sua dipartita. Si considera che la loro narrazione viene puntualmente progettata per rispondere ad una serie di problemi politici e di legittimazione, sottesi all’esercizio dell’*imperium* da parte del suo protagonista e della di lui prole. Per meglio intendere l’operazione posta in essere da Eusebio, occorre decodificare i trucchi di genere adoperati per rappresentare nel migliore dei modi tali accadimenti.

La narrazione dell’ascesa di Costantino al *locus Augusti* sorvola ogni forzatura del meccanismo successorio previsto dalla Tetrarchia e riesce persino a giustificare la violazione. Per far ciò introduce elementi nuovi rispetto alla prassi costituzionale in voga nel periodo: l’elezione ad imperatore di

²⁴ Jacob Burckhardt, *Costantino il Grande e i suoi tempi*, Milano, Longanesi, 1954.

²⁵ Eutropio, *Breviario* X.7.2, cfr. Luciano De Giovanni, *Costantino e il mondo pagano*, Napoli, M. D’Auria, 1993, p. 173-174.

²⁶ Edward L. Smither (ed.), *Rethinking Constantine: History, Theology, and Legacy*, Eugene, JamesClarke, 2014.

²⁷ Alessandro Barbero, *Costantino il vincitore*, Palermo, Salerno Editrice, 2016.

colui che il Massimo Augusto considera il migliore. All'elemento 'quasi' costituzionale dell'*adclamatio* dell'esercito, che si somma alla scelta costituzionalmente vincolante dell'imperatore anziano ed al criterio della libera elezione del successore, Eusebio aggiunge due espedienti estranei alla tradizione romana. Con l'esplicita affermazione del diritto di primogenitura di Costantino, il vescovo rimanda ad un elemento nuovo nel panorama giuridico romano, perché estrapolato dal diritto ebraico. Al contempo rifunzionalizza un altro costume posto a suo corollario: la benedizione paterna. Eusebio si mostra cosciente della forzatura operata. Per legittimare ulteriormente la posizione di Costantino propone un'espressione rituale che costituisce una sorta di contraltare alla cooptazione da parte del *Maximus Augustus*, ma anche un espediente utile a rafforzare il valore ricognitivo dell'atto ufficiale d'elezione: la benedizione del genitore. Riferisce così che Costanzo sceglie come proprio successore il figlio primogenito, ossequiando un dettame vetero-testamentario, innalzato per l'occasione a "legge di natura". Il potere imperiale viene trasmesso direttamente dal padre, il *Maximus Augustus*, al figlio, quello primogenito, in uno con la sua benedizione. E se la prassi volta alla promozione del migliore viene effettivamente disattesa, l'estro riempie quei vuoti in diritto opposti da una procedura che, proposta *ex novo*, palesa forti dubbi di costituzionalità.

Eusebio rappresenta una scena struggente di amore filiale e pietà genitoriale, quale espediente atto a suscitare l'empatia nel pubblico, sfrutta poi l'elemento patetico e preferisce descrivere l'intimità di una famiglia, che sostituisce al racconto solenne di un atto pubblico con funzione convalidante²⁸.

L'espediente non appare però sufficiente ed Eusebio offre ulteriori elementi di legittimazione, come la somiglianza fisica col genitore, rappresentata nei termini di una vera e propria *homoiōma* per dimostrarne l'effettiva filiazione²⁹. Il *topos* non rimanda solo al mito ellenico dell'eterna *Basileia*, ma risponde alle maldicenze che concernono l'"oscuro matrimonio" da cui viene generato Costantino ed il concubinato in cui ha versato la madre³⁰. Ciò introduce ad un'altra innovazione entro quel protocollo di ascesa che al momento è ancora allo stato embrionale: la vestizione della porpora appartenuta al padre. Data la somiglianza, il narratore può affermare che l'insegna induca i soldati a pensare di aver di fronte Costanzo appena risorto dall'Ade:

²⁸ Eusebio di Cesarea, *Vita di Costantino* I.21.1-2, trad. it., in Luigi Tartaglia, Eusebio di Cesarea, *Vita di Costantino*, Napoli, D'Auria, 2001, p. 54-55.

²⁹ Eusebio di Cesarea, *Vita di Costantino* I.22.2.

³⁰ Eutropio, *Breviario* X.2; Arnaldo Marcone, *Pagano...*, cit., p. 20

“Costantino cinto della porpora paterna, uscì dal palazzo avito e mostrò a tutti che il genitore continuava a regnare attraverso la sua persona, come se fosse risorto (...) si presentò a tutti come il sostituto, di fatto, del regno e della vita del padre (...), lo proclamarono immediatamente loro nuovo imperatore, al grido auspicale di Augusto ed Autocrate”³¹.

Eusebio lascia pure percepire una rilevante innovazione del rito: per la prima volta si contempla l'assunzione in un cerimoniale pubblico dell'insegna primaria del potere; un atto che si inserisce nella trama del protocollo ed acquisisce sin da quel momento un valore autonomo. Questo costituisce un precedente e sembra che da allora le insegne non vengano più prodotte *ad hoc* per l'ascesa. Si preferisce trasmettere quelle possedute dal predecessore al successore³². Emergono così motivazioni di ordine dinastico nel rito pubblico di passaggio dei segni del potere per ottimizzarne l'impatto comunicativo sul pubblico.

Eusebio, attraverso l'evocazione degli istituti del diritto ebraico, che enfatizzano la filiazione, risponde puntualmente al problema politico suscitato da questa controversa successione. In tal modo acquieta definitivamente quell'ansia di legittimità, che nell'imminenza dei fatti il panegirista del 310 ha dovuto affrontare:

“Tutto l'esercito aveva approvato la tua elezione (...). Appena i soldati poterono venire al tuo cospetto, quando ti avvicinasti a loro, ti vestirono con la porpora, servendo quindi più gli interessi del bene comune che i tuoi desideri, e tu piangesti. Ma non era bene che un imperatore appena eletto piangesse”³³.

Per migliorare l'efficacia del componimento il retore evoca l'ascesa al cielo di Costanzo I che, dopo la *dextrarum iunctio* con Giove, nomina davanti agli dei il figlio Costantino quale Augusto³⁴. Quella del vescovo può essere così qualificata come una versione compatibile col pensiero cristiano dell'ascesa costantiniana,

³¹ Eusebio di Cesarea, *Vita di Costantino* I.22.1-2; trad. it., in Luigi Tartaglia, Eusebio..., cit., p. 55.

³² Sabine G. MacCormack (trad. it.), *Arte e cerimoniale...*, cit., p. 271-273; Salvatore Calderone, “Teologia politica, successione dinastica e *consecratio* in età costantiniana” in *Le culte des souverains dans l'Empire Romain*, Ginebra, Fondation Hardt, 1973, p. 215-269. Per le insegne si veda: Antonio Pio Di Cosmo, “*Regalia signa*: iconografia e simbologia della potestà imperiale”, *Porphyr*, Extra Jusse 9 (2009); Antonio Pio Di Cosmo, “Imperial Iconography of Byzantium” in Clare Smith (ed.), *Encyclopedia of Global Archaeology*, New York, Springer Press, 2018.

³³ *Panegirici Latini* 7.8.2. cfr. Domenico Lassandro and Giuseppe Micunco, *Panegirici Latini*, Torino, UTET, 2000.

³⁴ *Panegirici Latini* 7.7.3

poiché utilizza elementi del contesto biblico per aggiornare le soluzioni retoriche approntate nel 310, che rimandano ad un immaginario tutto gentile.

Non meno pacifica è la situazione che segue il decesso di Costantino. Le ritualità cristiane eseguite per i suoi funerali, che aggiornano il protocollo consueto del *funus imperatorum*, devono essere spiegate ad un più ampio pubblico. Al contempo, anche la successione aperta dalla sua dipartita non è esente da conseguenze politiche. Pertanto, la scelta di dividere l'Impero fra i tre figli deve essere adeguatamente giustificata e rappresentata come la migliore fra le opzioni possibili. Narrando tali esequie Eusebio tenta di risolvere tutte quelle questioni aperte. Per far ciò modella gli eventi che precedono il suo decesso sul 'canovaccio' dei racconti agiografici, fin tanto da offrire una descrizione edificante, ma storicamente poco attendibile. La narrazione viene costruita come un crescendo e vede Costantino prepararsi alla morte attraverso atti penitenziali culminanti nel battesimo. Il vescovo può così rappresentare il funerale ed il battesimo che lo precede come fasi prodromiche ad un'apoteosi declinata in chiave cristiana³⁵. Si preoccupa persino di sottolineare come Costantino a seguito dell'iniziazione cristiana rinunci alla porpora. Un gesto eclatante, che sembra implicare una perdita della coscienza simbolica di quell'apparato esteriore, capace di rendere il detentore del potere quel che è. Eppure, il paradossale rifiuto delle insegne ne ribadisce tutto il significato, sicché il disprezzo del segno primario dell'Impero va ricondotto meramente al *locus* d'umiltà della tradizione agiografica ed è liquidabile come 'clausola di stile'³⁶.

Sostituisce il colore purpureo col bianco, simbolo della purezza acquisita col battesimo, che sancisce lo stato di "nuova creatura" e lo isola persino dalle impurità del mondo, come già ha fatto la porpora³⁷.

Questa versione dei fatti non solo implica la rottura della tradizione, ma investe le forme con cui l'augusto si presenta ai sottoposti. Bisogna però rispettare le aspettative di un pubblico che non è tutto cristiano³⁸. I timori di un possibile spaesamento visivo vengono fugati al momento della composizione

³⁵ Arnaldo Marcone, *Costantino...*, cit., p. 170.

³⁶ Eusebio di Cesarea, *Vita di Costantino* IV.61; 62; 63; 69.1; 70-71; trad. it., in Luigi Tartaglia, Eusebio..., cit., p. 199-200; 205-206; Marilena Amerise, *Il battesimo di Costantino il Grande: storia di una scomoda eredità*, Stuttgart, Steiner, 2005, p. 43-50.

³⁷ Sull'alba battesimale, cfr. Paul., *Gal.* 3.27; Tert., *De Res.* 27.1-2; Cipr., *De mort.* 20; Joh. Chr., *Cath.* 4.4.22; *Pass. Perp.* 4-8; Cyr., *Cath. Myst.* 4.8.11.

³⁸ Javier Arce, *Funus imperatorum*, Madrid, Alianza Editorial, 1989, p. 160; Javier Arce, *Memoria de los antepasados: puesta en escena y desarrollo del elogio fúnebre romano*, Milano, Electa, 2000, p. 244-248.

della salma: la rinuncia alle insegne del Costantino morituro è ignorata, mentre la corte soddisfa l'aspettativa sociale.

L'interpretazione di Eusebio incontra un limite: la percezione sociale. L'eccellenza delle virtù dell'imperatore non può sminuire il fasto dell'istituzione. Di fronte alle liturgie del potere il carisma di un santo, anche di colui che giustifica la sacralità dell'istituzione innanzi ad un pubblico cristiano, deve fare un passo indietro.

Il problema politico posto dalla successione viene risolto da Eusebio prima di tutto ricordando come i funerali si svolgano alla presenza di Costanzo II, poi attraverso un tentativo di colonizzazione dell'immaginario dei suoi lettori con le elaborazioni del pensiero cristiano, che aggiornano le idee pertinenti la sopravvivenza ultraterrena dell'imperatore. Lo scopo è quello di negare la discontinuità nel governo causata dalla morte³⁹. L'augusto defunto può essere così rappresentato attraverso una nuova categoria cognitiva, tanto che Calderone lo definisce quale "*redivivus*". Una soluzione che non solo nega gli effetti del decesso⁴⁰, ma evoca persino l'idea tutta cristiana del santo. Tuttavia Eusebio non introduce nulla di nuovo, ma propone una prassi approntata sin sotto Augusto ed istituzionalizzata dai Severi. La vita di corte, nonostante il decesso, si deve svolgere normalmente attorno alla *prothesis*, come se Costantino fosse ancora in vita. Lo stratagemma sembra persino suggerire che il corpo del defunto sia ancora senziente, pertanto, sia gli alti funzionari che le cariche militari giungono dinnanzi all'imperatore depresso nella bara e gli offrono i segni di devozione consueta:

"I generali di tutte le forze armate, i conti e gli altri magistrati, che già da prima erano soliti prostrarsi dinanzi all'imperatore, non mutarono le abitudini loro consuete: entravano (...) nella camera ardente, si inginocchiavano e anche da morto rendevano omaggio all'imperatore giacente nella bara, proprio come se fosse ancora in vita"⁴¹.

Tale protocollo non deve meravigliare, dopotutto nel suo *Encomio* Eusebio ha già utilizzato un'immagine incisiva per rappresentare Costantino: l'auriga

³⁹ Sabine G. MacCormack, *Arte e cerimonia...*, cit., p. 143-204.

⁴⁰ L'espressione di Calderone avvicina l'augusto defunto al santo, cfr. Salvatore Calderone, "Teologia...", cit., p. 262-263; Pio Franchi De' Cavalieri, "I funerali ed il sepolcro di Costantino Magno", *Scritti agiografici* 1 (1962), p. 265-309; Simon Price, *Rituals and Power: The Roman Imperial Cult in Asia Minor*, Cambridge, Cambridge University Press, 1984, p. 75-78.

⁴¹ Eusebio di Cesarea, *Vita di Costantino* IV.67.1, trad. it. in Luigi Tartaglia, *Eusebio...*, cit., p. 204.

solare, quale presagio d'eternità, mentre guida i suoi discendenti raffigurati a guisa di puledri, di cui ne modera l'ardore e li induce alla concordia⁴².

Lo stesso sentore d'immortalità si ritrova nell'apoteosi con cui si apre la *Vita Constantini*, allorché il vescovo giunge ad immaginare l'imperatore assiso sull'arco del cielo mentre contempla Dio ed è presente in ogni parte dell'Impero, pronto a guidare l'azione dei figli⁴³. Queste immagini pervadono la biografia e costituiscono una indubitabile garanzia di continuità istituzionale, che viene sommessamente suggerita al pubblico. L'apoteosi e la descrizione del funerale possono essere percepite come il completamento della metafora evocata dal panegirico pronunciato per il trentennale dell'imperatore, a giustificazione della funzionalità sul piano politico di una tripla successione.

Il cerimoniale funebre cristiano non può nemmeno dimenticare un elemento endemico dei riti funerari: il dolore, né negare spazio al cordoglio pubblico. Ancora una volta il popolo assume il ruolo di "famiglia funesta" e deve approntare quelle condotte tipiche del tempo del lutto. Non si può perciò liquidare tale puntualizzazione come una falsificazione, ma qualsivoglia enfattizzazione viene ricondotta ad espressione di un comportamento tipizzato che le elaborazioni cristiane recepiscono⁴⁴.

Eusebio testimonia pure il conio di una moneta che raffigura Costantino *capite velato* ascendere al cielo su un carro, mentre è intento ad afferrare la mano di un dio. Un'immagine tradizionale della *consecratio*, che costituisce un espediente consueto nella politica di autorappresentazione imperiale e corrisponde all'immaginario comune⁴⁵. L'emissione rappresenta un segno di continuità che il narratore non può ignorare⁴⁶. Dopotutto il Senato romano ha concesso il consueto *iustitium*, quale forma di lutto pubblico, ha ordinato poi la celebrazione di un funerale tradizionale, forse nella forma del *funus imaginarium* e votato la *consecratio*, che include l'imperatore cristiano nel numero dei *divi gentili*. Un culto confermato dal calendario di Filócalo dell'anno 354, che

⁴² Eusebio di Cesarea, *Encomio di Costantino* III.2-5.

⁴³ Eusebio di Cesarea, *Vita di Costantino* I.1.2.

⁴⁴ Gabriele Wesch-Klein, *Funus publicum*, Stuttgart, Steiner, 1993.

⁴⁵ Eusebio di Cesarea, *Vita di Costantino* IV.73. Circa la moneta: Robert Turcan, "Le culte impérial au IIIe siècle", *ANRW*, 16, 2 (1978), p. 996-1084; Fernando Lozano Gómez, "El Más Allá de los emperadores: entre la divinización y el olvido" in Fernando Lozano Gómez *et alii* (eds.), *Salvación, infierno, olvido. Escatología en el mundo antiguo*, Sevilla, Prensa de la Universidad de Sivilla, 2009, p. 153-174.

⁴⁶ Thomas G. Elliot, "The Language of Constantine's Propaganda", *TAPA*, 120 (1990), p. 349-353.

commemora in data 27 di gennaio il *N(atalis) D(ivi) Constantini* con 24 corse di carri al circo⁴⁷.

Ascesa e dipartita di Costanzo II: le suggestioni di questi eventi salienti nella panegiristica e nell'omiletica

Eusebio come già accennato ha affrontato il problema della successione. Costantino sin dall'inizio impronta il suo governo ad un forte carattere dinastico. Il vescovo ha ben presente come l'Impero venga considerato quasi un 'affare di famiglia'. Allorché narra la graduale cooptazione della di lui prole, non si pone alcun problema nell'affermare che Costantino riserva l'Impero quale "eredità (...) -per- i suoi diletti rampolli come un bene di famiglia"⁴⁸. Costantino II viene innalzato al rango di cesare in occasione dei *Decennalia*, Costanzo II invece per i *Ventennalia*, mentre Costante ottiene il titolo nei *Trentennalia* del regno⁴⁹. Precisa poi come Costantino si sia preoccupato di sottoporre i successori ad una adeguata educazione militare, politica, giuridica ed artistica, insieme alle nozioni della fede. Eusebio fornisce una serie di informazioni che tentano di convincere il suo auditorio circa l'adeguatezza della *Gens Flavia* a detenere il trono, in quanto stirpe 'eletta' da Dio. Tali dettagli non fanno altro che confermare quanto già rappresentato nella *Laus Constantini*, che propone pure la metafora dell'eterno "fiorire" del "tronco" di Costantino attraverso l'associazione dei figli⁵⁰. Una soluzione retorica che rimanda alle rappresentazioni numismatiche della propaganda, le quali vedono Costantino intronizzato ed in vesti civili fra i figli o armato, in piedi, e collocato con loro davanti all'arco ad evocare la porta del Palazzo. Un criterio dinastico, che appare chiaro sin da subito ai retori. Il panegirico del 313 si conclude con una supplica al *summus rerum sator* e chiede la benedizione di una discendenza numerosa, che permetta a Costantino di continuare a regnare e di stare alla guida del "timone" del mondo⁵¹. Nazario, nel panegirico del 321 proclamato per i *Quindicennalia* di Costantino ed i *Quinquennalia* di Crispo e Costantino II, afferma che questi in ragione dell'associazione dei figli può assurgere al ruolo

⁴⁷ Johannes Karayannopoulos, "Konstantin der Große und der Kaiserkult", *Historia*, 5 (1956), p. 341-357.

⁴⁸ Eusebio di Cesarea, *Vita di Costantino* VI.51.1, trad. it. in Luigi Tartaglia, Eusebio..., cit., p. 149.

⁴⁹ *Panegirici Latini* 2.14.9; 10.3.4.

⁵⁰ Eusebio di Cesarea, *Encomio di Costantino* III.1.

⁵¹ *Panegirici Latini* 9.26.4.

di *Maximus imperator*⁵²; un'elaborazione recepita solo dal 329 sulle monete, che mostrano l'iscrizione: CONSTANTINUS MAX AUG⁵³.

Eusebio, nonostante abbia vissuto in prima persona i disordini avvenuti alla morte dell'imperatore, reinterpreta la realtà ed arriva a sostenere che Costantino II, Costanzo II e Costante vengono eletti augusti al momento della dipartita del padre da tutte le truppe presenti nell'Impero, quasi *spiritu sufflati* e per diretta volontà di Dio. Il vescovo per migliorare l'efficacia della narrazione afferma che costoro "risplendono cinti degli ornamenti che furono del padre loro"⁵⁴.

Si ripropone nuovamente il valore legittimante delle insegne paterne, che si affianca al consenso prestato dal Massimo Augusto, quale criterio costituzionalmente vincolante, ed all'*adclamatio* militare afferita per divina ispirazione. La dizione che Eusebio incunea nel racconto di ascesa della prole di Costantino è piena di significato, poiché evoca la formula 'ufficiale' adoperata per avvalorare la validità della nomina dei vescovi avvenuta per acclamazione popolare⁵⁵.

Quest'aulica rappresentazione edulcora l'epilogo di uno degli atti di una tragedia familiare e dimostra la sua abilità nel falsificare la realtà. E se le elaborazioni del periodo rendono davvero difficile negare l'ispirazione divina nella scelta dell'imperatore e dei suoi colleghi, si comprende come gli storici ed i retori sentano la necessità di utilizzare questa formula per ottimizzare il proprio discorso, fin tanto che si cristallizza in un *locus* tipico dell'ascesa, a cui corollario si può porre il criterio dinastico.

La formula dell'ispirazione divina, sebbene estremamente versatile, non viene recepita dal pagano Libanio, il quale scrive un'orazione per Costanzo II e Costante, gli unici sopravvissuti ai disordini del 337⁵⁶. Tale componimento vede l'enfaticizzazione del criterio dinastico e ricorda come Costantino abbia educato la prole al governare, affiancandola a sé. La condivisione del potere tra padre e figli assurge a 'clausola di garanzia' per il legittimo esercizio dell'*imperium*, poiché, sottolinea Libanio, nessuna istituzione ha necessità di avere il proprio principio nella totale legalità come accade per l'assunzione del *locus Augusti*. Anche Giuliano nelle due orazioni dedicate a Costanzo II rinuncia al criterio dell'ispirazione divina, ma ricorre al principio dinastico per

⁵² *Panegirici Latini* 9.36.5

⁵³ Sabine G. MacCormack, *Arte e cerimoniale...*, cit., p. 278.

⁵⁴ Eusebio di Cesarea, *Vita di Costantino* I.2.4.

⁵⁵ Eusebio di Cesarea, *Vita di Costantino* I.3.1; cfr. Socrate Scolastico, *Storia Ecclesiastica* I.28-29.

⁵⁶ Libanio, *Orazioni*, 59.13. Cfr. Iacobus Reiske (ed.), *Libanii sophistae orationes et declamationes*, Altenburgi, Richter, 1891-1897.

legittimarne la posizione. Il panegirico del 356 celebra la discendenza mitica da Claudio gotico e da Costanzo I, elevato all'Impero direttamente dal Massimo Augusto Diocleziano. Ricorda poi come il cugino sia stato educato dal padre Costantino per succedergli al comando. Riferisce pure che è la mitezza di Costanzo a limitare la sua pronta reazione verso i soprusi causati dai fratelli dopo il 337⁵⁷. Il componimento del 358 evoca ancora il principio dinastico attraverso la proposizione di una metafora omerica: quella dello scettro di Agamennone, una reliquia acheropita del potere, che Giove consegna a Pelope e viene trasmessa nella famiglia per tre generazioni.⁵⁸ Così accade anche al *locus Augusti*, che viene condiviso da tre generazioni della famiglia di Costantino. Orbene, Giuliano non fa altro che costruire una rete sommersa di rimandi ad Eusebio ed a soluzioni piuttosto incisive già approntate nella *Vita Constantini*.

Un altro vescovo, Gregorio di Nazianzo, si preoccupa di narrare le esequie dell'unico sopravvissuto fra i tre fratelli: Costanzo II, che da solo regge l'Impero fino al 361⁵⁹. Il racconto delle esequie viene inserito all'interno della seconda delle *Invectivae in Iulianum* per dimostrare come il funerale onorevole, unito alla concessione di un'appropriata sepoltura, possa essere inteso come una "prova retrospettiva" della legittimità dell'esercizio del governo⁶⁰. La narrazione delle esequie solitamente confinata ai testi biografici, costituisce un *locus* che viene esportato dal genere del *bios* per essere innestato in un contesto diverso e costituire un'efficace argomentazione contro Giuliano⁶¹. Si raffronta una novità nel panorama retorico, quale l'interpretazione del cerimoniale funebre, che non si limita a scopi meramente edificanti, ma costituisce una soluzione utilissima all'*argumentatio*. L'operazione non si circoscrive alle sole finalità persuasive, ma diviene in grado di aggiornare la struttura ritenuta 'classica' dell'orazione, attraverso un'ibridazione consistente nell'innesto di *topoi* inconsueti per il genere. L'argomentazione appare ancor più efficace se si considera che il vescovo si presenta come il giudice morale di quest'imperatore e si carica dell'onere d'interpretare le sue azioni ed il vissuto. La descrizione

⁵⁷ Giuliano Imperatore, *Orazioni* 1.5-7; Alexander Kojève, *L'imperatore Giuliano e l'arte della scrittura*, Roma, Donzelli, 1998.

⁵⁸ Giuliano Imperatore, *Orazioni* 3.2.

⁵⁹ Socrate Scolastico, *Storia Ecclesiastica*, II.47.

⁶⁰ Sabine G. MacCormack, *Arte e cerimoniale...*, cit., p. 189; Leonardo Lugaresi, "Giuliano Imperatore e Gregorio di Nazianzo: contiguità culturale e contrapposizione ideologica nel confronto tra ellenismo e cristianesimo" in Adele Filippo (ed.), *Giuliano Imperatore: le sue idee, i suoi amici, i suoi avversari*, Atti del Convegno Internazionale di Studi, Lecce 10-12 dicembre 1998, Lecce, Cogedo, 1999, p. 293-334.

⁶¹ Claudio Moreschini, *Filosofia e letteratura in Gregorio di Nazianzo, Platonismo e letteratura patristica*, Studi e Testi 12, Milano, Vita e Pensiero, 1997, p. 178-180.

della pompa funebre deve suggestionare il pubblico, fornire elementi utili alla propria tesi e rivisitare la condotta di Costanzo II, che non sempre è stata condivisa dalla Chiesa. In questo modo palesa tutta la forza che possiede chi narra un evento così significativo e dimostra come quest'accadimento costituisca una possibile occasione per esercitare l'arte dell'interpretazione. Un filo-ariano come Costanzo, che Lucifero di Cagliari addita quale "*filius diaboli*" per il suo sostegno agli eretici, a mezzo dell'*interpretatio* del vescovo può essere persino assolto da ogni sospetto di eresia. Gregorio, nell'esprimere un vero e proprio giudizio di merito sulla gestione dell'Impero, ha cura di dimostrare come una tale assoluzione non sia frutto di una sua personale convinzione. Pertanto, adopera due espedienti per rafforzare la propria presa di posizione. Ricorre prima di tutto ad un *locus* della tradizione e ripropone il motivo della "famiglia funesta". È allora il popolo, venuto meno il valore del giudizio senatorio, che col suo spontaneo partecipare alle esequie, emette il verdetto 'definitivo' sulla condotta imperiale. Il codice della tradizione permette di interpretare i fatti e ripropone nell'Impero cristiano l'atavica antitesi fra *consecratio* e *damnatio*, presentandola a corollario del cerimoniale funebre. Si reintroduce nel *funus imperatorum* oramai cristianizzato quell'espressione articolata di un consenso, che pone in relazione la popolazione con l'imperatore.⁶² Questo diviene possibile perché Gregorio ha ben presente che l'impianto cerimoniale del Tardoantico è connotato da una discreta flessibilità ed appare pronto a recepire le nuove sollecitazioni; un dato di fatto che gli rende più facile l'opera di interpretazione. Orbene, il *funus imperatorum* si modella su questo canovaccio di gesti 'sempre aperto' a correttivi, che sono volti ad ottimizzare le espressioni del consenso popolare. Nazianzeno, per rendere più incisiva la descrizione della pompa funebre di Costanzo II, adopera i termini tradizionali usati per rappresentare l'*adventus*, poiché è ben cosciente che quel rito è adeguato a esprimere "lo *status* dell'imperatore da vivo e da morto"⁶³. L'evocazione del cerimoniale d'ingresso in una città si dimostra indispensabile per il vescovo allo scopo di ottimizzare la descrizione della pompa funebre che consegna la salma dell'imperatore al luogo del suo riposo, poiché "gli onori tributati a Costanzo dopo la morte" costituiscono "una ricompensa per il suo regno"⁶⁴. La processione viene guidata

⁶² Sabine G. MacCormack, *Arte e cerimoniale...*, cit., p. 191.

⁶³ Sabine G. MacCormack, "Change and Continuity in Late Antiquity. The Ceremony of Adventus", *Historia*, 21 (1972), p. 721-752; Mary Beard, *El triunfo romano: una historia de Roma a través de la celebración de sus victorias*, Barcelona, Crítica, 2008; Micheal McCormick, *Eternal Victory, Triumphal Rulership in late Antiquity, Byzantium and the early Medieval West*, Cambridge-Paris, Cambridge University Press, 1986.

⁶⁴ Sabine G. MacCormack, *Arte e cerimoniale...*, cit., p. 189.

dal *domesticus* Gioviano e compare la presenza massiccia dell'esercito, vi aggiunge però una differenza di non poco conto. Il corteo funebre termina a Costantinopoli, presso i SS. Apostoli, dove è collocato il mausoleo divenuto ormai dinastico⁶⁵. Sottolinea poi la presenza del popolo, che si affolla attorno al feretro. Eppure tale massiccia partecipazione dei sottoposti non sembra convincere, tanto che il vescovo adopera un'ulteriore espediente. Per rendere effettiva l'assoluzione dell'imperatore deve allora introdurre il meraviglioso cristiano, che conferma la bontà della condotta di popolo ed esercito. Gregorio afferma che durante la pompa funebre, al momento in cui il corteo attraversa i monti del Tauro, ai partecipanti è possibile udire delle voci che provengono dall'alto e accompagnano il feretro. Voci che il vescovo qualifica come di angeli, a ricompensa della pietà esercitata in vita da Costanzo II. Si introducono così l'elemento irrazionale ed il meraviglioso, che aumentano l'efficacia della descrizione, rendendola ben più incisiva. Il *consensus omnium* già evocato dalla presenza di popolo ed esercito viene supportato dal consenso celeste, reso percettibile ai lettori dall'evocazione delle voci angeliche:

“Il corpo di Costanzo venne fatto uscire con solennità e tra acclamazioni generali, accompagnate dalle nostre cerimonie religiose – il cantare per tutta la notte e il fare luce con delle torce – che sono i riti con i quali noi cristiani pensiamo sia giusto onorare una morte santa. L'esposizione del cadavere è quindi un'occasione per una solenne gioia collettiva mescolata al cordoglio (...) e molti hanno anche inteso che, mentre il corpo si trovava a passare attraverso i monti del Tauro per essere riportato nella sua città natale, si fosse sentita una voce dalla cima delle montagne, come di esseri che cantassero e incitassero (Costanzo) a proseguire, la voce, io credo, di potenze angeliche, un premio per la sua pietà e un'offerta per il suo funerale”⁶⁶.

L'evocazione del meraviglioso cristiano costituisce allora un elemento capace di fornire pregevolezza all'assunto del vescovo, che vuole l'imperatore assolto da ogni peccato. Siamo di fronte ad una scelta narrativa che non è indirizzata a reimpostare il rapporto fra la Chiesa e Costanzo, ma serve a ben altro. In questo sentire si spiega un ulteriore dettaglio: Gregorio precisa che

⁶⁵ Glanville Downey, “The Builder of the original Church of the Apostles at Constantinople. A Contribution to the Criticism of the *Vita Constantini* attributed to Eusebius”, *DOP*, 6 (1951), p. 51-80; Glanville Downey, “The Tombs of Byzantine Emperors at the Church of the Holy Apostles in Constantinople”, *JHS*, 79 (1958), p. 27-51; Philip Grierson, “The tombs and obits of the Byzantine emperors (337-1042)”, *DOP*, 16 (1962), p. 3-63.

⁶⁶ Gregorio Nazianzeno, *Orazioni*, PG 35, 685 ab; cfr. trad. it. F. Piviotti Inghilleri, cit. in Sabine G. MacCormack, *Arte e cerimoniale ...*, cit., p. 190.

l'*affectio* del popolo e dei soldati costringono Giuliano, il quale nell'attesa ostenta in modo fiero le *imperialia insignia* alle porte di Costantinopoli, a privarsene per assumere le vesti del lutto e scortare il cugino e predecessore ai SS. Apostoli⁶⁷.

Mamertino offre una diversa visione dei fatti, che Gregorio rivede entro il marco di un'apologia ideologica. Questi precisa che Giuliano appronta per Costanzo un funerale tradizionale, differenziato soltanto dall'inumazione nel mausoleo cristiano⁶⁸.

Rappresentazioni pagane dell'ascesa di Giuliano ed interpretazione cristiana della sua dipartita

L'ascesa di Giuliano diversamente sembra interessare davvero poco la storiografia ecclesiastica, che si limita a riferire meramente l'acclamazione, concentrandosi piuttosto sulle conseguenze della sua elezione. Questa si preoccupa di screditare la figura, enfatizzando la sua capacità di simulare le virtù, come quella dell'umiltà, che da ragazzo lo spinge a farsi monaco. Sozomeno insinua che a giocare un ruolo importante in questa scelta è la viltà, unita al timore del cugino. Motivazione che lo stesso dimostra essere inesistente, allorché fornisce dati utili a scagionare Costanzo, già sospettato di tramare contro Giuliano⁶⁹. Socrate Scolastico ricorda altresì che la preoccupazione, suscitata nell'imperatore dall'elezione ad Augusto di Giuliano, origina quel colpo apoplettico capace di ucciderlo⁷⁰.

Eppure, il *topos* del consenso divino suggestiona anche gli scrittori pagani, tanto da convincerli ad asserire che l'ascesa di Giuliano è voluta dagli dei. Tale soluzione la ritroviamo nel più tardo Ammiano che, raccontando la promozione a cesare di Giuliano avvenuta a Milano nel novembre del 335, ricorre a questo *locus*. Per la sua nomina Costanzo II organizza una cerimonia prettamente militare volta all'accaparramento del consenso delle truppe verso l'unico sopravvissuto della famiglia allargata di Costantino. La cerimonia si struttura nella seguente sequenza: convocazione e schieramento delle legioni,

⁶⁷ Filostorgio, *Storia Ecclesiastica* VI.6; Socrate Scolastico, *Storia Ecclesiastica* III; Ammianus, *Rerum gestarum* 21.16.21; Gilbert Dagron (trad. it.), *Costantinopoli. Nascita di una capitale (330-451)*, Torino, Einaudi, 1991, p. 35; Glenn F. Chesnut, *The First Christian Histories: Eusebius, Socrates, Sozomen, Theodoret, and Evagrius*, Macon, Peeters, 1986.

⁶⁸ *Panegirici Latini* 9.27.

⁶⁹ Sozomeno, *Storia Ecclesiastica*, V.2.

⁷⁰ Socrate Scolastico, *Storia Ecclesiastica*, II.47.

presentazione dell'eletto da parte del Massimo Augusto per giustificare la propria scelta, vestizione e l'*adclamatio* delle truppe. Il rito si conclude con l'accesso nella carrozza imperiale e l'entrata nel Palazzo, quale presa di possesso. Entro questo schema Ammiano reintroduce la vocazione divina all'Impero, allorché i soldati divinamente ispirati interrompono il discorso dell'augusto, affermando che tale decisione è frutto della divina volontà⁷¹.

Il racconto viene ulteriormente colorato da un diretto riferimento al principio dinastico, allorché menziona l'imposizione dell'*"avita purpura"*, il manto di porpora rivestito dagli antenati⁷². Questa versione dei fatti costituisce il contraltare delle narrazioni vescovili dell'ascesa dei sovrani cristiani e può essere intesa come un tentativo di sistematizzazione *ex post* degli accadimenti; una soluzione efficace che è capace di espungere l'intervento del Dio cristiano, lasciando spazio a quelli pagani.

Nondimeno, nell'imminenza dei fatti l'elezione divina non viene menzionata. Il panegirista Mamertino nel 361 per meglio giustificare la designazione di Giuliano ad imperatore innanzi al Senato di Costantinopoli ricorre piuttosto al principio della virtù, liquidando sia la vocazione divina, che il criterio dinastico. Questi rappresenta l'elezione come fatto necessario, poiché Giuliano è il migliore⁷³. La meritocrazia sembra così accantonare la parentela con Costantino. Una presa di posizione che rispecchia il pensiero di Giuliano, il quale rifiuta di afferire l'ascesa alla sua famiglia allargata.

Tuttavia, questa soluzione non sembra convincere. Tanto che lo stesso Giuliano, da un certo punto in poi, fornisce una spiegazione degli accadimenti e nel farlo non sfugge alle suggestioni delle narrazioni dell'ascesa fatte dai vescovi. Anche questi, raccontando i fatti nella *Lettera agli ateniesi*, reintroduce la vocazione divina all'Impero, sicché diventa una mera pedina di un disegno più grande, operato materialmente dai soldati e progettato dalla divinità⁷⁴.

⁷¹ Ammianus, *Rerum gestarum* 15.8; Mario Spinelli, *Il pagano di Dio: Giuliano l'Apostata, l'imperatore maledetto*, Roma, Marzianum Press, 2015; Giorgio Scrofolani, *La religione impura: la riforma di Giuliano imperatore*, Brescia, Padeia, 2010; Ignazio Tantillo, *L'imperatore Giuliano*, Bari, Laterza, 2019; Maria Caltabiano, *L'epistolario di Giuliano imperatore: saggio storico*, Napoli, D'Auria, 1991; Maria Caltabiano, "Giuliano imperatore nelle *res gestae* di Ammiano Marcellino: tra panegirico e storia" in Adele Filippo (ed.), *Giuliano Imperatore: le sue idee, i suoi amici, i suoi avversari*, Atti del Convegno Internazionale di Studi, Lecce 10-12 dicembre 1998, Lecce, Cogedo, 1999, p. 335-355.

⁷² Ammianus, *Rerum gestarum* 15.8.9.

⁷³ *Panegirici Latini* 2.27.10; Maria C. De Vita, *Giuliano imperatore filosofo neoplatonico*, Milano, Vita e Pensiero, 2011.

⁷⁴ Giuliano imperatore, *Lettera agli Ateniesi* 284b-285a; Isabella Labriola (ed.), "Giuliano Imperatore, *Lettera agli ateniesi*", *InvLuc*, 13/14 (1991), p. 179-204.

Ha cura di raccontare tutto il travaglio interiore che lo attraversa nei momenti antecedenti quell'ascesa improvvisata, al fine di dimostrare come l'elezione non è stata da lui macchinata. La nomina viene accettata perché questi è vinto dalle pressioni degli uomini divinamente ispirati che lo acclamano, ma anche dalle pulsioni suscitate dalle divinità in lui. La sua elezione viene così rappresentata come l'arrendersi di un uomo mite agli dei. L'elemento sovrannaturale, orbene, va valutato entro la mentalità propria della cronologia di riferimento, ma può essere meglio compreso se qualificato come intima suggestione. Si raffronta un espediente non certo nuovo ed un contraltare dell'*instinctu divinitatis* che sembra guidare Costantino per tutta la vita. La soluzione retorica si dimostra indispensabile a giustificare la forzatura dei meccanismi costituzionali operata da una designazione, che si configura come nulla più dell'esercizio di un mero atto d'arbitrio delle truppe. Eppure, Giuliano sa bene che questa viola i diritti di Costanzo II. Il criterio dell'elezione divina appare quale miglior giustificazione per un atto che costituisce una chiara usurpazione.

Al *locus* dell'ispirazione divina si rifà pure Libanio nel panegirico per il consolato del 363 d.C., laddove sostiene l'irrompere della divinità che muove i soldati e li spinge all'elezione⁷⁵. Costoro diventano così docili ed inconsapevoli strumenti del volere celeste e ne attuano il giudizio, consegnando le insegne del potere al solo uomo dotato di *aretai*⁷⁶.

Questi, rimembrando il rito d'ascesa e l'imposizione delle insegne, non manca di fare riferimento al dettaglio prezioso che le costituisce, quali i frutti del mare, come la porpora estratta dal murice e le perle; materiali non alla disponibilità di tutti, che qualificano il rango imperiale per quello che è. Una precisazione da non sottovalutare, poiché il riferimento approntato rimanda a quelle strategie dell'opulenza che hanno il compito di colonizzare l'inconscio dell'auditorio, suggestionandolo con immagini adeguate. Si rappresenta un'idea condivisa della maestà che la morigeratezza dei costumi di Giuliano progressivamente va ad offuscare.

Ammiano nel raccontare quell'elezione non si discosta dal racconto di Giuliano e non ha troppi problemi nel riportare il *locus* dell'ispirazione divina a riprova dell'imprescindibile suggestione apportata dalle soluzioni descrittive poste in essere dai vescovi. Riferisce il racconto di Giuliano, fatto agli amici più intimi, circa la visione del *Genius Publicus*, che lo ha esortato ad assumere

⁷⁵ Libanio, *Orazioni* 12.49.

⁷⁶ Ammianus, *Rerum gestarum* 20.5.10. Cfr. Ammiano Marcellino, *Le Storie*, Torino, UTET, 2013.

l'Impero, minacciandolo di abbandonarlo in caso di un suo ulteriore rifiuto⁷⁷. Il narratore però attribuisce un diverso significato a talune circostanze. Sottolinea il ruolo dei soldati, che fanno pressione su Giuliano, affinché accetti il titolo di Augusto. Tuttavia sostituisce all'ispirazione divina una meno prosastica brama di denaro, poiché costoro anelano alla concessione del donativo usuale. Precisa poi che al momento non si ha disponibilità di un diadema adeguato al capo di Giuliano, vi è solo quello della moglie, troppo stretto e pertanto inadatto. Si ripiega così per il *maniakis* posto al collo dei soldati, che uno di questi offre per la cerimonia⁷⁸. Un milite, che viene qualificato come *draconarius*, lo impone sul capo di Giuliano. La menzione di un anonimo soldato non va liquidata come una leggerezza del narratore, ma può nascondere un abile trucco dello storico, che sommessamente suggerisce l'idea di un'elezione avvenuta per effettiva volontà divina. Siamo di fronte ad una potente suggestione, che trova il proprio equilibrio all'interno di un apparato di simboli e gesti capace di persuadere il lettore e di convincerlo circa la legittimità dell'*incipit* dell'impero di Giuliano, nonostante la procedura innovativa ed improvvisata. Il fatto che nessuno sapesse chi fosse costui sembra poi suggerire il ruolo di un *deus ex machina*, il quale funge da 'catalizzatore' nell'evolversi degli eventi. La suggestione di un probabile intervento divino ha a giustificare un gesto del tutto nuovo entro la trama del protocollo di elezione. Un gesto estemporaneo, che a causa della poca autorità di chi lo compie è solitamente destinato all'oblio.

Solo pochi mesi dopo i fatti Libanio torna sul valore di quell'improvvisato cerimoniale castrense e interpreta il suo corredo simbolico. Questi però si rivolge alla corte, cosa che gli permette di liquidare l'imposizione del *maniakis* alla stregua di un ornamento militare e non afferisce alcun valore legittimante all'assunzione del diadema. Il rito viene così ricondotto alla consueta gestualità che segue la commemorazione di una vittoria, cosa che gli permette di affermare: "beati quei militi che ti hanno incoronato con trofei e che non hanno potuto fare a meno di posare sul tuo capo la corona di pietre preziose"⁷⁹. Ciò dimostra che *l'élite* non riesce a comprendere affondo la portata del comportamento dei soldati, perciò il panegirista si limita ad evocare sommessamente al suo pubblico delle immagini note, come quelle degli augusti coronati dalle vittorie.

Una singolare interpretazione del cerimoniale posto in essere per il funerale di Giuliano trova spazio nella quinta orazione delle già citate *Invectivae in*

⁷⁷ Ammianus, *Rerum gestarum* 20.5.10.

⁷⁸ Ammianus, *Rerum gestarum* 20.4.17. Il *maniakis-torques* è un ornamento etnico indossato non solo dai soldati barbari, ma anche dalle divinità germaniche; cosa che lo rende un segno sacro ed adeguato a sostituire il diadema aureo.

⁷⁹ Libanio, *Orazioni* 12.59.

Iulianum composte dal vescovo Gregorio di Nazianzo⁸⁰. Costui redige una descrizione dei fatti che costituisce piuttosto un contraltare del racconto delle esequie di Costanzo ed il capovolgimento del codice narrativo adoperato per quella descrizione. È dunque l'ossimoro fra le due tipologie di cerimoniale funerario, inserito entro l'apparato dell'*argumentatio*, che può essere percepito come un espediente certamente innovativo rispetto al genere dell'invettiva. Non meraviglia allora che il vescovo abbia a portare in scena una caustica antitesi in cui domina la *damnatio* popolare. Il pubblico biasimo da solo basta ad ottenere il fine perseguito dal narratore ed a evocare un'atmosfera piena di *pathos*. L'intervento del Dio cristiano diviene così superfluo e non viene introdotto, perché non necessario. Proprio il dissenso popolare a seguito della sua morte presso Ctesifonte in Mesopotamia, si contrappone puntualmente all'*affectio* tributata al predecessore cristiano⁸¹. Attraverso il rovesciamento del *locus* del *consensus omnium*, Gregorio non solo aggiunge elementi utili alla sua tesi, ma in qualità di giudice delle azioni degli augusti emette il verdetto inappellabile contro Giuliano⁸². Sostiene poi di ignorare i costumi funerari romani e depreca la consueta presenza degli attori, i quali mimano il defunto e impersonano gli esponenti della sua famiglia. Orbene, opera una falsificazione: interpretando tale espressione tradizionale in chiave ironica, la propone al pubblico come una irriverente profanazione della memoria dell'augusto. Gregorio riferisce:

“La sua campagna militare era stata ignominiosa e ancora di più lo fu il suo ritorno, perché egli venne scacciato da città e da nazioni, con un consenso e una derisione generali che ancora adesso molti ricordano. E quale fu la sua ignominia? Attori lo accompagnavano coi loro sberleffi, ed era scortato dagli oltraggi che provenivano dalla scena (...) e veniva biasimato per la sua apostasia, la sua disfatta, la sua morte. Quali ingiurie non ebbe patire, quali oltraggi non dovette subire da coloro che dell'oltraggio fanno la loro professione, fino a quando la città di Tarso non lo accolse. Io non so perché, o per quale ragione dovette patire tale disonore. E in quella città Giuliano ricevette un recinto ignobile, una tomba impura, un santuario che è un abominio e che non può essere guardato dagli occhi degli uomini pii”⁸³.

⁸⁰ Gregorio Nazianzeno, *Orazioni* PG 35.688 a; cfr. Claudio Morescini (ed.), Gregorio di Nazianzo, *Tutte le orazioni*, Milano, Bompiani, 2000; Francesco Trisoglio, *San Gregorio di Nazianzo e la politica*, Alessandria, Edilprint, 1993, p. 6-12.

⁸¹ Tommaso Gnoli, *Le guerre di Giuliano imperatore*, Bologna, Il Mulino, 2015.

⁸² Norman H. Baynes, “The Death of Julian the Apostate in a Christian Legend”, *JRS*, 27 (1937), p. 22-29.

⁸³ Gregorio Nazianzeno, *Orazioni*, PG 35, 688 a; cfr. trad. it. F. Piviotti Inghilleri, cit. in Sabine G. MacCormack, *Arte e cerimoniale...*, cit., p. 190.

Ma non è lui a condannarlo. La vera sanzione è il diniego di una tomba nella nuova capitale. Il di lui cadavere viene trasportato a Tarso, forse poiché a questa città è stato promesso un *adventus* o, fors'anche, perché si vuole evitare Antiochia che ne ha criticato tanto le scelte estetiche e lo ha costretto a redigere il *Μισοπῶγων*⁸⁴. Eppure, i costumi di Giuliano in vita sono stati davvero sobri ed allo stesso modo sembra orientarsi lo svolgimento del suo funerale. Una mancanza di sfarzo che, sebbene non si addica ad un imperatore, rispecchia la sensibilità di Giuliano. E se Gregorio usa tale austerità come arma per dimostrare la sua tesi, non si può affermare che questi abbia eccessivamente falsificato i fatti. Ammiano conferma che la pompa è piuttosto umile e soprattutto ne deplora l'essenzialità del sepolcro, che viene addirittura posto al di fuori della città; questi in uno slancio di orgoglio romano-pagano⁸⁵ auspica per lui un sepolcro in Roma. Gregorio allora, nell'enfatizzare in senso negativo questa semplicità, si limita a evocare la percezione comune della maestà imperiale. E se sa bene che l'augusto ha la facoltà di esercitare la virtù della modestia, preferisce partire dal senso comune e condannare ogni alternativa che sminuisce il fasto della maestà⁸⁶.

Il nuovo imperatore: Gioviano, seppur cristiano, rende più degna l'ultima dimora di Giuliano, ossequiando una stratificata consuetudine. L'atto di pietà verso il predecessore è un espediente consueto, poiché ritenuto capace di legittimare il successore.

Conclusioni

Panegiristi, vescovi ed intellettuali laici, oberandosi del compito di narrare i fatti significanti dell'Impero come l'ascesa o il decesso degli augusti, esercitano efficacemente l'arte dell'interpretazione e contribuiscono a costruire la memoria collettiva, orientandola sempre più spesso in senso creativo. Solitamente i panegiristi, reclutati per le commemorazioni pubbliche, sono costretti ad offrire una versione compiacente di quegli episodi, tale da distorcere anche in modo eccessivo la realtà; opera che meglio si apprezza entro l'alea di un'apologia.

⁸⁴ Carlo Prato and Dina Micaella (eds.), *Giuliano Imperatore, Misopogon*, Roma, Edizioni d'Ateneo, 1979; Arnaldo Marcone, "Un panegirico rovesciato: Pluralità di modelli e contaminazione letteraria nel 'Misopogon' giuliano", *Revue des Études Augustiniennes*, 30 (1984), p. 226-239.

⁸⁵ Ammianus, *Rerum gestarum* 23.2.5; Dominique Conduché, "Ammien Marcellin et la mort de Julien", *Latomus*, 24 (1965), p. 359-380; Arthur D. Nock, "Deification and Julian", *JRS*, 47 (1975), p. 115-123.

⁸⁶ Socrate Scolastico, *Storia Ecclesiastica* 3.1.

Nonostante alcuni di loro vantano autorevolezza e possono permettersi di parlare in modo più libero ed inserire complesse divagazioni, altri si limitano a discorsi ‘da manuale’, finalizzati a suggestionare e, quando possibile, a carpire maggiore consenso dal pubblico. I vescovi e gli ecclesiastici, che scrivono *ex post*, si possono concedere qualche libertà in più rispetto ai panegiristi. Eppure tale possibilità non costituisce uno ‘spazio franco’ alle licenze interpretative. La composizione presuppone piuttosto un’attenta riflessione sui messaggi da trasmettere, che vanno calibrati rispetto alle aspettative del pubblico a cui il componimento è diretto ed al contesto in cui questo può circolare.

Costoro, come dimostrato dai testi menzionati, non possono fare a meno del ricorso al *locus* della vocazione divina all’Impero, che non può essere liquidato come un espediente utile a giustificare in termini ‘politicamente corretti’ l’elezione. Quest’elaborazione, che permette ampie disquisizioni tanto religiose, quanto filosofiche, ha colonizzato l’inconscio collettivo. Cosa che la rende una soluzione irrinunciabile nel giustificare l’ascesa anche a prescindere dalle circostanze più o meno controverse in cui si realizza.

Le descrizioni delle esequie permettono poi un’incisiva riflessione sul vissuto dell’augusto e lasciano la possibilità di esprimere un giudizio di merito sul suo governo, tanto che la narrazione apre a spazi utili al ripensamento delle coordinate storiche in cui si verifica il decesso, fin a giungere alla loro astrazione. Il tentativo di dimostrazione della sopravvivenza ultraterrena dell’augusto presuppone così l’esercizio di estro ed immaginazione. Un’attività che appare pienamente lecita entro le finalità ideologiche a cui si orienta la narrazione.

**Privilegios rodados en Portugal:
memoria de la praxis diplomática castellana en territorio luso**

**Privileges *rodados* in Portugal:
memory of the Spanish diplomatic praxis in Portuguese territory**

DIEGO BELMONTE FERNÁNDEZ

Universidad de Sevilla

dbelmonte@us.es

<https://orcid.org/0000-0002-0372-3963>

Texto recebido em / Text submitted on: 11/09/2019

Texto aprovado em / Text approved on: 24/06/2020

Abstract

At the Torre do Tombo National Archive in Lisbon, five *privilegios rodados* are currently preserved, four of them original ones, surviving examples in Portuguese territory of a typical documentary praxis from the Castilian crown during the Middle Ages, whose value has not yet been exposed. Although its historical information is widely known, the outstanding diplomatic interest that these documents present today has gone unnoticed by most researchers. This interest comes not only because of the documentary typology they represent, but because they are the only ones currently located in the country. The analysis of these five documents is the central axis of this work, while it will serve us to reflect, even briefly, on the documentary typology that they exemplify.

Keywords: Torre do Tombo National Archive; Portugal; *Privilegio Rodado*; Alfonso X of Castille; Alfonso III of Portugal

Resumen

En el Archivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa se conservan en la actualidad cinco privilegios rodados, cuatro de ellos originales, ejemplos supervivientes en territorio portugués de una praxis documental propia de la corona castellana durante la Edad Media, cuyo valor no se ha puesto aún de manifiesto. Si bien sus informaciones históricas son ampliamente conocidas, ha pasado desapercibido para la mayor parte de los investigadores el destacado interés diplomático que estos documentos presentan hoy, no solo por la tipología documental que representan, sino por constituir los únicos localizados en la actualidad de dicha tipología en el país. El análisis de estos cinco documentos constituye el eje central del presente trabajo, al tiempo que nos servirá de excusa para reflexionar, aun brevemente, sobre la tipología documental que ejemplifican.

Palabras Clave: Archivo Nacional da Torre do Tombo; Portugal; Privilegio Rodado; Alfonso X de Castilla; Alfonso III de Portugal.

1. La Historia que nos cuentan

En el Archivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa se conservan en la actualidad cinco privilegios rodados, cuatro de ellos originales, supervivientes en territorio portugués de una praxis documental propia de la corona castellana durante la Edad Media, cuyo valor no se ha puesto aún de manifiesto. Si bien sus informaciones históricas son ampliamente conocidas, ha pasado desapercibido para la mayor parte de los investigadores el destacado interés diplomático que estos documentos presentan hoy, no solo por la tipología documental que ejemplifican, sino por constituir los únicos cuatro localizados en la actualidad de dicha tipología en el país vecino. Junto a ellos, como se ha dicho, se custodia un quinto, una copia notarial aún más interesante si cabe que nos servirá para entender mejor la práctica de los *tabelliones* portugueses¹.

El análisis de estos cinco documentos constituye el eje central del presente trabajo², al tiempo que nos permitirá reflexionar, aun brevemente, sobre la tipología documental que representan. Una tipología que es autóctona de las prácticas diplomáticas del reino castellanoleonés durante el periodo medieval pero que, como veremos, comenzó también a desarrollarse en suelo portugués hasta desaparecer sin dejar rastro en el siglo XIII.

Como puede comprobarse, el contexto histórico en el que estos cinco documentos se insertan puede concretarse en tres momentos clave. Los cinco textos aparecen muy vinculados entre sí con el proceso de reconquista de la zona andaluza. Casi todos ellos se relacionan de una forma u otra con este fenómeno, resultando ser en algunos casos fruto de la diplomacia que se estableció durante estos años entre los reinos castellano y portugués, políticas que como es bien sabido fueron oscilando entre el abierto enfrentamiento y el pactado entendimiento³.

El más antiguo de ellos debió gestarse en los momentos previos a la conquista de Sevilla por parte de los reyes cristianos en 1248⁴. Esta se materializó el día 23 de noviembre, cuando las tropas castellanas lideradas por Fernando III entraron por

¹ A estos cinco debe sumarse el que estudió M. Luisa Pardo Rodríguez en “La Concesión de 1261 del Rey Alfonso X de Castilla a García, Obispo de Silves: Notas Diplomáticas” en *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. IV, Oporto, Universidad, 2006, p. 41-50.

² En el apartado 4 del presente trabajo incluimos un catálogo con los *regesta* de los cinco documentos y las diferentes obras donde ya han sido publicados. Solo editamos nosotros el único que aún permanece inédito (doc.5).

³ Obras clásicas que abordan estas relaciones son: Pedro Soares Martinez, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1986; Miguel Ángel Ochoa Brun, *Historia de la diplomacia española*, Madrid, Ministerio de Asuntos Exteriores, 1995.

⁴ Francisco García Fitz, *La Reconquista*, Granada, Universidad, 2011; Julio Valdeón Baroque, *La Reconquista: el concepto de España: unidad y diversidad*, Madrid, Espasa, 2006;

fin en la ciudad de Sevilla después de un largo y penoso asedio⁵. La ciudad mora, capital del Al-Ándalus almohade en aquel momento, capitulaba sin condición⁶.

La *Reconquista* de Sevilla no sólo era importante por lo que suponía al ser la capital de los musulmanes, sino que también representaba el dominio de uno de los valles fluviales más fértiles y ricos de toda la Península Ibérica, el del río Guadalquivir. Siendo así, no parece extraño encontrarnos participando en la empresa a miembros de prácticamente todas las órdenes militares locales, tanto de las castellanas Calatrava, Santiago y Alcántara, como de las internacionales del Temple y San Juan, o de las portuguesas Avís y calatravos de Alcañiz⁷.

No era la primera vez que la orden de Avís participaba en contiendas al otro lado de la frontera. Tras haber estado al lado de Sancho I en la toma de Silves, la orden participó activamente también en la batalla de Alarcos en 1195⁸. Para la época en que se conquista Sevilla, el maestrazgo de la orden lo ostentaba desde 1238⁹, Martín Fernández. Fue él quien, el 15 de enero de 1248, estando las tropas cerca ya de la capital hispalense, recibe del rey Fernando III 2000 maravedís

D. W. Lomax, *The Reconquest of Spain*, Londres, Longman, 1978; C. Sánchez Albornoz, *La reconquista española y la repoblación del país*, Zaragoza, CSIC, 1951.

⁵ Manuel González Jiménez, *Fernando III el Santo: el rey que marcó el destino de España*, Sevilla, F. José Manuel Lara, 2006; Julio González González, *Las conquistas de Fernando III en Andalucía*, Valladolid, Maxtor, 2006; VVAA, "Fernando III y su tiempo (1201-1252)", *VIII Congreso de Estudios Medievales*, León, Fundación Sánchez-Albornoz 2003; Jenaro Costas Rodríguez, *Fernando III a través de las crónicas medievales*, Zamora, Junta Castilla y León, 2002; Francisco Ansón Oliart, *Fernando III: Rey de Castilla y León*, Madrid, 1998; Gonzalo Martínez Díez, *Fernando III (1217-1252)*, Palencia, La Olmeda, 1993.

⁶ Manuel González Jiménez, Isabel Montes Romero-Camacho, "Reconquista y restauración eclesiástica en la España medieval: el modelo andaluz" en *Congreso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, Braga, 1990, p. 47-88; José Sánchez Herrero, "La Iglesia de Sevilla durante los siglos bajomedievales (1248-1474)" en José Sánchez Herrero (ed.), *Historia de las diócesis españolas*, vol. 10, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2002, p. 59-130.

⁷ Daniel Rodríguez Blanco, "Las órdenes militares en el reino de Sevilla: el contexto de la encomienda santiaguista de Estepa", *Cuadernos de Estepa, 1, De la Antigüedad Tardía a la Encomienda Santiaguista. La época medieval en el centro de Andalucía*, Sevilla, Ayuntamiento de Estepa, 2013, p. 280; Ídem, "Las órdenes militares en el reino de Sevilla en la Edad Media", *Historia. Instituciones. Documentos*, 39 (2012), p. 117-154.

⁸ Maria Cristina Cunha, Maria Cristina Gomes Pimenta, "Algumas considerações sobre as relações entre os monarcas castelhanos e a Orden de Avís no século XIII", *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, 2 (1985), p. 52; Maria Cristina Cunha, "Les ordres militaires" en *Aux confins du Moyen Âge. Art portugais XII - XV^e siècle*, Lisboa, Europalia, 1991, p. 73-76; Ídem, "A Ordem de Avís e a Monarquia Portuguesa até ao final do reinado de D. Dinis", *Revista da Faculdade de Letras. História*, Sér. II, 12 (1995), p. 113-123.

⁹ Maria Cristina Cunha, Maria Cristina Gomes Pimenta, "Algumas considerações...", cit., p. 51.

pequeños si ganaba Sevilla, con la promesa de trocárselos por heredades que los valiesen de renta y de darle casa en la ciudad una vez ocupada esta¹⁰.

Conquistada la ciudad del Guadalquivir, la proximidad existente entre monarquía y órdenes militares, aunque matizada con confrontaciones esporádicas, se mantuvo en los años venideros. A pesar de que la participación de la orden de Avis en la política exterior del reino luso se pueda considerar discreta, se puede asegurar su existencia. En este sentido, la orden jugó un papel decisivo en el enfrentamiento abierto entre los dos reinos por el dominio del Algarbe, ocupado por Alfonso III a mediados del siglo XIII. Prueba de ello es la aceptación de la donación del castillo de Albufeira tanto de las manos del portugués, en 1250, como de las de Alfonso X de Castilla, en 1257¹¹. Esta última donación es la que se contiene precisamente en el segundo de los privilegios que aquí recogemos¹².

El tercer y cuarto documentos parecen compartir un origen común¹³. No en vano, ambos fueron emitidos el mismo día por parte del monarca castellano. Sin embargo, es del primero del único que conservamos el testimonio original, en tanto del segundo se nos ha preservado tan solo el traslado que de él realizaron los *tabelliones* portugueses. En ambos casos, debemos situarnos en los momentos finales del reinado de Alfonso X. Habiendo de morir el monarca el 4 de abril de 1284, fue apenas un año antes, el día 4 de marzo del 1283 cuando concede a su hija Beatriz diversos territorios en el sur de Portugal¹⁴, donación esta que más tarde confirmaría en su propio testamento a condición de que dichos territorios revertisiesen tras su muerte en la persona que heredase el reino de Sevilla¹⁵.

¹⁰ Doc. 1.

¹¹ Maria Cristina Cunha, "A mobilidade interna na Ordem de Avis (séc. XII-XIV)", *Revista da Faculdade de Letras, História*, Sér. III, 7 (2006), p. 72; Ídem, "A Comenda de Albufeira de Ordem de Avis (sec. XII-XV)" en Manuel González Jiménez y José María Miura Andrades (coord.), *Actas de las II Jornadas de Historia sobre Andalucía y el Algarbe, siglos XIII-XVIII*, Sevilla, Gráficas Sol, 1990, p. 49-62. Sobre el monarca, véase: Leontina Ventura, *D. Afonso III*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006. Sobre su cancillería: Leontina Ventura, António Resende de Oliveira, *Chancelaria de D. Afonso III: Livro I*, Coimbra, 2006; Ídem, *Libros II e III*, Coimbra, 2011.

¹² Doc. 2.

¹³ Docs. 3 y 4.

¹⁴ Sobre el personaje puede verse: Vanda Lourenço Menino, Adelaide Pereira Millán da Costa, *A Rainha, as Infantas e a Aia: Beatriz de Castela, Branca de Castela, Constança Manuel, Inês de Castro*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012; Ana Rodrigues Oliveira, *Rainhas medievais de Portugal. Dezassete mulheres, duas dinastias, quatro séculos de História*, Lisboa, A esfera dos livros, 2010.

¹⁵ Manuel González Jiménez, *Alfonso X, el Sabio*, Barcelona, Ariel, 2004, p.367.

Se encontraba el monarca en aquellos años sumido en plena guerra civil con su propio hijo, futuro rey Sancho IV. Para estas fechas, inicios del 1283, dos de las más destacadas ciudades al sur de Castilla habían formado una hermandad para defender los derechos del monarca, Sevilla y Murcia¹⁶. Muchos fueron, además, los nobles rebeldes que desde esas mismas fechas volvieron a la obediencia del rey, a pesar de los muchos intentos por parte del infante por conservar a sus partidarios¹⁷. Tras diversas sublevaciones, y después incluso de que el papa Martín IV pronunciara una sentencia condenatoria contra él y sus seguidores¹⁸, a finales de ese mismo año parecía que la contienda se inclinaba de forma clara a favor del rey Alfonso.

Así las cosas, Sancho IV apenas tuvo otra opción más que iniciar conversaciones con su padre, a través de su esposa, la reina María de Molina¹⁹, en representación suya. En tanto del lado del monarca actuó como intermediaria su hija Beatriz, a la sazón reina de Portugal, viuda para entonces del rey Alfonso III y madre ya del futuro monarca luso, Dinis²⁰, quien acabara luego apoyando al infante rebelde²¹.

Beatriz era hija ilegítima del rey y de la dama castellana Mayor Guillén de Guzmán²², nacida cuando aún Alfonso X era infante. Apenas con diez años había casado con el rey de Portugal, después de un contrato matrimonial firmado por su padre y este en el que intentaban establecer de nuevo buenas relaciones entre ambos reinos. Al tiempo de firmarse dicho contrato debió tratarse también el delicado tema del Algarbe, zona de disputa entre ambos desde hacía años²³.

Tras diversos episodios y aspiraciones al control de esta región por parte tanto de Alfonso III de Portugal, legítimo conquistador del territorio, como

¹⁶ Manuel González Jiménez, *Alfonso X...*, cit., p. 354.

¹⁷ Manuel González Jiménez, *Alfonso X...*, cit., p. 355.

¹⁸ Francisco J. Pereda Llarena, *Documentación de la catedral de Burgos, 1254-1293*, Burgos, Garrido Ed., 1984, n. 180, p. 246-248.

¹⁹ Mercedes Gaibrois Riaño de Ballesteros, *María de Molina, tres veces reina*, Madrid, Espasa-Calpe, 1936; M. Antonia Carmona Ruiz, *María de Molina*, Barcelona, Plaza & Janés, 2005.

²⁰ José A. de Sotto Mayor Pizarro, *D. Dinis*, Lisboa, Temas e Debates, 2012; Ídem, "D. Dinis I de Portugal" en Nicole Bériou, Pierre Josserand et alii. (eds.), *Prier et combattre. Dictionnaire Européen des Ordres Militaires au Moyen Âge*, París, Fayard, 2009; Ídem, *D. Dinis*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005; Ídem, "D. Dinis e a nobreza nos finais do século XIII", *Revista da Faculdade de Letras. Historia*, 10 (1993), p. 91-102.

²¹ Manuel González Jiménez, *Alfonso X...*, cit., p. 360.

²² Sobre este personaje y su sepulcro perdido, puede verse una reciente aportación en: David Arbesú, "Alfonso X el Sabio, Beatriz de Portugal y el sepulcro de doña Mayor Guillén de Guzmán", *eHumanista: Journal of Iberian Studies*, 24 (2013), p. 300-320.

²³ Manuel González Jiménez, "Alfonso X y Portugal", *Alcanate*, 4 (2004), p. 23.

de Alfonso X de Castilla, en razón de diversos pactos pasados²⁴, la cuestión pareció solventarse tras la revuelta mudéjar de 1264, a la que el portugués acudió presto para dar ayuda a su suegro. Agradecido, Alfonso X renunció a sus pretensiones sobre el Algarbe poco después, firmándose en 1267 el tratado de Badajoz según el cual quedaría ya para siempre dicha zona en el lado luso, fijándose el río Guadiana como frontera natural entre ambos reinos²⁵.

En estas conversaciones, en las que Beatriz parece haber jugado un papel decisivo²⁶, no hubo de hablarse de las posesiones que luego fueron entregadas a la reina en los privilegios a los que aquí nos referimos, pues por aquel entonces algunas de ellas, como Moura, Serpa, Noudar o Mourão, ni siquiera estaban en manos de la corona. Su dueña era la orden de San Juan de Jerusalén y habían pasado a poder del rey apenas un par de años antes, en 1281, tras una permuta que este hizo a los sanjuanistas a cambio de ciertos territorios situados casi en su totalidad al norte del Sistema Central²⁷.

Alfonso X pasaba así a controlar personalmente una zona muy vinculada con el reino vecino, pretensión que tenía desde mucho tiempo atrás²⁸. Fue apenas un par de años después de tomar su control, cuando el monarca las cedió a quien fuera su más amada hija²⁹. No obstante la presente concesión, el hecho de que estos territorios constituyeran precisamente la frontera entre ambos reinos los convertiría aún varias veces más en protagonistas de las políticas lusocastellanas³⁰.

Muerto el rey sabio, las relaciones entre las dos zonas continuaron oscilando entre paces y momentos de tensión. Después de diversas idas y venidas durante el inestable gobierno del castellano Sancho IV, en septiembre de 1297 se firma

²⁴ Manuel García Fernández, “La política internacional de Portugal y Castilla en el contexto peninsular del Tratado de Alcañices (1267-1297). Relaciones diplomáticas y dinásticas”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, Sér .II, 15 (1998), p. 901-943.

²⁵ Manuel González Jiménez, “Alfonso X y Portugal”..., cit., p. 31.

²⁶ Manuel García Fernández, “La política internacional...”, cit., p. 914.

²⁷ Carlos de Ayala Martínez, “La Orden Militar de San Juan en Castilla y León: los Hospitalarios al norte del Sistema Central (siglos XII-XIV)”, *Historia. Instituciones. Documentos*, 26 (1999), p. 26. Además, aborda la cuestión en: “Alfonso X, El Algarve y Andalucía: el destino de Serpa, Moura y Mourao” en *Historia Medieval: actas del II Congreso de Historia de Andalucía*, Vol. 1, Sevilla, 1994, p. 289-304; “Alfonso X y la Orden de San Juan de Jerusalén”, Miguel Á. Ladero Quesada, Vicente Á. Álvarez Palenzuela, Julio Valdeón Baroque (eds.), *Estudios de Historia Medieval. Homenaje a Luis Suárez*, Valladolid, Universidad, 1991, p. 29-50.

²⁸ Carlos Barquero Goñi, “Los hospitalarios castellanos durante el reinado de Alfonso X (1252-1284)”, *Alcanate*, 2 (2000-2001), p. 152.

²⁹ Manuel González Jiménez, “Alfonso X y Portugal”..., cit., p. 19.

³⁰ Manuel García Fernández, “La política internacional...”, cit.

en la villa de Alcañices un nuevo tratado³¹. El significado de este documento presentaba diversas interpretaciones para cada suscribiente. Mientras para Castilla, representada ya por el nuevo rey Fernando IV y la entonces regente, su madre María de Molina, suponía el establecimiento de la paz, para Portugal era básicamente un acuerdo fronterizo que rectificaba el de Badajoz de 1267 ampliando el territorio al otro lado del río Guadiana en el sur³².

Para reforzar dicho pacto, se estipuló que una vez el rey alcanzase la mayoría de edad en 1302 debía casar con Constanza de Portugal, hija del rey Dinis³³. Cuando la nueva reina de Castilla cruzó la frontera, con ella, formando parte de su séquito, en calidad de aya, vino Vataça Láscaris, infanta de origen heleno, y a la postre, protagonista del último de nuestros documentos³⁴.

Vataça Láscaris era infanta de la casa de Nicea, nieta del emperador Teodoro II Láscaris y de Helena de Bulgaria³⁵. Había nacido ya en Occidente, pues su madre, Eudóxia, denominada en los documentos peninsulares como doña Láscara, se había casado con Guillermo Pedro Balbo, conde de Ventimiglia. Muy joven vino al reino de Aragón, donde la progenitora se refugió al abrigo de los lazos de parentesco con Constanza de Hoenstaufen, esposa del rey Pedro III de Aragón. Llamada a formar parte del séquito de la hija de estos, Isabel, cuando se casó con el rey Dinis, acabó finalmente instalándose en la corte portuguesa. Casó ahí con Martim Anes, señor de Soverosa, hombre ya anciano que falleció sin hijos, pero dejando una vasta herencia. Es en 1297 cuando dirige sus pasos hacia Castilla, acompañando a la infanta Constanza, hija de los reyes Isabel y Dinis, dada por ya por esposa al monarca castellano³⁶.

³¹ José Sánchez Herrero (ed.), *El Tratado de Alcañices. Jornadas conmemorativas del VII centenario del Tratado de Alcañices (1297-1997)*, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, 1999.

³² Manuel García Fernández, “La política internacional...”, cit., p. 939; M. Antonia Carmona Ruiz, “Las relaciones luso-castellanas durante el gobierno de María de Molina (1295-1321)” en Manuel García Fernández (coord.), *El siglo XIV en primera persona. Alfonso XI, rey de Castilla y León (1312-1350)*, Sevilla, Universidad, 2015, p. 111-122.

³³ Manuel García Fernández, “La política internacional...”, cit., p. 941.

³⁴ Doc. 5.

³⁵ Entre otros: Georg Ostrogorsky, *Storia dell’Impero bizantino*, Turín, Einaudi, 1968; R. Lilie, *Bisanzio, la seconda Roma*, Roma, Newton & Compton, 2005; Giorgio Ravegnani, *Bisanzio e Venezia*, Bologna, Il Mulino, 2006.

³⁶ J. António Falcão, “Caminhos Alentejanos de Santiago” en *Actas II Congreso Internacional Camino Mozárabe de Santiago*, Badajoz, CEDER “La Serena”, 2013, p. 114; Joaquin Miret y Sans, “Tres princesas griegas en la corte de Jaime II de Aragón”, *Revue hispanique*, 15 (1906); Àngels Masià de Ros, “La emperatriz de Nicea, Constanza, y las princesas Láscara y Vataça”, *BRABL*, 20 (1947), p. 145-169; Michael Maclagan, *A byzantine princess in Portugal. Studies in memory of David Talbot Rice*, Edinburgh, Publication, 1975; Maria Helena da Cruz Coelho y Leontina Ventura, “Vataça-uma dona na vida e na norte” en *Actas das II Jornadas luso-espanolas*

En Castilla, prestó relevantes servicios a la corona que fueron luego generosamente recompensados por el monarca. Así, en 1310, estos se materializaron con la donación de los diferentes señoríos. Uno de ellos fue la villa de Lar cerca de Tordesillas, llamada hoy Villalar de los Comuneros, provincia de Valladolid. Vataça murió finalmente en Coímbra el 21 de abril de 1336, de cuya catedral procede el documento que aquí nos ocupa³⁷.

2. Aspectos formales

Deducir el motivo por el cual estos documentos se encuentran hoy en Portugal parece sencillo a tenor de la temática que abordan y que claramente se vincula con el antiguo reino portugués. Sin embargo, sus caracteres externos e internos responden, como no puede ser de otro modo, a las circunstancias propias del reino que los vio nacer, el castellano.

Como se ha dicho, se trata de cuatro documentos originales³⁸ y una copia³⁹. Esta última, en cuanto a temática, es prácticamente similar al documento tres, con el que comparte fecha originariamente, en el que de igual modo el rey Alfonso X concede tierras a su hija Beatriz. Sin embargo, mientras del tercero conservamos el documento original expedido por la chancillería alfonsí⁴⁰, del que ahora nos ocupa solo se ha localizado hasta la fecha el traslado realizado por los notarios lisboetas. Tal como se comprueba, nos encontramos ante una copia imitativa de alta calidad en la que el escribano plasmó, podríamos decir que con casi total exactitud, los elementos del discurso diplomático y aquellos figurados que tuviese el documento original, crismón y rueda. Al iniciar el texto,

de história medieval Pt. 1, Oporto, 1987, p. 8-10; Ídem, “Os bens de Vataça: visibilidade de uma existência”, *Revista de História das Ideias*. vol. 9, Tomo II (1987), p. 33-77; Antonio Rei, “Uma senhora bizantina nas cortes de Aragão, Portugal e Leão e Castela”, *Roda da Fortuna. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medieval*, 2, nº 1 (2003), p. 157-171.

³⁷ J. António Falcão, “Caminhos Alentejanos...”, cit., p. 114.

³⁸ Docs. 1, 2, 3 y 5.

³⁹ Doc. 4.

⁴⁰ Antonio J. López Gutiérrez, “La tradición documental en la chancillería de Alfonso X”, *Historia. Instituciones. Documentos*, 19 (1992), p. 253-266; Ídem, “Registros y registradores en la Chancillería de Alfonso X”, *Estudis castellanencs*, 6 (1994/95), p. 709-720; Ídem, “Oficio y funciones de los escribanos en la chancillería de Alfonso X”, *Historia. Instituciones. Documentos*, 31 (2004), p. 353-36; Ídem, “La génesis documental en la Chancillería Real de Alfonso X”, *Documenta & Instrumenta*, 14 (2016), p. 77-116; Marina Kleine, *La Chancillería real de Alfonso X. Actores y prácticas en la producción documental*, El Puerto de Santa María, Universidad de Sevilla/Cátedra Alfonso X el Sabio, 2015.

no obstante, añadió la fórmula de traslado correspondiente en la que describe con precisión la validación del privilegio:

bolado de sua bola redonda de chumbo pendiente per fios de sirgo blancos e uermelhos e jaines, na qual bola auya da hũa parte huum castello fegurado e da outra parte huum león e derredor dessa bola, assy da hũa parte come da outra auia leteras que dizia: Alfonsi, illustris regis Castelle e Legione, em o qual priuilegio auya duas rodas cum sas figuras e cum sas leteras das quaes ende ãa era meor posta no começo desse priuilegio segundo come assignaada suso en no começo deste stromento e a outra mayor roda e posta encima do priuilegio antre as testemoynhas que som conehudas em esse priuilegio.

El notario hace referencia a la presencia de dos ruedas, una al comienzo del documento y otra abajo, siendo la primera de ellas la invocación monogramática del mismo, un crismón.

Cierra el traslado con su correspondiente suscripción. Como expresamente se nos indica en ella, el texto de la copia fue realizado *manu propria* por João Mendes, notario público de Lisboa, quien por ruego de Domingos Vicente, clérigo y procurador de doña Beatriz, reina de Portugal y del Algarbe, añade también las fórmulas de traslado en lengua romance. Junto a él, suscriben autógrafamente como testigos otros escribanos de Lisboa, a saber, Pedro Aires, Nicolau Domingues e Inocencio Esteves, todos los cuales añaden su signo⁴¹.

Pero no contentos con tal validación, conscientes de lo importante del contenido del documento, se incorporó aún otra más, la que aportaban los sellos de varias cancillerías señoriales, eclesiásticas todas, que pendieron de la plica hasta un total de siete, ninguno de ellos conservado hoy pero todos unidos a ella por medio de dos orificios. Fueron los de fray Telo, arzobispo de Braga, Aymérique, obispo de Coímbra, frey João, obispo de Idanha, y Vicente, obispo de Oporto y los conventos de los frailes menores de Lisboa. Todos ellos cerraban así el traslado de un texto de singular importancia para el reino, transmitiendo toda la solemnidad que pudieron a través de los recursos diplomáticos de los que disponían:

fezemus seelar este publico stromento dos nossos seelos pendentes por moor testemoyngo de uerdade.

⁴¹ Una síntesis y estado de la cuestión en: Néstor Vigil Montes, “La institución notarial y sus documentos en el Reino de Portugal en la Edad Media”, *Historia. Instituciones. Documentos*, 44 (2017), p. 314-351. Sobre el escribano de Lisboa, Nicolau Domingues, véase: Bernardo de Sá Nogueira, *Tabelionato e instrumento público em Portugal: génese e implantação, 1212-1279*, Lisboa, Imprensa Nacional, 2008, p. 673.

Apenas un par de meses antes, el 22 de abril, uno de estos personajes, Pedro Aires, notario público de Lisboa, trasladaba igualmente otro privilegio del rey Alfonso X en el que concedía a don García, obispo de Silves, todas las iglesias del Algarbe, reteniendo el derecho de patronazgo, así como el diezmo de sus bodegas y el almojarifazgo, además de confirmarle las donaciones que hiciera a su antecesor el obispo don Roberto. De dicho traslado no nos hacemos eco dado que ya lo estudió con precisión Pardo Rodríguez hace unos años⁴².

Los escribanos públicos que intervienen en ambos son prácticamente los mismos, dado que en este segundo suscriben como testigos también João Mendes e Inocencio Esteves. Tal vez por ello, conscientes del delicado trabajo que desempeñaban por la importancia del texto y del producto diplomático que estaba trasladando⁴³, las estrategias materiales de las que se valen ambos autores son también muy parecidas en ambos casos. En aquel, el escribano, sin embargo, usa el latín para las fórmulas de certificación, a pesar de que como aquí el privilegio original estaba escrito en castellano. Ambos se valen de la descripción de los caracteres externos del documento original para aportar mayor fiabilidad a su traslado, no obstante, no llega a imitarlos con la maestría en que lo hace João Mendes en nuestro documento.

En efecto, como en el presente caso, en la fórmula inicial de traslado, Pedro Aires describe con minuciosidad los elementos figurados que presenta el privilegio rodado que está copiando, explicando también que lo hace por ruego de un clérigo a servicio del rey Dinis. Llega incluso a dejar un hueco en el lugar que supuestamente debía ocupar la *rueda*, pero no es capaz de calcarla como luego lo hará su colega. Este otro, por su parte, logra un mimetismo prácticamente perfecto en la composición de la copia certificada que está llevando a cabo al reproducir personalmente la totalidad de los elementos figurados, incluido el uso de la escritura distintiva, capitales, para resaltar el nombre del rey tanto en la intitulación como en su suscripción y los elementos decorativos que separan cada una de las columnas de confirmantes.

En general, todos estos documentos presentan un muy buen estado de conservación. Sus pergaminos, escritos en castellano por el lado de la carne, se muestran bien trabajados, y en la mayor parte de ellos se puede apreciar una preparación previa de la página mediante una distribución de elementos basada en la realización de un pautado sutil, aunque muy evidente en algunos casos⁴⁴.

⁴² M. Luisa Pardo Rodríguez, “La Concesión de 1261...”, cit.

⁴³ M. Luisa Pardo Rodríguez, “La Concesión de 1261...”, cit., p. 44.

⁴⁴ Docs. 2 y 5. El doc.1 parece no presentar pautado.

Las tintas usadas para su composición son variadas en todos los casos salvo en dos, que presentan una total monocromía⁴⁵. Llama la atención la riqueza cromática de las ruedas coloreadas, sobre las que se aplican tintas rojas, azules, verdes y amarillas, práctica propia de la cancillería desde el reinado de Alfonso X⁴⁶.

Por su parte, el privilegio de Fernando III usa tan solo el emblema de Castilla⁴⁷, la cruz, para el signo, algo habitual en los diplomas del rey Santo, durante cuyo reinado se impuso la realidad cancelleresca castellana, mucho más consolidada y evolucionada en sus usos, por encima de la leonesa, aun cuando ambos territorios quedaron unidos para siempre⁴⁸. Es a partir del gobierno de su hijo cuando la representación de ambos reinos queda plasmada de forma inequívoca en la rueda hispana, la cruz latina cuartela el espacio que se divide y rellena con los leones y los castillos identificativos de cada zona, representación aún minoritaria pero que será la que se perpetúe durante el resto de la Edad Media y que aquí observamos también en el signo del privilegio otorgado por Fernando IV⁴⁹.

Sin embargo, a pesar de, como decimos, haberse empezado a usar el emblema unificado de ambos reinos, León y Castilla, de forma ricamente coloreado en los documentos de Alfonso X, la expresión de este cambia al son de la política y de la convulsa situación que se vivió a finales del reinado del rey Sabio. Como puede comprobarse aquí, los otros dos documentos emitidos por el monarca, ambos datados en 1283, fechas en que estaba desarrollándose la guerra civil con su hijo por la sucesión, se recupera la cruz como único motivo que representar en el campo central de la rueda, al tiempo que se reducen las suscripciones de los confirmantes que validan el documento, restringiéndose solo a aquellos lugares que apoyaban en el conflicto bélico al rey⁵⁰.

De otro lado, si bien en el documento de Fernando III no encontramos huellas de los actores que intervinieron en su redacción, en los tres documentos

⁴⁵ Doc. 1 y 4.

⁴⁶ M. Luisa Pardo Rodríguez, "La Rueda Hispana. Validación y simbología" en Peter Herde y Jakobs Hermann (eds.), *Papsturkunde und Europäisches Urkundenwesen*, Colonia-Viena, Archiv für Diplomatik. Beiheft, 1999, p. 253. Lógicamente lo dicho no afecta a la copia, que es también monocroma.

⁴⁷ Doc. 1.

⁴⁸ Antonio J. López Gutiérrez, "La Cancillería de Fernando III, rey de Castilla y León (1230-1253): notas para su estudio", *Archivo hispalense*, 77, 234-236 (1994), p. 71-81; Ídem, "La cancillería de Fernando III, rey de Castilla (1230-1253)" en *Fernando III y su época*, Sevilla, General Castaños, 1995, p. 72 y ss; M. Luisa Pardo Rodríguez, "La Rueda Hispana...", cit., p. 251.

⁴⁹ Docs. 2 y 5. M. Luisa Pardo Rodríguez, "La Rueda Hispana...", cit., p. 252.

⁵⁰ Docs. 3 y 4.

que expidió la cancillería alfonsí queda constatada la participación de Millán Pérez de Ayllón, personaje del que se sabe poco acerca de su vida personal pero ampliamente conocido en su trayectoria profesional, que trabajó al lado del rey durante al menos 29 años⁵¹. En ellos lo encontramos desempeñando las dos funciones que ejerció durante su vida, la de escribano, como rogatario de muchos documentos⁵², y como notario, transmitiendo la orden de puesta por escrito de los mismos a otro personaje⁵³.

A su lado en el segundo documento aparecen los notarios del rey García Martínez de Toledo, en Castilla, García Pérez de Toledo, en Andalucía, y don Suero, obispo de Zamora, en León, así como los cancilleres. De este modo, mientras en los primeros tiempos el cargo de canciller del rey en Castilla lo había ocupado el arzobispo electo de Toledo, don Sancho, y el de León, el arzobispo de Santiago, don Juan, en los documentos de 1283, el cargo lo ostenta ya Pelay Pérez, abad de Valladolid⁵⁴.

El quinto documento, por su parte, lo otorga el rey Fernando IV en 1310, dos años después de uno de los cambios más significativos que se van a producir durante su gobierno en el ámbito de lo diplomático, tras ser forzado a colocar en puestos clave de la cancillería a los candidatos de la nobleza⁵⁵. En nuestro texto, los cargos de canciller los ocupa, como venía siendo habitual, para Castilla el arzobispo de Toledo, don Gonzalo, que moriría poco después en noviembre, y para León el de Compostela, don Rodrigo del Padrón, también notario mayor del reino leonés, y que seguirá en el cargo con el sucesor al trono, Alfonso XI. Además, suscribe, como canciller de la puridad, Fernando Romero, quien antes lo había sido también del infante don Juan⁵⁶. Junto a él, Gonzalo Ruiz de Toledo, notario mayor de Castilla, a la vez alcalde del rey⁵⁷, Fernando Gómez, notario mayor de Toledo, y Ruy Pérez de Alcalá, notario mayor en Andalucía.

⁵¹ Marina Kleine, *La Cancillería real de Alfonso X...*, cit., Apéndice: Catálogo prosopográfico, n. 74.

⁵² Doc. 2.

⁵³ Docs. 3 y 4.

⁵⁴ Marina Kleine, *La Cancillería real de Alfonso X...*, cit., p. 61.

⁵⁵ Esther González Crespo, "Organización de la cancillería castellana en la primera mitad del siglo XIV", *España Medieval*, Tomo V, Madrid, Universidad Complutense, 1986; Lope Pascual Martínez, "Apuntes para un estudio de la Cancillería del rey Fernando IV de Castilla (1285-1312)", *Estudis castellonencs*, 6 (1994/95), p. 1021-1036.

⁵⁶ Lope Pascual Martínez, "Apuntes para un estudio de la Cancillería del rey Fernando IV...", cit., p. 1030

⁵⁷ Lope Pascual Martínez, "Apuntes para un estudio de la Cancillería del rey Fernando IV...", cit., p. 1034.

3. El privilegio rodado y Portugal

Desde sus orígenes, el privilegio fue siempre el documento de mayor solemnidad de cuantos estaba capacitado para expedir una autoridad con jurisdicción. Eran dados por los reyes y señores como expresión máxima de una de sus prerrogativas más importantes, la de conceder mercedes a sus súbditos⁵⁸.

Como tipología documental, el privilegio real de Castilla se caracterizó siempre por su cualidad concesiva y perpetua, y, como tal, se elaboró en pergamino y validó con sello de plomo. Así queda constatado en la Partida III, título III, ley II donde se recoge cómo debe redactarse esta clase de documentos⁵⁹. Mucho antes, sin embargo, en una época en la que aún no había un aparato institucionalizado de expedición documental, el concepto *privilegio* ya existía, aunque configurado de manera muy diferente⁶⁰.

Es después del reinado de Urraca⁶¹, con Alfonso VII, cuando apreciamos la existencia de una organización cancilleresca estable⁶². Si hasta ahora la validación de estos documentos se había realizado a través de las suscripciones del rey y otros personajes, cada cual con su signo personal, será durante su gobierno cuando asistimos a un cambio esencial de concepto en la cancillería. Ese signo que antes identificaba al monarca a partir de ahora identificará al territorio. Un hecho esencial será la coronación en León de este rey en 1135 como emperador. El cambio no solo modificará el significado, sino también a la forma de representarlo⁶³.

⁵⁸ Salustiano De Dios De Dios, *Gracia, merced y patronazgo real. La Cámara de Castilla entre 1474 y 1530*, Madrid, 1993; Ídem, “El ejercicio de la gracia regia en Castilla entre 1250 y 1530, los inicios del Consejo de la Cámara”, *Anuario de historia del derecho español*, 60 (1990), p. 323-352.

⁵⁹ M. Josefa Sanz Fuentes, “Formularios de la cancillería real castellano-leonesa en la Baja Edad Media”, *Les formulaires. Compilation et circulation des modèles d’actes dans l’Europe médiévale et moderne*, París (2012), (<http://elec.enc.sorbonne.fr/cid2012/part19>, consultado en 2019.01).

⁶⁰ Pedro Floriano Llorente, “Los documentos reales del periodo astur. Su formulario”, *Asturiensia Medievalia*, 1 (1972), p. 157-176.

⁶¹ Irene Ruiz Albi, *La reina Doña Urraca (1109-1126): cancillería y colección diplomática*, León, 2003, Col. Fuentes y estudios de historia leonesa, 102.

⁶² Bernard F. Reilly, “The Chancery of Alfonso VII of León-Castilla. The Period 1116-1135 Reconsidered”, *Speculum*, 51 (1976), p. 243-261.

⁶³ Una magnífica síntesis acerca de la aparición y el desarrollo del privilegio rodado y su modo de validación especial, la rueda, la constituye el trabajo ya citado de la profesora M. Luisa Pardo Rodríguez, “La Rueda Hispana...”, cit. p. 241-258; M. Luisa Pardo Rodríguez y Pilar Ostos Salcedo, “Signo y símbolo en el privilegio rodado” en *Sevilla, ciudad de privilegios. Escritura y poder a través del privilegio rodado*, Sevilla, 1995, p. 15-48.

El paso necesario para la consecución del *privilegio rodado* será la conversión de la rota, clásico signo papal en forma redonda que identificaba los pontificados, en un elemento de validación laico, cuando este signo territorial asuma el aspecto que lo caracteriza. Dicho cambio se manifestará por primera vez durante el gobierno de Fernando II de León, concretamente en 1155⁶⁴. Si bien este hecho no es en absoluto exclusivo de la cancillería real castellana⁶⁵, sí lo será la larga pervivencia a la que asistimos en ella. La conversión del carácter religioso al laico y su asimilación al emblema del territorio serán las piezas claves que justifiquen su trayectoria triunfal en Castilla.

Por su parte, es desde 1143 cuando se puede hablar de una organización cancellesca plena en reino de Portugal⁶⁶. Será también en estos años, tras el reconocimiento internacional del nuevo reino luso, cuando el *signo manual* del rey pasa, por influencia eclesiástica, a tomar la forma circular de la rueda, como símbolo de la unión del reino con el papa, del que era vasallo, y como modo de diferenciación del reino vecino⁶⁷.

Con diferentes modos de representación a lo largo de los años, el *signal rodado* estará presente también en documentación portuguesa, no solo en la emitida por el rey, sino en la de otros personajes, miembros de la familia real y eclesiásticos⁶⁸, al menos hasta el reinado de Sancho II. Los enfrentamientos

⁶⁴ José M. de Francisco Olmos, *El signo rodado regio en España. Orígenes y desarrollo*, Madrid, Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía, 2017, p. 38-39.

⁶⁵ También en Castilla, aunque siempre en el siglo XII, el uso de la rota adaptada está constatado en documentos episcopales de Galicia, véase Ángel Riesco Terreros, “Diplomática eclesiástica del reino de León hasta 1300” en *El reino de León en la Alta Edad Media VII*, León, 1995, p. 462 y ss. E incluso en alguna orden militar, ejemplo de ello en: Blas Casado Quintanilla, “Un privilegio rodado expedido por el maestre de Calatrava”, *Anuario de estudios medievales*, 13 (1983), p. 137-148.

⁶⁶ P. Avelino de Jesus da Costa, “La chancellerie royale portugaise jusqu’au milieu du XIIIe siècle”, *Revista Portuguesa de Historia*, XV (1975), p. 143-169; Isaías da Rosa Pereira, “Symboles graphiques dans les chartes médiévales portugaises” en Peter Rück (ed.), *Graphische Symbole in mittelalterlichen Urkunden, Sigmaringen*, 1996, p. 491-502; Maria Helena da Cruz Coelho, Maria José Azevedo Santos, Saul António Gomes, Maria do Rosário Barbosa Morujão, *Estudos de diplomática portuguesa*, Lisboa, 2001; Saul António Gomes, “Inquirições, confirmações e registos da chancelaria régia portuguesa: notas para o seu estudo”, *Revista de história da sociedade e da cultura*, vol. 12 (2012) p. 147-185; Ídem, “A chancelaria regia de D. Dinis: breves observações diplomáticas”, *Fragmenta Historica*, vol. 1 (2013) p. 9-38.

⁶⁷ José M. de Francisco Olmos, *El signo rodado...*, cit., p. 17; J. Carlos Galende Díaz y Nicolás Ávila Seoane, *El rodado regio hispánico: León y Castilla antes de la unificación (1157-1230)*, Córdoba, C. Estudios Históricos P. C.S.A. Segreti, 2018, p. 52 y ss.

⁶⁸ José M. de Francisco Olmos, *El signo rodado...*, cit., p. 17.

entre el monarca y el arzobispo de Braga, íntimamente vinculado al papa, parecen ser los detonantes del progresivo abandono del signo en Portugal⁶⁹. Depuesto y excomulgado por el papa Inocencio IV en 1245, se encomendó entonces el gobierno del reino a su hermano Alfonso, que residía en Francia como conde de Boulogne. Alfonso se dirigió a Portugal comenzando la guerra contra su hermano, de la que saldría victorioso en 1248 cuando Sancho II huya a Castilla⁷⁰.

Dadas las extraordinarias circunstancias que llevaron Alfonso III de Portugal al trono, después de presenciarse la excomunión de su hermano, convenía alejarse lo más posible del recuerdo de aquel. A modo de *damnatio memoriae*, el nuevo monarca inicia una completa renovación de los símbolos reales, desde el emblema a la cancillería, que lo lleva incluso a cambiar la capitalidad del reino, que pasa de Coímbra a Lisboa, a medida que avanza en la reconquista del sur y firma con Castilla el ya citado tratado de Badajoz. Se abría así una nueva era en el reino y muchas de las formas pasadas se abandonaban para siempre. El último signo rodado portugués datado hasta el momento está fechado precisamente en el año 1245⁷¹.

En Castilla, sin embargo, en un proceso imparable que se prolongará hasta el reinado de los Reyes Católicos, cuando la tipología documental desaparezca, el privilegio rodado se convertirá en la pieza documental más característica de cuantas expidió la monarquía⁷², además de un producto diplomático único en su especie. En su signo de validación por excelencia, la *rueda*, como representación del poder real, confluyen algunas de las personalidades más importantes de la Corte. Dos personajes se desgajan de las columnas de confirmantes y se acercan al rey, el mayordomo de palacio, el jefe de la casa civil, y el alférez, jefe de la casa militar. Así, en época de Fernando III, acabará por añadirse un segundo

⁶⁹ José Marques, “L’influence des bulles papales sur les actes portugais au Moyen Âge” en Peeterr Heerde y Hermann Jakobss (eds.), *Papsturkunde und europäisches Urkundenwesen*, Colonia, Böhlau Verlag, 1999, p. 38-39; Maria Cristina Cunha, “The influence of papal documents in royal portuguese chanceries” en *Papstgeschichte im digitalen Zeitalter*, Colonia, Archiv für Kulturgeschichte, 2018, p. 191-203.

⁷⁰ Hermenegildo Fernandes, *Sancho II. Tragédia*, Lisboa, Temas e Debates, 2010.

⁷¹ Sandra V. Pereira Gonçalves Bernardino, *Sancius Secundus Rex Portugalensis. A Chancelaria de D. Sancho II (1223–1248)*. Dissertação de Mestrado em História da Idade Média presentada en la Facultad de Letras de la Universidad de Coímbra, 2003, p. 120-122.

⁷² Pilar Ostos Salcedo y M. Josefa Sanz Fuentes, “Corona de Castilla. Documentación real. Tipología (1250-1400)”, *Diplomatique Royale du Moyen Âge*, Oporto, 1996, p. 239-272; Pilar Ostos Salcedo et alii, “Corona de Castilla y León. Documentos Reales. Tipología (775-1250)”; *Typologie der Königsurkunden*, Olomütz, 1998, p. 163-187.

círculo externo a la rueda, que queda dividida en tres partes: el símbolo parlante del territorio, el lema del rey y las suscripciones del mayordomo y el alférez⁷³.

El privilegio rodado plenamente constituido ejemplifica la esencia de lo medieval. El porqué de su existencia radicó en su simbolismo, en esa capacidad de ir variando e introduciendo novedades, que triunfó gracias a la secularización del signo que lo caracterizó, la rueda. Sin embargo, como expresión de lo medieval, su vida morirá cuando lo haga la Edad Media.

Entre las causas que motivaron la desaparición de este tipo documental en el reino castellano cabe destacar como la opción más plausible, su desaparición al considerarse innecesarias las confirmaciones de altos dignatarios de la jerarquía eclesiástica y de la alta nobleza para dar mayor fuerza a los actos de los reyes o suplir el defecto de potestad de estos⁷⁴. Aquellas largas columnas de confirmantes que se levantaban a ambos lados de la rueda, así como la de otros altos cargos de la administración y miembros de la casa real y de reinos vasallos que se disponían encima y debajo de esta, y que junto con el signo del reino eran uno de los elementos más significativos del documento, dejan de tener sentido. Los Reyes Católicos, que pusieron las bases del absolutismo y transformaron la ley en el mandato de su voluntad, tenían que acabar con la idea de la jerarquía feudal e imponer una nueva realidad en la que solo había una fuente de autoridad, el rey⁷⁵.

Al final, tras varios siglos de vida, mucho más que en ningún otro espacio donde la influencia papal también se dejara notar, aflorando signos de características parecidas pero cuya supervivencia no se prolongará mucho más allá del siglo XII⁷⁶, el privilegio rodado castellano desaparecía al abandonarse sus formas caducas e innecesarias en un nuevo contexto político y social que la monarquía iniciaba.

⁷³ M. Luisa Pardo Rodríguez, “La Rueda Hispana...”, cit., p. 247.

⁷⁴ M. Soterraña Martín Postigo, *La Cancillería castellana de los Reyes Católicos*, Valladolid, Universidad, 1959, p. 90-93.

⁷⁵ M. Soterraña Martín Postigo, *La Cancillería...*, cit., p. 91.

⁷⁶ Aparece también en otros reinos no más allá del siglo XII: J. Dahlhaus, “Aufkommen und Bedeutung der Rota in der Papsturkunde” en *Graphische Symbole in mittelalterlichen Urkunden*, Sigmaringen, 1996, p. 407-424; Giorgio Cencetti, “Note di diplomatica vescovile bolognese dei secoli XI-XIII” en *Scritti di Paleografia e Diplomatica in onore di Vincenzo Federici*, Florencia, 1944, p. 159-223; Carlo Cipolla, “La bulla maior” en *Atti della R. Accademia delle scienze di Torino*, ser. II, 50 (1899), p. 103-126; Olivier Guyotjeannin, “L’influence pontificale sur les actes épiscopaux français” en *L’Église de France et la Papauté (X-XIIIe siècles)*, Paris-Bonn, 1993, p. 83-102; Thérèse de Hemptinne, “Les symboles graphiques dans les chartes du comté de Flandre jusqu’au début du XIIIe siècle” en *Graphische Symbole in mittelalterlichen Urkunden*, Sigmaringen, 1996, p. 509-528.

4. Documentos

1

1248, enero, 15. Cerca de Sevilla.

Fernando III concede a Martín Fernández, maestre de la Orden de Avis, 2000 maravedís pequeños si gana Sevilla, con la promesa de trocárselos por heredades que los valiesen de renta y de darle casa en Sevilla.

A. – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ordem de Avis e Convento de São Bento, sec.1, maço 2, doc.100. Pergamino, 318 x 335, buen estado de conservación, tinta ocre clara, escritura gótica de privilegios. Plica con tres orificios y restos de hilos amarillos de seda.

Edt. – Aurea Javierre Mur, “La Orden de Calatrava en Portugal”, *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 130 (1952), p. 49-52.

2

1257, mayo, 08. Monteagudo.

Alfonso X concede a Martín Fernández, maestre de la Orden de Avis, la villa de Albufeira, con su castillo y su término, pero se reserva algunos derechos.

A. – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ordem de Avis e Convento de São Bento, sec.1, maço 2, doc.111. Pergamino, 485 x 520, buen estado de conservación, tinta ocre oscura, escritura gótica de privilegios. Plica con tres orificios.

Edt. – Manuel González Jiménez, *Diplomatario andaluz de Alfonso X*, Sevilla, El Monte, 1991, doc.192, p. 212-214.

3

1283, marzo, 04. Sevilla.

Alfonso X concede a su hija Beatriz, reina de Portugal, la villa de Niebla con toda su tierra, Gibraleón, Huelva, Saltes, Ayamonte, Alfajat de Peña, Alfajat d'Alate y con todos los otros lugares de su término.

A. – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Mosteiro de Santa Maria de Aguiar, maço 1, doc.16. Pergamino, buen estado de conservación, tinta ocre clara, escritura gótica de privilegios. Plica con tres orificios y restos de hilos amarillos y rojos de seda.

Edt. – Manuel González Jiménez, *Diplomatario...*, cit., doc.508, p.538-539; Peter Linehan, “La conquista de Sevilla y los historiadores” en *Sevilla 1248. Congreso Internacional Conmemorativo del 750 Aniversario de la conquista de la ciudad de Sevilla por Fernando III, rey de Castilla y León*, Madrid, Ayunt, Sevilla y Fundación Areces, 2000, p. 240-242.

4

1283, marzo, 04. Sevilla.

Alfonso X concede a su hija Beatriz, reina de Portugal, las villas de Moura, Serpa, Noudar y Mourão con sus castillos y términos.

B. – Arquivo Nacional Torre do Tombo, Gaveta 13, maço 2, doc. 3. Inserto en traslado realizado por João Mendes, fechado en 1285, junio, 08. Lisboa.

Edt. – Carlos de Ayala Martínez, “El Algarve y Andalucía: el destino histórico de Serpa, Moura y Mourao” en *Actas del II Congreso de Historia de Andalucía. Historia Medieval I*, Córdoba, Junta de Andalucía y Caja Sur, 1994, p.302-304; Manuel González Jiménez, “Las relaciones entre Portugal y Castilla: del Tratado de Badajoz (1267) al Tratado de Alcañices (1297)” en José Sánchez Herrero (ed.), *El Tratado de Alcañices. Jornadas conmemorativas del VII centenario del Tratado de Alcañices (1297-1997)*, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, 1999, p. 155-171.

5

1310, mayo, 04. Sevilla.

Fernando IV concede a doña Vataça, hija de doña Lascara, infante de Nicea, Villalar, cerca de Tordesillas.

A. – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cabildo da Sé de Coimbra, maço 47, doc. 1871. Pergamino, buen estado de conservación, tinta ocre, escritura gótica de privilegios.

(*Crismón*) En el nombre del Padre e del Fijo e del Spíritu Sancto, que son tres personas e vn Dios, que biue e regna para siempre jamás, e de la bien auenturada Virgen sancta María, su madre, que nos tenemos por sennora e por auogada en todos nuestros fechos e a honrra e a seruiçio de todos los sanctos de la corte / celestial. Porque entre las criaturas que Dios fizo sennaló al omme e le dio entendimiento para connoçer bien e mal, el bien porque obrasse por ello e el mal porque se sopiesse dello aguardar. Por ende todo grand sennor es tenuto a aquel que obrare por el bien del fazer bien e de le dar buen /³ gualardon por ello. Et non tan solamente por lo de aquel sennero, mas porque todos los otros tomen ende enxemplo que con bien fazer vençe omme todas las cosas del mundo e las torna assí.

Por ende queremos que sepan por este nuestro priuilegio los que agora son e serán daquí adelante commo / nos, don Fernando, por la graçia de Dios, rey de Castiella, de Toledo, de León, de Gallizia, de Seuilla, de Córdoua, de Murçia, de Jahén, del Algarbe e sennor de Molina, [e]n vno con la reyna donna Costança, mi muger, e con / la infante donna Leonor, nuestra fija primera e heredera. Por muchos buenos seruiçios que donna Vataça, fija de la muy noble donna Lascara, infante de Greçia, fizo e faz e fará más daquí adelante a nos e a la reyna donna Costança, la sobredicha, et por grand uoluntad que auemos de le fazer mucho bien e mu-/⁶-cha merçed e mucha honrra, sennaladamiente por la buena criança que ella fizo en la

dicha reyna, damosle Villa Lar, que es çerca de Oter de Siellas. Et damosgela bien e complidamente con todos los pechos e derechos e con todos los pobladores que agora ý son e serán daqui adelante e con todos sus términos / e con montes, con fuentes, con ríos, con pastos, con entradas e con salidas e con todas sus pertençias, quantas oy día ha e auer deue e con la justicia que nos ý auemos e auer deuemos. E otorgamosle que la aya libre e quita por iuro de heredad para siempre jamás ella e quantos lo suyo ouieren de heredar para dar e ven-/der e enpennar e cear e enagenar e para fazer della e en ella todo lo que quisiere e que por bien touiere, assí commo de lo suyo mismo.

Et deffendemos firmemente que ninguno non sea osado de yr contra este priuilegio para quebrantarlo nin para menguarlo en ninguna cosa por ninguna manera. Ca qualquier que lo fiziesse au-⁹-ría nuestra yra e pecharnos ia en pena mill maravedís de la moneda nueua e a donna Vataça, la sobredicha, o a quien su voz touiesse todo el danno e el menoscabo que por ende reçibiesse doblado. Et porque esto sea firme e estable mandamosle ende dar este priuilegio seellado con nuestro seello de plomo en que escriuiemos / nuestro nombre.

Fecho en Seuilla, quatro días andados del mes de mayo era de mill e trezientos e quarenta e ocho annos.

Et nos, el sobredicho rey don Fernando, regnante en vno con la reyna donna Costança, mi muger, e con la infante donna Leonor, nuestra fija primera / e heredera en Castiella, en Toledo, en León, en Gallizia, en Seuilla, en Córdoua, en Murçia, en Jahén, en Baeça, en Badajoz, en el Algarbe e en Molina otorgamos este priuilegio e confirmámoslo. /¹²

El infante don Johán, tío del rey, adelantado mayor de la frontera, confirma. El infante don Pedro, hermano del rey, confirma. El infante don Phelippe, hermano del rey, confirma. / Don Gonçalo, arçobispo de Toledo, primado de las Españas e chanceller del rey, cofirma. Don Rodrigo, arçobispo de Sanctiago, chanceller e notario mayor del reyno de León, confirma. Don Ferrando, arçobispo de Seuilla, confirma.

(*Primera columna*) Don Pedro, obispo de Burgos, confirma. Don Guiraldo, obispo de Palençia, confirma. Don Johán, obispo de Osma, confirma. Don Rodrigo, obispo de Calahorra, confirma. Don Simón, obispo de Sigüença, confirma. Don Pasqual, obispo de Cuenca, confirma. Don Ferrando, obispo de Segouia, confirma. Don Domingo, obispo de Plazençia, confirma. Don Pedro, obispo de Áuila, confirma. Don Martín, obispo de Cartagena, confirma. Don Ferrando, obispo de Córdoua, confirma. Don Garçia, obispo de Jahén, confirma. Ferrand Gómez, notario mayor del regno de Toledo, confirma.

(*Segunda columna*) Don Johán, fijo del infante don Manuel, adelantado mayor del regno de Murçia, confirma. Don Alfonso de Molina, confirma. Don Johán Núñez, confirma. Don Johán Alfonso de Haro, confirma. Don Roy Gil de Villalobos, confirma. Don Ferrand Royz de Saldanna, confirma. Don Garçí Ferrández de Villamayor, confirma. Don Lop de Mendoça, confirma. Don Johán Rodríguez de Rojas, confirma. Don Gonçal Yuánnez de Aguilar, confirma. Don Per Anríquez

de Harana, confirma. Don Lope Royz de Baeça, confirma. Don Sancho Sánchez, adelantado mayor en Castiella, confirma.

(*Rueda*) *Emblema de Castilla y León*. Signo del rey don Fernando. El infante don Pedro, mayordomo mayor del rey, confirma. Don Lope Díaz de Haro, alférez del rey, confirma.

(*Tercera columna*) Don Gonçalo, obispo de León, confirma. Don Gonçalo, obispo de Çamora, confirma. Don Alfonso, obispo de Astorga, confirma. Don Ferrando, obispo de Ouiedo, confirma. Don Ferrando, obispo de Salamanca, confirma. Don Alfonso, obispo de Çibdat, confirma. Don frey Simón, obispo de Badajoz, confirma. Don Alfonso, obispo de Coria, confirma. Don Rodrigo, obispo de Orens, confirma. Don Rodrigo, obispo de Mendonnedo, confirma. Don Johán, obispo de Tuy, confirma. Don frey Johán, obispo de Lugo, confirma. Don Johán Osorez, maestre de cauallería de la orden de Sanctiago, confirma. Don Gonçalo, maestre de Alcántara, confirma.

(*Cuarta columna*) Don Sancho, fijo del infante don Pedro, confirma. Don Alfonso, fijo del infante don Johán, confirma. Don Johán, su hermano, confirma. Don Ferrando, fijo de don Diago, confirma. Don Pero Ferrández de Castro, confirma. Don Ferrand Ferrández de Limia, confirma., Don Johán Ferrández, su hijo, confirma. Don Rodrigo Álvarez, confirma. Don Ferrand Pérez Pérez, confirma. Don Pero Núnnez de Guzmán, confirma. Don Johán Ramírez, su hermano, confirma. Don Ruy Gonçález Maçanedo, confirma. Don Pero Pérez, adelantado de Gallizia, confirma. Pero Gonçález de Sandoual, adelantado mayor del regno de León e de Asturias, confirma. Ruy Pérez de Alcalá, notario mayor en el Andaluzía, confirma.

(*Bajo la rueda*) Pero López de Padiella, justiçia mayor de casa del rey, confirma. Gonçalo Royz de Toledo, notario mayor de Castiella, confirma. Don Gizbert, bisconde de Castelnou, almirante mayor de la mar, confirma. Ferrand Romero, chançeller del rey, confirma.

Higiene pública e privada na Idade Média: contributos e documentos sobre estruturas sanitárias em Coimbra (séculos XII-XV)

Medieval public and private hygiene: contributions and documents on sanitary structures in Coimbra between the twelfth and the fifteenth centuries

MARIA AMÉLIA ÁLVARO DE CAMPOS
Universidade de Coimbra, CHSC
melicampos@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-3131-7356>

Texto recebido em / Text submitted on: 28/01/2020

Texto aprovado em / Text approved on: 05/05/2020

Abstract

This article looks at the sanitary structures of the city of Coimbra between the twelfth and the fifteenth centuries – which the documents name as *tristega*, *cagatório*, latrine, and privy. In its analysis of a specific urban aspect such as this, the article provides a contribution to the historiography of private life and everyday life in medieval Portugal, and to our knowledge of the functioning of municipal power and the management of the public place. This case study is framed with existing information for other towns, in and outside Portugal. Given the paucity of written and material sources available, an appendix of documents is included.

Keywords: The medieval city; Sanitation; Hygiene; Urban administration; The public space

Resumen

Este artigo estuda as estruturas com funções sanitárias, existentes na cidade de Coimbra, entre os séculos XII e XV – designadas na documentação pelos vocábulos *tristega*, *cagatório*, latrina e privada. Ao analisar um aspeto tão específico da cidade como este, o artigo assume-se como uma contribuição para a historiografia da vida privada e da vida quotidiana, no Portugal medieval, e para o conhecimento do funcionamento do poder concelhio e das suas funções de gestão do espaço público. Este estudo de caso é devidamente enquadrado com o que se conhece para outras cidades nacionais e internacionais e, tratando-se de um assunto para o qual se coligem poucas fontes escritas e materiais, o artigo incorpora um apêndice documental.

Palabras Clave: Cidade medieval; Sanitários; Higiene; Administração urbana; Espaço público.

* A autora é investigadora contratada no Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, contrato financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (DL57/2016/CP1370/CT0068). Na origem deste artigo esteve a comunicação «Water supply and sewerage in the Portuguese city of the Late Middle Ages. The example of Coimbra», apresentada na 12ª Conferência Internacional da *European Association of Urban History*, realizada em setembro de 2014, na sessão M06 — «Urban Sanitation Before the Sanitary Revolution (Middle Ages-Early 19th Century)». Posteriormente, este estudo beneficiou da troca de impressões, de informações e de conhecimentos interdisciplinares que lhe permitiram tomar o rumo que o fez chegar aqui. Por isso, a autora agradece à Sr.ª Prof.ª Doutora Leontina Ventura e à Doutora Sandra M. G. Pinto — queridas Amigas — e ao Mestre Rodolfo Feio — estimado Amigo também.

Introdução

Numa definição muito simples, a cidade é um espaço estruturado, que se desenvolveu em torno de uma ou várias sedes de poder laico e eclesiástico, caracterizado por um povoamento tendencialmente mais denso e pela fixação mais intensa de diversas atividades do setor comercial e transformador. Afirmando-se ao longo da história como um núcleo dinâmico e multifacetado do ponto de vista político, económico e social, ponto de encontro e de trocas entre diferentes mundos e populações, a cidade foi sempre, também, um espaço vulnerável aos diferentes tipos de poluição. Dejetos de origem animal e humana, resíduos líquidos e sólidos provenientes do trabalho dos metais, dos couros, dos vimes, bem como da transformação de produtos alimentares, como o vinho, o azeite, a carne e o peixe são apenas alguns dos exemplos da origem da sujidade e dos odores que manchavam a cidade até ao período contemporâneo e à implementação das redes subterrâneas de esgotos e de sistemas de tratamento das águas residuais.

De um modo geral, todas estas fontes de poluição foram alvo de uma legislação mais ou menos complexa que visava a minimização dos seus efeitos nocivos sobre a salubridade e a garantia da dignidade do espaço público e a saúde das populações. De todas elas, neste artigo, deter-nos-emos sobre a poluição humana e sobre as estruturas sanitárias públicas e privadas, existentes na cidade, e as medidas políticas que procuravam regulamentar a sua construção e funcionamento. Partindo de uma abordagem alargada que terá como enquadramento a Europa Medieval e, mais concretamente, as cidades portuguesas para as quais se conhece legislação municipal, numa segunda parte, visar-se-á o caso de Coimbra, apoiado em pequenos estudos de caso. Numa abordagem micro-histórica – quase casuística – procurar-se-á pôr em evidência as soluções sanitárias em uso, entre os séculos XII e XV, para assim compreender tendências numa cronologia lata.

Desde que autores como Lynn Thorndike¹ e Ernest Sabine² inauguraram o debate sobre a higiene e a salubridade da cidade medieval europeia, demonstrando que nem as ruas medievais eram necessariamente sujas e malcheirosas, nem as regras básicas de higiene e saúde pública eram ignoradas por médicos e governantes locais, este tema e o estudo de equipamentos públicos e privados destinados à coleta e condução de esgotos têm merecido

¹ Lynn Thorndike, “Sanitation, Baths, and Street-Cleaning in the Middle Ages and Renaissance”, *Speculum* 3, n. 2 (1928), 192-203, <https://doi.org/10.2307/2848055>.

² Ernest L. Sabine, “Latrines and Cesspools of Mediaeval London”, *Speculum*, 9/3 (1934), p. 303-321, <https://doi.org/10.2307/2853898>.

amplios desenvolvimentos. Atualmente, as cidades inglesas que deram o mote a estes primeiros estudos permanecem sob a investigação dos historiadores³, enquanto regiões como a Escandinávia⁴ e o Leste da Europa⁵ são cada vez menos desconhecidas.

Por sua vez, em França, este tipo de dados e conhecimentos foram compilados na *História da Vida Privada*, dirigida pelo medievalista Georges Duby⁶. Numa análise transversal aos vários grupos sociais, a caracterização dos “arranjos do espaço privado”⁷ constituiu um dos objetos de estudo do volume dedicado à Idade Média, trabalhado a partir da análise dos castelos, palácios e casas comuns rurais e urbanas, entre os séculos X a XV. Através dessa análise, apercebemo-nos da gradual especialização e sofisticação do espaço doméstico e dos seus elementos de conforto, bem como da origem e evolução – *avant la lettre* – da noção de privacidade. Na obra sobre a água na cidade medieval, Jean-Pierre Leguay⁸ dedicou um capítulo às águas poluídas, em que observou as estratégias do saneamento urbano, as suas falhas e as normativas públicas para atenuar os seus efeitos nocivos, e outro às comodidades sanitárias públicas e privadas, encontradas para o caso francês, na Baixa Idade Média⁹.

Em Portugal, o volume dedicado ao período medieval na *História da Vida Privada*¹⁰ também compreende não só estudos sobre a casa comum¹¹ e os paços

³ Dolly Jørgensen, ““All Good Rule of the Citee”: Sanitation and Civic Government in England, 1400 – 1600”, *Journal of Urban History*, 36/3 (1 de Maio de 2010), p. 300-315, <https://doi.org/10.1177/0096144209359141> e N. J. Ciecieszki, “The Stench of Disease: Public Health and the Environment in Late-Medieval English Towns and Cities”, *Health, Culture and Society*, 4/1 (17 de Maio de 2013), p. 91-104, <https://doi.org/10.5195/hcs.2013.114>.

⁴ Dolly Jørgensen, “Medieval latrines and the law”, *Medium Aevum Quotidianum*, 53 (2006), p. 5-16, <http://maq.imareal.sbg.ac.at/About.html> e Dolly Jørgensen, “Cooperative Sanitation: Managing Streets and Gutters in Late Medieval England and Scandinavia”, *Technology and Culture*, 49/3 (13 de Agosto de 2008), p. 547-567, <https://doi.org/10.1353/tech.0.0047>.

⁵ Leslie Carr-Riegel, *Waste Management in Medieval Krakow: 1257-1500*, Central European University, 2016, https://www.academia.edu/29270379/Waste_Management_in_Medieval_Krakow_1257-1500.

⁶ O grande precursor desta obra foi Philippe Ariès que, apesar de ter falecido a meio da obra, coordenaria, em colaboração com Georges Duby, a coleção pioneira sobre História da Vida Privada: *Histoire de la Vie Privée*, Paris, Seuil, 1985.

⁷ Dominique Barthélemy e Philippe Contamine, “Os arranjos do espaço privado” in Philippe Ariès e Georges Duby (eds.), *História da vida privada*, Porto, Afrontamento, 1989, p. 395-501.

⁸ Jean-Pierre Leguay, *L'eau dans la ville au Moyen âge*, Rennes, Presses universitaires de Rennes, 2002, p. 117-138.

⁹ Leguay, *L'eau...*, cit., p. 259-268.

¹⁰ José Mattoso e Bernardo Vasconcelos e Sousa (eds.), *História da vida privada em Portugal*, vol. 2, *A Idade Média*, Lisboa, Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2011.

¹¹ Manuel Sílvio Alves Conde, “A casa” in *História da vida privada...*, cit., p. 54-77.

da nobreza¹², como também um capítulo sobre os espaços públicos e privados¹³ em que as questões da higiene, dos odores e da salubridade da via pública são abordados. Entre nós, estes temas são igualmente beneficiários de uma consolidada produção historiográfica, dedicada à história da cidade¹⁴, do governo da cidade¹⁵, do urbanismo¹⁶ e à morfologia da habitação de notáveis¹⁷ e da gente comum¹⁸.

Recentemente, as questões relacionadas com a higiene das populações, nos diferentes grupos sociais, e com as estruturas sanitárias existentes nas casas e cidades têm dado o mote a multifacetadas investigações sobre as cidades cristãs e islâmicas, da Europa, do norte de África e do Próximo Oriente¹⁹, bem como sobre os espaços e hábitos relacionados com os banhos²⁰. Por fim, diga-se que

¹² José Custódio Vieira da Silva, “O paço” in *História da vida privada...*, cit., p. 78-97.

¹³ Adelaide Pereira Millán da Costa e Iria Gonçalves, “O espaço urbano e o espaço rural” in *História da vida privada...*, cit., p. 24-53.

¹⁴ Entre muitos outros exemplos, vejam-se A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves, e Amélia Aguiar Andrade (eds.), *Atlas de cidades medievais portuguesas: (séculos XII a XV)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 1990; Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *Torres Vedras: a vila e o termo nos finais da Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995; e Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996.

¹⁵ Iria Gonçalves, *Posturas municipais e vida urbana na baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa*, Porto, s.n., 1986.

¹⁶ Luísa Trindade, *Urbanismo na composição de Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

¹⁷ João Gouveia Monteiro, *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média: presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Lisboa, Edições Colibri e Faculdade de Letras de Coimbra, 1999.

¹⁸ Luísa Trindade, *A casa corrente em Coimbra: dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra, Câmara Municipal, 2002 e Maria da Conceição Falcão Ferreira e Jane Grenville, “Urban vernacular housing in medieval northern Portugal and the usefulness of typologies” in Cordelia Beattie, Anna Maslakovic, e Sarah Rees Jones (eds.), *The medieval household in Christian Europe, c. 850-c. 1550 : managing power, wealth, and the body*, Turnhout, Brepols, 2003, p. 359-391.

¹⁹ Patrice Cressier, Sophie Gilotte, e Marie-Odile Rousset, “Lieux d’hygiène et lieux d’aisance au Moyen Âge en terre d’Islam”, *Médiévales*, 70 (18 de Agosto de 2016), p. 5-12, <https://www-cairn-info.janus.biu.sorbonne.fr/revue-medievales-2016-1-page-5.htm>.

²⁰ Arnaldo Sousa Melo, “O Convento de S. Domingos e os curtimes. Abastecimento de água, poluição e paisagem no Porto dos séculos XIV e XV” in Iria Gonçalves (coord.), *Paisagens rurais e urbanas: fontes, metodologias, problemáticas: actas das terceiras jornadas*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 2007, p. 121-156; Luísa Trindade, “Corpo e água: os banhos públicos em Portugal na idade média”, *digitAR – Revista Digital de Arqueologia, Arquitectura e Artes* 0/2 (14 de Abril de 2015), p. 206-221, <http://iduc.uc.pt/index.php/digital/article/view/2242>.

tais desenvolvimentos beneficiaram também de investigações centradas no abastecimento, na condução e no uso da água na cidade medieval europeia²¹.

Pouco se sabe sobre os hábitos de higiene da população de Coimbra na Idade Média, assim como sobre a existência e configuração das instalações sanitárias públicas e privadas, localizadas na cidade. Os vestígios materiais da casa comum são praticamente inexistentes²² e os testemunhos escritos são esparsos e lacónicos. Por isso, interessa coligir todos os dados e refletir sobre eles, de forma articulada e integradora do que se sabe sobre o território²³, a população e a história da cidade²⁴.

Como já se disse, este estudo parte de um enquadramento sobre o saneamento público e privado na cidade medieval portuguesa, para depois aprofundar o caso conimbricense. O contexto nacional assentará na análise das normativas concelhias produzidas em Lisboa, Porto e Évora²⁵. À falta de registos dessa

²¹ Juan Manuel Matés Barco, *La conquista del agua: historia económica del abastecimiento urbano*, Jaén, Universidad de Jaén, 1999; Leguay, *L'eau...*, cit.; Urszula Sowina e M^a Isabel Del Val Valdivieso, “L'eau dans les villes de Castille et de Pologne au Moyen Âge”, *Histoire urbaine*, 22/2 (1 de Junho de 2008), p. 115-140, http://www.cairn.info/janus.biu.sorbonne.fr/resume.php?ID_ARTICLE=RHU_022_0115.

²² Trindade, *A casa corrente...*, cit.

²³ Jorge de Alarcão, *Coimbra: a montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

²⁴ Leontina Ventura, “Coimbra Medieval: uma cidade em formação” e Maria Helena da Cruz Coelho, “Coimbra Medieval: Uma cidade em maturação” in Adília Alarcão (ed.), *Inventário do Museu Nacional Machado Castro. Coleção de Ourivesaria Medieval. Séculos XII-XIV*, Lisboa, Instituto Português dos Museus, 2003, p. 16-29 e 30-47.

²⁵ Maria Teresa Campos Rodrigues (ed.), *Livro das Posturas Antigas*, Lisboa, Câmara Municipal, 1974 (citado doravante com a abreviatura LPALX); A. de Magalhães Basto (ed.), “*Vereações*”: anos de 1390-1395: o mais antigo dos livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo, Porto, Câmara Municipal, 1980 (citado doravante pela abreviatura VP1390-1395); J. A. Pinto Ferreira (ed.), “*Vereações*”: anos de 1401-1449: o segundo Livro de Vereações do Município do Porto existente no seu Arquivo, Porto, Câmara Municipal, 1980 (citado doravante pela abreviatura VP1401-1449); Luís Miguel Duarte, João Alberto Machado e Maria Cristina Cunha (eds.), “Actas de vereação de Loulé: séculos XIV-XV”, *Al-Ulyã*, 7, (1999/2000), p. 7-356. Maria Filomena Lopes de Barros (ed.), “Livro das Posturas Antigas: Arquivo Distrital de Évora (ADE), nº 206” in *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora. Fontes e Inventários*, Évora, Publicações do CIDEHUS, 2018 <http://books.openedition.org/cidehus/3301> (citado doravante com a abreviatura LPAE). Neste caso, optou-se por não integrar a legislação relativa à Câmara do Funchal [José Pereira da Costa (ed.), *Vereações da Câmara Municipal do Funchal*, vol. I, *Século XV*, Funchal e Lisboa, Secretariado Regional do Turismo e Cultura e Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995]. Apesar de o modelo de governação vigente nesta cidade, no século xv, seguir o modelo implementado, durante a Idade Média, nas cidades do território continental, dada a sua fundação recente seria discutível a sua inclusão num quadro comparativo da cidade medieval.

natureza para Coimbra, estudar-se-á o saneamento com base num conjunto de documentos de natureza económica e jurídica que fazem prova da existência de canalizações e de estruturas sanitárias domésticas e revelam o seu funcionamento, entre os séculos XII e XV.

Deste modo, pretende-se aumentar o conhecimento sobre a cidade de Coimbra, bem como sobre a configuração das estruturas edificadas, com funções sanitárias, e dos canos para drenagem das águas poluídas. Depois de identificada a sua existência em diferentes áreas da cidade, procurar-se-á compreender a sua forma de funcionamento e analisar a necessidade de intervenção da justiça concelhia e régia, no âmbito de contendas entre vizinhos, motivadas pela sua (má) utilização e conseqüente deterioração e usurpação do espaço público. Ao contrário do que acontece em Inglaterra e na Escandinávia²⁶, em Portugal conhecem-se muito poucos vestígios arqueológicos destas estruturas²⁷ e mesmo as referências escritas são pouco abundantes. Por esse motivo, interessa dar a conhecer os poucos elementos que os documentos nos fornecem e explorá-los detalhadamente, aproveitando estes pequenos estudos de caso para propor modelos que se repetiriam dentro de Coimbra e noutras cidades nacionais.

1. Higiene pública e privada na cidade medieval portuguesa

As cidades medievais europeias aproveitaram, adaptaram e serviram-se, sempre que possível, do sistema, mais ou menos complexo, de coleção e condução de esgotos, estruturado na cidade romana de que eram herdeiras. Assim, elas preservaram um conjunto hierarquizado em que, aproveitando o declive orográfico, os coletores – cloacas; canais; e regatos a céu aberto – espalhados pela cidade conduziam a uma cloaca principal, normalmente subterrânea²⁸. Pelo contrário, as latrinas públicas – estruturas imprescindíveis na cidade da romanização, muitas vezes um espaço de sociabilidade e, por isso, construídas de forma opulenta e imponente – perderam progressivamente a sua dignidade e, nos finais da Idade Média, não serão mais do que uma estrutura poluidora e malcheirosa, uma fonte de problemas para as autoridades urbanas.

²⁶ Jørgensen, “Cooperative Sanitation...”, cit., p. 549.

²⁷ Neste âmbito, é relevante o estudo dos vestígios arqueológicos dos canos da cidade de Lisboa no século XVI, ver Jacinta Bugalhão e André Teixeira, “Os canos da Baixa de Lisboa no século XVI”, *Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa* 2, n. 4 (2015), 89-112, <https://run.unl.pt/handle/10362/28948?mode=full>.

²⁸ Leguay, *L'eau dans la ville au Moyen âge...*, cit., p. 131-139.

Em consequência de uma relação com o corpo mais condicionada pela ideologia judaico-cristã, ao longo da Idade Média, os espaços sanitários terão tendência a instalar-se na privacidade do lar e uma habitação será tão mais sofisticada e confortável quanto puder acomodar no seu interior essas instalações. Com efeito – e como este estudo procurará demonstrar – esses sanitários a que se dará, precisamente, o nome de “privadas” difundir-se-ão por todo o espaço urbano não sem que, em muitos casos, também sejam origem de poluição e contaminação.

A análise da legislação medieval portuguesa revela que a preservação da salubridade do espaço público era, sobretudo, uma competência do poder local, mas também vemos o monarca a intervir nestes assuntos – como faria D. João II, na iminência de um surto de peste, nos finais do século xv²⁹. De um modo geral, as águas poluídas pelo lixo doméstico ou resultado das atividades de produção manufatureira e do comércio eram despejadas para a via pública, por quem as produzia. As autoridades concelhias legislavam no sentido de regradar o mais possível esse costume: reiteravam proibições, instituíaam multas e invocavam a fiscalização das ruas e a consequente punição dos infratores³⁰, tal como se vê acontecer no Centro e no Norte da Europa³¹. A vigilância do concelho era especialmente apertada nas ruas mais movimentadas da cidade e visava também a preservação das fontes e dos chafarizes³². De acordo com a legislação geral do reino, os almotacés do concelho deveriam zelar sobre todas estas questões³³. Na impossibilidade de impedir os despejos para a via pública, quando a maioria das casas não tinha sanitários e/ou canos de escoamento, os concelhos registavam obrigações com vista a mitigar os incómodos e os distúrbios que esta prática originava, das quais a mais famosa será, certamente, a de gritar três vezes o aviso “água vai”, antes de se efetuar o despejo³⁴.

Em cidades de colina como Porto e Lisboa, percebemos que o escoamento das águas residuais, produzidas intramuros, tirava partido das características orográficas do terreno e fazia-se através de uma rede simples de canos que corriam a céu aberto, desembocando frequentemente junto às portas da

²⁹ Maria Teresa Campos Rodrigues, *Aspectos da administração municipal de Lisboa no século XV*, Lisboa, Revista Municipal, 1968, p. 114-118.

³⁰ Ver LPALX, p. 26 e 31 e LPAE, fl. 12. Para um maior detalhe sobre a legislação concelhia direcionada para a limpeza das ruas de Lisboa, ver Gonçalves, *Posturas municipais...*, cit., p. 160-167.

³¹ Leguay, *L'eau dans la ville au Moyen âge...*, cit., p. 169-172 e Jørgensen, “Cooperative Sanitation...”, cit., p. 553-560.

³² Ver LPALX, p. 3, 31 e 52; LPAE, fl. 24.

³³ Ver *Ordenações Afonsinas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, livro 1, título XXVIII, item 14, 15 e 16 e LPALX, p. 26.

³⁴ Ver LPAE, fl. 7v.

muralha³⁵. Nestas cidades, o rio seria o principal coletor dos esgotos. Contudo, porque o rio também era uma das principais, senão a principal, via de acesso à cidade e ponto de chegada e partida de produtos alimentares, os concelhos procuravam distinguir, demarcar e separar as zonas de despejos daquelas onde se carregavam e descarregavam as mercadorias³⁶. Na cidade de Lisboa dos finais do século xv, verifica-se que as preocupações relacionadas com a limpeza destes canos, obrigaria à criação do ofício de “alimpador dos canos”³⁷.

Por sua vez, de acordo com o que se registou para as cidades do Porto e de Lisboa, na entrada do século xiv, fora das muralhas, seria precisamente ao pé do rio – na Ribeira – que as autoridades urbanas faziam localizar as instalações sanitárias públicas, a que designavam “privadas”³⁸. Em Lisboa, estas instalações eram servidas por um cano, ou um rego, que desembocaria, certamente, no rio. No Porto, estes edifícios em madeira e telha, sobre o “muro da praça da ribeira”³⁹, causavam controvérsia nas reuniões da vereação, pois se eram indiscutivelmente necessários, também eram malcheirosos, poluentes e abrigo para malfeitores⁴⁰. Com efeito, em 1401, as autoridades legislavam no sentido de que as privadas da Ribeira fossem destruídas, mas elas permaneceriam nesse local, pelo menos, até 1405. A fixação de latrinas públicas nas margens e nas pontes era uma opção natural nas cidades que se estruturavam no percurso de um rio, como era o caso de Lille, Estrasburgo⁴¹ ou Londres, onde, para o século xiv, se referenciam dezasseis latrinas públicas⁴².

Também natural era a preocupação, por parte das autoridades, com o local de implantação dessas construções. Mesmo que construídas em espaço privado, era necessário minimizar o impacto negativo que elas teriam na vizinhança e evitar a conspurcação dos lugares públicos. Em Ribe, legislação do século xiii fixava não só a distância mínima relativamente às ruas e aos vizinhos mais próximos, como também aos cemitérios⁴³. Na cidade de York, em caso de instalações que previam a existência de fossas, as autoridades procuravam

³⁵ Ver LPALX, p. 2, 19.

³⁶ Ver LPALX, p. 6, 28 e 87.

³⁷ Ver Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa*, Lisboa, Typ. Universal, tomo 1, 1885, p. 463 e p. 548.

³⁸ Ver LPALX, p. 6, 87 e VP1401-1449, p. 24, 73 e 287.

³⁹ Ver VP1401-1449, p. 24.

⁴⁰ A este respeito, diga-se que o risco que a ida à latrina pública poderia implicar comprova-se documentalmente para outras cidades da Europa, como é o caso de Londres (Sabine, “Latrines and Cesspools of Mediaeval London...”, cit., p. 306).

⁴¹ Leguay, *L'eau dans la ville au Moyen âge...*, cit., p. 260.

⁴² Sabine, “Latrines and Cesspools of Mediaeval London...”, cit., p. 308.

⁴³ Jørgensen, “Medieval latrines and the law...”, cit., p. 8.

regular a periodicidade e o local do seu esvaziamento⁴⁴. Estudos recentes sobre Inglaterra e a Escandinávia na Baixa Idade Média demonstram ainda que, na dificuldade de afastar o lixo das ruas quando não se ofereciam alternativas aos habitantes, as autoridades urbanas optavam pela construção e disponibilização de serviços sanitários, através da construção de latrinas públicas e da contratação de trabalhadores, encarregados de recolher o estrume diariamente⁴⁵. No reino de França, a nomeação de responsáveis pela higiene pública – vigia das calçadas e manutenção dos pavimentos, das canalizações e do esvaziamento das fossas – é uma prática conhecida para cidades como Ruão, Paris e Marselha⁴⁶.

Em Portugal, para além dos elementos já invocados, pouco se sabe sobre a construção destas instalações, pelos poderes públicos, e sobre a sua eventual implementação no domínio doméstico, as informações também não são abundantes. Geralmente, a casa corrente em Portugal era estreita, de modo a aproveitar o mais possível a rua pública e, nas traseiras, detinha um quintal onde, para além de produtos hortícolas e de animais domésticos, se poderiam acomodar equipamentos de armazenamento ou transformação de produtos alimentares. Em alguns casos, sabemos que neste quintal poderiam localizar-se instalações sanitárias⁴⁷ e, mesmo que a documentação não o provasse, essa hipótese seria sempre de considerar. Latrinas de fundo de quintal ou encaixadas sob escadarias de madeira, seriam uma presença, mais ou menos, frequente na cidade medieval europeia, mas, construídas em materiais facilmente percíveis, só muito raramente nos chegam indícios da sua existência⁴⁸.

Podendo trazer consequências nocivas ao funcionamento, ao ambiente e até à defesa da cidade, a decisão de construir uma privada não poderia ser uma decisão, simplesmente... privada! Assim, nos finais do século XIV, a Vereação do Porto recriminava o hábito de alguns vizinhos construírem “privadas”, ao longo dos caminhos, das ruas e das vielas públicas, serventia dos habitantes da cidade e ordenava a sua destruição⁴⁹. Sobre este aspeto, o *Livro das Posturas Antigas* de Évora dá-nos um testemunho relevante, quando proíbe a colocação “sobre alcarcova da cerca velha” de “tristiga a quall aagoa chamam privada”. Por esta postura, sabe-se não só da existência de lugares onde as instalações sanitárias domésticas eram proibidas, como também se revela o vocabulário associado a estas instalações. Ora, se “privada” não coloca nenhuma dúvida

⁴⁴ Jørgensen, “Medieval latrines and the law...”, cit., p. 11 e 12.

⁴⁵ Jørgensen, “Cooperative Sanitation...”, cit., p. 561.

⁴⁶ Leguay, *L'eau dans la ville au Moyen âge...*, cit., p. 268.

⁴⁷ Trindade, *A casa corrente em Coimbra...*, cit., p. 74.

⁴⁸ Leguay, *L'eau dans la ville au Moyen âge...*, cit., p. 264.

⁴⁹ Ver VP1390-1395, p. 113.

quanto a tratar-se de uma latrina⁵⁰, já “tristiga” é mais difícil de definir. Nos léxicos latinos, o vocábulo “tristega” (no feminino singular) surge com os seguintes significados: o terceiro andar de um edifício; um andar celeiro; ou um andaime campanário⁵¹. De facto, é a postura de Évora que nos permite compreender que “tristega” era a designação antiga de “privada”. Atendendo aos significados latinos, poderemos propor que estas instalações fossem construídas a um nível mais alto que o solo e, eventualmente, em madeira.

No caso invocado para Évora, proibia-se a sua instalação na cerca velha da cidade, para que o lixo aí produzido não fosse, precisamente, entupir o fosso da muralha⁵². Note-se que na Baixa Idade Média, a cerca velha da cidade de Évora – herdeira da primitiva muralha romano-goda, alterada e reforçada durante a ocupação islâmica e, posteriormente, preservada por cristãos – depois da construção da cerca nova, em meados de Trezentos, via as suas funções defensivas ultrapassadas e grande parte do seu pano alienado pelo rei, em benefício dos seus apaniguados⁵³. O concelho da cidade, porém, parecia não querer descurar nem a salubridade desta área urbana, nem as funções defensivas da cerca, frequentemente postas em causa pelo atolamento das alcárcovas e os depósitos de lixo nas imediações da muralha⁵⁴.

2. Higiene pública e privada em Coimbra na Idade Média

Numa colina elevada junto ao rio Mondego, a cidade de Coimbra estruturou-se, pelo menos a partir da romanização, a partir de um núcleo urbano implantado no seu ponto mais alto. Amuralhada desde o período islâmico, a colina de povoamento mais antigo contrastava com os territórios da margem, planos e de mais fácil acesso, mas vulneráveis às cheias de um rio com tendência para o assoreamento⁵⁵. O povoamento desta cidade, desde cedo, extravasou os

⁵⁰ Rafael Bluteau, *Diccionario da lingua portugueza*, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, <http://purl.pt/29264> sv. “privada”.

⁵¹ Jan Frederik Niermeyer, C. van de Kieft, e G. S. M. M. Lake-Schoonebeek (eds.), *Mediae Latinitatis lexicon minus: lexique latin médiéval-français/anglais = a medieval Latin-French/English dictionary*, Leiden, E. J. Brill, 1976, sv. “tristegum, a”.

⁵² Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, Lisboa, A. J. Fernandes Lopes, 1865, <http://purl.pt/13944/3/> sv. “alcorcova”.

⁵³ Beirante, *Évora na Idade Média...*, cit., p. 43-51.

⁵⁴ Beirante, *Évora na Idade Média...*, cit., p. 43.

⁵⁵ Ver Fernando Rebelo, “Rio Mondego e Coimbra: uma longa e ambivalente ligação”, *Revista Portuguesa de História*, 43 (2012), p. 149-158, http://dx.doi.org/10.14195/0870-4147_43_7.

limites da muralha: na entrada do século XII, afastada a insegurança provocada pelo conflito entre cristãos e muçulmanos nesta região, vemos estruturar-se no arrabalde quatro paróquias que disputam direitos e paroquianos entre si⁵⁶. A partir dessa altura, o povoamento seria significativo em dois territórios de orografia marcadamente distinta: a alta Almedina, onde se acomodavam os principais centros de decisão política e religiosa e importantes pontos comerciais; e os Arrabaldes, onde vemos definir-se os principais bairros de mercadores, de mesteiros, de barqueiros, de pescadores e de trabalhadores agrícolas. Para uma referência geral da espacialidade dos casos que a seguir se apresentam, consulte-se a figura 1.

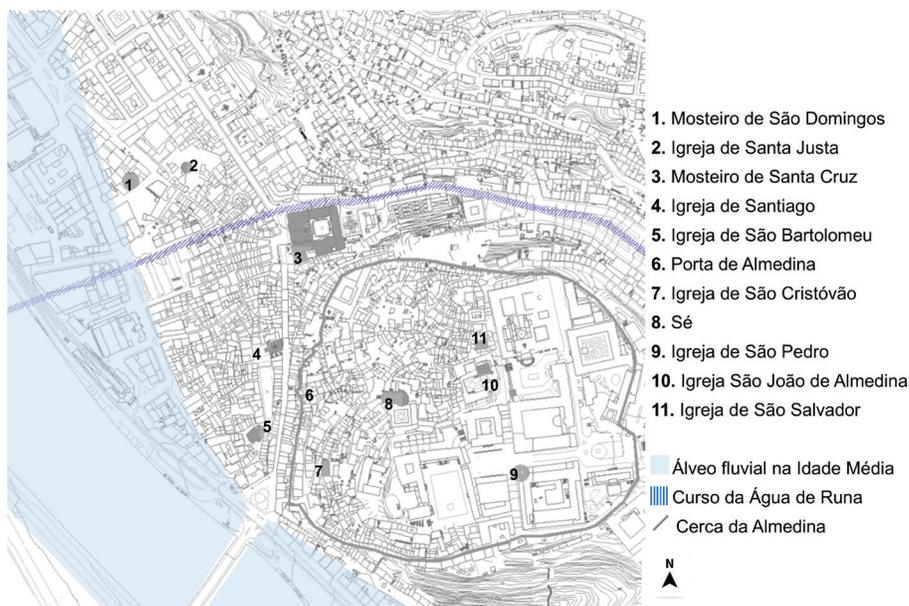


Figura 1. Esquema cartográfico com os principais pontos de referência espacial dentro da cidade de Coimbra.

Ao longo do século XVI, os monarcas ordenaram a construção de um paredão ao longo do rio que evitasse as inundações, ver José Branquinho de Carvalho, “Cartas originais dos reis (1480-1571)”, *Arquivo Coimbrão* VI (1942) 106, doc. LXVI e (16 de agosto 1538) e p. 111, doc. LXXII (12 de dezembro 1539).

⁵⁶ Maria Amélia Campos, “Coimbra’s parochial network: aspects of its definition in the 12th century” in Hermínia Vilar e Maria João Branco (eds.), *Ecclesiastics and political state building in the Iberian monarchies, 13th-15th centuries*, Lisboa, Publicações do Cidehus, 2016, p. 246-258, <http://books.openedition.org/cidehus/1596>.

Da análise de documentos produzidos ao longo da Idade Média sobre este centro urbano, são poucos os elementos que nos permitem compreender a rede de canos de escoamento ou de esgotos. Do período romano, Coimbra medieval terá herdado uma cloaca principal, estruturada ao longo do *decumanus maximus* – definido entre o Castelo e o *Forum* da cidade – e que seguia, a partir desse ponto, até à Porta de Almedina, pela Rua das Covas e pelo Quebra Costas. Este escoadouro central era amiúde referido na documentação pelo vocábulo *Sota*⁵⁷.

Não dispondo de elementos sistemáticos sobre o funcionamento dos esgotos em Coimbra, no período medieval e moderno, socorremo-nos de um relatório realizado no último quartel do século XIX. Por aí, sabe-se da existência de dois grandes canos que, na zona Baixa da cidade – na margem do rio e nas proximidades da Ribeira de Coselhas – recebiam os resíduos e as águas sujas, provenientes de cinco outros canos que serviam a cidade Alta e a cidade Baixa⁵⁸. Lendo esse relatório num exercício de retrospectiva, que naturalmente deve ser ponderado e moderado, podemos aventar que no período medieval, a aproveitar o declive orográfico, as principais ruas da Almedina também seriam servidas por canos de escoamento. No centro da cidade, o já referido sistema de cloacas romanas continuaria a drenar por um cano central, a desembocar junto à Porta de Almedina, pelo curso da *Sota*. Na zona Sul, eles trariam os detritos à margem do rio, junto da Couraça e da Portagem e, na zona Norte, escoariam para a Runa – curso de água que dividia a paróquia de São João do Mosteiro de Santa Cruz da paróquia de Santa Justa e que se caracterizava por um caudal importante⁵⁹. Note-se que o bom funcionamento deste curso de água, para escoamento de águas residuais, era uma preocupação por vezes invocada nas reuniões de vereação, ao longo do século XVI⁶⁰.

Poucos registos do concelho de Coimbra se conservaram para o período medieval e a sua dispersão pelos fundos arquivísticos das diferentes instituições

⁵⁷ Ver Alarcão, *Coimbra: a montagem...*, cit., p. 58. Entre outros documentos, veja-se por exemplo Carla Patrícia Rana Varandas, *A Colegiada de S. Pedro das origens até ao final do século XIV. Estudo económico e social*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1999 (tese de mestrado policopiada), documento 29 (3 abril 1321).

⁵⁸ Ver José Cecílio da Costa, *Memoria sobre o saneamento da cidade de Coimbra: esgotos e irrigações*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1880, p. 23-30. Por essa altura, sobre o sistema de esgotos de Coimbra dizia-se ser do “mais extraordinario estado de atrazo”: os coletores eram obsoletos e pouco mecanizados e a eficácia dos canos era comprometida pelo facto de o cano mestre da margem do rio se implantar num nível mais alto que os mais pequenos canos de despejos.

⁵⁹ Maria Amélia Álvaro Campos, *Cidade e Religião: a colegiada de Santa Justa de Coimbra na Idade Média*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, p. 96; 108-112, <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1316-1>.

⁶⁰ José Branquinho de Carvalho, *Saneamento da cidade de Coimbra*, Coimbra, Coimbra Editora, 1965, p. 14.

coimbrãs não facilita o seu estudo integrado. No entanto, a observação de documentos sobre propriedade urbana, com vista à resolução de conflitos entre proprietários, à doação, compra e venda e exploração enfiteutica de prédios dentro da malha urbana, permitem-nos identificar estruturas sanitárias, com diferentes implantações na cidade, num período largo entre o século XII e o século XV. Ao longo do século XII, identificamos a referência a *tristegas*, como partes anexas das casas, um pouco por toda a área urbana: nos arrabaldes, junto à igreja de São Bartolomeu⁶¹; na Almedina, em casas localizadas nas paróquias da Sé⁶², de São Pedro⁶³ e de São Cristóvão⁶⁴. A considerar o que se disse para o caso de Évora, estas estruturas seriam pequenas instalações em madeira anexadas ao exterior das paredes das casas. Em alguns casos, percebe-se que o seu funcionamento previa os despejos para os quintais contíguos às habitações⁶⁵ e, noutros casos, percebe-se que estas estruturas eram partilhadas por proprietários de imóveis vizinhos⁶⁶.

Curiosamente, a referência a estas estruturas perde-se com o avançar da cronologia. Durante o século XIII, não coligimos nenhuma referência a instalações com funções sanitárias e só a partir do século XIV elas ressurgem na documentação de forma muito esporádica. No ano de 1362, na paróquia de Santa Justa, identifica-se um *cagatório*, localizado a par da referida igreja, numa área caracterizada pela implantação de casas, cortinhais e pardieiros, numa zona central dessa paróquia⁶⁷. Pelo facto de não se referir o proprietário desta estrutura, julgamos possível que esta fosse uma instalação com funções sanitárias, para utilização pública. Já na entrada do século XV, reconhecemos a primeira construção designada por “privada”, localizada também na paróquia de Santa Justa, na entrada da Rua de Oleiros, junto a uma das principais ruas do arrabalde da cidade – a rua de Figueira Velha que conduzia à saída setentrional da cidade⁶⁸. Ainda no que diz respeito à existência de instalações sanitárias no casario de Coimbra, a documentação do concelho dá-nos a conhecer, em 1532, uma casa com uma “retrete no cortinhal

⁶¹ Ver documento 1, no anexo documental.

⁶² Ver *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra: edição crítica: texto integral*, editado por Manuel Augusto Rodrigues e Avelino de Jesus da Costa, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999 (doravante citado por *LP*), documento 555 (1145 Junho) e ANTT, Cabido da Sé de Coimbra, 2ª incorp., m. 6, doc. 17 (1179, março).

⁶³ Ver ANTT, Mosteiro de São Jorge de Coimbra, m. 2, n. 12 (1158 Março).

⁶⁴ Ver ANTT, Mosteiro de São Jorge de Coimbra, m. 4, n.19 (1181 Abril).

⁶⁵ Ver *LP* 555 e ANTT, Mosteiro de São Jorge de Coimbra, m. 2, doc. 12.

⁶⁶ Ver *LP* 555.

⁶⁷ Ver documento 2, em anexo.

⁶⁸ Ver documento 3, em anexo.

sobre o muro”, na Rua da Calçada⁶⁹, que apresentaria uma área de cerca de 3 m². À semelhança do caso citado para Évora, também esta retrete deveria ser construída em altura, na própria muralha da cidade. No entanto, aqui, com certeza, os despejos seriam encaminhados para a *Sota*.

Dada a reduzida frequência com que identificamos esta tipologia de construções na malha urbana de Coimbra, julgamos que a maioria das vezes, esse género de necessidades era resolvido com recurso ao pote ou bacio que depois era atirado para a via pública fosse através da janela, fosse através de canos de escoamento. Em 1421, a igreja de S. Salvador obrigava o proprietário de umas casas contíguas às suas, na Rua da Lágea Quente, a fazer um cano que recebesse as águas de uma casa dessa igreja e as encaminhasse para o cano da rua⁷⁰. Duas décadas mais tarde, a igreja de S. Cristóvão citou, perante o almotacé-mor do concelho, a igreja de S. Bartolomeu porque ambas dividiam o mesmo cano de serventia de águas, numa das ruas da cidade⁷¹. Neste caso, a construção de um sobrado numa das casas e a adição de mais um cano de despejos à mesma serventia de águas determinou o congestionamento da mesma e o seu entupimento. Assim, a igreja de S. Cristóvão pedia que esse último cano fosse destruído. Solicitada uma vistoria realizada pelos carpinteiros da cidade, determinou-se que o cano poderia continuar em funcionamento desde que se fizesse uma bomba. Julgamos que, por bomba, os carpinteiros entendessem um sistema de sifão que não permitisse que o cano continuasse a vazar água para o esgoto da rua se aquele estivesse obstruído. Do mesmo modo, o réu ficava obrigado a limpar os canos da serventia de ambas as casas, pelo menos, duas vezes por ano.

Estes conflitos de vizinhança por causa do escoamento de águas mobilizavam não só os juízes e almotacés do concelho⁷², como também as justiças da audiência episcopal, quando os proprietários dos imóveis em questão eram eclesiásticos⁷³. Ilustrativa de um complexo recurso à justiça, foi a questão que na entrada do século xv envolvia a já referida “privada” da entrada da Rua de Oleiros, cujos desenvolvimentos nos chegaram por carta emanada da audiência régia de D. João I – última instância que terá deliberado neste caso⁷⁴. Este processo decorria entre o prior e o cabido da igreja de Santa Justa e Diogo Lourenço, procurador do número em Coimbra e sua mulher. Sendo ambas as partes proprietárias de casas vizinhas

⁶⁹ José Branquinho de Carvalho, “Tombo Antigo do Concelho”, *Arquivo Coimbrão*, XVIII (1963), p. 50.

⁷⁰ A Rua de Lágea Quente situava-se, no interior da muralha, na freguesia de S. João de Almedina, ver ANTT, Colegiada de S. Salvador, m. 2, s/n (20 de abril de 1421).

⁷¹ Ver ANTT, Colegiada de S. Cristóvão, m. 23, n. 10 (1448.09.04).

⁷² Ver ANTT, Colegiada de S. Cristóvão, m. 23, n. 10 (1448.09.04).

⁷³ Ver ANTT, Colegiada de S. Salvador, m. 2, s/n (20 de abril de 1421).

⁷⁴ Ver documento 3, em anexo.

separadas por uma azinhaga, os autores da demanda queixavam-se de que os réus se tinham apropriado, indevidamente, dessa azinhaga. Com efeito, acusavam-nos de despejarem nessa serventia pública os dejetos provenientes de uma privada no interior da casa, através de um cano de pedra, e de a terem tapado para plantar árvores. A isto, os réus dizem que há mais de quarenta anos, que tinham junto à casa um pardieiro e cortinhal, todos bem tapados. Os autores reiteravam a sua queixa, acusando-os de sujar a referida azinhaga, com lixo, dejetos e mau cheiro. Ora, perante a acusação e as subseqüentes contestação e replicação, o rei ordenou que os homens-bons do concelho instruissem uma inquirição para apurar responsabilidades. Após inquirição das testemunhas, o concelho decidiu que as referidas árvores não prejudicavam as casas envolventes, mas a privada sim. Por esse motivo, os réus ficavam obrigados a construir um “sannydoiro (...) en que lhe façam huum embestadoiro de parede tam alto que chegue ao cano de çima da dicta privada”. Por esta sentença, julgamos que o concelho obrigava os proprietários da casa a construir aquilo a que atualmente chamaríamos um sumidouro – uma caixa de coleta de esgotos – e um cano eventualmente de madeira que faria a ligação ao cano de pedra que saía da casa, de modo a que os despejos não se fizessem a céu aberto, minimizando a exalação de cheiros. Por fim, o concelho fez a ressalva de que essas construções não fossem tão largas que impedissem a passagem na azinhaga, do que se conclui que o principal problema das “privadas”, na cidade medieval portuguesa, tão bem como nos outros exemplos europeus que observámos, era o facto de o seu funcionamento assentar, quase sempre, na deterioração, apropriação e usurpação do espaço público.

Quando a historiografia dos inícios do século xx se interessou pelo estudo da higiene pública e privada nas cidades da Europa medieval e moderna, concluiu-se, de um modo geral, que estas seriam mais salubres do que as do período pós-Revolução Industrial. Atualmente, as opiniões são díspares e encontram nas cidades do passado grandes fontes de poluição das águas e do ar, que não seriam de todo inócuas à saúde das populações. No entanto, a análise destes aspetos tem sido unânime em reconhecer as preocupações das autoridades locais e centrais na regulamentação das estruturas sanitárias, que visavam a salvaguarda do uso limpo e seguro do espaço comum.

A observação das estruturas sanitárias para uso público e privado nas principais cidades portuguesas da Idade Média, com enfoque especial em Coimbra, demonstrou como o seu funcionamento assentaria na manutenção da primitiva rede de escoamentos, construída no período da romanização, e dependeria da orografia da cidade e da centralidade do rio. Revelou, também, como as estruturas sanitárias de uso público, normalmente implantadas junto à margem do rio, apesar de úteis e necessárias, constituíam um motivo de apreensão. Assim como também as instalações sanitárias de uso privado eram fonte de problemas, de desordenamento e de prejuízo do espaço público.

Desde o século XII, identificamos em Coimbra estruturas com fins sanitários, construídas nos quintais das casas e, por vezes, partilhadas entre vizinhos. Em alguns casos, são mesmo descritos os canos que, do interior das casas, escoavam para o cano público da rua, os quais sofriam frequentes entupimentos, devido ao aumento dos despejos. Por fim, num processo que se publica em anexo, chega-nos a descrição do funcionamento de uma destas instalações sanitárias que, construída numa habitação, fazia os seus despejos para azinhaga pública, onde os proprietários dessa casa também haviam plantado árvores, num claro processo de apropriação indevida, ou mesmo usurpação, de espaços de serventia pública.

Percebemos que os conflitos que nasciam nestes contextos eram normalmente julgados pelo concelho, pelos juizes e almotacés, podendo chegar às instâncias da justiça régia, no caso de haver recurso das partes. Procurando a conciliação de interesses, esses conflitos conduziam à deliberação da construção de equipamentos em madeira que evitassem os despejos a céu aberto e os entupimentos na via pública. Nesses processos, o aconselhamento dos mesteiros do concelho – nomeadamente dos carpinteiros – era ouvido e podia mesmo assumir o caráter de deliberação judicial final.

A higiene e a limpeza constituíam preocupações reais na cidade medieval portuguesa, quer ao nível da esfera pública, quer ao nível da esfera privada. Apesar da incipiente sofisticação tecnológica, a configuração das estruturas sanitárias e os procedimentos de higiene eram minimamente regulados, com intuito de preservar um espaço comum digno – objetivo desejado por todos, mas comprometido pelos interesses de alguns.

Apêndice Documental⁷⁵

Documento 1

1172, DEZEMBRO – *Gonçalo Anes, Miguel, João Peres e Paio Romão, juntamente com as suas mulheres e o filho de um deles, vendem ao abade e frades*

⁷⁵ A transcrição paleográfica dos documentos segue as normas sistematizadas em Avelino de Jesus da Costa, *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, Coimbra, Universidade, Inst. de Paleografia e Diplomática, 1993. As abreviaturas foram desdobradas. Atualizou-se a utilização das letras «i» e «j», «u» e «v». Separaram-se palavras indevidamente unidas e uniram-se palavras indevidamente separadas. As consoantes duplas no início das palavras foram suprimidas, transcrevendo-se apenas uma. A pontuação original e o uso de maiúsculas foram desprezados, introduzindo-se uma pontuação básica com intuito de facilitar a leitura. As palavras ilegíveis foram assinaladas com [.]; as palavras entrelinhadas indicaram-se com < >; e as leituras duvidosas com (?)

do Mosteiro do Lorvão, umas casas com “tristega” que foram de Martinho Barriga e se localizam perto do adro de São Bartolomeu, pelo preço de 23 morabitinos.

A) ANTT, Mosteiro do Lorvão (antiga coleção especial), m. 5, n. 12 (perg., gótico, bom, sinal notarial).

In dei nomine. Hoc est carta vendicionis et firmitudinis quam jussimus facere ego Gunsalvus Jhoannis et uxor mea Mariola et Michael una cum filio meo Dominico et Jhoannes Petriz et uxor mea Maria Michaeliz et Plagius Romeu et uxor mea donno vobis Domino Jhoannis Laurbanensi abbati et omnibus fratribus vestris tam presentibus quam futuris de illis domibus que fuerunt de Martino Barriga et sunt in suburbio Colimbrie juxta atrium Sancti Bartolomei, que sic terminantur: in oriente, de Roderico Monaco, in aquilone, de Roderico Monaco similiter et de Plagio Judice, in occidente et in affrico, via publica. Vendidimus atque concessimus vobis ipsas domos cum sua tristega et cum suis parietibus totis ingiro, excepta medietate illorum parietum queis sunt inter nos et Rodericum Monacum et exceptis illis domibus pauperum, pro precio quod a vobis accepimus idest xxxiiii^{or} morabitinus. Tantum enim nobis et vobis bene complacuit et de precio apud nos nichil remansit in debitum habeatis vos eas firmiter et os⁷⁶ successores vestris et faciatis de eis quicquid vobis placuerit et si nos vel aliquis de nostris propinquis vel de extraneis hoc nostrum factum irrumpere voluerit pro sola temptatione quantum inquisierit tam vobis in duplum componat et quantum fuerit melioratum. Dominoque terrae aliud tantum et judici suum judicatum.

Facta vendicionis et firmitudinis carta, mense decembris, Era M^a CC^a X^a. Nos supradicti qui hanc cartam jussimus facere cum propriis manibus roborauimus et hec sig[sinal]na fecimus.

Testes sunt qui adfuerunt.

Dominicus clericus notuit.

Suarius Diaz judex territorio Colimbrie testis.

Dominus Omar testis.

Dominicus Zoleimaz testis.

Documento 2

1362, FEVEREIRO, 13, Coimbra, igreja de Santa Justa – *João Lourenço, prior da colegiada de Santa Justa, escamba uns chãos, localizados junto das casas de Cristóvão Anes, e recebe dele, em troca, uma casa com cortinhal e*

⁷⁶ Sic.

poço, na Rua de Cacavelos (topónimo de difícil identificação, no território da atual freguesia de Santa Cruz).

A) ANTT, Colegiada de Santa Justa de Coimbra, m. 11, n. 211 (perg., bom, got. cursivo, sinal notarial).

Sabham todos como na Era de mil e quatrocentos anos, treze dias de fevereiro⁷⁷ em Coimbra, dentro na eigreja de Santa Justa estando hi Joham Lourenço, priol e cabidoo da dicta eigreja de Santa Justa, juntos pera esto que se adeante segue segundo seu custume he outrossy estando hi Chrisptovam Anes, filho que foy de Joham Perez que foy prebeendeyro da See da dicta cidade e Maria Steveez sa molher em presença de mim Gonçalo Martinz, tabelliom de nosso senhor el rey en essa meesma çidade e as testemunhas adeante scriptas. Os sobredictos priol e cabidoo derom e outorgarom por escambho pera sempre aos dictos Chrisptovam Anes e a Maria Stevez, sa molher, todollos chãaos que elles e a dicta eigreja am a par das casas de morada dos dictos Chrisptovam Anes e sa molher e arredor dellas con hũa casa terrea que foy de Fernam Gonçalvez e con outra casa en que severom(?) meas convem a saber des as casas que forom de Francisquo Anes como parte pelo cagatorio da de par da dicta eigreja a fundo e se vay aas casas do dicto Chrisptovam Anes ataa as casas en que mora Domingos d'Avellãas, tirando huum pardeeyro pequeno que trage o priol de Caçia que esta antre huum cortinhal e casa de Santa Cruz que trage Maria do Porto e huum cortinhal pequeno que parte da hũa parte con casas de dicta eigreja en que mora o dicto priol e con casas do dicto Chrisptovam Anes. E derom e outorgarom a elles os dictos chãaos e casas que façam dellas e en ellas todo aquello que lhy aprougver como de sa cousa propria pera sempre. E logo os dictos Chrisptovam Anes e sa molher derom por escambho e en maneyra de escambho aos dictos priol e cabidoo na rua que chamam Cacavellos a qual dellas trage emprazada Domingos Steveez, cozineyro que foy dos frades de Sam Domingos, derom e outorgarom a elles a dicta casa e cortinhal que façam della e en ella todo aquello que lhys aprougver como de sa cousa propria e pera sempre e este escambho diserom os dictos priol e cabido que faziam por que entendiam que era mais prol da dicta eigreja daverem a dicta casa e cortinhal aaos dictos chãaos e casas de que nom haviam prol. Das quaes cousas as dictas partes pedirom a mim tabelliom senhos stormentos.

Testemunhas que presentes forom a Fernom Dominguez Pernalvo, de Tentugal e Vaasco Perez, almoynheyro e Martim Perez, homem d'el rey e

⁷⁷ Sic.

Domingos Vicente, dicto⁷⁸ e outros. E eu Gonçalo Martinz, tabelliom sobredicto, a esto presente fuy e per outorgamento das dictas partes este stormento e outro tal scervy e en cada huum delles fiz meu signal que tal [sinal] he.

Documento 3

1413, FEVEREIRO, 6 – *Carta de D. João I a Lopo Dias, juiz de Coimbra, pronunciando-se sobre uma sentença emitida pelo concelho de Coimbra numa contenda que opunha o prior e raçoeiros da colegiada de Santa Justa de Coimbra a Diogo Lourenço, procurador do número em Coimbra e a sua mulher, Constança Peres, por causa de uma privada e de um cortinhal com árvores que estes tinham em suas casas, na entrada da rua de Oleiros, que obstruía uma azinhaga pública. Considerando que o concelho julgara bem no essencial, o rei manda que sejam os réus a pagar as custas do processo.*

A) ANTT, Colegiada de Santa Justa de Coimbra, m. 27, n. 594 (perg., gót. cursivo, razoável, preserva vestígios do selo pendente).

Dom Joham pella graça de Deos rey de Portugall e do Algarve a vos Lopo Diaz d’Espinho, juiz por nos na cidade de Coimbra saude. Sabede que aante nos veeo aa nossa corte huum foro per apellacom que era ant[e]⁷⁹ priol e raçoeiros da igreja de Santa Justa dessa çidade ante nos da hũa parte e Diego Lourenço percurador do numero em essa meesma e Costança Perez sua molher reos da outra. Per razom que el aos autores deziam que elles e a dicta sua igreja ham por suas e como suas em essa cidade hũas casas sobradadas na entrada da Rua d’Oleiros a cerca da Porta M[o]jurisca que partem com casas de Rodrigo Anes, oleiro, e com azinhagaa que esta antre as dictas casas com casas d’Afomso Martinz e com os dictos reeos e com rua publica. E que avendo elles autores assy as dictas casas que os dictos reeos por lhes fezerem perda e dano em ellas foram fazer hũa privada em a dicta azinhagaa em logo onde nunca estava nem devia d’estar e posserom e criarom arvores em huum cortinhall delles reeos e que eso fezerom avia nove ou dez annos da quall privada se lhes seguia gram perda e dano aas dictas casas. Porem pediam contra elles que per sentença fossem costringidos que desfezessem a dicta privada e talhassem as dictas arvores de guisa que per aano dello nom recebom mais dano segundo em sua petiçom mais conpridamente era contheudo. A quall foy julgada que perçedia e

⁷⁸ Segue-se palavra ilegível.

⁷⁹ Letra ilegível por causa de uma dobra no pergaminho.

contestada per os dictos reeos della per confissom e della per negaçom e sobre o negado foy dada conffiçom antre que fosse avida⁸⁰ e perbicada.

Os dictos reeos veerom com as testemunhas em maneira de contraiedade dizendo que a dicta privada estava d'entro nas suas ca[s]as delles reeos onde sempre estivera sem saindo da dicta privada fora na dicta azinhaga paos nem pedras nem outro nehuum edificio della e que avia quareenta anos e mais que elles reeos da dicta azinhagaa e cortinhall⁸¹ e d'huum pardieiro que la esta se serviam pera as suas casas da morada con todallas cousas que lhes conpriam seem contradizimento de nenhũa pessoa⁸². Salvo se for Joham Esteves jubiteiro que lha embargara e que sobre os dictos embargos concordarom com ell tanto per demanda que fora julgada per nos sentença que elles estevessem en posse da dicta azinhaga e cortinhal e pardieiro como sempre estiverom por quanto pervarom en cello⁸³ donde lhes vynha e que outrossy elles tynham no dicto cortinhall as dictas arvores come seu que he. Convem a saber lorangeiras e çidreiras e figueiras e pereiras manerinhas e bideiras das quaes arvores estavam de posse per os dictos tenpos⁸⁴ sem recebendo nem avendo dellas os dictos autores nehuum perjuizo e que outrossy o dicto cortinhal e azinhagaa e pardie[ir] os⁸⁵ estavam todos tapados sobressy com paredes per tal guissa que os dictos clerigos nem outra nenhũa pessoa⁸⁶ nom am servidom salvo elles reeos come suas que som sem avendo(?) os dictos autores nem outro nenhum d'aver em ellas segundo em seus autos mais conpridamente era conteudo.

Contra os quaes dictos autores bieram com outros em maneira de repricaçom em que diziam que de dentro da cassa dos dictos (?) reeos saai huum cano grande de pedra que vem de dentro da dicta azinhagaa e que lança na dicta azinhagaa muita⁸⁷ merda e fedor⁸⁸ dos quatro ou cinco anos aaca per tall guissa que a dicta azinhagaa esta chaa a q[ua]ll⁸⁹ azinhea sempre fora do conçelho e por do conçelho [...] alimpar Afomso Martinz o ferreiro e outro que em ella faziam lixaria e lhis nom consentia que hi laçassem o lixo e se o lançavam fazian-lho tirar logo que os dous reeos por do dicto conçelho se serviam della e era aberta

⁸⁰ Dúvida de leitura.

⁸¹ Segue-se palavra ilegível rasurada.

⁸² No original, «perssoa».

⁸³ Dúvida de leitura.

⁸⁴ Dúvida de leitura.

⁸⁵ Palavra truncada por causa de uma dobra do pergaminho.

⁸⁶ No original «perssoa».

⁸⁷ Segue-se uma sílaba rasurada.

⁸⁸ No original, «vedor».

⁸⁹ Palavra truncada por causa de um vinco no pergaminho.

que se corriam per ella por do dicto conçelho [...] e se a alguem tapava logo os vizinhos destapavam sem avendo em ella os dictos reeos dapno nehuum segundo en seus autos mais conpridamente era contheudo. Os quaes com testemunhos da contraiedade foram julgados por pertencentes per as quaes foram dadas enquirições e foram dadas da parte dos reeos escrituras em ajuda de seu foro e esso mesmo a sentença per elles alegada.

As quaes emquirições avidas e perbicadas e abertas per vos com acordo dos vereadores e homeens bõos e como per os dictos homeens boons foy bista a dicta privada e arvores sobre que en esta contenda porem na parte das arvores que se mostrava serem postas antigamente julgastes que estevessem como ora estam por que se mostrava que nom faziam nojo aas casas dos dictos autores. Contanto que se os ramos das dictas arvores creçesem per tempo e fezeçem nojo nas dictas casas que as possam calhar segundo o dicto quer e que outrossy os dictos reeos façam enpaar a videira e ades irem de sobre as dictas casas dos autores em guissa que lhe nom faça nojo. E na parte da privada julgastes con o acordo dos dictos homeens boons que os dictos reeos façam huum sannydoiro em a dicta privada que seja em alto hũa braça de craveira en que lhe façam huum embestedoiro de parede tam alto que chegue ao cano de çima da dicta privada de que o dicto embestedyro nem faça perjuizo aa servidam da dicta azinhaga aquem en ella a nom aja i deva d'aver. E que pagassem(?) custas.

Da quall sentença os dictos autores pera nos apellarom e os reeos visto o dicto foro presente apercurado dos autores e aa revillia dos reeos julgamos que vos bem julgastes em o prinçipall. Adendo e declarando em nossa sentença mandamos que os dictos reeos destapem a dicta azinhagaa em guissa que os vezinhos que teem as casas e janellas sobre ellas se posam correr servir per ellas como em outro tempo feziã e os dictos reeos nom lançem nem maandem daqui em deante lançar em a dicta azinhagaa per suas cassas neem freestas dellas caca⁹⁰ isterco nem cousa algũa çuja afora aagua linpa e façam⁹¹ em esto. O all que lhes per nos foi mandado sobre a tristiga em tal ora⁹² que outros vezinhos nom reçebam mais perjuizo nem dapno algum per sua culpa e dano da dicta tristiga e em a parte das custas nom he bem julgad[a]⁹³ e correjendo bisto como as arvores som vencedores.

Condenamos os dictos reeos nas custas porem mandamos a vos todallas outras nosas justiças que façades cunprir e guardar o dicto vosso juizo em aquello

⁹⁰ Dúvida de leitura.

⁹¹ Segue-se a palavra «esto», rasurada.

⁹² Dúvida de leitura.

⁹³ Palavra truncada por causa de vinco no pergaminho.

que nos he confirmado e correjudo e declarado e mandado vender, rematar tantos dos beens moviis dos dictos reeos ante apregoados per tres, nove dias per que os dictos autores ajam mill e noveçentos dez e oito libras xB soldos de custas da nossa corte descritas. Deram vista percurador scitura da apellaçom estada deppois da rugaçom e hi da pregoções as quaes foram contadas scugellas com o percurador dos autores a revilliados reeos per Gonçalo Gonçalvez, contador dellas em nosa corte, e seo movill nom avondom fazendo-lhi bender a raiz como he conteudo en nossa ordinaçom e as custas allo foros⁹⁴ na terra fazede lhi contra os directos e vender por ellas como dicto he e al nom façades.

Dante em sentença, em seis dias de fevereiro, el rey o mandou, Afomso Giraldez seu basallo e sobrejuiz e Alvaro Perez, seu basallo e percurador dos seus foros, Afomso Anes, seu vasalo escrivam em esso. Era de mill IIII^e e cinquenta e hum annos.

⁹⁴ Dúvida de leitura.

Os marcos de Colonha e de Tria e a reforma dos Pesos de Dom João II (1487-1488)

The marks of Cologne and Troyes and the reform of Weights of João II in Portugal (1487-1488)

LUÍS SEABRA LOPES
Universidade de Aveiro
lsl@ua.pt

<https://orcid.org/0000-0002-5719-5019>

Texto recebido em / Text submitted on: 15/01/2020

Texto aprovado em / Text approved on: 27/04/2020

Abstract

In Portugal, in the reigns of João II and Manuel I, marked by the reform of charters and the centralization of the administration, it made complete sense to standardize weights and measures. At the European level, the winds of metrological uniformity were also blowing. Early in his reign, João II ordered the measures of capacity to be uniformized by Santarém standards. In 1487-1488, he worked on the reform of weights. Several weight subsystems coexisted for different products. In the documentation already known, some indications suggest that the mark used for *haver-de-peso* (avoirdupois) was the mark of Troyes/*Tria*, but they do not allow to draw a consolidated conclusion. In the appendix at the end of this paper, a royal letter is published in which it is the king himself who makes this identification. This clarification, combined with the rest of the documentation, and with the recent evaluation of the Manueline mark, now allows us to draw consolidated conclusions on the equivalence of the weight units prior to the reform. Eventually, the king abolished the Troyes/*Tria* mark, choosing the Cologne/*Colonha* mark as the single standard for all products.

Keywords: João II of Portugal; Cologne/*Colonha* mark; Troyes/*Tria* mark; grocery/avoirdupois mark

Resumo

Nos reinados de Dom João II e Dom Manuel I, marcados pela reforma dos forais e pela centralização da administração, fazia especialmente sentido uniformizar os pesos e medidas. A nível europeu, também sopravam os ventos da uniformização metrológica. Logo no início do reinado, Dom João II mandou uniformizar as medidas de capacidade pelos padrões de Santarém. Em 1487-1488, trabalhou na reforma dos pesos. Coexistiam vários subsistemas de pesos para diferentes produtos. Na documentação já conhecida, algumas indicações sugerem que o marco usado no *haver-de-peso* era o marco de *Tria*, mas não permitem tirar uma conclusão definitiva. Em apêndice, publica-se uma carta régia em que é o próprio rei que faz essa identificação. Essa clarificação, conjugada com a restante documentação, e com a recente avaliação do marco manuelino, permite agora tirar conclusões mais fundamentadas sobre as equivalências das unidades ponderais anteriores à reforma. O rei acabou por abolir o marco de *Tria*, escolhendo como padrão único o marco de *Colonha*.

Palavras chave: Dom João II; marco de *Colonha*; marco de *Tria*; marco de mercearia.

Como os forais medievais especificavam diferentes tributos em termos de pesos e medidas que já não estavam no uso corrente, a reforma dos pesos e medidas foi uma peça chave na reforma dos forais¹. Por sua vez, a reforma dos forais foi realizada tendo por pano de fundo o novo enquadramento jurídico construído por Dom Manuel I ao longo de todo o seu reinado, no qual se destacam como peça central as *Ordenações Manuelinas*. O estabelecimento desse novo enquadramento consumou, no essencial, a transição do modelo medieval de governo para o estado moderno². Dom Manuel I teve o mérito de consumir essa transição, mas foi o seu antecessor quem deu início ao processo. De facto, dominando e submetendo a alta nobreza senhorial logo nos primeiros anos do seu reinado, Dom João II criou as condições essenciais para o estabelecimento de um sistema de governo uniforme e centralizado³. Dom João II deu também um impulso decisivo à reforma dos forais, que tinha já sido pedida nas cortes de 1472-1473 e que voltou a ser pedida nas cortes de 1481-1482, logo no início do reinado⁴. De facto, em dezembro de 1481, Dom João II mandou recolher todos os forais, e outros títulos que implicassem perção de direitos, para serem examinados e eventualmente reformados. Num contexto de reforma dos forais e centralização da administração, fazia sentido uniformizar os pesos e medidas.

A nível europeu, também sopravam os ventos da uniformização metrológica. Em 1480/04/06, o rei de Nápoles, Ferdinando I, também conhecido como Ferrante, mandou uniformizar as medidas do seu reino pelas da cidade de Nápoles⁵. Em Castela, os reis católicos, Fernando e Isabel, tentaram simplificar e uniformizar o sistema de pesos em 1488. Alguns anos depois, em 1496, os mesmos reis emitiram uma pragmática que repete a

¹ João Pedro Ribeiro, *Dissertação Histórica, Jurídica e Económica sobre a Reforma dos Forais no Reinado do Senhor D. Manoel. Parte I*, Lisboa, Impr. Régia, 1812; Maria José M.B Chorão, *Os Forais de D. Manuel. 1496-1520*, Lisboa, ANTT, 1990; Pedro Pinto, “Dos Manuscritos à Personagem: o Percurso de Álvaro Fragoso, procurador de Évora e da Comarca de Entre-Tejo-e-Odiana para os Feitos dos Forais”, *eHumanista*, 31 (2015), p. 80-153; Luís Seabra Lopes, “The Distribution of Weight Standards to Portuguese Cities and Towns in the Early 16th Century: Administrative, Demographic and Economic Factors”, *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, 112 (2019), p. 45-70.

² Diogo Freitas do Amaral, *D. Manuel I e a Construção do Estado Moderno em Portugal*, Coimbra, Ed. Tenacitas, 2003.

³ Manuela Mendonça, *D. João II: Um Percurso Humano e Político nas Origens da Modernidade em Portugal*, Lisboa, Ed. Estampa, 1991; Luís Adão da Fonseca, *D. João II*, Círculo de Leitores, 2007.

⁴ João Pedro Ribeiro, *Dissertação...*, cit., p. 6 e 52-58; Pedro Pinto, “Dos Manuscritos...”, cit., 89-94.

⁵ Melchiorre Delfico, *Memoria sulla Necessità di rendere Uniformi i Pesi e le Misure del Regno*, Nápoles, G.M. Porcelli (impr.), 1787, p. xi-xvi e xxv-xxxv.

maior parte do conteúdo da reforma de Juan II (1435) com as atualizações necessárias relacionadas com os pesos e com outras alterações recentes⁶. Em 1495-1497, Henrique VII empreendeu uma importante reforma metrológica em Inglaterra, que incluiu a entrega de padrões de pesos e medidas de bronze a 42 das principais localidades do país⁷. Em Portugal, em 1497-1504, no âmbito das reformas dos forais e das ordenações, Dom Manuel I empreendeu a principal reforma metrológica na história de Portugal anterior à introdução do sistema métrico decimal, no âmbito da qual distribuiu mais de uma centena de pilhas de pesos de grandes dimensões aos municípios⁸.

Dom João II também se empenhou na reforma dos pesos e medidas, facto que, lentamente, os historiadores têm vindo a documentar. Sabe-se que, logo em 1482, na sequência de um pedido apresentado pelos povos nas cortes de 1481-1482, Dom João II mandou uniformizar as medidas de capacidade pelos padrões de Santarém⁹. Para esse efeito, o rei distribuiu padrões à cidade de Lisboa, às seis comarcas, às quatro ordens militares e, naturalmente, ao almotacé-mor da corte. Entretanto, a documentação (ver adiante a sec. II) permite perceber que a complexidade do sistema legal de pesos e medidas se verificava sobretudo no domínio dos pesos, onde estavam em uso quatro arráteis com diferentes números de onças. Seria portanto natural que Dom João II se preocupasse também com o sistema de pesos. Contudo, os primeiros anos do reinado (1481-1484) foram de contestação interna, por parte da alta nobreza¹⁰. Em 1485-1486, já com esses obstáculos ultrapassados, o rei ocupa-se de aspetos de elevado simbolismo: acrescentou o título de “Senhor da Guiné” à sua lista de títulos; reformou o escudo do reino; e cunhou novas moedas de ouro, o *justo* e o *espadim*, com nova iconografia¹¹.

⁶ Andrés Marcos Burriel [atrib.], *Informe de la Imperial Ciudad de Toledo al Real y Supremo Consejo de Castilla sobre Igualacion de Pesos y Medidas*, Madrid, D.M. Martin (impr.), 1758, p. xxxii-xliv; Rubén Castro Redondo, “Política y Policia Metrológica de la Corona de Castilla hasta la Introducción del Sistema Métrico”, *Investigaciones Históricas: Época Moderna y Contemporánea*, 38 (2018), p. 77-102.

⁷ Robert D. Connor, *The Weights and Measures of England*, London, Science Museum, 1987, p. 237-240.

⁸ Luís Seabra Lopes, “Sistemas Legais de Medidas de Peso e Capacidade do Condado Portucalense ao Século XVI”, *Portvgalia: Nova Série*, 24 (2003), p. 147-156; Luís Seabra Lopes, “The Distribution...”, cit.

⁹ *Livro dos Pregos*, I.M. Viegas & M. Gomes (coord.), C.M. Lisboa, 2016, doc. 448; Torquato de Sousa Soares, “Observações” in T.S. Soares (dir.), *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV: 2ª Edição*, 11 vols., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1945-1954, Tomo X, p. 383-384.

¹⁰ Luís Adão da Fonseca, *D. João II*, cit., p. 78-107.

¹¹ Luís Adão da Fonseca, *D. João II*, cit., p. 107-111.

Em 1487, finalmente, Dom João II começou a dar atenção à reforma dos pesos, da qual são até agora conhecidas duas cartas. Na primeira, datada de 1487/10/23, o rei apresentou uma proposta de reforma de todo o sistema de pesos. Dom João II lançou a ideia de uniformizar os pesos tomando por unidades fundamentais o *marco*, deixando em aberto se seria pelo padrão “de Colonha” ou pelo padrão “de marçaria”, e um arrátel de 16 onças do marco que fosse escolhido¹². Outras onças, marcos e arrátéis seriam abolidos. Na segunda carta, datada de 1488/10/14, o rei adotou o marco de Colonha e aboliu o mais direto competidor, o marco de Tria¹³. Veremos tudo isto em maior detalhe ao longo do artigo. As ideias e determinações de Dom João II foram depois retomadas por Dom Manuel I e estão na origem do sistema de pesos português da época moderna. Quanto às medidas lineares, Dom João II parece ter optado por não introduzir inovações¹⁴.

A documentação até aqui conhecida permite colocar algumas hipóteses interpretativas, quer quanto ao ponto de partida, quer quanto às principais decisões tomadas, mas não permite tirar conclusões consolidadas. Neste artigo, estuda-se essencialmente o ponto de partida. Um aspeto central é o da coexistência de vários padrões ponderais (vários marcos e onças) e vários arrátéis com diferentes números de onças. O chamado *marco de Tria* está referenciado na citada carta régia de 1488/10/14. Em diversa documentação a partir do século XIV encontramos também referências a um *marco de mercearia*. A citada carta de Dom João II de 1487/10/23 sugere que este marco de mercearia seria o próprio marco de Tria, mas não permite tirar uma conclusão definitiva¹⁵. Neste artigo, em apêndice, publica-se uma carta régia anterior, datada de 1487/03/22, até agora desconhecida dos historiadores da metrologia, que confirma a identificação do marco de mercearia com o marco de Tria. Essa clarificação, conjugada com a restante documentação, e com a recente avaliação do marco manuelino¹⁶, permite agora tirar conclusões fundamentadas sobre as equivalências das unidades ponderais existentes em Portugal quando Dom João II iniciou a reforma do sistema¹⁷.

¹² Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 17 vols., Lisboa, Tipografia Universal, 1882-1911, XVII, p. 371-374, em nota.

¹³ Raul da Costa Couvreur, “O Nome do Marco Abolido por D. João II por Provisão de 14 de Outubro de 1488”, *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, vol. 16, nº 63-64 (Ano de 1942, publ. 1944), p. 127-129.

¹⁴ Ver a carta régia de 1487/03/22 publicada adiante no apêndice.

¹⁵ Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos...*, cit.; Luís Seabra Lopes, “Sistemas Legais...”, cit., p. 144-147.

¹⁶ Luís Seabra Lopes, “As Pilhas de Pesos de Dom Manuel I: Contributo para a sua Caracterização, Inventariação e Avaliação”, *Portugalia: Nova Série*, 39 (2018), p. 217-251.

¹⁷ Alguns dos aspetos aprofundados no presente estudo foram já abordados sumariamente num estudo recente (Luís Seabra Lopes, “O Regimento de Pesos e Medidas nos Reinados de Dom Afonso V e Dom João II”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 136 (2018), p. 143-168).

I. Itinerário historiográfico

Em finais do século XVIII, Viterbo deu notícia da existência na câmara do Porto de uma “provisão real” em que Dom João II mandava usar o “marco de Colonha”¹⁸. Esta carta, datada de 1488/10/14, foi depois publicada por João Pedro Ribeiro a partir de uma cópia existente num livro de vereações daquela câmara. Dom João II identificava o principal padrão ponderal abolido, mas o autor da transcrição não conseguiu ler o nome desse padrão, deixando a lacuna assinalada com quatro pontos¹⁹.

Sebastião Trigoso citou o documento de 1488 e presumiu que aquela dificuldade de leitura teria resultado de um rasgão no manuscrito²⁰. O mesmo autor transcreveu um requerimento apresentado pelos povos nas cortes de Évora de 1490 bem como a resposta do rei²¹. Nesse requerimento, os povos pediam que ficassem sem efeito determinações régias anteriores, segundo as quais se deveriam uniformizar em todo o reino as medidas de capacidade e os pesos. Quanto às medidas de capacidade, Dom João II aceitou a coexistência dos padrões de Santarém e do Porto. Já quanto aos pesos, o rei não cedeu.

No mesmo artigo, Trigoso considerou que o “marco de Colonha” referido por Dom João II seria o próprio marco de 233.8 g da cidade alemã de Colónia²². Seria portanto diferente do marco usado em Portugal na época moderna, avaliado no início do século XIX em 229.5 g. O autor constatou, por outro lado, que o nosso marco era semelhante ao de Espanha, concluindo: “não nos resta a menor dúvida de que allí fossemos buscar o nosso actual padrão, dando muito lugar a isso a proximidade dos dous países”²³. Por outro lado, tomando por base uma informação de Duarte Barbosa, da qual se deduz que a onça e o marco manuelinos eram iguais aos do peso velho²⁴, concluiu que Dom Manuel I não tinha dado seguimento à ideia de Dom João II de adotar

¹⁸ Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das Palavras Termos e Frases*, 2 vols., Lisboa, S.T. Ferreira (impr.), 1798-1799, cf. ‘Colonha, marco de’, vol. I, p. 295 (em alternativa, ver a edição crítica de Mário Fiúza, Porto; Lisboa, Livraria Civilização, 1965-1966).

¹⁹ João Pedro Ribeiro, *Dissertações Chronológicas e Críticas*, 5 tomos, Lisboa, Acad. Real Sciencias, 1810-1836, I, doc. 91.

²⁰ Sebastião F.M. Trigoso, “Memória sobre os pesos e medidas portuguesas e sobre a introdução do sistema metro-decimal”, *Memórias Económicas da Acad. Real Sciencias de Lisboa*, vol. V (1815), p. 359-360.

²¹ Sebastião F.M. Trigoso, *Memória...*, cit., p. 360-362.

²² Sebastião F.M. Trigoso, *Memória...*, cit., p. 360, n. 1.

²³ Sebastião F.M. Trigoso, *Memória...*, cit., p. 367.

²⁴ “Livro de Duarte Barbosa”, *Coll. Notícias para Historia e Geografia das Nações Ultramarinas*, II (VII), Academia das Ciências de Lisboa, 1813, p. 394.

o marco de Colónia, preferindo manter o marco que estava em uso corrente, “cujo nome ignoramos”²⁵.

Verdier, num dos artigos que publicou anonimamente sobre pesos e medidas, contestou as inferências de Trigozo quanto ao marco de Colónia: “O Snr. Trigozo parece convencido de ser essa a primeira vez [1488] que o marco de Colonia foi prescrito como typo de peso em Portugal; mas o Snr. J.P. Ribeiro já nos deo, ha annos, a certeza de ter achado em os livros da camara de Setuval hum documento pelo qual el Rei D. Affonso V prescrevêra o uso do marco de Colonia”²⁶. Entre outros argumentos, Verdier referiu que “a differença entre o marco de Colonia e o portuguez não he obice que contrarie a verdade da sua admissão em Portugal, quando temos documentos que a provão”. E acrescentou: “Fôra, parece-nos, mais natural dizer que a Hespanha, assim como nós, adoptou o marco de Colonia, e que as pequenas differenças que se notão hoje entre estes tres typos, alem de devidas à inexacção com que forão comparados entre si, provêm, ou das suas subsequentes reformas, ou d’alterações prescritas pelos soberanos”²⁷. O autor concluiu: “Pensamos por tanto que a adopção d’esto typo de peso he, não somente anterior ao reinado de D. João II, mas talvez ao de D. Affonso V”.

Nesta época já existiam bons estudos sobre a metrologia histórica espanhola, que os autores portugueses não citaram e muito provavelmente desconheciam. Por eles se vê que: a) nas cortes de Alcalá de Henares de 1348, Alfonso XI de Castela mandou usar o “marco de Colonna” para a moeda e os metais preciosos e o “marco de Tria” para o haver-de-peso²⁸; b) uma cédula do rei Carlos III de Navarra, datada de 1399, refere “XII marquos de plata blanca plana, marquo prim de Coloyinna”²⁹; c) uma carta de quitação do mesmo ano, relativa à mesma transação, refere “doce marcos de plata de Castieilla, marco prin de Coloyna”³⁰; d) nas cortes de Toledo de 1436, as cidades e vilas diziam: “sabrâ vuestra

²⁵ Sebastião F.M. Trigozo, *Memória...*, cit., p. 368, n. 1.

²⁶ Timóteo L. Verdier, “Anotações à Memoria sobre o Peso e as Medidas de Portugal, etc., inserta no 5º vol. das Memorias da Academia das Sciencias de Lisboa e composta pelo Snr. Sebastião Francisco de Mendo Trigozo, Socio da dita Academia, etc.”, *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, IV (1819), parte segunda, p. 26. Infelizmente, tendo o arquivo da câmara de Setúbal sido destruído por um incêndio em 1910, não será fácil confirmar esta informação de Verdier.

²⁷ Timóteo L. Verdier, “Anotações...”, cit., p. 28.

²⁸ Andrés Marcos Burriel, *Informe...*, cit., p. xv; Liciniano Sáez, *Demostración Histórica del Verdadero Valor de todas las Monedas*, Madrid, D.B. Cano (impr.), 1796, p. 455; *Cortes de los Antiguos Reinos de Leon y de Castilla*, Real Acad. Historia, Madrid, 7 volumes, 1861-1903, I, p. 534.

²⁹ Liciniano Sáez, *Demostración...*, cit., p. 151.

³⁰ Liciniano Sáez, *Demostración...*, cit., p. 150.

merçed que Toledo vsa el peso de Colonna”³¹. Estas referências mostram que a semelhança numérica entre os marcos português e castelhano da época moderna não é incompatível com a possibilidade de o marco português da época moderna ser o mesmo a que Dom João II chamava “marco de Colonha”.

Com a publicação dos *Portugaliae Monumenta Historica* em meados século XIX, tornou-se conhecido um documento de Dom Afonso III, datado de 1261, onde precisamente se refere “una marca puri argenti per marcham de Colonia de octo vnciiis in marca et non magis”³².

O numismata Teixeira de Aragão, apesar de citar os documentos de 1261 e 1488, foi sensível à diferença de cerca de 4 g que existia entre o marco português e o marco de Colónia e repetiu a conclusão de Trigoso³³. Costa Lobo também se juntou a Trigoso em considerar que a intenção de Dom João II teria sido substituir o marco português pelo marco em uso na cidade alemã de Colónia³⁴. Rejeitou, no entanto, a hipótese de Dom Manuel I ter adotado os pesos espanhóis, uma vez que os cruzados foram cunhados com o mesmo peso nos reinados de Dom Afonso V, Dom João II e Dom Manuel I³⁵. De resto, Costa Lobo não encontrou evidências de que tivesse existido diversidade de padrões ponderais em Portugal no século xv.

A documentação posteriormente publicada desmente a hipótese de Costa Lobo quanto à uniformidade dos pesos no século xv. Logo em 1911, Freire de Oliveira publicou uma carta régia dirigida à câmara de Lisboa, com data de 1487/10/23, na qual Dom João II falava, não só do “marco de Colonha”, como também do “marco de marçaria”. Existiam assim pelo menos “duas maneiras d’onças”, como dizia o rei. Este documento, que é rico em informações sobre o sistema de pesos então em vigor, foi praticamente ignorado pela historiografia até meados do século xx³⁶.

³¹ Andrés Marcos Burriel, *Informe...*, cit., p. xxviii; Liciniano Sáez, *Demostración...*, cit., p. 461; *Cortes de Leon y Castilla*, cit., III, p. 255.

³² *Portugaliae Monumenta Historica: Leges et Consuetudines*, 2 vols., Lisboa, Tip. Academia, 1856-1873, p. 210.

³³ Augusto Carlos Teixeira de Aragão, *Descrição Geral e História das Moedas*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1874-1880, I, p. 38-40.

³⁴ António S.S. Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no Século XV: Secção I*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903, p. 244-255.

³⁵ António S.S. Costa Lobo, *História da Sociedade...*, cit., p. 251-252 e 412-413.

³⁶ Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos...*, cit., XVII, p. 372-373; Torquato de Sousa Soares, “Observações”, cit., p. 385-386, deu um resumo do documento, mas não tirou qualquer ilação sobre a relação entre o “marco de Colonha” de Dom João II e o marco português da época moderna. Sobre este documento, ver ainda as considerações de Mário Gomes Marques, *História da Moeda Medieval Portuguesa*, Lisboa, 1996, p. 17-19.

Na sua importante síntese sobre pesos e medidas, Gama Barros divergiu de Trigo quanto à decisão régia de apenas consentir o marco de Colónia: “parece-nos que [o rei] nenhuma inovação fazia, porque pôde entender-se com plausibilidade que se referia ao marco desse nome, cujos foros de naturalizado datavam de mais de dois séculos”³⁷.

Surgiram entretanto novos dados sobre a carta régia de 1488/10/14. Magalhães Basto publicou em fac-simile o trecho da cópia da câmara do Porto da carta onde Dom João II refere o marco que tinha decidido abolir³⁸. Por esse fac-simile se vê que, ao contrário do que Trigo e outros autores assumiram, o documento não estava rasgado nem deteriorado. Contudo, Magalhães Basto também não conseguiu ler o nome do marco abolido. No essencial, o problema acabou por ser resolvido pelo numismata Raul da Costa Couvreur, que encontrou em Évora outro original da mesma carta régia e o publicou em fac-simile acompanhado de uma transcrição. Quanto ao marco abolido por Dom João II, leu “detera”, interpretando “de Tera”, isto é, de Tria ou Troyes³⁹. Finalmente, Torquato Soares mostrou que na cópia do Porto se lê “de tria” e que no original de Évora essa leitura também é possível, sendo a única plausível⁴⁰. Ficou portanto esclarecido qual foi o marco abolido por Dom João II.

Pela mesma época, Costa Couvreur publicou importantes estudos sobre os padrões ponderais usados para a moeda portuguesa e castelhana da idade média até ao século XIX. Esses estudos baseiam-se, não só na recolha de informação documental, mas também na avaliação dos pesos monetários e das próprias moedas de vários reinados. Num primeiro momento, concluiu apresentando a seguinte hipótese: “tanto em Castela, e depois em Espanha, como em Portugal, se teria adoptado sempre um mesmo marco monetário, que primitivamente teria recebido, no primeiro país, o nome de marco de Toledo ou Alfonsi, e mais tarde de Castela, ou talvez de Madrid, e no segundo o de Colónia ou Português com o peso, em números redondos, da ordem dos 230, e não dos 233 gramas”⁴¹. Especificamente quanto ao marco português, Costa Couvreur concluiu: “Que as verificações práticas conduzem a admitir que o marco português, na moeda, teria sido, pelo menos desde

³⁷ Henrique da Gama Barros, “Pesos e medidas” in T.S. Soares (dir.), *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV: 2ª Edição*, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1945-1954, Tomo X, p. 106.

³⁸ Artur de Magalhães Basto, *Livro Antigo de Cartas e Provisões dos Senhores Reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel do Arquivo Municipal do Porto*, C.M. Porto, 1940, p. 181.

³⁹ Raul da Costa Couvreur, “O Nome do Marco Abolido...”, cit.

⁴⁰ Torquato de Sousa Soares, “Observações”, cit., p. 387-388.

⁴¹ Raul da Costa Couvreur, “O Marco na Moeda de Castela e Espanhola e na Portuguesa”, *Broteria*, XXXVIII (1944), p. 419.

D. Afonso V, da ordem dos 230 gramas.⁷⁴² Neste ponto, convergiu portanto com a opinião já expressa por Costa Lobo. Numa adenda, recuou a vigência do marco “da ordem de 230 gramas” até ao reinado de Dom Pedro I⁴³.

Mário Gomes Marques, outro numismata, também deixou algumas considerações sobre a história do nosso sistema de pesos para a moeda. Em particular, aludiu à discussão iniciada “precipitadamente” por Trigoso: “a reforma de D. Manuel I talvez não tenha envolvido a adopção dos pesos de Castela, e tenha visado apenas a uniformização dos pesos portugueses, tomando provavelmente para base os usados em Lisboa”. E acrescenta que o nosso marco “se supunha igual ao de Colónia”, mas “seria, na realidade, uma versão degenerada, mais leve”⁷⁴⁴. Finalmente, tendo por base os resultados de estudos de espécies monetárias, sobre os quais não fornece detalhes, refere ainda: “alguns desses resultados, particularmente os referentes a valores modais, afiguram-se francamente sugestivos de que os padrões de que os moedeiros se serviam nunca devem ter sido substancialmente diferentes daqueles que utilizaram a partir da reforma determinada por D. Manuel I”⁷⁴⁵. Não conheço, todavia, os dados concretos em que se baseia esta conclusão. Anteriormente, o mesmo autor tinha analisado e publicado um documento, datado de 1544, que permite avaliar em 22 grãos a diferença entre os marcos de Portugal e Castela nessa época, sendo menor o português⁴⁶. Assumindo o valor de 230 g para o marco de Castela, caberia então ao marco português (8 onças) um valor de 228.9 g e ao arrátel (16 onças) um valor de 457.8 g.

Na minha primeira incursão na história dos pesos portugueses no século xv, acrescentei algumas informações e interpretações novas. Com base numa carta de quitação de 1435, foi possível documentar um arrátel muito próximo de 14 onças do marco português da época moderna⁴⁷. Por outro lado, na citada carta de 1487/10/23, Dom João II diz que o “marco de Colonha” fora ordenado para “per elle pesar ouro e prata”⁷⁴⁸. Isto permite identificar o marco de Colonha com o marco usado na cunhagem de moeda nessa época e, portanto, com o marco

⁴² Raul da Costa Couvreur, “O Marco na Moeda...”, cit., p. 418.

⁴³ Raul da Costa Couvreur, “Moeda Espanhola e Portuguesa: Aditamento à Nota sobre ‘O Marco na Moeda de Castela e Espanhola e na Portuguesa’”, *Broteria*, XL (1945), p. 43-48.

⁴⁴ Mário Gomes Marques, *História da Moeda...*, cit., p. 21.

⁴⁵ Mário Gomes Marques, *História da Moeda...*, cit., p. 22.

⁴⁶ Josep Pellicer i Bru & Mário Gomes Marques, “Equivalencia de los Marcos de Portugal y Castilla a través de un Documento fechado en Valladolid el Año 1544”, *III Congreso Nacional de Numismática*, Lisboa, 1985, p. 347-366.

⁴⁷ Luís Seabra Lopes, “Sistemas Legais...”, cit., p. 143-144.

⁴⁸ Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos...*, cit., XVII, p. 372.

português da época moderna⁴⁹. A mesma carta refere um “marco de marçaria” e fornece informação numérica que me levou a considerar que esse marco de mercearia seria provavelmente o marco de Tria⁵⁰. Num estudo mais recente, com base em avaliações das pilhas de pesos manuelinas, obtive valores para o marco e o arrátel manuelinos compatíveis com os que se extraem do citado documento de 1544⁵¹.

II. Os pesos e medidas em 1483

Como referi, logo no início do seu reinado, Dom João II mandou uniformizar as medidas de capacidade pelos padrões de Santarém. Essa ordenação entrou em vigor em março de 1483. Em dezembro do mesmo ano, estando a corte no Porto, o almotacé-mor, Rui de Sousa, deixou na câmara dessa cidade uma carta em que apresentava um regimento de pesos e medidas. O documento original, datado de 1483/12/14, perdeu-se. Felizmente, nos livros das vereações dessa câmara, existem várias cópias do regimento. A cópia mais antiga encontra-se junto à ata de 1484/07/10⁵². Pelas cópias posteriores vê-se que a de 1484 enferma de vários erros e omissões. Recentemente, publiquei uma proposta de restituição do conteúdo original do documento com base nas várias cópias conhecidas⁵³. Resumidamente, o regimento enumera os padrões que as câmaras municipais e os profissionais de várias áreas deviam possuir e especifica várias regras relativas ao controlo metrológico⁵⁴. Trata-se de um regimento a cumprir no âmbito dos municípios e que não é nem pretende ser uma especificação do sistema de pesos e medidas. É, sim, uma especificação das unidades das quais os municípios e/ou os particulares deviam ter padrões. O regimento não refere

⁴⁹ Luís Seabra Lopes, “Sistemas Legais...”, cit., p. 146.

⁵⁰ Luís Seabra Lopes, “Sistemas Legais...”, cit., p. 146-147 e 158.

⁵¹ Luís Seabra Lopes, “As Pilhas...”, cit., p. 236-239.

⁵² Esta cópia está publicada por Artur de Magalhães Basto, *Cartas...*, cit., p. 175-180.

⁵³ Luís Seabra Lopes, “O Regimento...”, cit., doc I, p. 157-166. Além da cópia de 1484, foram utilizadas cópias datadas de 1498, 1500 e 1501. Já depois da publicação deste trabalho, tomei conhecimento da existência de mais duas cópias, uma datada de 1485 e outra datada de 1486 (Arq. Histórico Mun. Porto, Livro 5, fl. 2-5 e 52-55v). Foi disponibilizada muito recentemente uma transcrição integral de todo o livro que contém estas duas cópias (Marco Alexandre Ribeiro, *As Atas de Vereação do Porto de 1485 a 1488*, dissert. mest., Univ. Porto, 2019, ver p. 54-59 e 132-137). Comparando a minha proposta de reconstituição do conteúdo original com as duas cópias recentemente transcritas, não encontrei nada de substancial a alterar nessa reconstituição.

⁵⁴ Luís Seabra Lopes, “O Regimento...”, cit., e Mário Viana, *Estudos de História Metrológica: Medidas de Capacidade Portuguesas*, Univ. Lisboa, 2015, p. 111-123.

as unidades maiores (moio, quartoiro, tonel, pipa, etc.), porque eram grandes demais para delas existirem padrões. Ainda assim, quanto às unidades dos vários subsistemas de pesos, colhe-se no regimento de 1483 alguma informação:

Haver-de-peso e mercearia: usava-se um *arrátel* de 13 onças; a *libra* era de 2 arráteis; a *onça* dividia-se em 8 oitavas; da enumeração dos padrões, infere-se que a *arroba* era de 32 arráteis e o *quintal* era de 4 arrobas, facto que se confirma por outra documentação;

Carne: em alguns lugares usava-se um arrátel de 16 onças, dito *arrátel mourisco*; em outros lugares usava-se o *arrátel folforinho*; o sistema incluía a arroba e o quintal, mas o regimento não estabelece a relação com os arráteis;

Linho: usava-se um peso chamado *pedra*, com subdivisões binárias;

Metais preciosos e moeda: cada município devia ter padrões de pesos de ouro (*nobre, coroa, dobra de banda, dobra valadia, dobra ceitil, ducado e florim*) e uma pilha de pesos de 16 marcos para a prata; cada ourives devia ter uma pilha de pesos de 4 marcos; a unidade fundamental era portanto o *marco*.

Não pretendendo ser uma especificação do sistema de pesos e medidas, o regimento nem sempre identifica as relações numéricas que existiam entre as diferentes unidades. Por exemplo, o regimento nada diz sobre a estrutura do sub-sistema de pesos usado para os metais preciosos. Felizmente, um documento que está incluído na chamada *Remessa de Santarém*, e que parece ter sido elaborado na sequência de uma consulta régia sobre a reforma da moeda, realizada em 1470, descreve claramente esse sub-sistema:

“Huum quintall pesa 4 arrobas. Huma arroa pesa 16 libras. Huma liura pesa 2 arratens. Huum arratell pesa 1 marco e 6 onças. Huum marco pesa 8 onças.”⁵⁵.

Era portanto um sub-sistema semelhante ao do haver-de-peso, com a diferença que o arrátel se dividia em 14 onças, enquanto no haver-de-peso o arrátel se dividia em 13 onças. No sub-sistema da carniçaria, usava-se o arrátel mourisco, de 16 onças, ou o arrátel folforinho. O regimento de 1483 não especifica a equivalência deste último, mas tudo aponta para que fosse um arrátel de 12 onças⁵⁶. Finalmente, para o linho usava-se a *pedra*, unidade cuja equivalência o regimento também não identifica. A única referência documental portuguesa que conheço sobre a equivalência da pedra no século xv encontra-se num assento da

⁵⁵ Augusto Carlos Teixeira de Aragão, *Descrição Geral...*, cit., I, doc. 32, p. 374-381. Data de finais do reinado de Dom Afonso V (segundo Teixeira de Aragão) ou do início do reinado de Dom João II (segundo Henrique da Gama Barros, “Pesos e Medidas”, cit., p. 16-17, n. 4).

⁵⁶ Luís Seabra Lopes, “Sistemas Legais...”, cit., p. 126.

vereação do Porto datado de 1504/03/04, altura em que se introduzia o sistema manuelino de pesos: “... por sayr a pedra dos pessos velhos, que eram onze arratees ...”⁵⁷. Por sua vez, uma fonte italiana de meados do século xv diz-nos que em Lisboa 12 pedras faziam um quintal⁵⁸. Dividindo um quintal normal de 128 arráteis por 12, obter-se-ia uma pedra de 10.667 arráteis, valor que não é inteiro, mas que fica próximo dos 11 arráteis documentados no Porto. Assim, parece plausível que o quintal de 12 pedras fosse um quintal de $12 \times 11 = 132$ arráteis.

III. O diagnóstico de Dom João II

Em duas cartas dirigidas à câmara de Lisboa, datadas de 1487/03/22 e 1487/10/23, Dom João II empenha-se em identificar os principais problemas que se verificavam no domínio dos pesos. A primeira ainda está inédita e tem sido ignorada nos estudos metrológicos. Esta carta, que agora se publica parcialmente em apêndice, surge em resposta a duas cartas daquela câmara e a certos apontamentos entregues em mão quando o rei estava na cidade. Na segunda carta, Dom João II pede conselho: “amte de sobrello determinamos, por esta cousa seer de tall callidade e tam tocante ao bem comum de nossos rregnos, deliberamos de vola notificar, pera sobrella avermos voso parecer e conselho”. Este conselho deveria ser fundamentado: “com todaa fememça emtemdaaes nella e a pratiquees ante vos outros”⁵⁹. Embora conhecida apenas pelo exemplar de Lisboa, esta carta régia foi enviada a outros municípios importantes⁶⁰.

A carta de 1487/10/23 é a mais informativa quanto aos padrões ponderais. Nela Dom João II considerava genericamente que os pesos dos metais preciosos, haver-de-peso, mercearia e carniçaria eram “cousa em que muy neçesariamente conpre prouysam e corregimento”, e isto “polas diversidades dos ditos pesos,

⁵⁷ Arq. Hist. Mun. Porto, Liv. 7, fl. 181v; já citado por Carla S. B. Ramos, *A Administração Municipal e as Vereações do Porto de 1500 a 1504*, dissert. maestr., Universidade do Porto, 1997, p. 128.

⁵⁸ “e piu vi si pexa a vno peso che se chiama pietra, que le 12 fanno una chintara” (Franco Borlandi, *El libro di Mercatantie et Usanze de’ Paesi*, Turin, Ed. S. Lattes & C., 1936, p. 130).

⁵⁹ Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos...*, cit., XVII, p. 374, nota.

⁶⁰ Na carta circular de 1488/10/14, em que comunica a decisão de abolir o marco de Tria, Dom João II informa que obtivera o “comsselho e acordo d’algumas çidades e villas prinçipaes, a que sobresto caso mandamos praticar” (João Pedro Ribeiro, *Dissertações...*, cit., I, doc. 91; Raul da Costa Couvreur, “O Nome do Marco...”, cit.).

e polos emganos, inconvenyentes e perdas” causadas a seus súbditos. Depois o rei concretiza:

“ha causa primçipall donde o desvayro dos ditos pesos veeo foy aveer hy duas maneiras d’ onças, a saber, omça do marco de Colonha, que foy ordenado pera se pesar per elle ouro e prata, e omça de marco de marçaria, que foy ordenado pera se per elle pesar todo o aver de peso”⁶¹.

Convém lembrar que já em 1261 se documenta em Portugal a “marcham de Colonia de octo vnciiis” (ver acima sec. I) e que em 1364 se documentam as “honças da marçaria”⁶².

A relação existente entre os dois tipos de pesos é claramente expressa por Dom João II: “o arratell da marçaria pesa xiii omças de marçaria, que sam xiiii omças do marco de Colonha”⁶³. Ora, na moeda e nos metais preciosos, 14 onças faziam um arrátel, como ficou documentado acima. Assim, o que Dom João II nos diz é que o arrátel de 13 onças de mercearia era igual ao arrátel de 14 onças de Colonha. Os dois subsistemas estavam portanto ligados através do arrátel, que era comum aos dois. Conclui-se ainda que a onça de Colonha era uma fração de 13/14 da onça de mercearia, o mesmo se podendo dizer dos respetivos marcos de 8 onças.

No âmbito da numismática, tem-se vindo a constatar que o padrão ponderal usado para a moeda no século xv era já basicamente o mesmo que Dom Manuel I depois generalizou a todo o reino e para todos os tipos de produtos (ver acima secção I). Como Dom João II diz que o marco dos metais preciosos e da moeda era o marco de Colonha, ficamos a saber que o marco manuelino é o próprio marco de Colonha. Duarte Barbosa também registou que o arrátel velho tinha 14 onças do arrátel novo⁶⁴. Ora de facto, resulta das indicações de Dom João II que o arrátel velho (dos metais preciosos e do haver-de-peso) equivalia a 14 onças de Colonha ou 13 onças de mercearia.

A recente avaliação do peso manuelino, baseada em avaliações de dezenas de pilhas de pesos manuelinas, e confirmada pelo documento de 1544 já citado, permitiu obter valores de 457.8 g para o arrátel e 228.9 g para o marco ⁶⁵. Esta

⁶¹ Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos...*, cit., XVII, p. 372, nota

⁶² José Pedro Machado, “Vocabulário Português do Século XIV”, *Revista de Portugal. Série A: Língua Portuguesa*, 27 (1962), p. 235-237; Luís Seabra Lopes, “Sistemas Legais...”, cit., p. 145.

⁶³ Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos...*, cit., XVII, p. 373, nota.

⁶⁴ “Livro de Duarte Barbosa”, cit., p. 394; Sebastião F.M. Trigo, *Memória...*, cit., p. 368, n. 1.

⁶⁵ Luís Seabra Lopes, “As Pilhas...”, cit., p. 236-239. Futuros estudos poderão levar à revisão destes valores. Em todo o caso, parece-me mais correto trabalhar com as evidências da época do que simplesmente assumir que o marco dos séculos xv/xvi era igual ao marco do século xix.

informação, conjugada com as informações de Dom João II, permite tirar agora as seguintes conclusões:

– O arrátel de 14 onças de Colonha ou manuelinas (=13 onças de mercearia) equivalia a $14 \times 228.9/8 = 400.6$ g;

– O marco de 8 onças de mercearia equivalia a uma fração de 8/13 do arrátel de mercearia ou 14/13 do marco de Colonha, ou seja: $14 \times 228.9/13 = 246.5$ g.

Vê-se assim que o marco de mercearia (246.5 g) tinha um valor próximo dos vários marcos europeus derivados do marco de Troyes (ver Fig. 1). Esta cidade francesa foi um importante centro do comércio europeu, desde a época de Carlos Magno, atingindo o apogeu nos séculos XII e XIII. Entre as variantes mais conhecidas do marco de Troyes, contam-se o marco de Paris (244.8 g)⁶⁶, os marcos “Troois” de Bruxelas (245.9 g)⁶⁷ e Amesterdão (246.1)⁶⁸ e o marco de 8 onças da libra “Troy” inglesa (248.8 g)⁶⁹. Na Escócia, usava-se o peso “Trois” ou “Troyis”⁷⁰, em que o marco de 8 onças era semelhante aos de Bruxelas e Amesterdão (246.2 g)⁷¹. Parece que esta variante também foi usada

Convém aliás notar que o padrão de pesos da câmara de Lisboa, uma pilha de quintal que foi o padrão original de Portugal, não é um padrão manuelino. Segundo um estudo recente, esse padrão poderá datar do reinado de Dom Pedro II, rei que reformou completamente os processos de produção e controlo da qualidade da moeda (Luís Seabra Lopes, “O Antigo Padrão de Pesos da Câmara de Lisboa, *«neste reino singular»*”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, nº 22 (2019), p. 141-161). Nessa altura, intencionalmente ou inadvertidamente, o valor do marco português poderá ter sido ligeiramente alterado.

⁶⁶ 244.755 (Jean-François-Gaspard Palaiseau, *Métrologie Universelle Ancienne et Moderne* [...], Bordeaux, Lavigne Jeune (impr.), 1816, p. 14), 244.7529 g (Louis Blancard, “La Pile de Charlemagne: Étude sur l’Origine et les Poids des Deniers neufs et de la livre de Carlemagne”, *Annuaire Soc. Franç. Numismatique et d’Archéologie*, 11 (1887), p. 599) ou 244.753 g (Paul Guilhiermoz, “Note sur les Poids du Moyen Âge”, *Bibliothèque de l’Ecole des Chartes*, t. 67 (1906), p. 182-183, 448 e 450).

⁶⁷ 1 marco e 21 grãos do peso de Paris, ou seja, cerca de 245.9 g (Mathieu Tillet, *Essai sur le Rapport des Poids Étrangers avec le Marc de France* [...], Paris, L’Imprimerie Royale, 1766, p. 30) ou 246.07591 g (Paul Guilhiermoz, “Note sur les Poids...”, cit., p. 184).

⁶⁸ 246.084 g (Patrick Kelly, *The Universal Cambist and Commercial Instructor: Second Edition*, 2 vols., London, 1821, ver vol. I, p. 9) ou 246.08386 g (Paul Guilhiermoz, “Note sur les Poids...”, cit., p. 184).

⁶⁹ A “Troy pound” de 12 onças foi avaliada em 373.202 g (Patrick Kelly, *Universal Cambist...*, cit., I, p. 219) ou 373.242 g (Robert D. Connor, *The Weights and Measures...*, cit., p. 117), o que implica um marco de 8 onças na ordem de 248.8 g.

⁷⁰ Elizabeth Gemmill, & Nicholas Mayhew, *Changing Values in Medieval Scotland*, Cambridge Univ. Press, 1995, p. 88-94.

⁷¹ 1 libra de 16 onças do “Troy or Dutch weight” escocês equivalia a 7600 grãos da libra Troy inglesa (Patrick Kelly, *Universal Cambist...*, cit., I, p. 308).

em Inglaterra, onde acabou por ficar conhecida como “old weight”⁷². Nos países latinos, o marco de Troyes era conhecido como “marcham de Trias” (1251)⁷³, “marc de Treas” (1342)⁷⁴ ou “marco de Tria” (séculos XIV-XV)⁷⁵. Não se sabe ao certo qual daqueles marcos é o melhor representante do marco de Troyes original. Sabe-se apenas que estas diferenças são antigas. Segundo uma fonte italiana de meados do século XV, o marco de Troyes de Londres já nessa altura era uma oitava de onça (cerca de 3.9g) maior do que o marco de Troyes da Flandres⁷⁶. Em 1529, também já existia uma diferença de cerca de 24 grãos ou 1.275 g entre o marco da Flandres e o marco de Paris⁷⁷. Com pequenas variações, estas diferenças mantiveram-se até século XIX.

O marco de mercearia seria portanto o marco de Tria, que Dom João II viria a abolir em 1488/10/14. No meu citado estudo, não pude afirmá-lo de forma taxativa. No entanto, na carta de 1487/03/22, que publico em apêndice, é o próprio Dom João II que o afirma:

“açerca dos pessos, a saber, de Colonha, per omde se peesa o ouro e prata, e do peso de Tria, per omde se peesa a marcarja e especiaria, e asy outros pessos per que se fazem muytos emganos ao pouoo, por seerem huuns maiores que outros”.

Fica portanto confirmada a minha antiga intuição de que o marco de mercearia seria o próprio marco de Tria. Esta clarificação permite agora tirar conclusões mais fundamentadas sobre as equivalências das principais unidades ponderais em uso em Portugal quando Dom João II iniciou a reforma do sistema (ver Fig. 2).

⁷² Patrick Kelly, *Universal Cambist...*, cit., I, p. 221.

⁷³ Num documento do condado de Poitiers e Toulouse: “ad pondus XVIII solidorum et I denarii pro marcha, ad marcham de Trias”; dois anos depois, noutro documento sobre o mesmo assunto: “a marcham Trecensem” (Natalis de Wailly, *Recherches sur le Système Monétaire de Saint Louis*, Paris, Imprimerie Impériale, 1857, p. 21).

⁷⁴ Um documento de Beaucaire, no sul de França, datado de 1342, refere o “marc de l’aur et l’argent de Treas” (Marc Bompaire, “Un Livre de Changeur Langedocien du Milieu du XIVe s.”, *Revue Numismatique: 6e Série*, 29 (1987), p. 118-183).

⁷⁵ Raul Costa Couvreur, “O Nome...”, cit.; Pio Beltrán, “Introducción al Estudio de las Monedas Medievales Hispano-Cristianas desde la Invasión de los Árabes en el 711”, *Nvmisma*, 60 (1963), p. 43; e o mesmo nome se usava em Itália em meados do século XV (ver nota seguinte).

⁷⁶ “Marcho uno di Londra, chè de once 8 di Tria, fa in Fiandra 8 1/8 [once] di Tria” (Franco Borlandi, *El libro di Mercatantie...*, cit., p. 138).

⁷⁷ Abot de Bazinghen, *Traité des Monnoies et de la Juridiction de la Cour des Monnoies* [...], 2 vols., Paris, Chez Guillyn, 1764, vol. I, p. 465-466; Paul Guilhiermoz, “Note sur les Poids...”, cit., p. 183.

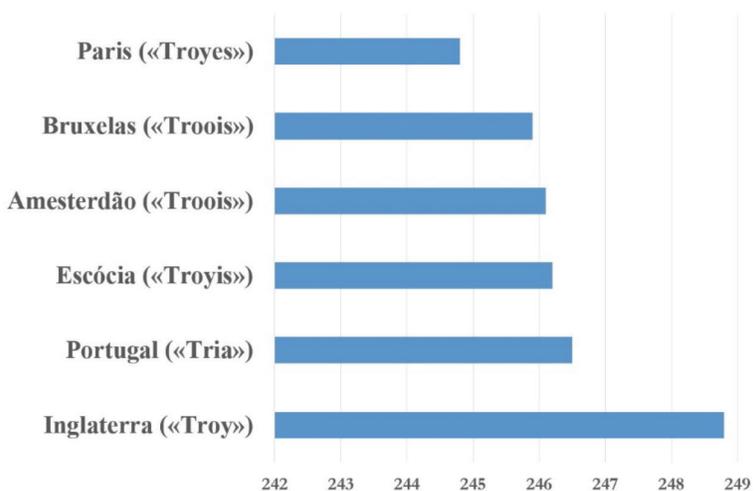


Fig. 1 – Algumas variantes do marco de Troyes na Europa (em gramas).

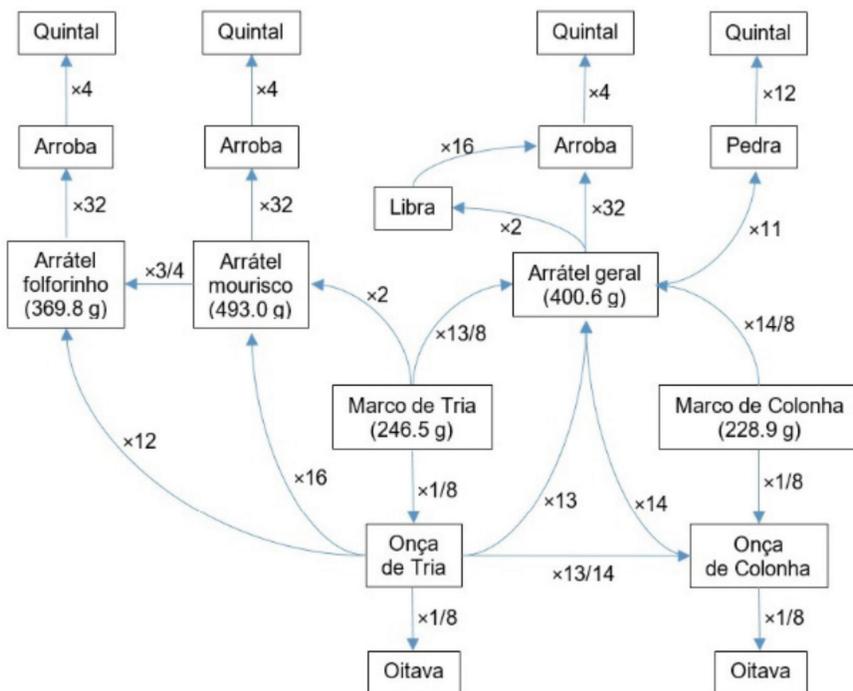


Fig. 2 – Sistema legal de pesos antes da reforma de Dom João II (ver texto).

Convém lembrar que esta dicotomia entre o marco de Colonha e o marco de Tria também vigorou em Castela. De facto, nas cortes de Alcalá de Henares, de 1348, Alfonso XI mandou usar o “marco de Colonna” para os metais preciosos e a moeda e o “marco de Tria” para o haver-de-peso⁷⁸, tendo esta orientação vigorado até 1435. Sobre a história dos marcos de Colónia e Troyes no contexto europeu, veja-se os estudos clássicos de Paul Guilhiermoz⁷⁹ e os estudos mais recentes de Harald Witthöft⁸⁰.

No meu primeiro estudo sobre este assunto, indiquei provisoriamente, para os pesos da mercearia e do haver-de-peso, equivalências baseadas no marco de Paris⁸¹. Com os novos dados agora disponíveis, vê-se que o nosso marco de mercearia, ou de Tria, tinha um valor (246.5 g) localizado praticamente no centro do intervalo de variação dos principais marcos derivados do antigo marco de Troyes⁸². É especialmente digna de nota a proximidade do nosso marco de Tria com os marcos de Bruxelas e de Amesterdão (ver Fig. 2). Nessa região confluíam as principais rotas do comércio norte-europeu e com essa mesma região tinha Portugal importantes ligações comerciais desde longa data. O padrão de Bruxelas era conhecido pelo nome de “dormant du véritable poids de Troyes”⁸³. Desde o século XIV, o padrão “Trois” de Bruges, Antuérpia e Amesterdão foi utilizado como referência para aferir o próprio marco da cidade alemã de Colónia, e mais tarde, o marco usado na cunhagem da moeda em toda a Alemanha, que era também um “marco de Colónia”⁸⁴. Ou seja, embora formalmente a Alemanha usasse o marco de Colónia, o seu padrão era aferido pelo marco de Troyes de Amesterdão. Por todas estas razões, não surpreende que o marco de Tria português tenha um valor mais próximo dos marcos de Bruxelas e Amesterdão do que do marco de Paris.

⁷⁸ *Cortes de Leon y de Castilla*, cit., I, p. 534; Pio Beltrán, “Introducción...”, cit., p. 43.

⁷⁹ Paul Guilhiermoz, “Note sur les Poids...”, cit., e “Remarques Diverses sur les Poids et Mesures du Moyen Âge”, *Bibliothèque de l’Ecole des Chartes*, 80 (1919), p. 5-100.

⁸⁰ Harald Witthöft, “Die Markgewichte von Köln und von Troyes im Spiegel der Regional- und Reichsgeschichte vom 11. bis ins 19. Jahrhundert”, *Historische Zeitschrift*, 253 (1) (1991), p. 51-100, e “Der leichte goldene Solidus Karls des Großen in Ingelheim, der islamische Dinar (mancus) und die Rechnung (Zahlung) in Gold und Silber im Fränkischen und Deutschen Reich”, *Maß & Gewicht: Zeitschrift für Metrologie*, 127 (2018), p. 3799-3826.

⁸¹ Luís Seabra Lopes, “Sistemas Legais...”, cit., p. 146-147 e 158.

⁸² O ponto médio entre os extremos, i.e. entre o marco de Paris e o marco Troy inglês, é $(244.8+248.8)/2 = 246.8$ g. A média dos marcos referidos é $(244.8+245.9+246.1+246.2+248.8)/5 = 246.4$ g.

⁸³ Mathieu Tillet, *Essai...*, cit., p. 30.

⁸⁴ Harald Witthöft, “Der leichte goldene Solidus...”, cit., p. 3818.

Além dos subsistemas de pesos para os metais preciosos e para o haver-de-peso, que tinham em comum um arrátel de 400.6 g, havia ainda um subsistema específico para a pesagem da carne, em que o arrátel era de 16 onças ou 2 marcos de mercearia, ou seja, marcos de Tria⁸⁵. Este era certamente o arrátel mourisco de 16 onças referido no regimento de 1483, como se viu acima. Na base reconstituída acima, o arrátel mourisco seria de $2 \times 246.5 = 493.0$ g. Na carta de 1487/03/22, Dom João II dá a entender que o arrátel folforinho era usado para pesar a carne na maior parte do reino, sendo Lisboa a principal exceção: “em todallas cidades e villas de nossos regnns se peesa a carne per arratees folforinhos, e que nessa cidade [de Lisboa] soamente se peesa por arratees mouriscos”. O arrátel folforinho, sendo de 12 onças de Tria, equivaleria a $12 \times 246.5/8 = 369.8$ g. Quanto às arrobas, tenha-se em conta que o rei informa em 1487/10/23 que, tanto na mercearia como na carniçaria, a arroba era de 32 arráteis⁸⁶. O mesmo já vimos que se aplicava nos metais preciosos.

Apesar do marco de Colonha ser o marco tradicionalmente usado para a moeda e para os metais preciosos no Portugal medieval, Dom João II na carta de 1488/10/14 fala-nos do “peso e marco de Tria, por que [também] se pesa o ouro e prata e outras coisas”⁸⁷. O facto de esta ser a única informação de contexto existente nesta carta leva a crer que Dom João II atribuía especial gravidade à utilização do marco de Tria para os metais preciosos.

IV. As decisões de Dom João II

Dada a complexidade do sistema de pesos e a falta de uniformidade dos pesos no reino, Dom João II começou a preparar uma reforma mais profunda no domínio dos pesos. Na carta de 1487/03/22, o rei mostra que já tinha tomado a decisão principal: manter o peso de Colonha e abolir o peso de Tria: “detrimynamos e avemos por bem que per o dicto peso de Colonha se peese daquy em diamte em nossos regnns” (ver transcrição em apêndice). É interessante notar a argumentação:

“por sermos emformado que na mayor parte da Chrisptandade, e em espiçial nestas partes d’Espanha e do ponente, a nos mais comarcaas, se husa

⁸⁵ Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos...*, cit., XVII, p. 373, nota.

⁸⁶ “fezerom a arrova da marçaria de xxxii dos arratees da dita marçaria [...] fezerom iso mesmo a arrova da carneçaria d’outros xxxii arratees da dita carneçaria” (Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos...*, cit., XVII, p. 373, nota).

⁸⁷ Raul da Costa Couvreur, “O Nome...”, cit.

geeralmente e acostuma de pesar per o peso de Colonha, [...] mais proueytoso e neçesareo que o peso de Tria”.

De facto, Castela tinha abolido o marco de Tria nas cortes de Madrid de 1435. Para a prata, seria seguido o padrão de Burgos e para o ouro e demais produtos, seria seguido o padrão de Toledo⁸⁸. Pelas cortes de Toledo de 1436, vê-se que o padrão de Toledo era o “peso de Colonna”⁸⁹. Para preservar o valor relativo do ouro e da prata, nomeadamente no âmbito da cunhagem de moeda, o peso da prata de Burgos teria que ser igual ao de Toledo⁹⁰. Em 1488, quando Dom João II punha em marcha a sua reforma dos pesos, os reis católicos, Fernando e Isabel, também promoviam a uniformização dos pesos, sem no entanto alterar os padrões⁹¹. Em Aragão, Barcelona e Valencia, usavam-se marcos de Colónia com valores entre 233.3 g e 234.0 g⁹². Estes factos e a argumentação de Dom João II mostram que não estava completamente errada a intuição de Trigo sobre a influência espanhola.

Sendo a abolição do marco de Tria a decisão principal, ainda assim era necessário simplificar outros aspetos do sistema de pesos. Na carta de 1487/03/22, Dom João II informava que estava a ser preparada e iria ser enviada a alguns municípios uma “detrimynação geeral” sobre o assunto. Ainda na mesma carta, o rei constatava que apenas Lisboa usava o arrátel mourisco para a pesagem da carne, e que o resto do reino usava o arrátel folforinho, pelo que mandou usar o arrátel folforinho também em Lisboa.

Na carta de 1487/10/23, Dom João II parece ter dado um passo atrás. A abolição do marco de Tria, que parecia já decidida na carta anterior, estava novamente em discussão. Com efeito, nessa carta, o rei pediu a opinião da câmara de Lisboa (e das outras câmaras para onde terá enviado a mesma carta) sobre “quall destas maneiras de pesos vos parece que devemos deyxar cursar em nosos regnos”⁹³. Quanto à reestruturação do sistema, o rei pedia opinião sobre a possibilidade de ser adotado um novo arrátel de 16 onças, em vez do arrátel de 14 onças de Colonha ou 13 onças de Tria. A decisão inicial de abolir o marco de Tria e utilizar o marco de Colonha para todos os produtos tornou-se oficial pela citada carta circular de 1488/10/14. Entretanto,

⁸⁸ *Cortes de Leon y Castilla*, cit., III, p. 226-229.

⁸⁹ *Cortes de Leon y Castilla*, cit., III, p. 255.

⁹⁰ Andrés Marcos Burriel, *Informe...*, cit., 1758, p. xviii-xxvi; Paul Guilhaumez, “Note sur les poids...”, cit., p. 440; Pio Beltrán, “Introducción...”, cit., p. 44.

⁹¹ Andrés Marcos Burriel, *Informe...*, cit., p. xxxviii-xliv.

⁹² Pio Beltrán, “Introducción...”, cit., p. 38.

⁹³ Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos...*, cit., XVII, p. 374, nota.

a proposta de adotar um arrátel de 16 onças, apresentada pelo rei a alguns municípios em 1487/10/23, não teve seguimento imediato. Na verdade, o regimento de pesos e medidas, que o almotacé-mor Rui de Sousa deixou na câmara de Évora em 1490/01/24, recentemente publicado, mostra que foram abolidos todos os arráteis anteriormente em vigor, à exceção do arrátel de 14 onças de Colonha⁹⁴. Percebe-se agora muito melhor a já citada referência de Duarte Barbosa: “O arratelo de peso velho tem 14 onças [do peso novo]”⁹⁵. Referia-se ao arrátel adotado por Dom João II, o único legalmente em vigor a partir de 1488-1490. Num capítulo das cortes de 1490, vê-se que os povos pediram “que os pesos se tornem aos antigos”, sinal de que a reforma dos pesos entrara em execução. Dom João II ignorou o pedido⁹⁶. Só com Dom Manuel I o arrátel de 16 onças se viria a impor.

Conclusão

Num contexto de reforma dos forais e centralização da administração na viragem do século xv para o século xvi, fazia sentido uniformizar os pesos e medidas. De resto, a nível europeu, também sopravam os ventos da uniformização metrológica. Assim, sem surpresa, constatamos que Dom João II se empenhou na reforma dos pesos e medidas. Logo em 1482, o rei mandou uniformizar as medidas de capacidade pelos padrões de Santarém. Em 1487, já depois de por a casa em ordem, o rei começou a dar atenção à reforma dos pesos. O mais antigo documento que conheço dessa reforma é a carta régia de 1487/03/22, que agora ponho em evidência e que publico parcialmente em apêndice.

A documentação até aqui conhecida permitia colocar algumas hipóteses interpretativas, quer quanto ao ponto de partida, quer quanto aos contornos da reforma dos pesos de Dom João II, mas não permitia tirar conclusões consolidadas. Neste artigo, dei particular atenção ao ponto de partida. Um aspeto central é o da coexistência de vários padrões ponderais (vários marcos e onças) e vários arráteis com diferentes números de onças. Algumas indicações sugeriam que o marco usado na mercearia e no haver-de-peso era

⁹⁴ Luís Seabra Lopes, “O Regimento...”, cit., sec. IV e doc. II.

⁹⁵ “Livro de Duarte Barbosa”, cit., p. 394

⁹⁶ Sebastião F.M. Trigo, *Memória...*, cit., p. 361-362; ver o capítulo completo em *Trás-os-Montes Medieval e Moderno: Fontes Documentais* (doc. electrónico), M.C.A.C. Alegre e P.M.C.P. Costa (transcr.), Arq. Distrital Bragança, 2003, doc. 115.

o marco de Tria (variante do antigo marco de Troyes), mas não permitiam tirar uma conclusão definitiva. A carta que agora se publica vem confirmar a identificação desse marco. Essa clarificação, conjugada com a restante documentação, e com a recente avaliação do marco manuelino, permitiu tirar conclusões mais fundamentadas sobre as equivalências das unidades ponderais existentes em Portugal quando Dom João II iniciou a reforma do sistema.

Apêndice documental: a carta régia de 1487/03/22

Na carta expedida de Santarém em 1487/03/22, carta esta endereçada aos oficiais da câmara de Lisboa, Dom João II respondeu a vários apontamentos entregues em mão e a duas cartas dos mesmos oficiais⁹⁷. Uma transcrição integral desta carta régia, que ainda se encontra inédita⁹⁸, foi-me gentilmente facultada por Sara de Menezes Loureiro, do Arquivo Municipal de Lisboa, a quem muito agradeço. Publico aqui apenas a estrutura geral do documento e as respostas do rei relativas a pesos e medidas⁹⁹.

Transcrição parcial

(fl. 7) Apomtamentos sobre muitas cousas.¹⁰⁰

Vereadores, procurador e procuradores dos mesteres: nos El Rey vos emuyamos muyto saudar. Vymos os apomtamentos que nos destes, estando nos nessa çidade, sobre todas cousas tocantes a boa guouernança della, e asy as cartas que nos ora aquy emuyastes sobre outras cousas que despois ocorrerom. E quamto aa primeira, que falla nas passajeens dos guados [...].

Item quamto ao que dizees, que nessa çidade nom aja emxerca [...].

⁹⁷ Arq. Mun. Lisboa / Arq. Histórico, *Livro 1.º de posturas*, doc. 4, fl. 7 a 9v.

⁹⁸ Está no entanto publicado um resumo em *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa: Livros de Reis*, 8 vols., Lisboa, C.M., 1957-1964, III, p. 118.

⁹⁹ Foi mantida a grafia original, com o desenvolvimento das abreviaturas. Com o objetivo de facilitar a compreensão do texto, foi introduzida pontuação e normalizado o uso de maiúsculas e minúsculas. As omissões de parágrafos não relevantes estão assinaladas com “[...]”.

¹⁰⁰ Segue-se, na linha seguinte, em letra mais moderna: “22 de Março 1487”. E doutra letra: “Posturas”.

(fl. 7v) Jtem quamto ao que dizees açerca dos pessos, a saber, de Colonha, per omde se peesa o ouro e prata, e do peso de Tria, per omde se peesa a marcarja e espeçaria, e asy outros pessos, per que se fazem muytos emganos ao pouoo, por seerem huuns maiores que outros. Avemdo nos respeito ao prol comuum e de sy, por sermos emformado que na mayor parte da Chrisptandade, e em espiçial nestas partes d’Espanha e do ponente, a nos mais comarcaas, se husa geeralmente e acostuma de pesar per o peso de Colonha, e parecemdo nos razom que este deua seer mais conforme a nossos regnnos, e mais proueytoso e neçesareo que o peso de Tria, detrimynamos e avemos por bem que, per o dicto peso de Colonha se peese daquy em diamte em nossos regnnos, asy nos grandes pesos como nos pequenos, cada huuns a seu respeito. E pera jsto mandamos fazer huña detrimynaçom geeral da maneira que açerca dello se aja de teer, da quaal vos enuyaremos o trellado, e asy aos outros lugares principaaes de nossos regnnos, pera¹⁰¹ nessa çidade e nelles aveer de seer pobricada, e dada a enxecucom, so as penas nella conteúdas.¹⁰²

Outrosy, ao que dizees que em todallas cidades e villas de nossos regnnos se peesa a carne per arratees folforinhos, e que nessa cidade soomente se peesa por arratees mouriscos, o que por mujtas razoes que apomtaaes se asy nom deue de fazer, amtes se deua pesar por os dictos arratees folforinhos, por seer cousa que asy aos pobres como aos ricos vem mjlor, e mais sem emgano, segumdo no nosso capitulo mais compridamente se comtjnha.¹⁰³ Visto asy todo, e avydo sobr’ello comsselho, detrimynamos e (fl. 8) avemos por bem que daquy em diamte senom peese senom por arratees folforinhos, asy como se faz por todos nossos regnos.

Jtem açerca das medidas das varas se averem de reduzir a huña soo medida, a nos parece que ha hy alguuns jncomuenyentes, per que senom deue de fazer, e portanto avemos por bem de em ello nom fazermos emnouaçom alguña.¹⁰⁴

Jtem ao que dizees açerca dos fornos dessa cidade [...].

E quamto ao que dizees que mandamos veer as taxas [...].

Jtem quamto ao que nos ora estpreuestes açerca dos carnyceiros [...] (fl. 8v.) [...].

¹⁰¹ Segue-se riscado: “nelles a”.

¹⁰² Nota marginal à esquerda: “pesos”.

¹⁰³ Antecede riscado: “a”.

¹⁰⁴ Nota marginal à direita: “medidas uaras e couados”.

Outrosy quamto ao que nos estpreuestes açerca do tromco dessa cidade [...]

E asy lhe stpreuemos. Stprita em Samtarem a xxij dias de março, Alvaro Barroso a fez, de 1487. E eu Alvaro Lopez¹⁰⁵, secretareo do dicto senhor, a fiz estpreuer por seu mandado.

Rey.¹⁰⁶.

Reposta aos apontamentos de Lixboa e a duas cartas suas¹⁰⁷.

(fl. 9) (fl. 9v)¹⁰⁸ Aos vereadores e procurador e procuradores dos mesteres da sua muy nobre e sempre leal çidade de Lixboa.¹⁰⁹.

¹⁰⁵ Certamente Alvaro Lopes de Chaves.

¹⁰⁶ Segue-se, na mesma linha, em letra mais moderna: “A 22 de marco de 1487”.

¹⁰⁷ Em rodapé.

¹⁰⁸ O fôlio 9 está em branco. Embora o fôlio 9v seja atualmente o último do documento, ele terá funcionado originalmente como capa ou envelope, o que aliás também é sugerido pelas dobras que apresenta.

¹⁰⁹ Este parágrafo surge atravessado no fôlio. Esta letra parece ser da mesma mão da carta régia, ou seja, do escrivão Álvaro Barroso. Na orientação normal do texto, mas de outra mão, certamente de um oficial da câmara de Lisboa, lê-se o seguinte sumário: “Reposta d’el Rey Dom Joam o Segundo a huns apontamentos da cidade. Item primeiramente que nom aja as carnes a emxerqua. Item que pesem pelos pesos de Colonha. Item que pesem a carne per arratees folforinhos, e nam mourisquos. Item que senam reduzão as medidas a hũa soo. Item que nas pojás dos fornos se guoarde o forall e custume. Item manteuer as taixas que fez a cidade. Item que se cumpra as penas <de degredo> que a cidade pos aos carniceiros per nam quererem dar a carne ao preço que lha pos. Item que o guouernador nam mude o tromquo domde esta.” No fundo da página, lê-se de outra mão ainda: “Apresentada [na câmara] em xxxj de março de lxxxbij”. Na margem esquerda do fôlio, mas atravessado e aparentemente de outra mão diferente das anteriores, lê-se: “Del Rey, resposta sobre çertos apontamentos”.

(Página deixada propositadamente em branco)

As finanças da Câmara Municipal de Coimbra nos finais do Antigo Regime (1762-1820) [I]: as receitas

The finances of Coimbra's City Council at the end of the Ancient Regime (1762-1820) [I]: the revenues

JOSÉ LUÍS DOS SANTOS BARBOSA
Universidade de Coimbra, CHSC, FLUC
jlsb101088@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1459-209X>

Texto recebido em / Text submitted on: 24/01/2020

Texto aprovado em / Text approved on: 08/07/2020

Abstract

The aim of this paper is to analyze the revenues of Coimbra's City Council, between 1762 and 1820, throughout the *Livros de Receita e Despesa* (Income and Expense Books), currently under Coimbra's Municipal Historical Archive custody. This was a period of great management difficulties for the city's council, which led to some significant changes in the way the revenues were levied.

The central question to be answered is to ascertain whether the financial difficulties conditioned the performance of its multiple functions. In order to do so, we aim to present the income structure, explaining all the categories of revenues, how they were collected and their evolution throughout our chronology; to analyze the income growth, in comparison with the progress of the expenditure and balances; to identify the similarities and differences between the examples of Coimbra and other contemporary cities, pointing out common characteristics and local features; in a long-term analysis, we proceeded to a comparative analysis with Coimbra's 17th century finances, in order to demonstrate the continuities and ruptures in municipal income evolution. We intend, with this study, to give a contribution to the knowledge of the economic situation at the end of the Ancient Regime.

Keywords: Revenues; City Council; Finances; Coimbra; Early Modern Age.

Resumo

O presente estudo pretende analisar as receitas próprias da Câmara Municipal de Coimbra, entre 1762 e 1820, através dos *Livros de Receita e Despesa*, à guarda do Arquivo Histórico Municipal. Trata-se de um período de grandes dificuldades para a gestão camarária coimbrã, que levou à adoção de algumas estratégias e a algumas alterações significativas na forma de arrecadar as receitas. A questão central a que se pretende dar resposta, consiste em averiguar se as dificuldades de financiamento condicionavam o desempenho das suas múltiplas funções. Neste sentido, procura-se apresentar a estrutura dos rendimentos, explicando cada uma das categorias de receita, a forma como eram arrecadadas e a sua evolução ao longo da cronologia; analisar a evolução das receitas, em confronto com a evolução da despesa e dos saldos; identificar as semelhanças e diferenças entre o caso de Coimbra e o de outras câmaras municipais contemporâneas, assinalando características comuns e especificidades locais; numa análise de longa duração, elaboramos uma comparação com as finanças coimbrãs seiscentistas, indicando as continuidades e rupturas na evolução dos rendimentos concelhios. Pretendemos que este estudo carree, igualmente, um contributo para o conhecimento da conjuntura económica de finais de Antigo Regime.

Palavras chave: Receitas; Câmara Municipal; Finanças; Coimbra; Época Moderna.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar a composição e a evolução das receitas próprias da Câmara Municipal de Coimbra, entre 1762 e 1820. Tendo em conta a complexidade das finanças municipais coimbrãs e a riqueza das fontes disponíveis, optamos, por razões de economia de espaço, por não incluir as despesas (que serão tratadas oportunamente) e as contabilidades paralelas¹.

A escolha recaiu em Coimbra, uma das maiores e mais importantes cidades portuguesas no séc. XVIII e inícios do XIX, sede de provedoria e comarca e detentora de um alargado termo, com mais de 100 juradias (em 1754)², com uma população que rondava os 15 000 habitantes, na viragem do séc. XVIII para o XIX³.

As fontes utilizadas são variadas, correspondendo o núcleo principal aos *Livros de Receita e Despesa*, à guarda do Arquivo Histórico Municipal da mesma cidade. A cronologia inicia-se no primeiro ano de atividade do Erário Régio⁴, até à data da Revolução Liberal – um período de alterações na conceção

* Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto Ref. FCT: SFRH/BD/143897/2019. Um agradecimento especial a Rodrigo Ferreira Gomes e aos revisores do artigo, pela pertinência das sugestões, que melhoraram este trabalho.

¹ Caso do Donativo de D. Afonso de Castelo Branco, que consistia no rendimento de um juro de 6 000 cruzados, consignado à Câmara Municipal para gastos nas obras das calçadas e fontes e levas de soldados e presos. Cf. Alberto da Rocha Brito, *As finanças quinhentistas do município Coimbrão*, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1943, p. 81-82 e José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara Municipal de Coimbra (1601-1660)*, Coimbra, Palimage, 2019, p. 124. Relativamente às sisas, a sua contabilidade não foi contemplada porque é inexistente – Coimbra não usufruiu dos seus sobejos durante este período, algo que já ocorria desde o séc. XVI, devido à extensão do ramo das sisas de Eiras até à cidade de Coimbra (Cf. Ana Isabel Sampaio Ribeiro, *A comunidade de Eiras nos finais do séc. XVIII: estruturas, redes e dinâmicas sociais*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005, p. 44-45; José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit., p. 134-135; e António de Oliveira, *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, edição digital, Coimbra, Palimage, 2016, p. 334). Analisando os livros do *Registo das Contas dos Recebedores das Décimas, Sisas e Terças* (1762-1804), não há indicação de sobejos aplicados às contas camarárias, nem disso fazem referência os livros de receita e despesa do tesoureiro.

² Uma juradia era uma circunscrição territorial que subdividia o termo de Coimbra. Sérgio Cunha Soares, *O Município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo: Geografia do Poder Municipal*, vol. I, Coimbra, CHSC, 2004, p. 22-31, 45 e António de Oliveira, *A vida económica e...*, cit., p. 65-78.

³ Ana Isabel Sacramento Sampaio Ribeiro, *Nobrezas e Governança. Identidades e perfis sociais (Coimbra, 1777-1820)*, Dissertação de doutoramento em História, especialidade de História Moderna, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012, p. 56.

⁴ O Erário Régio foi criado em 22 de dezembro de 1761. Rui d'Abreu Torres, "Erário Régio" in Joel Serrão (ed.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1979, p. 411-412.

que se tinha sobre as finanças, o que é demonstrado pela legislação emanada do poder central⁵.

Apesar de este não ser um tema novo, os estudos sobre os rendimentos concelhios não abundam. Durante o Estado Novo não se realizaram muitas investigações sobre as finanças municipais devido ao pouco interesse que a temática despertava⁶. Um dos raros exemplos é a obra de Alberto da Rocha Brito, *Finanças quinhentistas do município coimbrão*. O autor analisa as contas da Câmara de Coimbra no séc. XVI, em articulação com outras fontes camarárias que informam sobre a origem dos rendimentos, apesar de usar apenas o ano de 1589 como exemplo para uma análise mais pormenorizada da receita⁷.

Foi preciso esperar pelas décadas de 80 e 90 para se conhecerem novos estudos sobre finanças com metodologias inovadoras. Francisco Ribeiro da Silva foi um dos primeiros investigadores a aprofundar esta temática, na sua tese de doutoramento. Criou um modelo de categorização das receitas mais pormenorizado, dividindo-as em rendas próprias da Câmara (foros e laudémios, coimas e tributações e arrendamentos a rendeiros) e rendas extraordinárias ou consignadas (sobejos das sisas, imposição do vinho e esmolos), autónomas entre si e com afetações próprias⁸.

Os estudos de José Viriato Capela permitiram uma outra abordagem às receitas e à sua categorização, em particular na obra *O Minho e os seus municípios*, que incidiu sobre várias câmaras municipais dessa região do país. O autor distinguiu, numa primeira fase, as receitas próprias (aquelas que se podem considerar, de facto, camarárias) das extraordinárias/consignadas (sisas, fintas e contribuições). Propôs igualmente outro tipo de divisão dos rendimentos, em três grandes grupos: foros, coimas e rendas contratadas⁹.

⁵ Patrícia Costa, “As finanças municipais em Portugal no século XVIII: autonomia vs centralismo”, *Ler História*, n.º 73 (2018), p. 123-144 e Patrícia Costa, *Finanças e Poder na Cidade do Porto (1706-1777): do registo à fiscalização, estabilidades e ruturas*, Porto, Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014, p. 69-70, 115-124. A implementação do modelo do Erário Régio em Coimbra não foi muito eficaz. O método de registo contabilístico de cargas e descargas continuou a ser usado durante largos períodos, conforme indicado mais adiante neste trabalho.

⁶ Margarida Sobral Neto, “Percurso da História Local Portuguesa: monografias e representações de identidades locais” in João Marinho dos Santos e António Silveira Catana (ed.), *Memória e História Local*, Coimbra, Palimage, 2010, p. 63-64.

⁷ Alberto da Rocha Brito, *As finanças quinhentistas...*, cit.

⁸ Francisco Ribeiro da Silva, *O Porto e o seu termo: 1580-1640: os homens, as instituições e o poder*, 2 vols., Porto, Arquivo Histórico – Câmara Municipal do Porto, 1988, p. 827-901.

⁹ José Viriato Capela, *O Minho e os seus municípios: estudos económico-administrativos sobre o município português nos horizontes da reforma liberal*, Braga, Universidade do Minho, 1995, p. 27-54.

Obras mais recentes analisaram as finanças camarárias em articulação com outras temáticas, como a administração municipal e a fiscalização do poder central. Eduardo Mota estudou as receitas da Câmara Municipal de Gouveia, numa investigação que também contemplou os mecanismos de fiscalidade, o funcionamento administrativo e as políticas de intervenção na economia concelhia. Da análise dos rendimentos conclui-se que estes provinham, essencialmente, de rendas, foros e coimas¹⁰.

As questões da centralização no período Pombalino e da autonomia das instituições de poder local relativamente ao poder central (nomeadamente a autonomia financeira), foram alguns dos problemas a que Luís Nuno Rodrigues pretendeu dar resposta num estudo sobre as finanças da Câmara Municipal de Caldas da Rainha. A partir da análise das receitas na longa duração, o autor concluiu que a generalidade destas eram provenientes do interior do concelho (não usufruindo dos sobejos das sisas, por exemplo), o que revela que a Câmara gozava de autonomia financeira relativamente ao poder central¹¹.

Outras investigações evidenciaram a importância das rendas/arrendamentos nas finanças concelhias (as mais importantes fontes de receita). Num estudo em que abordou estas temáticas para a Câmara Municipal de Évora, Teresa Fonseca concluiu que a falta de flexibilidade da receita, demasiado dependente dos interesses e conluios dos rendeiros (em particular os homens de negócios), justificou as dificuldades da Câmara em manter as contas equilibradas. A generalidade das receitas provinha dos arrendamentos de cobranças de coimas e, por essa razão, os rendimentos foram categorizados no sentido de permitir uma análise mais pormenorizada das rendas¹².

Para o caso de Penafiel, José Luís Barbosa concluiu que as rendas correspondiam a 85% das receitas e que a pequena variedade de rendimentos provocou sérias dificuldades à gestão camarária¹³. O autor voltou a esta temática num estudo sobre a Câmara de Coimbra no séc. xvii, analisando a repercussão das conjunturas políticas e económicas nas finanças concelhias, através do impacto no valor das rendas arrecadadas. Neste trabalho, o modelo

¹⁰ Eduardo Mota, *Administração municipal de Gouveia em finais de setecentos*, Gouveia, Gaudela, cop, 1990, p. 114-120.

¹¹ Luís Nuno Rodrigues, “Um século de finanças municipais: Caldas da Rainha (1720-1820)”, *Penélope*, n. 07 (1992), p. 49-69.

¹² Teresa Fonseca, *Absolutismo e Municipalismo. Évora 1750-1820*, Colibri, Lisboa, 2002, p. 359, 394.

¹³ José Luís Barbosa, “As receitas e despesas da Câmara de Penafiel: a importância das rendas nas finanças municipais (1782-1820)”, *História – Revista da FLUP*, IV Série, Vol. 7, nº 2 (2017), p. 190-215.

de categorização das receitas foi definido a partir da natureza jurídica do rendimento, ou seja, o documento que definia e legitimava a sua arrecadação¹⁴.

A Câmara Municipal de Coimbra foi objeto de estudo por parte de vários investigadores, dos quais destacamos as obras já citadas de António de Oliveira, Sérgio da Cunha Soares e Ana Isabel Ribeiro, que, apesar de não abordarem de forma específica a questão das finanças, carregam importantes contributos para a contextualização destas temáticas.

Partindo das informações presentes nestas obras, propomo-nos realizar um estudo analítico e comparativo, que pretende dar resposta a um problema central, que consiste em verificar em que medida as receitas da Câmara Municipal de Coimbra influenciavam as despesas, ou seja, se as dificuldades de financiamento condicionavam o desempenho das suas múltiplas funções, uma ideia presente nas críticas realizadas pelos Ilustrados dos finais do séc. XVIII, relativamente ao papel que os municípios desempenhavam em Portugal¹⁵. O problema da gestão do património municipal foi uma das preocupações de Sebastião de Carvalho e Melo, em particular a diminuição das receitas e, conseqüentemente, da terça régia¹⁶. O decréscimo das rendas dos concelhos levou à determinação de uma nova forma de registo da receita e da despesa pelo Alvará de 23 de julho de 1766¹⁷. Com vista à resolução deste problema, pretendemos ainda dar resposta a outras questões que consideramos pertinentes: qual era a estrutura dos rendimentos da Câmara Municipal de Coimbra entre

¹⁴ Como por exemplo os contratos de arrematação das rendas, ou os contratos de aforamento para os foros. José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit., p. 83-137.

¹⁵ José Viriato Capela, “Administração local e municipal portuguesa do século XVIII às reformas liberais (Alguns tópicos da sua Historiografia e nova História)” in Mafalda Soares da Cunha, Teresa Fonseca (ed.), *Os Municípios no Portugal Moderno: dos morais manuelinos às reformas liberais*, Évora, Edições Colibri, 2016, p. 44-45.

¹⁶ Esta questão não afetava particularmente a Câmara de Coimbra, que estava isenta do pagamento da terça régia. A Confirmação Régia de 1464 isentou a Câmara do pagamento da terça, situação que se manteve ao longo do séc. XVII. Em 1801, o provedor de Coimbra alertou o senado da Câmara de que este deveria pagar a terça porque “as leis que tratão desta materia enervão, e invalidão qualquer privilégio, ou ainda doação que haja das ditas terças. (...)”. Os oficiais respondem no ano seguinte, alegando que a Câmara tinha o direito ao usufruto desta isenção devido ao já referido documento, que foi confirmado pelo Despacho de 11 de outubro de 1771. A Câmara continuou, assim, a usufruir do seu estatuto de exceção (José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit., p. 139-140; Arquivo Histórico Municipal de Coimbra [AHMC], *Receita e Despesa*, 1780-1802, fl. 238-239; AHMC, *Receita e Despesa*, 1800-1812, fl. 3).

¹⁷ *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações, redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1763 a 1774*, Lisboa, Na Typographia Maigranse. Anno de 1829, p. 265-267. (<https://books.google.pt/books?id=M19FAAAcAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>, consultado em 18-06-2020).

1762 e 1820 (explicando cada uma das categorias de receita) e de que forma foram arrecadados pela Câmara; como evoluíram as receitas, em comparação com as despesas, identificando as estratégias que a Câmara usou para combater os saldos negativos; apreender as semelhanças e diferenças existentes entre Coimbra e outras câmaras municipais do período, mas também em comparação com as finanças coimbrãs do séc. xvii, no sentido de assinalar as continuidades e as ruturas da estrutura dos rendimentos¹⁸.

1. Fontes e métodos

Os *Livros de Receita e Despesa* eram um instrumento utilizado pela Câmara Municipal de Coimbra para registar, como o próprio nome indica, os seus rendimentos e os seus gastos. Serviam também como mecanismo de fiscalização régia, por intermédio do provedor, e por essa razão incluíam as tomadas de conta realizadas por esse oficial. Cada livro corresponde a um intervalo de tempo que alberga vários períodos contábeis, que podiam coincidir, ou não, com um ano civil¹⁹. A tipologia do registo das contas não foi a mesma ao longo da cronologia estudada. Entre 1762-1765, 1767-1775, 1784-1799 e no ano de 1820, o registo foi realizado segundo o método de cargas e descargas, ou seja, as receitas eram registadas em primeiro lugar, seguindo-se as despesas²⁰. Para os restantes anos, o registo foi realizado de acordo com o método das partidas simples²¹, carecendo do grau de complexidade de registo das partidas dobradas²². Do lançamento

¹⁸ Em comparação com o estudo de José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit. Esta comparação beneficiaria de uma análise contínua entre 1660 e 1762, mas tal não é possível devido à escassez de fontes.

¹⁹ Intervalo de tempo em que se apresenta a situação financeira da instituição. Situação semelhante à vivida no Porto (Patrícia Costa, *Finanças e Poder na Cidade do Porto...*, cit., p. 107-112).

²⁰ José Miguel Pereira dos Santos de Oliveira, *A contabilidade do Mosteiro de Arouca: 1786-1825*, Maia, Ririsma, 2005, p. 19-23.

²¹ Miguel Maria Carvalho Lira, “A evolução do pensamento contabilístico público português: do berço da nacionalidade à criação do Erário Régio” in *XVI Congreso AECA: Nuevo modelo económico: empresa, mercados y culturas*, Granada, 2011, p. 9 e Patrícia Costa, *Finanças e Poder na Cidade do Porto...*, cit., p. 119-120.

²² Em Coimbra não se usaram livros de apoio (borrador, diário, mestre, razão e auxiliares), essenciais para a aplicação da partida dobrada. Miguel Gonçalves, Miguel Lira e Maria da Conceição da Costa Marques, “Três tenores em perfeita harmonia: Pombal, Sousa e Cruz – Erário Régio, 1761. Revisão da literatura e uma síntese.” in *XIV Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria – 10 e 11 de Outubro*, Campus do Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa, 2013, p. 6-10.

das rubricas de receita podemos retirar informações como montante, pagador (nome, morada e profissão) e data do pagamento. Mas para a generalidade dos registos, as únicas informações disponíveis correspondem ao montante²³.

No final de um período contábil, o escrivão apresentava um total para as receitas e para as despesas e calculava o saldo. As contas eram conferidas posteriormente pelo provedor no “Auto de Contas”, por ser o oficial régio responsável, entre outras matérias, pela fiscalização das finanças camarárias²⁴.

A metodologia usada neste artigo consistiu na criação de uma base de dados a partir de todas as rubricas do tesoureiro, registadas de uma forma serial e apenas interrompida entre 1807 e 1811, período correspondente às Invasões Francesas²⁵. A informatização dos registos permite-nos conferir as contas e verificar se houve enganos por parte dos oficiais camarários ou da provedoria. A base de dados permite, igualmente, propor um agrupamento dos diferentes rendimentos em categorias e subcategorias, para uma melhor compreensão da estrutura da receita e que facilite a análise de cada uma das categorias de forma independente e na longa duração. A categorização segue os modelos já referidos de F. R. da Silva, J. V. Capela e de J. Barbosa, para facilitar a comparação com os dados sobre a Câmara de Coimbra no séc. xvii e com as suas congêneres do séc. xviii e xix²⁶. A comparação com outras obras é dificultada pela inexistência de critérios uniformes na designação das diversas categorias de rendimentos e pelo tratamento estatístico a que foram submetidos os dados.

Os valores anuais de receita apresentam fortes variações (coeficiente de variação muito alto, de 40%) que se explicam, essencialmente, pelos atrasos no lançamento de rubricas (a regularização dos valores em atraso ocorria, em média, um ano e meio após a sua realização). Por outro lado, a duração dos períodos contábeis nem sempre era idêntica. Por exemplo, o período contábil de 1790 iniciou-se apenas a 28 de fevereiro desse ano (devido ao prolongamento do período anterior) e, para além disso, várias rubricas correspondentes ao mesmo foram lançadas apenas em 1791. Estes fatores ajudam a explicar o facto da receita de 1790 ser tão diminuta²⁷. A solução de análise passa pelo

²³ Os livros do séc. xvii são mais ricos em termos informativos. José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit., p. 21-24.

²⁴ José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit., p. 27 e António Manuel Hespanha, *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político: Portugal – séc. xvii*, Coimbra, Almedina, 1994, p. 206-212.

²⁵ Estes livros não se encontram à guarda do Arquivo Histórico Municipal de Coimbra.

²⁶ Francisco Ribeiro da Silva, *O Porto e o seu termo...*, cit.; José Viriato Capela, *O Minho e os seus municípios...*, cit.; e José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit.

²⁷ AHMC, Receita e Despesa, 1780-1802, fls. 49, 58, 75.

recurso a médias móveis simples (MMS), com vista à verificação de ciclos curtos e médios, para assim se apreender de uma forma mais clara a variação dos proventos.

Tabela I – Períodos contábeis que não correspondem a um ano civil

Período	Início	Fim
1789	01-01-1789	28-02-1790
1790	01-03-1790	31-12-1790
1798	01-01-1798	27-10-1798
1798-1799	27-10-1798	27-02-1799
1799-1800	27-02-1799	09-07-1800
1800	09-07-1800	31-12-1800
1802	01-01-1802	23-02-1803
1803	24-02-1803	30-11-1803

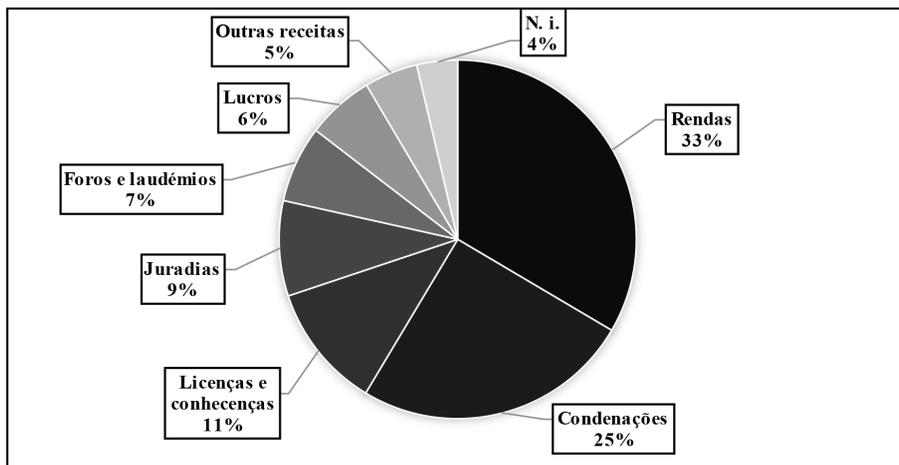
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Coimbra [AHMC],
Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

Outro problema prende-se com o facto de, em alguns anos, várias receitas de diferentes categorias terem sido lançadas na mesma rubrica. Devido ao facto de não terem uma designação específica na fonte e à impossibilidade de se realizar a destrição, foram incluídas numa categoria “Não indicada/especificada”. Esta é outra das razões que justifica as variações – em vários anos, algumas categorias desaparecem totalmente porque estão incorporadas neste grupo genérico. O registo das rubricas por parte do tesoureiro não foi sempre uniforme, o que nos obrigou a uma clarificação e uniformização dos conceitos utilizados.

2. Estrutura da receita

Os rendimentos da Câmara Municipal de Coimbra, na segunda metade do séc. XVIII e inícios do XIX, eram diversificados e foram divididos nas seguintes categorias: rendas, condenações, licenças e conhecenças, juradias, foros e laudémios, saldos positivos (que transitavam do ano anterior), outras receitas e não identificadas.

Gráfico I – Composição da receita da Câmara Municipal de Coimbra, 1762-1820



Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

2.1. Rendas

As rendas eram receitas que as câmaras arrecadavam de forma indireta, por intermédio de rendeiros²⁸. Para o efeito, celebrava-se um contrato de arrendamento do qual se ajustava o montante e a forma de pagamento, a duração, as fianças e as cláusulas adicionais (conhecidas por ordinárias²⁹). O conceito de rendas integrava rendimentos de grande variedade e complexidade: podiam ter origem em condenações (decorrentes de transgressões às posturas municipais), tributos sobre o comércio e consumo, foros e alugueres de imóveis³⁰.

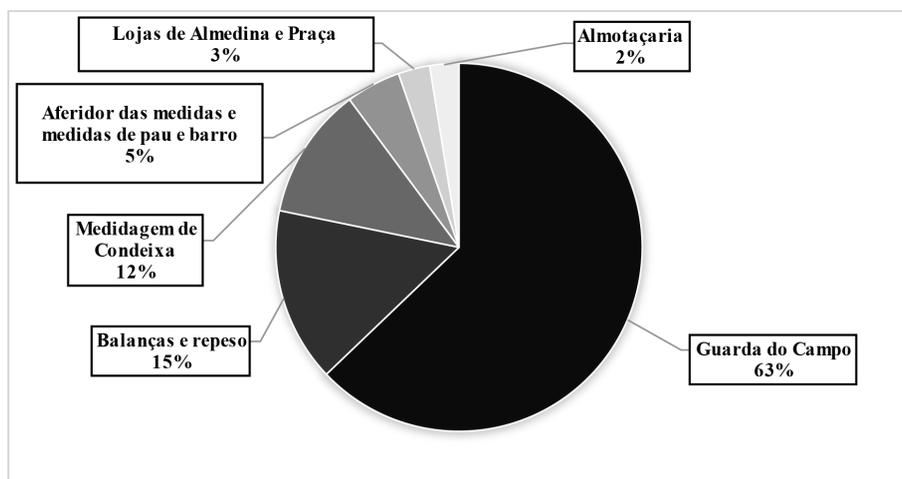
²⁸ Optamos pelo termo “rendeiros” para nos referirmos aos contratadores das rendas, por ser a expressão usada nas fontes.

²⁹ As ordinárias poderiam ser pagas em género ou em dinheiro. A título de exemplo, no séc. xvii, a ordinária da renda da almotaçaria incluía a oferta, por parte do rendeiro, de um porco e dois carneiros (ou o equivalente ao seu valor em dinheiro) aos frades de Santo António dos Olivais (Cf. José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit., p. 84). No séc. xviii, a mesma renda supunha o pagamento de dois foros que a Câmara pagava às igrejas de S. Cristóvão e St. Justa, não podendo o rendeiro auferir qualquer condenação até saldar a dita ordinária. AHMC, *Arrematações, 1765-1797*, fl. 75v.

³⁰ José Viriato Capela, *O Minho e os seus municípios...*, cit., p. 45-54 e José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit., p. 83-85.

O Tombo de 1768 indica que a Câmara de Coimbra tinha na sua posse as rendas da almotaçaria, guarda do campo, medidagem de Condeixa, verde, ver do peso, medidas de barro, loja de almedina e loja da praça. Mas, de acordo com os livros de receita, deram entrada, no período em análise, as seguintes rendas: guarda do campo, balanças e repeso, medidagem de Condeixa, aferidor das medidas e medidas de pau e barro, lojas de Almedina e Praça e almotaçaria³¹.

Gráfico II – Rendas da Câmara Municipal de Coimbra, 1762-1820



Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

2.1.1. Guarda do campo

Uma das funções das câmaras era zelar pelo abastecimento das populações em bens de primeira necessidade, destacando-se os alimentares. Decorrente desta atribuição, intervinham na regulação da vida económica, nomeadamente na difícil gestão do equilíbrio entre agricultura e criação de gado, num período

³¹ AHMC, Tombo, 1768, fl. 6-6v. Esta fonte indica todo o património que a Câmara possuía à data. Nem todas as rendas existiram na cronologia 1762-1820. A renda do verde deixou de ser cobrada em 1725, a medidagem do azeite em 1760 e as medidas de barro em 1664, cf. Sérgio Cunha Soares, *O Município de Coimbra da Restauração...*, cit., Vol. III, p. 300-311.

em que os conflitos entre estas atividades eram recorrentes, resultante dos escassos espaços de pastagem³².

Nos sécs. XVI e XVII, esta renda consistia na cobrança de coimas provenientes de transgressões ao estabelecido nas posturas municipais sobre pastagens e no pagamento de uma medida de pão aos guardadores, por parte dos lavradores e seareiros do termo de Coimbra, pelo trabalho da vigia dos campos. Os guardadores eram nomeados aos pares, um pelos lavradores e outro pela Câmara, devendo assentar mensalmente as transgressões e entregar o dinheiro das coimas ao rendeiro (nos anos em que a renda andava arrematada). Este pagava um valor fixo anual e ficava com o lucro resultante da diferença entre o montante cobrado e o devido à Câmara³³.

Para o período em análise (séc. XVIII e XIX), não há indicações nas fontes dos montantes relativos à cobrança de condenações. O único valor associado à guarda do campo corresponde a um alqueire e meio de milho, pago por cada um dos seareiros do termo (as fontes omitem os lavradores) ao rendeiro³⁴. O contrato tinha a duração de um ano, terminando pelo S. Miguel (29 de setembro), data em que o rendeiro vendia o cereal recolhido³⁵.

Através da análise dos “autos de lanço”³⁶ constatamos que, no final do séc. XVIII, a renda da guarda do campo era pouco disputada: foram apresentados dois lanços em 1778/79 e apenas um nos anos de 1789, 1790 e 1792, facto que indicia uma conjuntura desfavorável à cobrança de rendas³⁷. Por essa razão, procedeu-se a uma alteração no modelo da sua cobrança, deixando de ser arrematada para ser “administrada” pela Câmara. O senado contratava os “administradores” da renda, que auferiam um salário acordado entre as partes ou ficavam com uma parte da renda pelo trabalho da sua arrecadação³⁸.

³² António de Oliveira, *A vida económica e...*, cit., p. 84-90, 153-154 e José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit., p. 86-95.

³³ António de Oliveira, *A vida económica e...*, cit., p. 84-90, 153-154 e José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit., p. 86-95.

³⁴ AHMC, Receita e Despesa, 1780-1802, fl. 193.

³⁵ AHMC, Arrematações, 1765-1797, fl. 57v e AHMC, Receita e despesa, 1748-1780, fl. 139v.

³⁶ Lançamentos que eram realizados para a arrematação da renda, que funcionavam como um leilão: ganhava quem apresentasse o lanço mais alto. AHMC, Arrematações, 1765-1797, fl. 79-80v.

³⁷ São poucos os lanços que se conhecem neste período. AHMC, Arrematações, 1765-1797, fl. 79-80v, 142, 154v, 171.

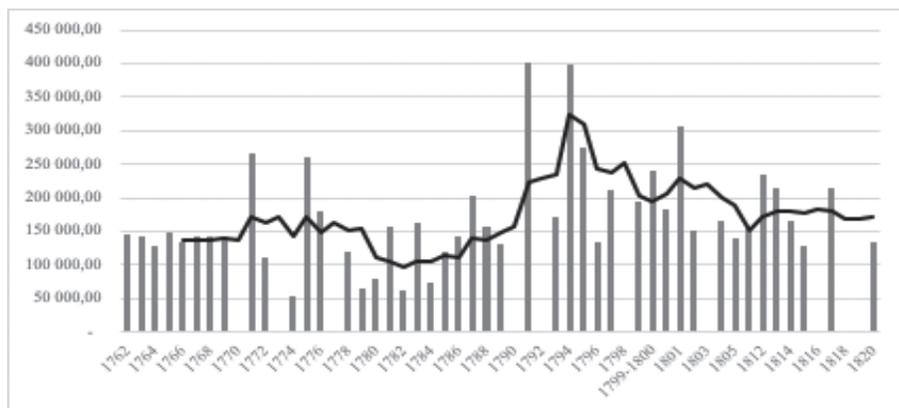
³⁸ Esta não era uma prática nova. Em 1705, a Câmara arrecadou a renda do verde por administração, ficando o administrador com a quarta parte do que arrecadasse (AHMC, Notas, 1700-1721, fl. 53). A diferença reside no facto de a arrematação implicar um pagamento fixo anual estabelecido previamente, independentemente do montante arrecadado pelo rendeiro, enquanto a administração reservava uma parte do rendimento para o administrador.

Em 1789, apesar de ter sido apresentado um lanço para a arrematação, a Câmara contratou “depositários”, que foram distribuídos por várias terras, transferindo para o concelho o pagamento feito pelos seareiros e lavradores³⁹.

As receitas da cobrança e as despesas inerentes à administração da renda da guarda do campo eram anotadas nos “autos de administração”, onde anexavam os róis dos seareiros que pagaram a guarda do campo. A administração direta da renda comportava despesas: em 1775, a administração da renda custou 15 000 réis à Câmara: 4 300 réis com o homem que vendeu os 430 alqueires de milho arrecadados, 1 700 réis em carretos e vinho para os carreteiros que transportaram o milho, 3 000 para o guarda que vigiara o campo e 6 000 réis de pagamento ao administrador desse ano⁴⁰.

Os valores da renda da guarda do campo auferidos pela Câmara variaram ao longo da cronologia.

Gráfico III – Evolução da renda da guarda do campo e média móvel simples de 5 anos (MMS-5), 1762-1820 (em réis)



Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

De salientar que, apesar dos aumentos e recuos no valor da guarda do campo (chegando a 1820 a valer menos do que valia em 1762), a cobrança da renda apresentou uma melhoria ao longo da década de 80 e, em particular, da

³⁹ AHMC, Receita e Despesa, 1780-1802, fl. 47-47v, 193.

⁴⁰ AHMC, Receita e Despesa, 1748-1780, fl. 120v. Os róis dos pagadores não se encontram no arquivo.

década de 90, provavelmente devido à alteração no modelo de cobrança, de arrematação para administração.

Apesar das fontes do séc. XVIII e XIX não fornecerem muitas informações, parece-nos plausível que a renda tenha mantido uma estrutura semelhante à do séc. XVII: as terras abrangidas pela guarda do campo pagavam a guarda em géneros, mas persiste a dúvida relativamente à cobrança das coimas – não há registo nos contratos de arrematação nem nos autos de tomadas de contas, o que pode sugerir que o rendeiro ficaria com a totalidade das coimas para si, estando assim este valor “incluído” no montante negociado com a Câmara.

2.1.2. Balanças e repeso

No desempenho da sua função de regulação económica, competia às câmaras proceder à aferição de pesos e medidas. Em Coimbra, esta fiscalização era realizada pelas rendas das balanças e do repeso. Apesar de representarem uma categoria única, nem sempre estiveram juntas. Sérgio Soares indica que a renda do repeso se trata da evolução do “ver do peso”⁴¹, mas algumas fontes dos finais do século referem-na como “repeço do peixe”⁴², estando presente nas fontes desde 1762, enquanto a renda das balanças surge apenas em 1797. Tal como a guarda do campo, a partir da década de 80 o repeso deixou de ser arrematado para ser administrado⁴³. Quando surge a renda das balanças, esta foi governada pela administradora do repeso, Sebastiana Maria, durante vários anos. A partir desta data não há registos de arrematações, apenas alguns autos de administração esporádicos, mas ao que tudo indica, apesar de se terem constituído como rendas diferentes, foram administradas sempre pela mesma pessoa⁴⁴. Entre 1812 e 1819, fundiram-se numa renda só, não se sabendo se estava em regime de arrendamento ou de administração (não há contratos nem autos que o confirmem), até se voltarem a separar em 1820.

Quando a renda do repeso era arrematada, o contrato tinha a duração de um ano, pagando o rendeiro o valor estipulado em duas prestações, pelo S. João e pelo Natal. Se houvesse diminuição, o prejuízo ficaria para o rendeiro e no caso de aumento, este reverteria para a Câmara⁴⁵. Se administrada, o serviço

⁴¹ Sérgio Cunha Soares, *O Município de Coimbra da Restauração...*, cit., Vol. III, p. 308.

⁴² AHMC, Arrematações, 1765-1797, fl. 135v, 157.

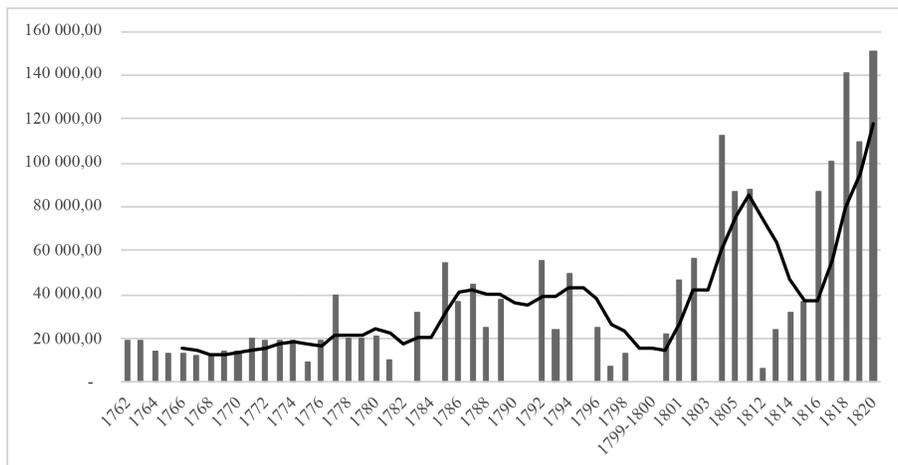
⁴³ AHMC, Arrematações, 1765-1797, fl. 92, 97v.

⁴⁴ AHMC, Arrematações e arrendamentos, 1792-1824, fl. 41v e AHMC, Receita e Despesa, 1800-1812, fl. 21v.

⁴⁵ AHMC, Arrematações, 1747-1765, fl. 63v-64.

também tinha a duração de um ano (apesar da administradora ter usufruído do cargo durante 15 anos), devendo a mesma apresentar as contas ao tesoureiro para que o lucro pudesse ser lançado em receita da Câmara⁴⁶.

Gráfico IV – Evolução das rendas das balanças e repeso e MMS-5, 1762-1820 (em réis)



Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

A renda conheceu um crescimento razoável até meados da década de 90, caindo abruptamente até 1800 (chegando a desaparecer em alguns anos). A viragem para o séc. XIX marca um novo crescimento, salvo nos anos seguintes às Invasões Francesas. O aumento nos valores arrecadados justifica-se com a melhoria na cobrança pelo método de administração, mas também pelo surgimento da renda das balanças em 1797, que mais tarde se fundiu com o repeso. Em conjunto, totalizaram 15% das rendas da Câmara.

2.1.3. Medidagem de Condeixa

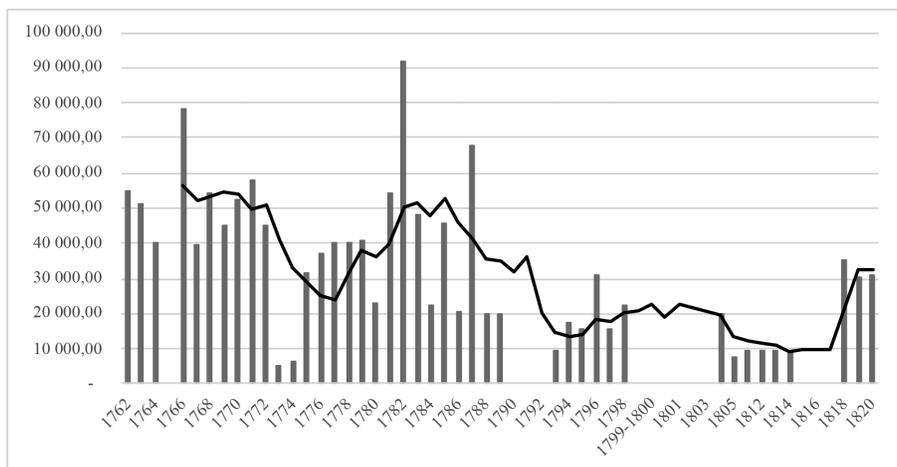
A medidagem de Condeixa consistia numa “imposição” que incidia sobre os carros e bestas que se deslocavam para os mercados que se realizavam nessa localidade. A renda era destinada às Câmaras Municipais de Condeixa

⁴⁶ AHMC, Arrematações, 1765-1797, fl. 160v-162, 165v-166.

e Coimbra, entidades que tinham a seu cargo a manutenção das estradas por onde os mercadores circulavam e, por essa razão, o valor da arrematação era dividido pelos dois municípios⁴⁷. Os contratos eram assinados pela Câmara de Coimbra, que depois pagava à sua congénere a sua parte, nos autos de tomada de conta, em que participava o escrivão da Câmara de Condeixa⁴⁸.

Os contratos assinados entre a Câmara e o rendeiro tinham a duração de um ano. Na eventualidade do montante arrecadado exceder o valor estipulado, o sobejo ficaria para a Câmara e não para o rendeiro. Havendo diminuição, este assumiria o prejuízo⁴⁹. Apesar de as fontes não conterem muitos dados, sabe-se que em 1777 foram apresentados 8 lanços de arrematação, apresentados por 5 pessoas diferentes, algo pouco vulgar, visto que as outras rendas tinham pouca concorrência⁵⁰. Contudo, em 1820, a renda teve apenas um lanço⁵¹.

Gráfico V – Evolução da renda da mediagem de Condeixa e MMS-5,
1762-1820 (em réis)



Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

⁴⁷ AHMC, Documentos Avulsos (em papel), 1464-1826, doc. 160 (1750). Trata-se de um traslado da Resolução de 20 de fevereiro de 1750, que foi enviada como resposta a uma petição dos oficiais de Condeixa sobre a dita renda.

⁴⁸ AHMC, Arrematações, 1765-1797, fl. 133v.

⁴⁹ AHMC, Arrematações, 1747-1765, fl. 64-64v.

⁵⁰ AHMC, Arrematações, 1765-1797, fl. 69v-71v.

⁵¹ AHMC, Arrematações e arrendamentos, 1792-1824, fl. 156v.

O gráfico demonstra que a renda da mediagem de Condeixa foi muito importante nas finanças coimbrãs, mas perdeu preponderância a partir dos finais do século. Não encontramos informação que nos permita apresentar as razões para a quebra desta receita.

2.1.4. Medidas de pau e barro e aferidor das medidas

Os livros de receita e despesa referem apenas a renda das medidas de pau e barro, em 1817, e a renda de aferidor das medidas, em 1819 e 1820. Não foi possível apurar se se trata do mesmo rendimento. A renda de aferidor das medidas fora, outrora, um foro. Entre 1762 e 1801 os livros de receitas e despesas contém vários registos de um foro designado “aferidor das medidas”, no valor de 2 000 réis. No Tombo de 1768 encontra-se o registo do dito: “Tem mais a dita camara a posse de poder dar e nomear em quem lhe parecer a propriedade do officio de affillador das medidas de pao e barro”. Indica também que o foro se situava na Rua da Moeda, na freguesia de S. João de St^a. Cruz e pagava, pelo S. Miguel, 2 000 réis. No mesmo fólio encontra-se uma nota lateral, escrita em 1803, que indica que o foro fora extinto e por essa razão não transitou para o novo tomo⁵². Com a sua extinção, a Câmara criou a renda do aferimento das medidas, em 1817, mas não sabemos por que razão não fora estabelecida mais cedo e de que forma o Senado procedeu aos aferimentos das medidas – admitimos, contudo, que a criação desta renda possa estar relacionada com as alterações nas rendas das balanças e repeso. Em 1817 valia 407 100 réis, 100 000 réis em 1819 e 77 200 réis em 1820. Visto a renda baixar consideravelmente nos anos seguintes, é provável que o valor de 1817 incluía vários anos em atraso.

2.1.5. Lojas de Almedina e da Praça

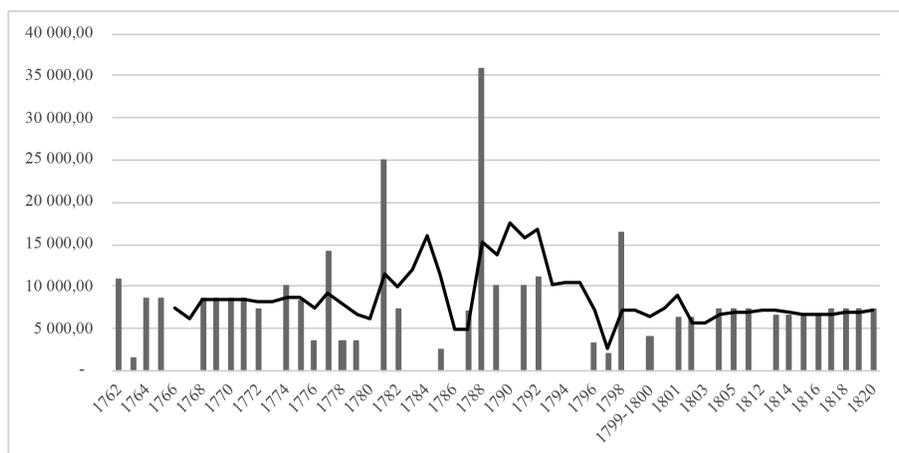
As rendas das lojas de Almedina e da Praça são dois casos de exceção por se tratar de alugueres de espaços. O património urbano, em que se incluem as lojas, era, regra geral, aforado pela Câmara. No livro dos foros de 1767-1771 consta o registo das duas lojas, no valor de 2 000 réis cada⁵³, contudo, os dois espaços eram frequentemente arrematados. Nos livros de arrematações do

⁵² AHMC, Tombo de 1768, fl. 51.

⁵³ AHMC, Foros, 1767-1771, fl. 25 [numeração do autor].

mesmo período existem contratos referentes às mesmas lojas. O seu aluguer era colocado a pregão, apresentando-se lanços; os contratos tinham a duração de um ano, sendo pagos em duas prestações⁵⁴. Por esta razão, e apesar de corresponderem a alugueres, esta receita foi incorporada nas rendas devido à natureza do seu contrato, em tudo igual às restantes.

Gráfico VI – Evolução das rendas da Lojas de Almedina e da Praça e MMS-5, 1762-1820 (em réis)



Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

Eram rendas de reduzido valor, conhecendo grandes variações apenas quando se saldavam valores em dívida dos anos anteriores, como por exemplo em 1788.

2.1.6. Almotaxaria

Na Época Moderna, a almotaxaria consistia num conjunto de direitos administrativos das cidades que visava a fiscalização dos mercados urbanos, das condições sanitárias e da construção urbana⁵⁵. No séc.

⁵⁴ AHMC, Arrematações, 1765-1797, fl. 10, 130v-131.

⁵⁵ Magnus Roberto de Mello Pereira, “O direito de almotaxaria: considerações sobre o direito urbano no mundo lusitano” in Alberto Vieira (ed.), *História dos Municípios: administração*,

xvii, a renda da almotaçaria de Coimbra consistia, essencialmente, em coimas que derivavam das transgressões às posturas sobre o comércio⁵⁶. Observando os livros de denúncias e condenações da almotaçaria dos inícios do séc. xix, constatamos que estas incidiam, fundamentalmente, sobre os seguintes aspetos: não ter licença de venda; falta de limpeza das medidas; não ter as medidas aferidas/almotaçadas; e não se ter apresentado na correição⁵⁷. Os contratos de almotaçaria tinham a duração de um ano, sendo pagos em duas prestações. Tinham incluídos como ordinárias o pagamento dos foros que a Câmara entregava às igrejas de S. Cristóvão e de St^a. Justa⁵⁸.

A renda da almotaçaria era a principal fonte de receita da Câmara de Coimbra no séc. xvii⁵⁹, mas, na segunda metade do séc. xviii, já tinha um peso muito residual, tendo algum impacto nas receitas apenas na década de 70 – a partir desta data passou a ser arrecadada quase sempre em regime de administração⁶⁰. Não são claras as razões para o declínio deste rendimento, mas podemos enquadrá-lo nas quebras das outras rendas. Na primeira metade do séc. xviii, os valores negociados eram cada vez mais diminutos, chegando a um mínimo de 14 000 réis em 1752, conforme demonstra Sérgio Soares⁶¹. No livro de receita e despesa de 1736, o escrivão refere que há muitos anos que a renda da almotaçaria “não é a que mais rende”⁶². A falta de lanços pode revelar a perda de interesse num rendimento que seria de difícil arrecadação e que poderia gerar muitos conflitos com a população⁶³. O rendeiro comprometia-se a assumir as diminuições na renda e a dar os crescimentos à Câmara, o que também não aliciava os potenciais rendeiros⁶⁴. A quebra da renda da almotaçaria não significa que este direito deixasse de ter importância

eleições e finanças – actas do II Seminário Internacional História do Município no Mundo Português, Funchal, CEHA, 2001, p. 148.

⁵⁶ José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit., p. 86.

⁵⁷ AHMC, Almotaçaria – condenações, 1809-1836 e AHMC, Almotaçaria – denúncias, 1812-1813 (B73/12).

⁵⁸ AHMC, Arrematações, 1765-1797, fl. 5v, 9 e 75v.

⁵⁹ José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit., p. 86-89.

⁶⁰ AHMC, Arrematações, 1765-1797, fl. 75.

⁶¹ Sérgio Cunha Soares, *O Município de Coimbra da Restauração...*, cit., Vol. III, p. 301.

⁶² AHMC, Receita e Despesa, 1736-1740, fl. 1v.

⁶³ O que motivou a apresentação de um requerimento pelo escrivão da almotaçaria que não queria executar as dívidas das pessoas que não pagavam o dito direito (AHMC, Vereações, 1765-1781, fl. 178).

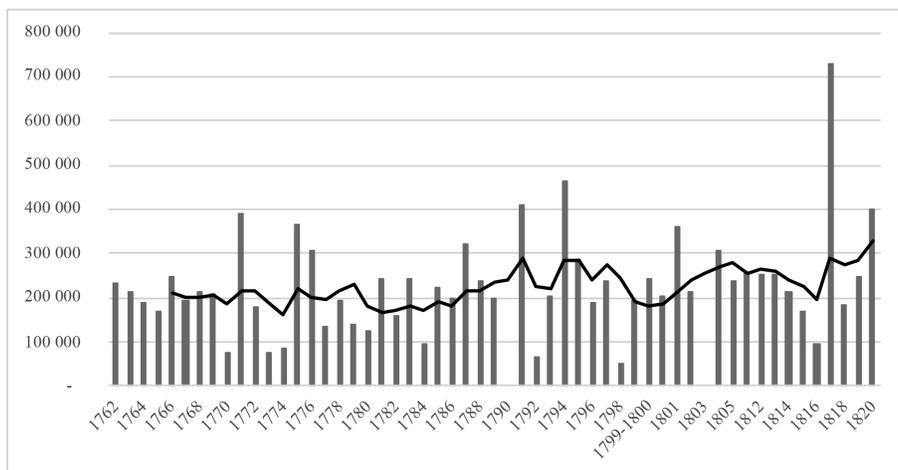
⁶⁴ AHMC, Arrematações, 1747-1765, fl. 107.

para o concelho, mas passou a tê-lo enquanto condenação, como vamos verificar mais adiante. Foi arrematada em apenas 9 anos, totalizando 310 580 réis.

2.1.7. Rendas: apreciação geral

As rendas não cresceram muito ao longo da série, valendo em 1820 o mesmo que em 1781 (v. Gráfico VII). O ano de 1817 apresenta um valor anormal devido à incorporação de 407 100 réis referentes à renda das medidas de pau e barro que, conforme referido, foi cobrada nesse ano pela primeira vez.

Gráfico VII – Evolução das rendas da Câmara Municipal de Coimbra e MMS-5, 1762-1820 (em réis)

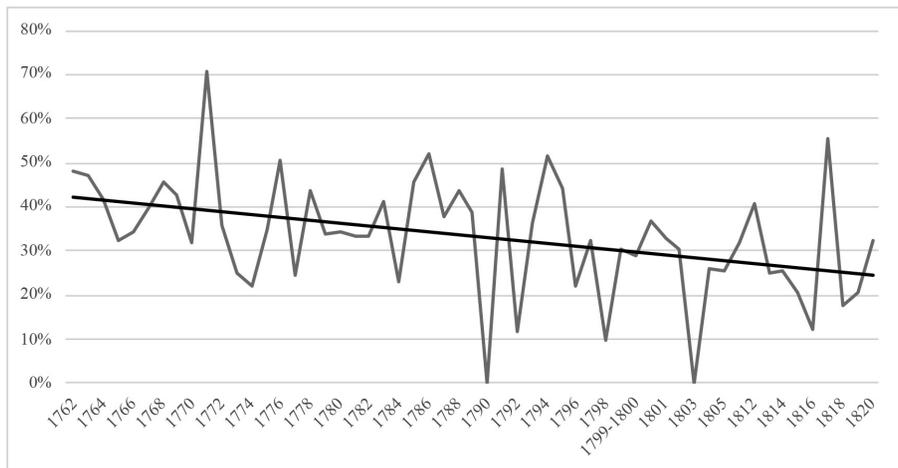


Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

Mesmo levando em conta que em finais do séc. XVIII e inícios do XIX a categoria “Não indicado” aumentou (e incluiu várias rendas), parece-nos seguro afirmar que o peso das rendas diminuiu ao longo da cronologia (V. Gráfico VIII).

Gráfico VIII – Evolução das rendas no total de receitas da Câmara Municipal de

Coimbra e Linha de Tendência Linear (LTL), 1762-1820 (% do total de receitas)



Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

A estagnação do valor bruto das rendas e a diminuição do seu peso relativo nas receitas justifica-se tendo em conta o desaparecimento da almotaçaria enquanto renda, a desvalorização da renda da medidagem de Condeixa e a estagnação referente à guarda do campo. A perda só não foi superior porque as rendas das balanças e repeso valorizam-se na viragem para o séc. XIX e, nos últimos anos, surgem as rendas do aferidor e medidas de pau e barro.

As razões de fundo que justificam a perda de preponderância das rendas prendem-se, a nosso ver, com a insegurança sentida pelos rendeiros e pela Câmara. Da perspetiva do rendeiro, a fraca perspetiva de lucros e as dificuldades na arrecadação desmotivavam a sua participação⁶⁵. Do ponto de vista concelhio, o receio das mudanças conjunturais pode ter levado a Câmara a assinar contratos mais curtos, estando menos vulnerável à especulação que normalmente existe no mercado das rendas. A duração dos contratos de arrendamento (apenas um ano) pode ser um reflexo desta insegurança. Noutras câmaras do país, como em Gouveia, e nos municípios do Entre Douro e Minho (à exceção de Penafiel⁶⁶),

⁶⁵ Cf. Referiu Fernando Taveira da Fonseca sobre os rendeiros, “só a perspetiva de lucros substanciais poderia induzir à aceitação destes riscos”. Fernando Taveira da Fonseca, *A Universidade de Coimbra (1700-1771): estudo social e económico*, Coimbra, por ordem da Universidade, 1995, p. 696.

⁶⁶ José Luís Barbosa, “As receitas e despesas...”, cit., p. 197.

os contratos duravam, normalmente, 3 anos⁶⁷. Contudo, devemos realçar que a prática da Câmara de Coimbra consistia na arrematação das rendas por um ano, pelo menos desde os inícios do séc. xvii até 1660, tanto nos períodos mais estáveis como nos anos mais conturbados⁶⁸. Faltam-nos, entretanto, estudos para o período entre 1660 e 1762.

Comparando os dados colhidos na documentação municipal coimbrã com a de outras câmaras, concluímos que, em Braga, entre 1771 e 1790, o peso das rendas nas finanças concelhias variou entre 50 e 90%⁶⁹; em Viana do Castelo, entre 1740 e 1770, totalizaram mais de 92% das receitas⁷⁰ e em Guimarães, entre 1789 e 1813, as rendas representaram cerca de 50% dos rendimentos camarários próprios⁷¹. O concelho de Gouveia retirou das rendas, entre 1780 e 1799, 85,46% dos seus proventos⁷², em Penafiel, entre 1782 e 1820, somaram 85% do total⁷³, enquanto em Évora, entre 1760 e 1820, corresponderam a mais de 60% das receitas⁷⁴. Na Câmara Municipal de Viseu, entre 1770 e 1777, as rendas significaram cerca de 70% dos rendimentos⁷⁵.

Constatamos assim que o valor médio para o caso de Coimbra (33%) é bastante diminuto, comparativamente às suas congéneres. Comparando com a realidade do séc. xvii (1601-1660), verificamos que a diminuição do peso das rendas na receita é drástica, caindo 40 pontos percentuais (de 73%)⁷⁶. A principal justificação para esta queda prende-se com a perda da importância da renda da almotaçaria, que representava 70% das rendas regulares da Câmara em seiscentos, passando para os 2% na segunda metade do séc. xviii⁷⁷. A tendência de decadência da almotaçaria só seria invertida com a alteração do regime de arrematação para o regime de administração direta da Câmara, conforme vamos verificar no capítulo seguinte.

⁶⁷ Eduardo Mota, *Administração municipal de Gouveia...*, cit., p. 115 e José Viriato Capela, *O Minho e os seus municípios...*, cit., p. 45.

⁶⁸ José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit., p. 84-104.

⁶⁹ José Viriato Capela, *O Minho e os seus municípios...*, cit., p. 33.

⁷⁰ José Viriato Capela, *O Minho e os seus municípios...*, cit., p. 203.

⁷¹ José Viriato Capela, *O Minho e os seus municípios...*, cit., p. 275. O autor apresenta a estatística geral, onde se incluem as receitas consignadas e sobejos.

⁷² Eduardo Mota, *Administração municipal de Gouveia...*, cit., p. 114-120.

⁷³ José Luís Barbosa, “As receitas e despesas...”, cit., p. 209.

⁷⁴ Apesar de terem incluídas o arrendamento de muitas condenações. Teresa Fonseca, *Absolutismo e Municipalismo...*, cit., 2002, p. 359-372.

⁷⁵ Sérgio Cunha Soares, “Aspectos da Política Municipal Pombalina: a Câmara Viseu no reinado de D. José”, *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXI, 1984, p. 97.

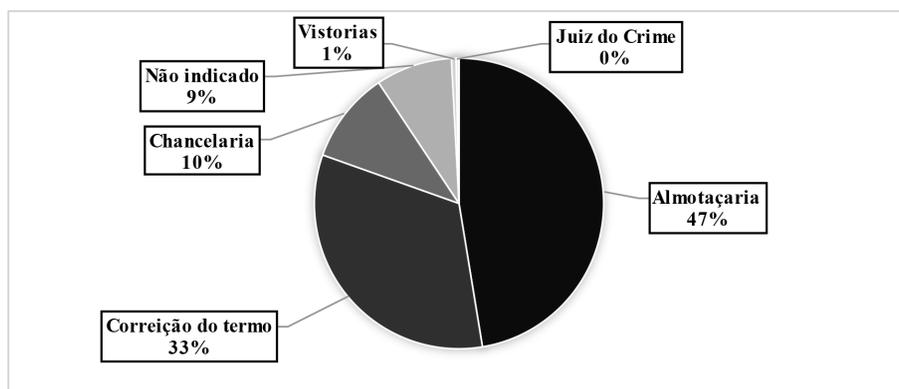
⁷⁶ José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit., p. 131.

⁷⁷ José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit., p. 100.

2.2. Condenações

As condenações, ou coimas, consistiam num rendimento oriundo da punição às transgressões das posturas municipais nas mais diversas áreas. Tinham um peso irregular no cômputo geral, pois dependia da eficácia das câmaras na sua cobrança⁷⁸.

Gráfico IX – Composição das condenações arrecadadas pela Câmara de Coimbra, 1762-1820



Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

A correição do termo correspondeu a 1/3 das arrecadações, a audiência da chancelaria a 10%⁷⁹ e as condenações que derivaram das vistorias a obras representam apenas 1% do total. A principal proveniência das coimas (quase metade) tinha origem no juízo da almotacaria, um provento que, conforme já foi referido, em alguns anos andou arrematado, sendo conhecido por renda da almotacaria. Por vezes, os livros de receita e despesa indicam, no mesmo ano, a almotacaria enquanto renda e condenação. Isto justifica-se com os atrasos na arrematação da renda, que obrigavam os almotacés a cobrar as coimas até à entrada em vigor do contrato⁸⁰.

De acordo com o que já foi exposto, a renda da almotacaria acompanhou a tendência de decadência das outras rendas e, por essa razão, também passou a regime de administração. Esta passagem conheceu duas fases. Na primeira, os oficiais da

⁷⁸ José Viriato Capela, *O Minho e os seus municípios...*, cit., p. 40-45 e José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit., p. 128-130.

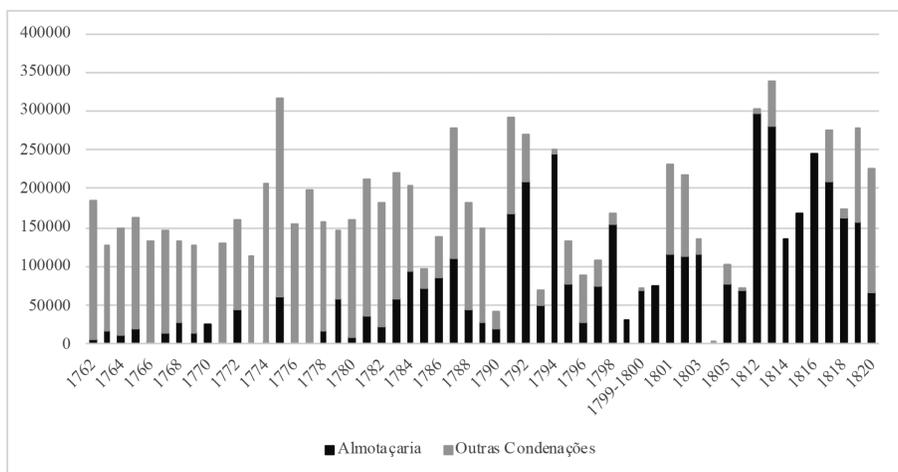
⁷⁹ As fontes não adiantam que infrações foram punidas.

⁸⁰ AHMC, Receitas e Despesas, 1748-1780, fl. 128v.

almotaçaria efetuaram a cobrança das coimas para o concelho. Por exemplo, em 1778 foi administrada pelo homem da vara da almotaçaria. As coimas tinham um valor fixo de 2 tostões, ficando o dito oficial com um, revertendo o outro para o concelho⁸¹. Em 1779 e 1780, os almotacés e restantes oficiais da almotaçaria arrecadaram as condenações, desconhecendo-se se se manteve a prática de pagamento⁸².

Na segunda fase, que se iniciou em 1812, a cobrança da almotaçaria era da responsabilidade dos “zeladores”: homens encarregados pela Câmara da cobrança das coimas, ficando estes com um terço do seu valor pelo seu trabalho⁸³. Com estas alterações, deixamos de identificar a almotaçaria como renda, passando a ser considerada uma condenação, em virtude do seu novo modelo de cobrança⁸⁴.

Gráfico X – Total de condenações arrecadadas pela Câmara Municipal de Coimbra e proporção das condenações de almotaçaria, 1762-1820 (em réis)



Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

⁸¹ AHMC, Arrematações, 1765-1797, fl. 75.

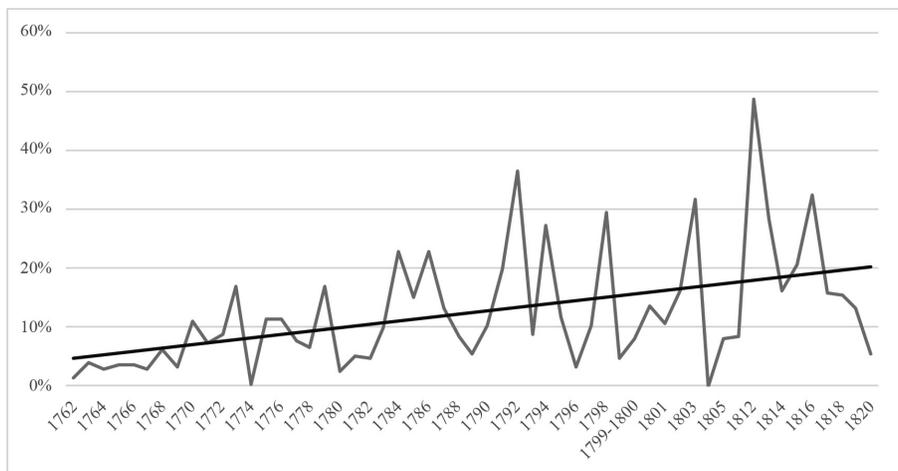
⁸² AHMC, Receitas e Despesas, 1748-1780, fl. 161 e AHMC, Receitas e Despesas, 1780-1802, fl. 10v.

⁸³ AHMC, Receitas e Despesas, 1815-1834, fl. 8, 12, 17, 24, 30, 42, 48, 53. O escrivão designou esta despesa de “pagamento da terça parte da almotaçaria”. As fontes não fornecem mais detalhes sobre os zeladores, não se sabendo quantos estariam a trabalhar em simultâneo.

⁸⁴ Não consideramos a guarda do campo condenação porque, apesar da alteração para administração, mantém a estrutura anterior. É provável que as condenações da guarda do campo, a serem pagas, ficassem para o rendeiro/administrador, lucrando a Câmara com a venda dos frutos. A almotaçaria, por sua vez, foi sempre fruto de coimas.

Deve-se realçar que, com esta alteração, o peso da almotaçaria nas finanças (numa visão de conjunto, enquanto renda e condenação) aumentou no período estudado. Representando pouco mais de 1% em 1762, chegou perto dos 50% de todas as receitas em 1812 – de salientar que, conforme já foi referido, neste período a Câmara lucrava 2/3 das coimas, ficando o restante para os “zeladores”. Por essa razão, alteração para um modelo de arrecadação diferente serviu para recuperar o peso que a almotaçaria tinha nas finanças concelhias, porque não só aumentou o seu valor nominal, como o seu peso relativo na categoria condenações.

Gráfico XI – Evolução da almotaçaria (rendas e condenações) no total de receitas da Câmara Municipal de Coimbra e LTL, 1762-1820



Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

Esta categoria de receita correspondeu a 25% do total, um valor só suplantado em Guimarães (36,21% das rendas próprias municipais)⁸⁵ e em Viseu (28%)⁸⁶. Em Viana do Castelo, as coimas representaram 3,37% das receitas camarárias⁸⁷, em Gouveia 5,55%⁸⁸ e em Vila Nova da Cerveira, representaram 13,8%, entre

⁸⁵ José Viriato Capela, *O Minho e os seus municípios...*, cit., p. 275.

⁸⁶ Sérgio Cunha Soares, “Aspectos da Política Municipal...”, cit., p. 97.

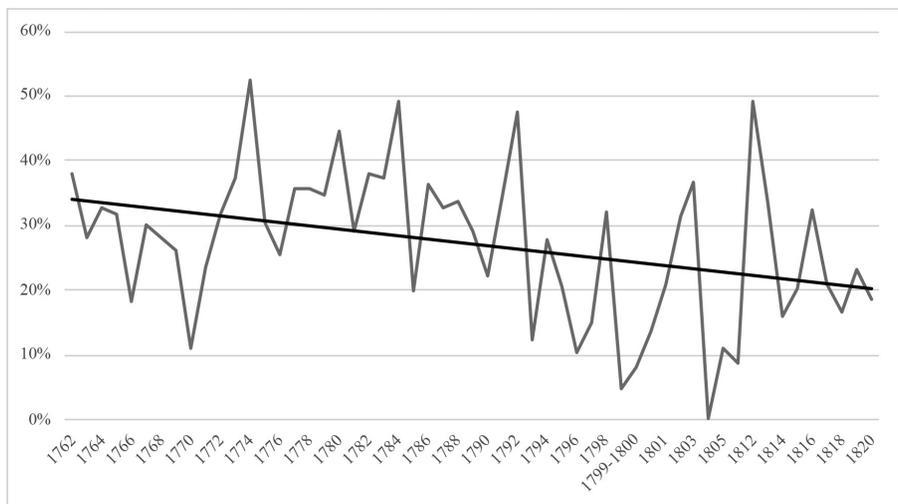
⁸⁷ José Viriato Capela, *O Minho e os seus municípios...*, cit., p. 203.

⁸⁸ Eduardo Mota, *Administração municipal de Gouveia...*, cit., p. 114-120.

1786 e 1794, e 19%, no período de 1795 a 1802⁸⁹. Em Braga, as coimas da almotaçaria oscilaram entre 2 e 20%, entre 1750 e 1820⁹⁰.

Entre 1601 e 1660, a Câmara de Coimbra arrecadou, em média, 2% das suas receitas por intermédio de condenações⁹¹. A diferença para o valor médio do séc. XVIII e XIX (25%) justifica-se, em grande medida, com a inserção da almotaçaria nesta categoria. Mas não é razão única – se não considerarmos a almotaçaria, as condenações representariam 16% das receitas, entre 1762 e 1820, o que significa que, no período cronológico em análise, a Câmara de Coimbra estava mais dependente desta fonte de receita, em comparação com realidade do séc. XVII.

Gráfico XII – Evolução das condenações no total de receitas da Câmara Municipal de Coimbra e LTL, 1762-1820



Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

Apesar de representar 1/4 das receitas entre 1762 e 1820, as condenações viram o seu peso relativo diminuir com o tempo e ficaram mais dependentes do sucesso da cobrança da almotaçaria, a partir do momento em que esta passou a ser cobrada pelo regime de administração.

⁸⁹ José Viriato Capela, *O Minho e os seus municípios...*, cit., p. 217.

⁹⁰ José Viriato Capela, *Fidalgos, nobres e letrados no governo do município bracarense: a administração económica e financeira da Câmara no apogeu e crise do “Antigo Regime”*, Braga, Universidade do Minho, 1999, p. 123.

⁹¹ José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit., p. 131.

2.3. Licenças e conhecenças

No âmbito das suas competências, os municípios deveriam regular o comércio local, bem como a transformação de produtos. A Câmara de Coimbra cobrava licenças, designadas nas fontes por “terrâdegos” ou “terrados”, que correspondiam aos pagamentos realizados pelas “vendedoras da praça”, para praticarem o seu negócio⁹². Começaram a ser arrecadadas em 1775 e custavam 100 réis cada uma, com a duração de um ano⁹³. Em 1796, algumas licenças passaram para 200 réis, enquanto outras se mantiveram nos 100⁹⁴. Na receita de 1821, as licenças tinham o valor de 1 200 ou 4 800 réis cada uma⁹⁵.

Não é possível apresentar a evolução do número das licenças concedidas, mas as fontes permitem apresentar os totais em alguns anos. É provável que o aumento desta receita no séc. XIX seja fruto do aumento do valor das licenças, mas também do número de licenças concedidas.

Tabela II – Licenças concedidas pela Câmara Municipal de Coimbra entre 1778 e 1794

Ano	N.º de licenças
1778	115
1779	166
1780	160
1786	197
1789	195
1794	175

Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

⁹² No séc. XVII, os terrâdegos correspondiam aos direitos que a Câmara auferia sempre que o domínio útil de uma das suas propriedades era vendido, equivalendo a 10% do valor da transação. Podiam ser também designados por laudémios (José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit., p. 126-128). Os terrâdegos declarados pelo escrivão no séc. XVIII correspondem a licenças de venda. Parece-nos que o uso deste termo não é o mais apropriado nesta situação, pelo que decidimos não usar a designação presente nas fontes.

⁹³ AHMC, Receitas e Despesas, 1748-1780, fl. 144.

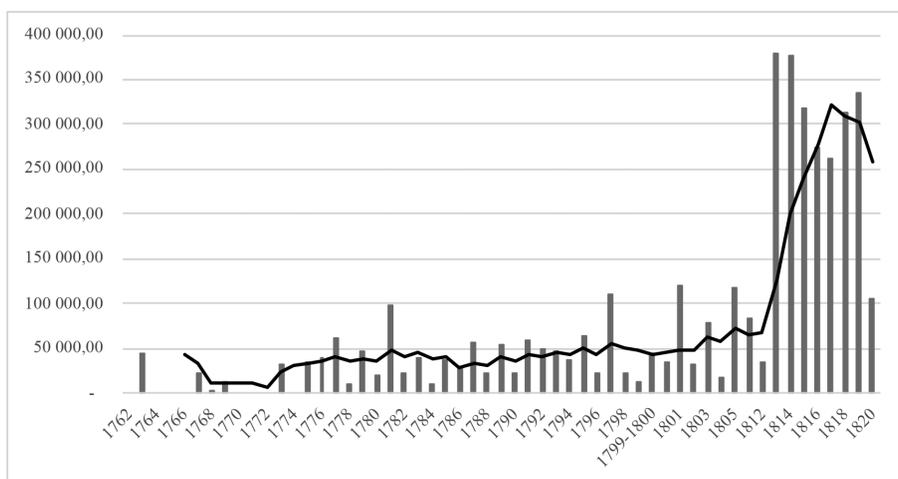
⁹⁴ AHMC, Receitas e Despesas, 1780-1802, fl. 135v.

⁹⁵ AHMC, Receitas e Despesas, 1815-1834, fl. 63v-65v.

Um segundo conjunto de licenças surge-nos entre 1797 e 1801, semelhantes às anteriores, mas específicas para a venda de carne, designadas por “terrâdegos da carne”⁹⁶ e correspondem a 136 308 dos 4 081 081 réis totais da categoria.

As conhecenças eram valores que se pagavam sempre que os oficiais da Câmara fiscalizavam a abertura de um lagar ou de forno de cal, no início de cada ano⁹⁷. Em 1767, a abertura dos lagares custava 510 réis e, em 1775, 750 réis, valor que se mantém até aos inícios do séc. XIX⁹⁸. Somaram 780 790 réis para todo o período. As conhecenças dos fornos de cal foram mais raras, sendo registadas apenas por 3 vezes, valendo, em 1777, 800 réis cada uma⁹⁹, totalizando 7 050 réis.

Gráfico XIII – Evolução do montante de licenças e conhecenças da Câmara Municipal de Coimbra e MMS-5, 1762-1820 (em réis)



Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

As licenças e conhecenças conheceram um grande aumento a partir de 1813. Até 1805, apenas por três vezes ultrapassara os 100 000 réis. A partir de 1813 situou-se sempre acima dos 250 000 réis, exceto em 1820.

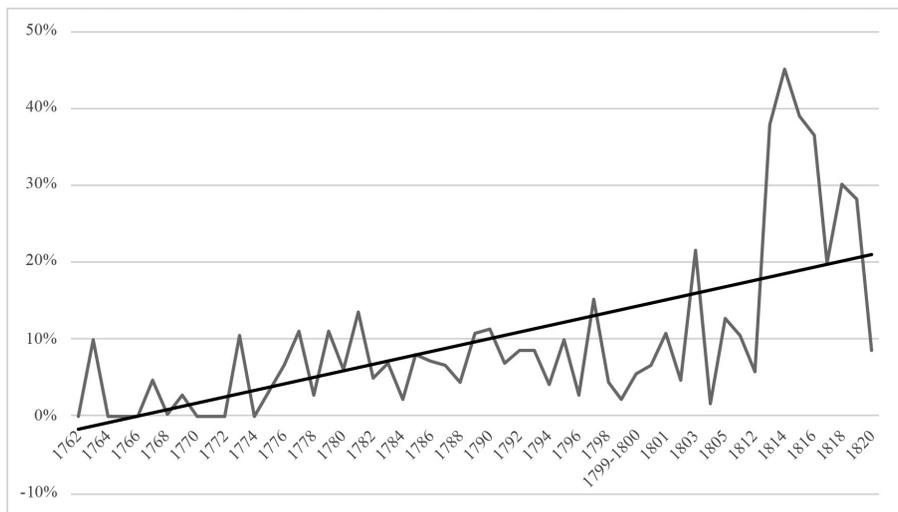
⁹⁶ AHMC, Receitas e Despesas, 1780-1802, fl. 145.

⁹⁷ “(...) das conhecenças que costumão pagar da sua abertura”. AHMC, Receitas e Despesas, 1748-1780, fl. 134v.

⁹⁸ AHMC, Receitas e Despesas, 1748-1780, fl. 93v, 122v.

⁹⁹ AHMC, Receitas e Despesas, 1748-1780, fl. 93v, 135.

Gráfico XIV – Evolução das licenças e conhecenças no total de receitas da Câmara Municipal de Coimbra e LTL, 1762-1820



Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

O valor relativo deste rendimento cresceu bastante, tendo em conta que a tendência nas outras receitas foi de diminuição, servindo assim como compensação para essas perdas.

2.4. Juradias

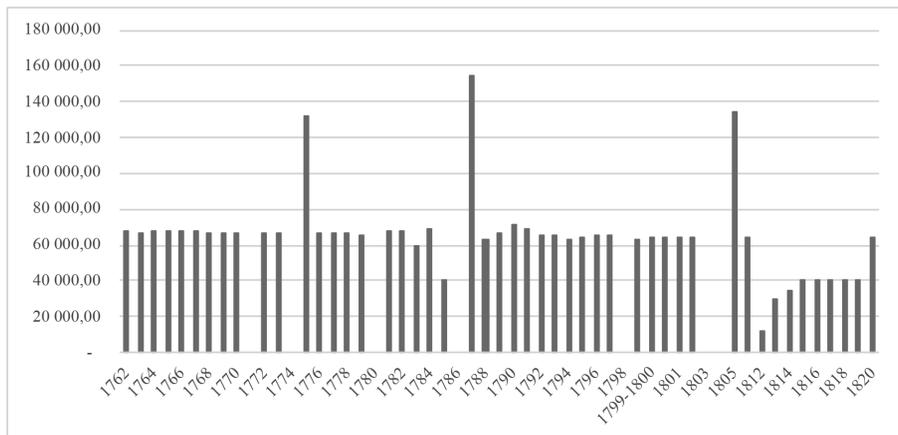
As juradias eram circunscrições territoriais que compunham o termo de Coimbra, podendo possuir cada uma delas vários lugares para além da sua sede¹⁰⁰. Por outro lado, a palavra era utilizada para designar as contribuições de “direito antiguíssimo” que os concelhos do termo pagavam à Câmara de Coimbra sempre que os seus juizes cessantes vinham entregar as pautas de eleição. Os valores a pagar por cada um dos concelhos estavam estabelecidos pelo Regimento de 1740¹⁰¹. A lista mais atualizada, presente nas Pautas do Termo de 1748, indica que Coimbra tinha 105 juradias que, em conjunto, deveriam pagar de contribuição 68 880 réis por ano¹⁰².

¹⁰⁰ António de Oliveira, *A vida económica e...*, cit., p. 65-78 e José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit., p. 41-42, 116-118.

¹⁰¹ AHMC, Tombo, fl. 5.

¹⁰² AHMC, Justiça – Juradias, 1748-1754, fl. 4v-6v.

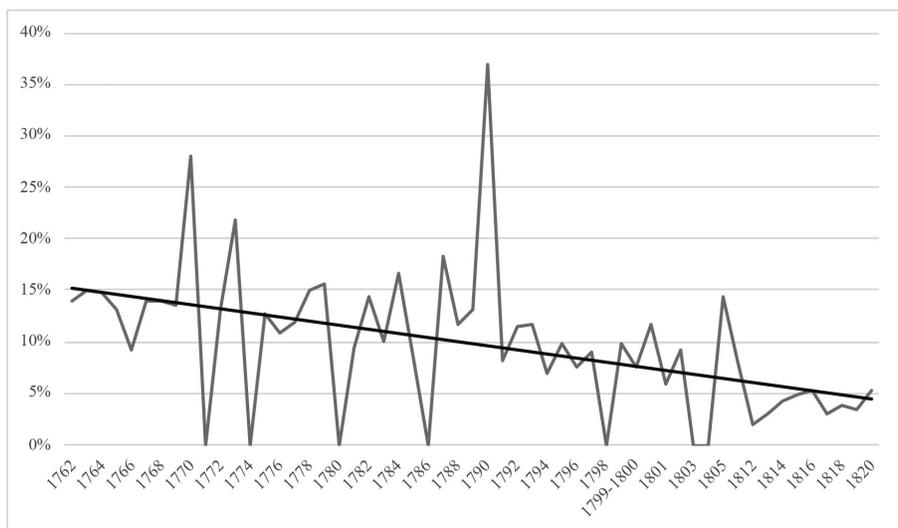
Gráfico XV – Evolução das juradias da Câmara Municipal de Coimbra (em réis), 1762-1820



Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

Se excetuarmos o atraso no pagamento em alguns anos, este rendimento apresenta uma grande estabilidade, que deriva do facto de os valores a pagar estarem estabelecidos pela legislação camarária.

Gráfico XVI – Evolução da percentagem das juradias no total de receitas da Câmara Municipal de Coimbra e LTL, 1762-1820



Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

As juradias eram a segunda maior fonte de rendimento da Câmara de Coimbra no séc. xvii (11,84%), somente ultrapassada pelas rendas, mas nos finais do séc. xviii e inícios do xix, as juradias representavam uma das receitas de menor expressão (9%)¹⁰³. Esta decadência pode-se justificar com algumas dificuldades na cobrança deste direito, devido aos problemas financeiros dos concelhos do termo de Coimbra¹⁰⁴.

2.5. Foros e laudémios

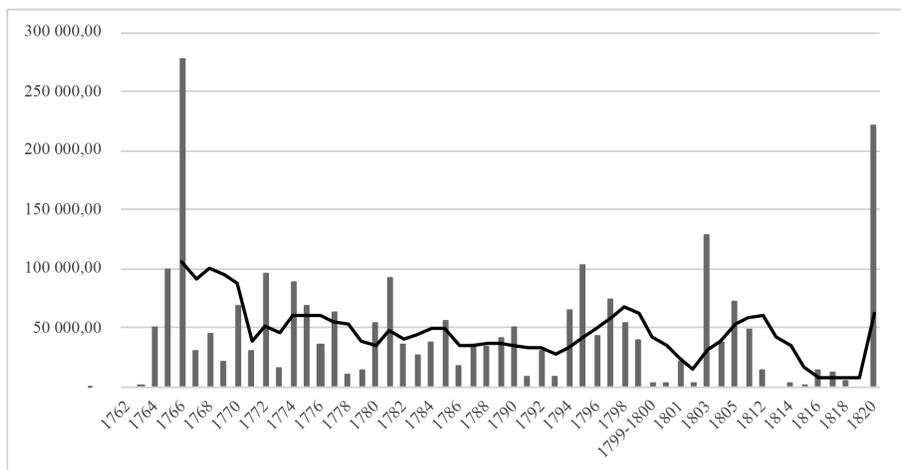
Nesta categoria incluímos os direitos enfitêuticos devidos à Câmara pelos detentores do domínio útil de bens concelhios. Os primeiros englobam o património rústico e urbano aforado pela Câmara, normalmente em regime de vidas. Os registos de foros de 1767-1771 e de 1807 declaram, sensivelmente, o mesmo número de propriedades (cerca de 220 casas, lojas, quintas e outros terrenos)¹⁰⁵. Os laudémios, conforme referido anteriormente, correspondem aos direitos que a Câmara tinha a receber sempre que um foreiro vendia o seu domínio útil, totalizando 656 974 réis, dos 2 504 139 réis totais da categoria, o equivalente a 22,60%.

¹⁰³ Os valores médios de cobrança baixaram de 61 283,47 réis, no séc. xvii, para 52 696,10 réis, no séc. xviii e xix. José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit., p. 116-118.

¹⁰⁴ Entre 1777 e 1820, a falta de gente disponível para o exercício de cargos de governança decorrente da escassez de recursos financeiros levou treze concelhos a pedir a sua união a outros municípios, ou até mesmo à sua extinção. Ana Isabel Sampaio Ribeiro, *Nobrezas e Governança...*, cit., p. 83.

¹⁰⁵ AHMC, Foros, 1767-1771 e AHMC, Foros, 1807.

Gráfico XVII – Evolução dos foros e laudémios da Câmara Municipal de Coimbra e MMS-5, 1762-1820 (em réis)



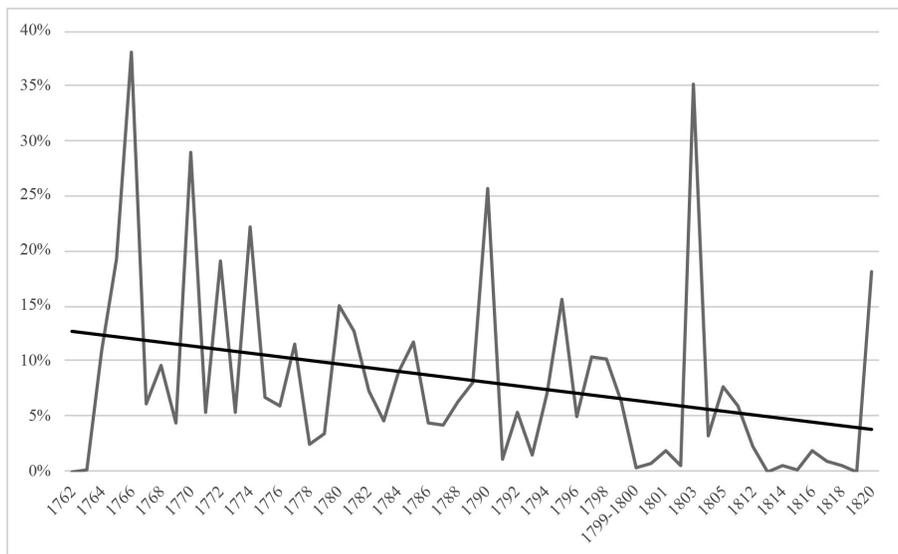
Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

Esta receita não foi muito preponderante nas finanças camarárias, exceto nos anos em que se liquidaram grandes quantidades de foros em dívida, como aconteceu em 1766, data do diploma régio referente à gestão dos bens concelhios (Alvará de 23 de julho)¹⁰⁶. Com o tempo, o valor arrecadado foi diminuindo, o que revela, provavelmente, maiores dificuldades de cobrança por parte da Câmara. Em 1819, o provedor alertou os oficiais que os foros não tinham sido lançados nos últimos anos e que se deviam realizar esforços para que estes não se perdessem¹⁰⁷. No ano de 1820 procedeu-se a uma regularização, arrecadando-se valores em dívida.

¹⁰⁶ *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações, redegida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1763 a 1774*, Lisboa, Na Typographia Maigranse. Anno de 1829, p. 265-267. (<https://books.google.pt/books?id=M19FAAAAcAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>, consultado em 18-06-2020).

¹⁰⁷ AHMC, Receita e Despesa, 1815-1834, 50v, 58v.

Gráfico XVIII – Evolução dos foros e laudémios no total de receitas da Câmara Municipal de Coimbra e LTL, 1762-1820



Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

Ao contrário do que se passava com as suas congêneres do norte do país, tanto o valor bruto como relativo dos foros não aumentou, mesmo após a legislação de 1766 sobre os bens dos concelhos e as leis de 1790/92 que extinguíram as jurisdições senhoriais¹⁰⁸. Os gráficos demonstram que as importâncias arrecadadas diminuem e, como foi referido anteriormente, o número de foros não aumentou. Acreditamos que esta estagnação não se justifica pela falta de necessidade ou vontade da Câmara em adquirir novos rendimentos, mas pelas dificuldades em estabelecer novos aforamentos, tendo em conta que o termo de Coimbra era “disputado” por entidades senhoriais muito influentes, caso da Universidade e do Mosteiro de Santa Cruz¹⁰⁹.

Regra geral, os direitos enfitêuticos não eram muito representativos nas finanças municipais: em Évora, entre 1750 e 1820, os foros corresponderam a 1,2% do total das receitas¹¹⁰; em Braga, os foros e laudémios nunca ultrapassaram os 5% até 1790, mas em 1820 chegaram a 20%, devido à apropriação de terrenos

¹⁰⁸ José Viriato Capela, *O Minho e os seus municípios...*, cit., p. 35-40.

¹⁰⁹ Margarida Sobral Neto, *Terra e Conflito...*, cit., p. 17-36.

¹¹⁰ Teresa Fonseca, *Absolutismo e Municipalismo...*, cit., p. 372.

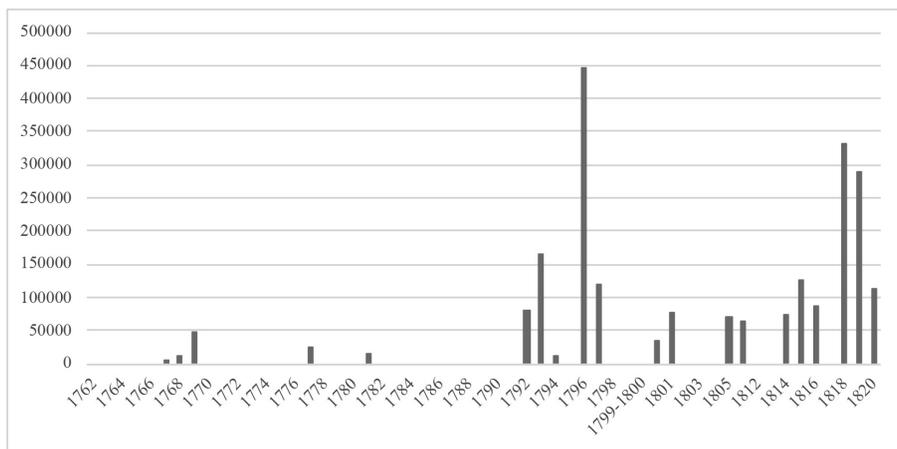
baldios¹¹¹; em Viseu (1770-1777), os foros corresponderam apenas a 2,25% das receitas¹¹². Apenas as Câmaras de Vila Nova de Cerveira (15,3%, no período de 1786 a 1794 e 11,6% entre 1795 e 1802¹¹³) e Guimarães (8% entre 1789 e 1813¹¹⁴) tiveram percentagens superiores a Coimbra (7%).

A diferença em relação à realidade coimbrã do séc. XVII não é muito significativa: os foros e pensões correspondiam a 4,61% do total de receitas e os terrádegos/laudémios a 2,95%, ligeiramente acima dos 7% correspondentes ao período 1762-1820.

2.6. Saldos positivos

Esta categoria incorpora o dinheiro que ficava na posse do tesoureiro, após um ano de saldos positivos, e transitava para a contabilidade no ano seguinte, sendo contabilizado enquanto receita. Tendo em conta o seu elevado peso relativo em alguns anos, optámos por destacar este rendimento numa categoria independente, de maneira a se verificar mais facilmente a sua evolução.

Gráfico XIX – Evolução dos saldos positivos da Câmara Municipal de Coimbra, 1762-1820 (em réis)



Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

¹¹¹ José Viriato Capela, *Fidalgos, nobres e letrados...*, cit., p. 123.

¹¹² Sérgio Cunha Soares, “Aspectos da Política Municipal...”, cit., p. 97.

¹¹³ José Viriato Capela, *O Minho e os seus municípios...*, cit., p. 217.

¹¹⁴ José Viriato Capela, *O Minho e os seus municípios...*, cit., p. 272.

O gráfico demonstra que os lucros lançados como receita foram mais frequentes no final da cronologia em análise, porque acompanham a evolução dos saldos (v. Gráfico XXIII)¹¹⁵. A importância da transição dos lucros para o período contábil seguinte aumentou na viragem do século, o que também ajuda a explicar a perda de representatividade de algumas das maiores receitas no mesmo período. Por exemplo, em 1818, esta categoria foi a mais significativa, equivalendo a 31,66% das receitas, enquanto entre 1762 e 1820 representou 6% do total. Na Câmara Municipal de Évora, entre 1750 e 1820, a transferência dos saldos positivos para os anos seguintes correspondeu a 4,2% da receita total – a média da década de 1760-1769 apresentou o valor mais elevado, 10,7%¹¹⁶.

2.7. Outros rendimentos e receitas não identificadas

Nesta categoria constam os rendimentos menores, como a venda de materiais que sobravam de obras, o aluguer de espaços da Câmara e as receitas que não se enquadram nas categorias anteriores. Nestas últimas consta o manifesto da carne de porco, que consistia no registo de animais que se abatiam na cidade e sobre os quais incidia uma contribuição, tendo sido cobrado apenas entre 1798 e 1806¹¹⁷, totalizando 1 209 120 réis. Noutra caso, temos o pagamento à Câmara da “décima dos ordenados” por parte dos seus oficiais, valor esse que seria depois enviado para a Coroa. Isto significa que a cada registo de entrada deste dinheiro corresponde uma despesa de igual valor. O provedor ordenou que o tesoureiro indicasse a décima que pagou dos salários, mas que não a lançasse em receita, porque não se tratava de um rendimento¹¹⁸. Por essa razão, a décima dos ordenados foi declarada apenas nos anos de 1774 e 1775, passando posteriormente a ser descontada aquando do pagamento dos salários dos oficiais¹¹⁹. Ao todo, as décimas arrecadadas correspondem a 58 420 réis.

¹¹⁵ Deve-se levar em conta que os lucros lançados em receita podem não coincidir com os saldos finais das contas. Isto porque o registo de um lucro pode incluir valores de vários anos em atraso. Noutras situações, os lucros foram usados para abater as dívidas aos tesoureiros, não entrando assim no registo da receita, como ocorre, por exemplo, em 1802 (AHMC, Receita e Despesa, 1800-1812, fl. 32).

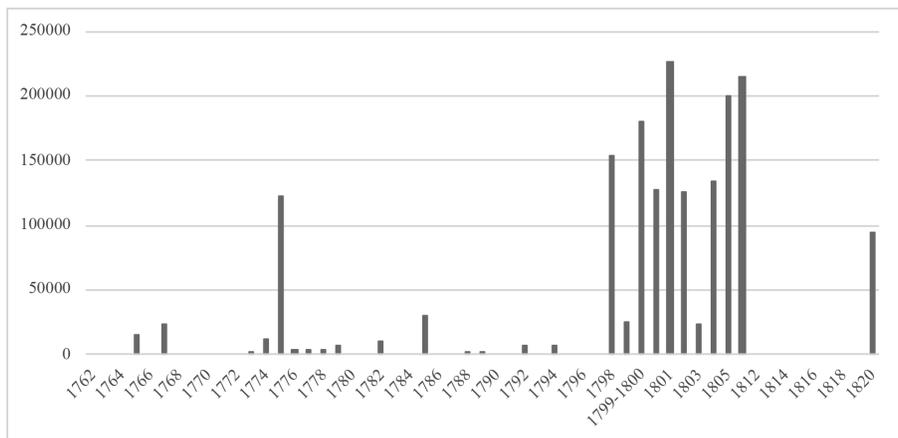
¹¹⁶ Teresa Fonseca, *Absolutismo e Municipalismo...*, cit., p. 372.

¹¹⁷ AHMC, Receita e Despesa, 1800-1812, fl. 214v.

¹¹⁸ AHMC, Receita e Despesa, 1748-1780, fl. 126.

¹¹⁹ AHMC, Receita e Despesa, 1748-1780, fl. 115-123.

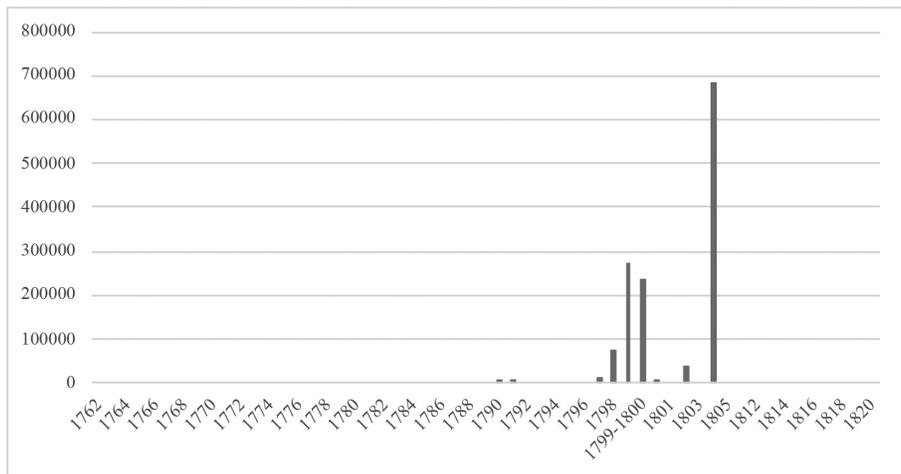
Gráfico XX – Evolução dos “outros rendimentos”
da Câmara Municipal de Coimbra, 1762-1820 (em réis)



Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

Esta categoria teve maior impacto nas finanças camarárias entre 1798 e 1806, que corresponde ao período em que o manifesto da carne de porco esteve em vigor. Nos restantes anos o seu peso foi residual, exceção feita a 1775, aquando do lançamento das décimas dos ordenados na receita.

Gráfico XXI – Evolução dos rendimentos “não identificados” da Câmara Municipal de Coimbra, 1762-1820 (em réis)



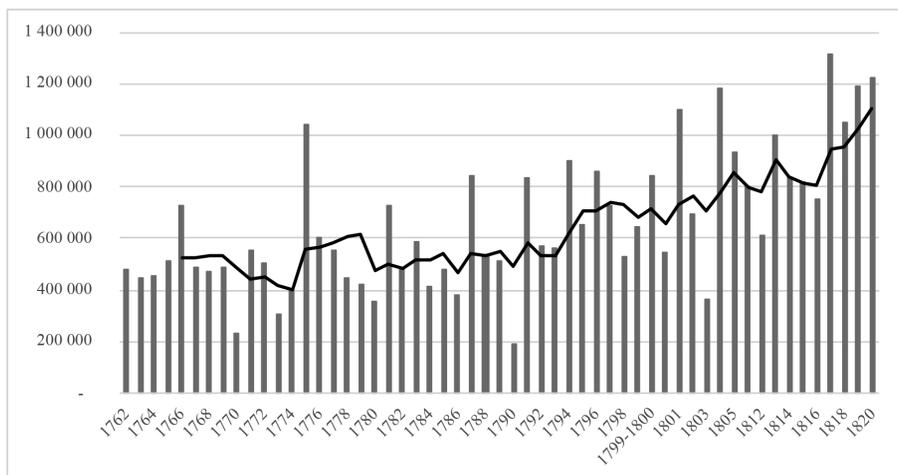
Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

As despesas não identificadas incidiram sensivelmente no mesmo período. Visto albergarem rubricas de outras categorias, têm o efeito negativo de desvirtuar o peso das mesmas nas finanças.

3. Evolução da receita

Conforme referido, a irregularidade na duração dos períodos contábeis, assim como o assentamento/pagamento atrasado de algumas receitas, impede-nos de apresentar uma evolução rigorosa dos rendimentos municipais.

Gráfico XXII – Evolução da receita da Câmara Municipal de Coimbra e MMS-5, 1762-1820 (em réis)



Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

Entre 1762 e 1820 as receitas (nominais) cresceram 153,77%, a um ritmo de 1,71% ao ano¹²⁰. A MMS-5 demonstra que a partir da década de 90 o crescimento das receitas acelerou. Analisando os dados por década, constatamos que os valores médios de receita aumentaram em todos os períodos, exceto na década de 80, que conheceu uma diminuição de 0,25%. É precisamente na década de 90 que se dá o maior crescimento, conhecendo depois abrandamentos nas décadas seguintes, mas ainda assim com grandes taxas de crescimento.

Tabela III – Receita média e taxa de crescimento por década

Período	Receita média (em réis)	Crescimento (%)
1762-1770	478.164,11	
1771-1780	517.724,70	8,27%
1781-1790	516.450,90	-0,25%
1791-1800	696.915,82	34,94%
1801-1806	847.174,33	21,56%
1812-1820	978.325,44	15,48%

Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

¹²⁰ Entre os anos de 1601 e 1660, as receitas cresceram apenas 18,81%, a uma taxa anual de 0,31%. Cf. José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit., p. 229.

Analisando o crescimento médio anual para cada década, constatamos que entre 1762 e 1770 o crescimento foi negativo. Nos períodos seguintes o crescimento foi sempre positivo, em particular no período de viragem do século (1791-1806). Todos estes dados confirmam a década de 90 como momento de inversão na tendência de crescimento das finanças concelhias¹²¹.

Tabela IV – Taxa de crescimento médio anual por década

Período	Crescimento médio anual (%)
1762-1770	-4,51%
1771-1780	18,89%
1781-1790	7,72%
1791-1800	31,01%
1801-1806	33,81%
1812-1820	9,27%

Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

Na Câmara Municipal de Alter do Chão ocorreu um crescimento na receita semelhante, na década de 90¹²². Contudo, este crescimento não corresponde a um fenómeno nacional. A título de exemplo, as receitas da Câmara de Évora conheceram uma retração de 3,32% na década de 90, enquanto os períodos de maior crescimento correspondem às décadas de 80 e a primeira década do séc. XIX, com 38,97% e 31,97%, respetivamente¹²³. Em Braga, os períodos de maior crescimento das receitas ocorrem entre 1775 e 1790, com uma variação média anual de 5,79%, e entre 1812 e 1820, com uma variação média anual

¹²¹ Esta década constitui também um momento de viragem na sociologia da composição das vereações e da lógica da detenção do poder dentro da Câmara Municipal (Cf. Ana Isabel Sampaio Ribeiro, *Nobrezas e Governança...*, cit., p. 341-342). Contudo, acreditamos que não há razões concretas para associarmos estas alterações às mudanças ocorridas na administração financeira camarária nos finais do séc. XVIII. O processo de renovação nas vereações ocorre, essencialmente, nos finais da década de 90 e inícios do séc. XIX, enquanto as transformações administrativas da Câmara iniciaram-se anteriormente: conforme referido, a almotaçaria começou a ser administrada nos finais da década de 70, a guarda do campo foi administrada, pela primeira vez, em 1775 e a renda do repeso passou a administração na década de 80. É provável que o crescimento nas receitas na década de 90 resulte das alterações realizadas na cobrança que ocorreram nos anos anteriores.

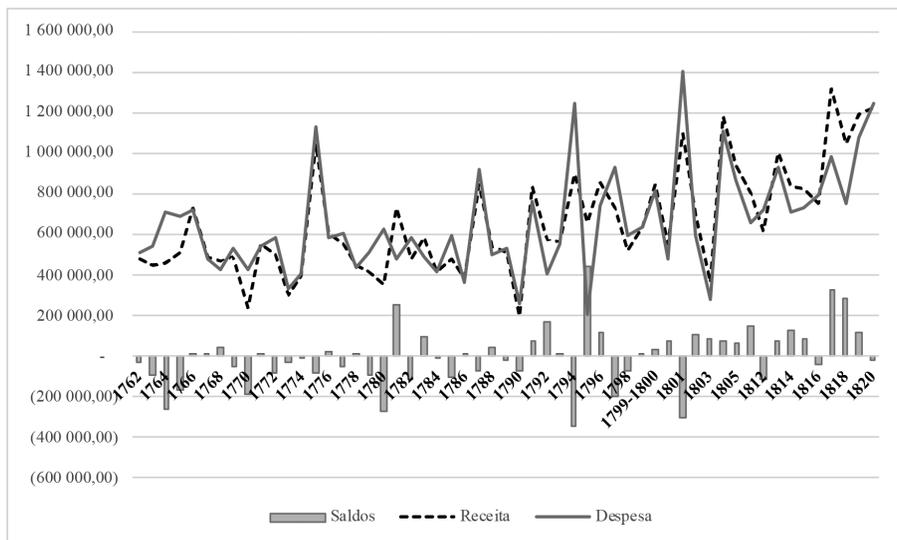
¹²² Teresa Casquilho Ribeiro, *O município de Alter do Chão nos finais do séc. XVIII*, Coimbra, Palimage, 1998, p. 106-107.

¹²³ Teresa Fonseca, *Absolutismo e Municipalismo...*, cit., p. 357.

de 8,40%. Entre 1790 e 1812, as receitas diminuíram a um ritmo de 2,64% ao ano¹²⁴. Em Guimarães, a taxa de crescimento médio anual, na década de 90, correspondeu a 0,40%, enquanto na década seguinte chegou aos 8,89%¹²⁵. Em suma, as variações das receitas municipais seguiram tendências próprias, provavelmente influenciadas pelas conjunturas locais.

A Câmara apresentou prejuízo em 47% dos períodos contábeis, a maioria dos quais ocorreram no período anterior a 1800. Em Évora (1750-1820) os saldos negativos ocorreram em 43 anos, o que corresponde a 60,5% do total¹²⁶; em Guimarães, correspondem a 65% dos períodos contábeis, entre 1789 e 1813¹²⁷; e em Alter do Chão registaram-se saldos negativos em apenas 17,4% dos casos¹²⁸. As já referidas alterações efetuadas à forma de cobrança de algumas rendas (para administração), o aumento do número de licenças vendidas e o surgimento de rendimentos novos no final da cronologia, revela que o senado teve a preocupação de elevar as receitas, o que permitiu um aumento das despesas no mesmo período.

Gráfico XXIII – Evolução da receita, despesa e saldos da Câmara Municipal de Coimbra, 1762-1820 (em réis)



Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

¹²⁴ José Viriato Capela, *Fidalgos, nobres e letrados...*, cit., p. 120.

¹²⁵ José Viriato Capela, *O Minho e os seus municípios...*, cit., p. 262.

¹²⁶ Teresa Fonseca, *Absolutismo e Municipalismo...*, cit., p. 358.

¹²⁷ José Viriato Capela, *O Minho e os seus municípios...*, cit., p. 293.

¹²⁸ Teresa Casquilho Ribeiro, *O município de Alter do Chão...*, cit., p. 106.

O valor médio das receitas, entre 1762 e 1820, foi de 658 169 réis. Trata-se de um montante bastante baixo, tendo em conta os valores médios de outras câmaras para o mesmo período: em Évora, entre 1760 e 1820, a média da receita líquida foi de 1 707 655 réis¹²⁹; no Porto, os bens do concelho representaram 2 433 186 réis, entre 1762 e 1777¹³⁰; em Viseu, a Câmara Municipal obteve, entre 1770 e 1777, uma receita média de 1 054 098 réis¹³¹; entre 1762 e 1770, a Câmara de Viana do Castelo apresentou uma receita própria municipal média de 1 617 929 réis¹³², enquanto em Guimarães, entre 1789 e 1813, a média dos rendimentos terçáveis (próprios do concelho) foi de 787 132 réis¹³³. Por sua vez, a receita média da Câmara Municipal de Alter de Chão, entre 1775 e 1797, foi de 911 312 réis¹³⁴. As câmaras de menor dimensão apresentaram valores mais modestos. A Câmara de Gouveia teve, em média, 220 811,45 réis de receita, entre 1780 e 1799¹³⁵, Penafiel, entre 1784 e 1820, tinha uma média inferior a 300 000 réis por ano¹³⁶ e nas Caldas da Rainha a média foi inferior a 100 000 réis, entre 1760 e 1820¹³⁷.

Observando o Gráfico XXIII, constatamos que a evolução da receita é acompanhada pela despesa, o que indicia que, regra geral, os gastos eram realizados mediante a disponibilidade de capital. Contudo, isto não impediu os saldos negativos e, conseqüentemente, os empréstimos junto do tesoureiro, que assumia os prejuízos. Não nos podemos esquecer, conforme referido anteriormente, que o principal fator de oscilação das receitas era o atraso no lançamento das rubricas. Este fator pode ter sido determinante, no sentido em que um atraso na cobrança de algumas receitas poderia retardar o pagamento das despesas.

¹²⁹ Teresa Fonseca, *Absolutismo e Municipalismo...*, cit., p. 357.

¹³⁰ Patrícia Costa, *Finanças e Poder na Cidade do Porto...*, cit., p. 402-403.

¹³¹ Sérgio Cunha Soares, “Aspectos da Política Municipal...”, cit., p. 97.

¹³² José Viriato Capela, *O Minho e os seus municípios...*, cit., p. 202.

¹³³ José Viriato Capela, *O Minho e os seus municípios...*, cit., p. 262.

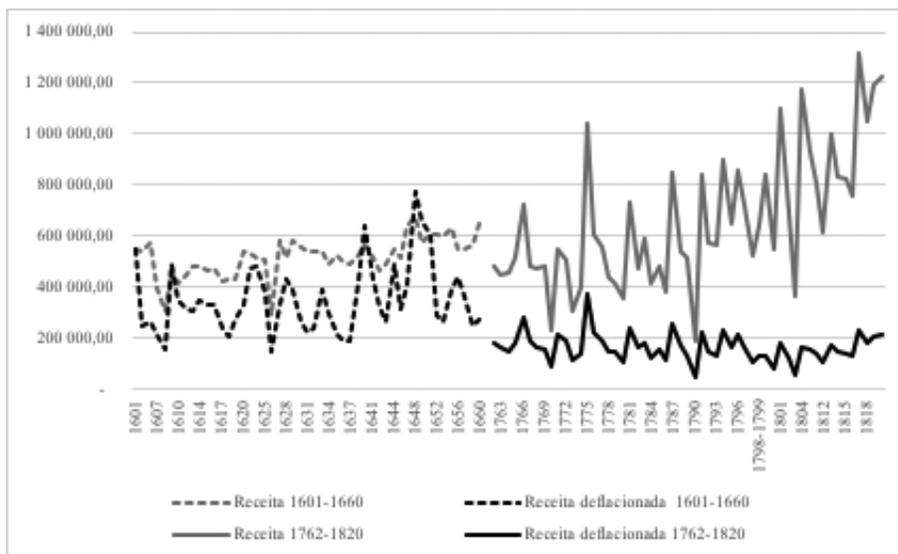
¹³⁴ Teresa Casquilho Ribeiro, *O município de Alter do Chão...*, cit., p. 105.

¹³⁵ Eduardo Mota, *Administração municipal de Gouveia...*, cit., p. 129.

¹³⁶ José Luís Barbosa, “As receitas e despesas...”, cit., p. 205-206.

¹³⁷ Luís Nuno Rodrigues, “Um século de finanças...”, cit., p. 67.

Gráfico XXIV – Evolução da receita deflacionada da Câmara Municipal de Coimbra, 1601-1660 e 1762-1820 (em réis)



Fontes: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820, José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit. e Nuno Valério, “Um indicador da evolução dos preços...”, cit., p. 1-17.

Uma comparação com as receitas da Câmara no séc. xviii demonstra que nos inícios da década de 60 do século xviii, os rendimentos eram inferiores aos arrecadados cem anos antes. Para o final da cronologia em análise, os rendimentos são bastante superiores e as receitas de 1820 correspondem ao dobro das receitas de 1660. Contudo, verificando os valores deflacionados ao ano de 1601¹³⁸, verificamos que a realidade era outra. As receitas diminuíram em relação ao século anterior, atingindo em 1790 e 1803 os valores mais baixos da série, o que se justifica pela subida generalizada dos preços na segunda metade do séc. xviii e inícios do xix, em particular dos cereais¹³⁹.

¹³⁸ Fórmula da deflação – exemplo de 1601: $\text{receita_deflacionada} = (\text{receita_1601} / \text{indice_preços_1601}) * 100$. Para efeitos de deflação foram usados os índices de Nuno Valério, “Um indicador da evolução dos preços em Portugal nos séculos 16 a 19”, *Gabinete de História Económica e Social, Documento de Trabalho/ Working Paper nº 4*, 1997, p. 1-17. A série do autor termina em 1810, pelo que mantivemos o valor desse ano para a restante cronologia, até 1820. O ano de 1810 foi de alta de preços, em particular para os cereais. Os anos seguintes foram de diminuição e, por essa razão, é provável que o gráfico demonstrasse, entre 1812 e 1820, uma subida da receita deflacionada.

¹³⁹ Vitorino Magalhães Godinho, *Prix et monnaies au Portugal 1750-1850*, Paris, Librairie Armand Colin, 1955.

Conclusão

As finanças da Câmara Municipal de Coimbra foram marcadas neste período (que se pode alargar até ao séc. xvii) por várias continuidades e ruturas. As rendas eram a receita mais importante, mas foram perdendo preponderância ao longo do tempo. São rendimentos com grande diversidade, mas que incidiam, essencialmente, em coimas e tributos cobrados sobre a atividade comercial e agrícola. Com o tempo, algumas rendas deixaram de ser arrematadas para serem administradas pela Câmara, em virtude da falta de concorrência. Esta foi a forma encontrada pelo concelho para recuperar os seus rendimentos, em particular o direito de almotaçaria. Ainda assim, o peso das rendas na Câmara de Coimbra era diminuto, em comparação com as suas congêneres e, especialmente, com a situação vivida pela Câmara no séc. xvii. A estagnação do valor bruto das rendas e a diminuição do seu peso relativo nas receitas justifica-se com o desaparecimento da almotaçaria enquanto renda, com a desvalorização da medidagem de Condeixa e estagnação da guarda do campo. A perda só não foi superior porque as rendas das balanças e repeso valorizaram-se na viragem para o séc. xix e, nos últimos anos, surgem as rendas do aferidor e medidas de pau e barro. Apesar da Câmara viver de receitas geradas no seu próprio território, as formas de cobrança absorviam uma parte dos seus proventos.

As condenações viram a sua importância aumentar durante o período em análise – no séc. xvii correspondiam apenas a 2% dos rendimentos, passando para 25% no séc. seguinte, beneficiando da inclusão da almotaçaria nesta categoria. Relativamente às outras câmaras, a diferença também é significativa. As condenações não eram uma receita extraordinária, ou de recurso, mas sim uma fonte de rendimento importante que a Câmara procurou manter, apesar de, com o tempo, também perder preponderância para outras receitas.

As licenças e conhecenças, em particular a venda dos lugares das “vendeiras” tornaram-se na fonte de receita mais importante do concelho a partir de 1813. Foram rendimentos importantes na conjuntura particularmente difícil do pós-Invasões Francesas, que a Câmara utilizou para equilibrar as contas e conseguir saldos mais positivos.

As juradias, os foros e os laudémios são os rendimentos que melhor simbolizam as continuidades. As primeiras continuaram a apresentar a mesma estrutura e forma de cobrança, contudo, o seu peso no séc. xviii era já inferior, comparativamente ao séc. xvii. Os foros e laudémios foram outro rendimento que estagnou na cronologia em análise, apesar do seu peso relativo nas finanças ser semelhante ao séc. xvii. Os montantes destes direitos estavam estabelecidos

previamente e raramente eram atualizados: os foros eram estabelecidos pelos contratos de aforamento em vidas, enquanto as juradias estavam definidas pelo Regimento de 1740. Isto levou a que os valores totais destas categorias se mantivessem estáveis, enquanto outras categorias aumentaram o seu valor, o que justifica a perda da importância destes rendimentos.

Em suma, durante a cronologia estudada assistiu-se a uma “redistribuição” do peso das diferentes receitas da Câmara, em contraste com o séc. xvii, em que as rendas, em particular a almotaçaria, detinham uma importância muito grande nas finanças camarárias.

As receitas da Câmara na década de 60 do séc. xviii eram inferiores aos valores registados cem anos antes. Mas o crescimento das receitas na longa duração permitiu um aumento dos lucros, principalmente no séc. xix. A “aceleração” dá-se na década de 90 do séc. xviii, motivada pela alteração na forma de cobrança da guarda do campo e almotaçaria (para a administração), pelo aparecimento da renda das balanças, dos manifestos da carne de porco e, mais tarde, das licenças e conhecenças. O impacto das Invasões Francesas nas receitas é impossível de ser apurado, visto não existirem livros de receita e despesa entre 1807 e 1811.

Deflacionando-se as receitas aos valores do séc. xvii, depreende-se que a situação financeira era mais precária no séc. xviii e xix, em virtude da forte subida dos preços verificada nesse período. Em comparação com outras câmaras de cidades portuguesas importantes, constatamos que a média da receita própria da câmara coimbrã foi muito inferior à das suas congêneres, cerca de metade de Évora e $\frac{1}{4}$ do Porto, por exemplo, suplantando apenas os valores dos concelhos de menor dimensão.

Apesar do crescimento dos rendimentos a partir da década de 90, consideramos que as receitas tiveram impacto no funcionamento administrativo, que só é possível de gerir graças às alterações à arrecadação (sendo a implementação da administração um indicador dessa dificuldade), assim como com a criação de novas rendas. Observando os dados apresentados sobre as despesas e saldos, concluímos que o senado teve grandes dificuldades na gestão das finanças camarárias, em virtude dos poucos rendimentos de que dispunha, necessitando de se adaptar durante a difícil conjuntura na mudança de século, o que foi agravado pelo facto de não usufruir dos sobejos das sisas.

Concluímos com a convicção de que este trabalho constitui um contributo para o debate sobre finanças concelhias na Época Moderna e, de forma particular, para o conhecimento da estrutura e da dinâmica dos rendimentos da Câmara Municipal de Coimbra, entre o Pombalismo e a Revolução Liberal.

(Página deixada propositadamente em branco)

A construção do crime na imprensa (Lisboa, 1892)

The construction of crime in the press (Lisbon, 1892)

MARIA JOÃO VAZ

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, CIES

maria.vaz@iscte-iul.pt

<https://orcid.org/0000-0002-0003-920X>

Texto recebido em / Text submitted on: 16/12/2019

Texto aprovado em / Text approved on: 13/01/2020

Abstract

This article analyzes how crime is represented in the Lisbon press in the late nineteenth century. In a period of affirmation of the modern written press, in which newspapers are important sources of information and knowledge for a considerable part of the population, the news about crime had a constant and prominent place in the daily newspaper with the largest circulation in the city of Lisbon, the *Diário de Notícias*. Based on an exhaustive survey of the news on crime published in this newspaper throughout 1892, the aim here is to define the contours of the construction and representation of crime and offenders by this newspaper. The treatment given to the cases of crime that are reported, what was said and what was omitted, the comments and considerations that were developed around the cases reported, were elements that influenced the vast community of readers of this newspaper, collaborating to define their perceptions of where the danger of assaults to security, order and general tranquility came from.

Keywords: Crime; Press; Lisbon; *Diário de Notícias*.

Resumo

Este artigo analisa a forma como o crime foi representado na imprensa lisboeta no final do século XIX. Num período de afirmação da moderna imprensa escrita, em que os jornais eram importantes fontes de informação e de conhecimento para uma parte considerável da população, o noticiário sobre o crime passou a ter um lugar constante e de destaque nos jornais, em particular no quotidiano de Lisboa com maior tiragem, o *Diário de Notícias*. Partindo do levantamento exaustivo das notícias referentes à criminalidade publicadas neste jornal ao longo do ano de 1892, procura-se aqui definir os contornos da construção e representação do crime e dos infratores neste jornal. O tratamento dispensado aos casos de crime que noticiou, o que se disse e o que se omitiu, os comentários e considerações que foram desenvolvidos à volta dos acontecimentos noticiados, foram elementos que influenciaram a vasta comunidade de leitores deste jornal, colaborando para a definição das suas perceções sobre de onde vinha o perigo de atentados à segurança, ordem e tranquilidade gerais.

Palavras-chave: Criminalidade; Imprensa; Lisboa; “Diário de Notícias”.

A criminalidade é atualmente um sólido e significativo domínio de investigação no âmbito da história social. Para os séculos XIX e XX, as análises multiplicaram-se a partir da década de 1970, refletindo sobretudo sobre a tipologia e a dimensão do crime, bem como sobre as pessoas e os grupos envolvidos na sua prática, interpretando-o como uma consequência dos movimentos de industrialização e urbanização que se afirmaram desde o início do século XIX. Rapidamente se diversificaram as perspetivas de análise e emergiram novas questões de pesquisa que atualmente contemplam âmbitos variados, que vão desde o estudo da legitimidade das estruturas criminais às representações do crime, das expectativas públicas sobre a justiça criminal às formas e estratégias implementadas para se assegurar a manutenção da ordem¹. Da mesma forma, os historiadores têm alargado o conjunto de fontes utilizadas para o estudo da criminalidade. Partindo das estatísticas relativas à prática do crime, da documentação judicial e policial, outras fontes foram e continuam a ser privilegiadas, entre elas a literatura, o cinema e a imprensa². O alargamento das fontes contempladas para o estudo da criminalidade e o diálogo com outras áreas disciplinares têm permitido, igualmente, analisar novas problemáticas e enriquecer este campo da história social.

A criminalidade despertou grande atenção por parte da sociedade portuguesa do final do século XIX. É verdade que em Portugal o interesse pelo crime não atingiu o carácter de quase obsessão que alguns autores referem para outras realidades sociais, como é o caso da França, que levou D. Kalifa a afirmar que o século XIX foi obcecado pelo crime³. Mas foi questão que manteve atualidade e importância, para a qual convergiu a atenção do poder, foi tema de reflexão geral, objeto de ensaios e de obras literárias e preenchia longos espaços nas páginas dos jornais.

Géneros literários, então denominados como “romances policiais” e “romances judiciais” tinham grande divulgação e numerosos leitores. Veja-se

¹ Ver: Paul Knepper, *Writing the History of Crime*, London, Bloomsbury, 2016.

² Ver a obra de Dominique Kalifa, *L'encre et le sang. Récits de crime et société à la Belle Époque*, Paris, Fayard, 1995. Mais recentemente, entre outros, ver: Peter King, “Making Crime News: newspapers, violent crime and the selective reporting of Old Bailey Trials in the Eighteenth Century”, *Crime, Histoire & Société / Crime, History & Societies*, vol. 13, n.º 1 (2009), p. 91-116; Judith Rowbotham, Kim Stevenson and Samantha Pegg, *Crime News in Modern Britain Press Reporting and Responsibility, 1820-2010*, London, Palgrave Macmillan, 2013; Andrew Welsh, Thomas Fleming and Kenneth Dowler, “Constructing crime and justice on film: meaning and message in cinema”, *Contemporary Justice Review*, Vol. 14, n.º 4 (December 2011), p. 457-476.

³ Dominique Kalifa, *Crime et culture au XIX^{ème} siècle*, Paris, Perrin, 2005, p. 9.

a popularidade conseguida por romancistas como Balzac e Hugo, em França, Dickens, em Inglaterra, e Camilo Castelo Branco, em Portugal, com romances repletos de ocorrências criminais. O romance *Mistérios de Paris*, de Eugène Sue, inicialmente publicado ao longo de vários números no *Journal des Débats*, levou a um forte aumento das vendas do jornal e significativo lucro para os seus proprietários. Se na literatura a criminalidade é um dos temas focados, os jornais estavam repletos de notícias e crónicas que tinham como tema o crime, a atuação policial e a justiça penal. É evidente a existência de uma apetência geral pelos relatos de crimes. Hoje, como ontem, o noticiário sobre a criminalidade desperta uma grande curiosidade, permitindo aumentar as vendas e fazer subir as audiências.

Nos nossos dias, como afirma David Garland, os meios de comunicação social passam diariamente imagens de crimes, a sua repressão e penalização, institucionalizando uma experiência coletiva do crime baseada em representações, mais do que em cuidadosas informações sobre o crime⁴. Numa escala inferior e com impacto certamente muito menor, também os meios de comunicação em final de Oitocentos contribuíram para a definição das perceções sociais sobre o crime. Assim, este artigo analisa a forma como a criminalidade foi construída e divulgada pela imprensa portuguesa no final do século XIX, os procedimentos de identificação e classificação do crime e do transgressor, a partir das notícias sobre o crime publicadas no *Diário de Notícias*, jornal da grande circulação, editado na capital, que se afirmava como defensor do jornalismo de informação em detrimento de um jornalismo de opinião. A análise é centrada no ano de 1892, uma escolha que resulta, simultaneamente, de ser possível para este ano consultar a coleção completa do jornal e estarem disponíveis as estatísticas sobre a criminalidade realizadas pela Polícia Civil de Lisboa, permitindo o cruzamento de informações e um aprofundamento da análise. A metodologia assentou na recolha exaustiva de todas as notícias relativas ao crime publicadas durante 1892, considerando o tipo do crime, a descrição dos seus autores e das vítimas. Para uma interpretação dos dados aqui recolhidos, eles são pontualmente relacionados com os dados publicados nas estatísticas coligidas pela Polícia Civil de Lisboa, bem como com informação recolhida em outros jornais e periódicos, tanto de carácter generalista, como os que contemplam abordagens mais sectoriais, na área da criminalidade e da justiça penal.

⁴ David Garland, *The Culture of Control. Crime and Social Order in Contemporary Society*, Oxford, Oxford University Press, 2001.

Imprensa e divulgação do crime

A imprensa é um importante meio para a formação da opinião pública e para a perceção que a população constrói sobre os diferentes factos e questões sociais. As informações, passatempos e outros elementos veiculados pelos jornais permitem a concretização de uma ligação social extensível à comunidade de leitores. A imprensa, sobretudo a imprensa de massas, é igualmente uma forma de poder, pois informar é também influenciar⁵. Por outro lado, a imprensa é também um importante mecanismo de controlo social, uma vez que, por detrás de toda a retórica expressa, defende-se a implementação de determinados projetos sociais e particulares formas de disciplina social. Um objetivo para o qual colaboram os relatos publicados sobre a criminalidade, que funcionam como exemplos sobre qual deve ser o comportamento a adotar, bem como as penalidades a que se sujeitam quem cai em transgressão. O manancial informativo que a imprensa representa é considerável. Como afirmava Raul Brandão no início do século xx: “Leiam um jornal. Um jornal condensa todo o drama. Pelo jornal reconstituir-se-á mais tarde a nossa época inteira”⁶.

Existia em Portugal, e em particular em Lisboa, um grande número de periódicos. Contas aproximadas foram feitas por Brito Aranha, em 1900, e refere que no ano anterior, em 1899, existiriam em Lisboa 188 periódicos, sobre os 583 publicados em todo o país. Muitos, contudo, eram de curta duração. Nos primeiros seis meses de 1891 terão surgido 86 novos títulos que na sua maioria não sobreviveram até ao ano seguinte⁷. Em Lisboa e no Porto concentravam-se 42% de todas as publicações nacionais. Cerca de 67% dos jornais tinham tiragens de 200 a 300 exemplares, concentrando-se em Lisboa e no Porto os jornais com maiores tiragens. Dos jornais publicados em Lisboa, diversos tinham uma rubrica dedicada ao crime, o que prova a popularidade do tema⁸. A título de exemplo refira-se o jornal *O Popular*, que na secção intitulada “Lisboa Negra” dava conta dos vários crimes ocorridos, à qual juntava a secção “Brandura de Costumes”, onde noticiava as desordens e agressões acontecidas sobretudo na capital. Também *O Século*, com um perfil editorial diferente, dedicava espaço considerável à divulgação de informação relativa à criminalidade e à justiça penal, tal como o faziam a generalidade dos jornais publicados em Lisboa.

⁵ Ver: Christophe Charle, *Le siècle de la presse (1830-1939)*, Paris, Seuil, 2004, p. 9-21.

⁶ Raul Brandão, *Os Operários*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1984, p. 61.

⁷ Rui Ramos, “A Nação Intelectual” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Estampa, 1994, p. 48-49.

⁸ José-Augusto França, *Lisboa 1898. Estudo de factos socio-culturais*, 2.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2002, p. 165.

Esta atitude levantava críticas, sobretudo na última década do século XIX, em que a grande divulgação de informação relativa à criminalidade, certamente correspondendo aos anseios dos leitores, era vista como fator negativo. A informação divulgada antes de se concluir a averiguação sobre um crime era considerada como prejudicial ao desenvolvimento do trabalho policial, pois colocaria de sobreaviso os suspeitos⁹. Além disso, alguns consideravam que a massiva difusão de informação relativa à prática de crimes poderia influenciar, através de um fenómeno de imitação, a prática de mais crimes. O facto de a imprensa debater a possível condenação ou absolvição de um réu antes de ser conhecida a sentença do tribunal, era ainda considerado como podendo influenciar a decisão do tribunal, retirando-lhe isenção e imparcialidade e, como tal, devia ser evitado¹⁰. A divulgação de pormenores de crimes era também vista como prejudicial às próprias vítimas, sobretudo se estas fossem crianças, devido à exposição pública que tal facto significaria. Mas este não seria o comportamento seguido pela generalidade dos periódicos: “Os jornais de larga informação digladiam-se: o que der mais notícias é o que se vende mais. Que importa assoalhar a honra de uma família? O público gosta e basta.”¹¹.

A acusação é a de que a lógica editorial de muitos jornais responderia apenas à curiosidade nefasta dos leitores, uma lógica por alguns considerada como inconveniente e negativa socialmente. Foi questão que gerou aprofundado debate, colocando de um lado os defensores da ampla divulgação dos casos de crime e, do outro lado, os que frisam o papel negativo de tal atitude e defendem a imposição de limites à divulgação de notícias sobre a criminalidade. Ramalho Ortigão, já em crónica datada de 1872, abordava a questão, insurgindo-se contra o facto de a imprensa de Lisboa ter decidido por unanimidade restringir a divulgação de determinadas ocorrências, principalmente os casos de suicídio. A oposição de Ramalho Ortigão é perentória, considerando existir aqui uma violação da liberdade de imprensa, comparando este “silêncio” decidido pela imprensa lisboeta a procedimentos próprios do Santo Ofício. Insiste que a sociedade tem não só o direito, mas também o dever de conhecer os crimes, para poder zelar de forma participativa na realização da justiça, citando como exemplo a seguir os casos da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos onde a imprensa, através da divulgação das ocorrências de crime, cumpre um importante

⁹ *Galeria de Criminosos Célebres em Portugal / História da Criminologia Contemporânea*, vol. I, 1896, p. 99-101.

¹⁰ José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.^a ed., Lisboa, Caminho, 1989, p. 245-249.

¹¹ *Galeria de Criminosos Célebres...*, cit., vol. I, 1896, p.100.

papel cívico e político, permitindo fixar a atenção da sociedade nas questões relativas à justiça¹².

De facto, as notícias sobre ocorrências criminais tinham grande destaque nos jornais ingleses e norte-americanos nas últimas décadas de Oitocentos. Em França, desde o final do século XIX até ao início da I Guerra Mundial houve um forte aumento dos relatos de crime e do número de periódicos que se dedicavam a este tipo de noticiário, fenómeno muito sentido, em particular na imprensa popular¹³. Contudo, noutras realidades sociopolíticas tal não ocorreu, como é o caso da Alemanha onde relativamente a outros países europeus a imprensa dava pouco espaço e destaque aos relatos do crime. O regime autoritário aí existente condicionaria a liberdade de imprensa e a possibilidade de se publicar notícias sobre ocorrências criminais¹⁴.

O debate iniciado na década de 1870 perdurou no tempo e extravasou do campo jornalístico. Há autores que defendem posições restritivas, apelando a uma maior contenção, por vezes total omissão, da difusão de crimes nos jornais, como é o caso de Roberto Frias que considera a divulgação do crime pela imprensa uma das causas do aumento da criminalidade devido a um fenómeno de imitação¹⁵. No entanto, outros ensaístas defendem ser essencial que os cidadãos se encontrem informados sobre os problemas sociais que existem, como é o caso da criminalidade, procurando na divulgação destes casos uma forma de fazer pedagogia e mostrar como não se deve agir. Negam que os relatos de crimes possam constituir um incentivo à sua prática e acentuam os “benefícios profiláticos” que as descrições de crimes podem prestar à sociedade, desde que acompanhadas pela crítica do delito relatado e censura de quem o praticou¹⁶.

Entre apoiantes e detratores, a imprensa desempenhou um importante papel na divulgação do crime. Foi através dos jornais que muitos dos habitantes de Lisboa tiveram notícia de muitos dos crimes ocorridos tanto em Lisboa, como no país e mesmo no estrangeiro. A posse desse conhecimento fez que muitos deles passassem a ter um comportamento mais inquiridor e desconfiado sobre

¹² Ramalho Ortigão, “A publicidade dos crimes. Abril de 1872”, *Farpas VII – A Capital*, Porto, Clássica Editora, 1991, p. 181-187.

¹³ Dominique Kalifa, *L'encre et le sang...*, cit., p. 19-52.

¹⁴ Eric A. Johnson, *Urbanization and Crime. Germany, 1871-1914*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

¹⁵ Roberto Frias, *O Crime*, citado por Luiz Pina, “Doutrinas criminológicas e sistemas carcerários em Portugal – aspectos histórico-críticos”, *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*, n.º 19, 1966, p. 77-78.

¹⁶ Francisco Ferraz de Macedo, “A Imprensa e a Génese do Delito”, *Galeria dos criminosos célebres em Portugal*, vol. II, 1898, p. 7.

quem estava ao seu lado e sobre as possíveis situações em que se encontravam, funcionando os casos de crime conhecidos através da divulgação pela imprensa como uma espécie de saber a partir do qual se analisavam factos e pessoas, provocando um despertar da atenção para elementos que, de outro modo, passariam despercebidos. Foi o que se passou com um moço de fretes, abordado por um seu conhecido que lhe pediu para indicar uma casa de confiança onde pudesse vender alguns objetos. Ao ver o material, o moço de fretes identificou imediatamente a sua proveniência: eram objetos furtados ao Visconde de Tinalhas. É que este moço de fretes, embora afirme não saber assinar, disse ter logo visto do que se tratava, pois estava informado sobre o furto através das notícias que lera nos jornais¹⁷.

Diário de Notícias e o jornalismo de informação

O surgimento do *Diário de Notícias*, em 29 de dezembro de 1864, quotidiano da capital, foi marco na transformação da imprensa em Portugal, significando o início de um período de expansão e industrialização da imprensa e uma nova forma de olhar o jornalismo e o jornal em Portugal. De acordo com Tengarrinha, a revogação da “lei das rolhas”, em 1851, inaugurou uma época de florescimento do periodismo em Portugal. Entre 1850 e 1859 foram criados, em média, 35 periódicos por ano; entre 1860 e 1869, 67 periódicos; de 1870 a 1879, 90 periódicos, e de 1880 a 1889, 184 periódicos¹⁸. O *Diário de Notícias* afirmou-se desde o início em rutura com a imprensa romântica e de opinião até aí predominante. Surgiu no mercado com um projeto editorial de jornal generalista de cariz noticioso, articulado por um sistema de valores assente em pressupostos de neutralidade e objetividade jornalística, distanciando-se assim de grande parte dos jornais da época que tinha um alinhamento editorial político e privilegiava um jornalismo de opinião, doutrinário, muitas vezes acusado de se perder nos debates das paixões e intrigas partidárias.

Iniciou-se com uma tiragem de 5000 exemplares, mas ao fim do primeiro ano de publicação tinha já ultrapassado os 9600 exemplares de tiragem e em 1892 tinha uma tiragem de 26.000 exemplares. Era produzido na sua própria oficina de tipografia, no Bairro Alto, em Lisboa. Numa altura em que os jornais eram

¹⁷ Instituto Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (Lisboa), Fundo Crime Antigo de Lisboa, N.º de transferência 14, Cx. 1, n.º 1 (números provisórios), processo que tem início em agosto de 1910, quando se dá o furto, mas que em 1913 ainda não tinha um desfecho.

¹⁸ José Tengarrinha, *História da Imprensa...*, cit., p. 184.

essencialmente vendidos por assinatura e em postos fixos de agentes espalhados pela cidade, o *Diário de Notícias* apostou na venda direta do jornal, sendo desde o primeiro número vendido nos locais mais concorridos da cidade por vendedores ambulantes, os ardinhas, que rapidamente se multiplicaram. Em março de 1865, o jornal era vendido nas ruas por trinta ardinhas que obtinham um lucro diário de 200 a 400 réis¹⁹. Seis meses mais tarde existiam cem ardinhas a vender o jornal, recebendo 2 réis por cada exemplar vendido. Em 1891, estavam já registados no Governo Civil de Lisboa 9750 vendedores ambulantes de jornais. Quando surgiu, era vendido a 10 réis, muito mais barato do que os 30 a 40 réis habituais a que eram vendidos os outros jornais. Tornou-se rapidamente o jornal mais vendido em Lisboa. O seu fundador, Eduardo Coelho, apostou no aumento de tiragens como forma de baixar o preço de custo de cada exemplar e de aumentar o preço cobrado pela publicidade publicada no jornal, a principal fonte de receitas²⁰.

Na definição da sua linha editorial, o *Diário de Notícias* apresentava-se como procurando cumprir princípios de objetividade, omitindo no seu conteúdo “juízos de valor e opiniões”. Aos seus leitores, prometia “uma compilação cuidadosa de todas as notícias do dia. [...] Eliminando o artigo de fundo, não discute política, nem sustenta polémica. Regista com a possível verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor, quaisquer que sejam os seus princípios e opiniões, o compreendê-los a seu saber”²¹. Para além da objetividade, a atualidade era afirmada como o principal critério de noticiabilidade. Para tal, o jornalista deveria deixar de permanecer na redação aguardando a chegada de notícias, para se tornar o repórter que ia ao encontro dos acontecimentos.

O *Diário de Notícias* definia-se como um periódico que se destinava à totalidade da sociedade: “... um jornal para pobres e ricos de ambos os sexos e de todas as confissões, classes, partidos...”²². Afirmava-se destinado a cumprir uma missão que definia como “civilizadora, educativa e moralizadora”, procurando para tal cativar para seus leitores a larga camada da população pouco instruída, com poucas posses e que demonstrava pouco interesse pela maioria dos jornais existentes.

Em 1892, o formato do jornal era de quatro páginas de grande formato: uma página com dez colunas de texto e três páginas com inserções publicitárias²³. Na primeira página do jornal, apenas duas rubricas diárias tinham lugar cativo:

¹⁹ *Diário de Notícias*, de 29 de março de 1865.

²⁰ José Tengarrinha, *História da Imprensa...*, cit., p. 184.

²¹ *Diário de Notícias*, de 29 de dezembro de 1864, editorial de Eduardo Coelho.

²² *Diário de Notícias*, de 29 de dezembro de 1864..., cit.

²³ Segundo Tengarrinha, em 1870, a imprensa inaugurou um modelo de jornal que consistia em duas páginas de texto e duas de publicidade e, em 1880, foram introduzidos os títulos e subtítulos. Ver: José Tengarrinha, *História da Imprensa...*, cit., p. 216.

a “Crónica do Dia” e os “Assuntos do Dia”, onde se agrupavam informações diversas e questões da vida política. O restante espaço era composto por notícias sobre factos variados, tanto da vida nacional como internacional. As colunas centrais do jornal eram dedicadas a diversas rubricas, nas quais sobressaem as relativas ao crime e às instituições judiciárias. Outras rubricas que surgiam nas colunas centrais eram dedicadas a “Incêndios”, “Quedas”, “Desastres”, “Suicídios” e “Doença Súbita”, ou seja, as tragédias quotidianas, individuais e coletivas, normalizadas pelo jornal no seu relato do quotidiano através de uma presença quase permanente, mas que simultaneamente chamavam a atenção para as fatalidades a que todos estavam sujeitos.

De forma diária e repetida, fazendo uso de fontes institucionais, os registos das ocorrências policiais e das queixas apresentadas nas esquadras da polícia, eram noticiadas de forma abreviada e estilizada, geralmente agrupadas consoante as infrações a que se reportavam. Com uma frequência diária no jornal encontramos títulos como: “Atropelamentos”, “Desordens e Agressões” ou “Agressões e Desordens”, “Agressões” e “Barulhos e Baratas”, “Furtos”, “Gatunos”, “Gatunos e as suas obras”, “Amigos do Alheio”. Para além da cobertura diária das ocorrências policiais e das participações feitas à polícia, o jornal fazia a cobertura assídua dos julgamentos que tinham lugar no tribunal criminal de Lisboa, a Boa-Hora, na rubrica propositadamente designada como «Boa-Hora». Aqui noticiava-se a realização dos julgamentos, os seus adiamentos e repetições, o andamento dos processos que tinham dado entrada nos vários distritos criminais e que aguardavam julgamento, bem como as sentenças proferidas pelo tribunal. O tratamento do crime alargava-se também aos casos publicados na imprensa estrangeira, aqui relatados pelos correspondentes.

Atendendo ao elevado número de factos noticiados, as informações apresentadas são muito sucintas e despidas de qualquer pormenorização. Contudo, aos crimes considerados como mais graves dedicava-se uma narrativa mais detalhada. No caso das agressões opta-se muitas vezes pela publicação de longas listas, que chegam a ocupar quase uma inteira coluna do jornal, apresentando a identificação do agressor, a arma utilizada, os danos provocados nas vítimas e os locais onde estas foram assistidas. Dá-se grande relevo a ocorrências em que estejam implicados cocheiros e outros trabalhadores dos transportes, especialmente os maus-tratos a animais, o excesso de velocidade e os atropelamentos. Noticiam-se casos de violência doméstica em que a polícia tenha sido chamada a intervir ou em que as vítimas tenham apresentado queixa às autoridades. Referem-se casos de desobediências, injúrias e violência contra as autoridades. Os atentados à propriedade têm igualmente um tratamento privilegiado, publicando-se igualmente listas dos indivíduos capturados em

flagrante delito e das queixas apresentadas à polícia, salientando-se geralmente os valores envolvidos nos crimes de furto noticiados²⁴. Na generalidade das notícias publicadas é patente a existência de critérios de relevância informativa que passam pelo recurso e grau de violência utilizado, a reincidência no crime, a menoridade do infrator, o facto de este pertencer a categorias sociais associadas à prática do crime, a proximidade social entre o criminoso e a vítima ou o facto de o infrator ou a vítima serem “figuras públicas”.

De forma geral, a notícia sobre um crime é aproveitada para se referir o trabalho desenvolvido pela polícia, apresentada como o garante da ordem, autoridade e segurança públicas. A eficácia, esforço e empenhamento da ação policial no combate ao crime e na proteção da população são realçados pelo relato diário dos crimes que esta desvenda e das capturas que efetua, servindo de incentivo para que a população a ela recorra perante a ameaça social que o crime significaria. Para além de uma classificação de comportamentos e práticas sociais consideradas como criminosas, as notícias têm implícitas orientações relativas às pessoas, grupos e instituições envolvidas nas ações noticiadas, bem como em relação às zonas inseguras da cidade, aquelas onde são cometidos os crimes, onde vivem os infratores e também as vítimas.

Se relativamente à atuação das autoridades policiais o jornal demonstra um discurso de apoio, por vezes incondicional, já sobre os sistemas judicial e penal tece críticas, em particular sobre a forma como se encontravam as prisões e o uso sistemático da prisão preventiva, factos que dariam um enorme contributo para o aumento da reincidência e da criminalidade em geral. Como se afirma em editorial: “quatro, seis, dez retenções no Limoeiro, dão carta de curso completo da criminalidade”²⁵. De resto, muitos dos que praticariam crimes, na verdade, mais não seriam do que “um produto ocasional da miséria, do meio desgraçado em que respira, do influxo das más companhias, da negligência da sociedade ou da família”²⁶.

Um breve contraponto com outro periódico da época, *O Século*, permite esclarecer a relevância que o *Diário de Notícias*, e a linha editorial aí adotada, dedica à abordagem da criminalidade neste período. A atitude editorial de *O Século* é diversa²⁷. O seu objetivo afirmado é o combate político ao regime e o

²⁴ Muitos dos indivíduos envolvidos em crimes e aqui referidos são identificados pelas suas alcunhas, por vezes utilizadas para título da notícia: “O Lagarto”, “O Urso” são alguns dos exemplos (*Diário de Notícias*, de 17 de julho de 1892 e de 3 de setembro de 1892).

²⁵ *Diário de Notícias*, de 2 de junho de 1892.

²⁶ *Diário de Notícias*, de 2 de junho de 1892.

²⁷ A recolha de notícias no jornal *O Século* contemplou essencialmente os anos de 1881 a 1886, seis anos, onde, contudo, as notícias sobre criminalidade são em muito menor número do que as publicadas em apenas um ano, em 1892, no *Diário de Notícias*.

tema do crime, da ação policial, da justiça criminal e penal serve perfeitamente de argumento para se contestar a ação governativa e a monarquia ainda reinante. Contrariamente ao *Diário de Notícias*, que reivindica para si uma ação pedagógica com a grande divulgação e largo espaço de publicação que dedica ao tema da criminalidade, justiça criminal e ação policial, em *O Século* as referências a estas questões são menores e assumem um carácter deliberado de denúncia. Denuncia-se o crescente aumento do crime e a incapacidade do poder em lhe fazer face. Denunciam-se os abusos de autoridade da polícia e da guarda, a incorreção com que trata algumas das pessoas que são detidas, a ineficácia da sua ação. Denunciam-se as atitudes prepotentes por parte do poder judicial, o mau funcionamento da justiça, os longos tempos de espera para que os processos cheguem a julgamento, com prejuízo evidente dos implicados, dando origem a prolongados períodos de prisão preventiva de indivíduos que, no final, são dados como inocentes. Denuncia-se o mau estado das prisões, relatando-se as péssimas condições em que se encontram os presos, as permanentes revoltas que os detidos protagonizam, tanto em Lisboa como em outras cadeias do país. Geralmente as referências à criminalidade, polícia, justiça criminal e prisões surgem na secção de “Notícias gerais”, não existindo, assim, uma rubrica, ou um conjunto de rubricas dedicadas em exclusivo à abordagem destas questões. Esporadicamente estes temas são também tratados nos editoriais e, à semelhança do que ocorre no *Diário de Notícias*, embora se privilegie o espaço lisboeta, são também relatados crimes ocorridos em outras zonas do país, tratando-se aqui, em geral, de crimes mais graves e violentos. Assim, o espaço e relevo atribuído pelo *O Século* ao tema do crime é menor do que o dedicado pelo *Diário de Notícias*, visando também a publicação das notícias propósitos muito diversos.

Jornal de grande circulação em Lisboa, nas páginas do *Diário de Notícias* o relato do crime tem presença diária. Foi certamente relevante o impacto que o tratamento da criminalidade feito pelo *Diário de Notícias* teve na sociedade da época. Enquanto mediador entre a população e a realidade social, as referências feitas à criminalidade influenciam as perceções elaboradas pela população sobre o crime e o criminoso. Como refere Michel Foucault, a imprensa colabora no longo trabalho para impor uma determinada perceção do delincente. Os criminosos são apresentados com contornos bem determinados, “bem próximos, presentes em toda a parte e em toda a parte temíveis”²⁸. O objetivo das permanentes inserções sobre o relato de crimes seria ainda o de facilitar a ação dos mecanismos formais de controlo social, como a polícia e os tribunais:

²⁸ Michel Foucault, *Surveiller et punir. Naissance de la prison*, Paris, Gallimard, 1975, p. 334 (tradução da autora).

“A notícia policial, pela sua redundância quotidiana, torna aceitável o conjunto dos controles judiciais e policiais que vigiam a sociedade; conta dia a dia uma espécie de batalha interna contra o inimigo sem rosto; nesta guerra, constitui o boletim quotidiano do alarme ou da vitória”²⁹.

Embora se apresente como um periódico que apenas pretende fazer chegar ao conhecimento de todos os principais factos ocorridos, sobretudo na cidade de Lisboa, a presença diária da criminalidade nas páginas do jornal, sobretudo de uma pequena criminalidade, abordada com a consideração de um assunto de interesse público, contribuiu para a construção de uma imagem do crime como sendo um fenómeno rotineiro, permanente e reincidente que impregnava a vida quotidiana da cidade e ameaçava a ordem social e a segurança de pessoas e bens.

A construção do crime e do criminoso

As principais fontes de informação utilizadas pelo jornal para a produção das notícias sobre o crime foram os registos policiais onde constavam as ocorrências policiais, as queixas apresentadas à polícia, bem como informação recolhida nos processos-crime em julgamento no Tribunal Criminal de Lisboa, o tribunal da Boa-Hora. Afirma-se que a mediação editorial se baseava em pressupostos de objetividade jornalística e uma postura “positivista” no relato do crime, logo, uma preocupação com a reprodução fiel dos acontecimentos. Contudo, devemos ter em conta que as estratégias comerciais e as dinâmicas organizacionais, as práticas e as rotinas produtivas do jornal, bem como as convenções profissionais implicaram processos de seleção das notícias que vão condicionar a forma como o crime e o criminoso são apresentados aos leitores, em função do espaço disponível no jornal para a apresentação das notícias. Como se afirma no jornal, considerando o grande número de ocorrências que constavam nos registos policiais, apenas seriam noticiados os crimes considerados como mais graves, mostrando como o espaço disponível para publicação obrigava à definição de uma seleção do que se noticiava, em conjunto com critérios de relevância jornalística, ditados pelas convenções da prática jornalística em vigor na época e pela linha editorial do jornal³⁰. Assim, o que encontramos referido no jornal não corresponde a uma tentativa de relatar a totalidade dos crimes de que tinha conhecimento, mas uma seleção concretizada de acordo com critérios de

²⁹ Michel Foucault, *Surveiller et punir...*, cit., p. 334-335 (tradução da autora).

³⁰ “Agressões”, *Diário de Notícias*, 5 de abril de 1892.

relevância e convenções narrativas pautadas por mapas de significados sociais dominantes onde são encaixados os acontecimentos. Tal leva à construção de uma realidade social quotidiana que permitia que os novos acontecimentos fossem inseridos numa estrutura de significados pré-existente, originando que os factos que não se inserissem nessa estrutura não fossem noticiados.

O recurso às fontes oficiais para a cobertura do crime assegurava ao jornal um fluxo diário de notícias sobre o crime e a credibilidade dos factos noticiados. Mas tal levava a que os crimes noticiados fossem apenas os que eram disponibilizados pelas autoridades policiais e cuja divulgação não colocava em risco ações de investigação e de combate ao crime, devendo ainda serem cumpridas as limitações à liberdade de imprensa então em vigor. Além disso, tal fazia com que o discurso do jornal sobre o crime fosse em grande parte uma tradução pública das perspetivas oficiais sobre as práticas sociais classificadas como crimes e os indivíduos e grupos sociais que eram vistos como estando ligados a essas práticas.

Neste contexto, o relato do *Diário de Notícias* sobre o crime transporta para o conhecimento público definições seletivas da realidade criminal, construídas segundo uma lógica do socialmente aceite e, por isso, suscetível de ser reconhecido. Reproduzindo representações sociais dominantes na época relativamente ao crime e testemunhando alguns traços das tendências e características gerais da criminalidade, o *Diário de Notícias* reforça os consensos sociais construídos sobre as práticas que ameaçavam a segurança e ordem públicas e sobre os grupos e indivíduos considerados como ameaçadores da ordem social, bem como as ações que a sociedade deveria desenvolver para responder a essa ameaça.

Vejam os vetores principais das tendências e características da criminalidade veiculadas pelo *Diário de Notícias*. Em 1892, o jornal noticiou 3445 casos de crime e a detenção ou acusação de 4276 pessoas. A análise das inserções no *Diário de Notícias*, durante o ano de 1892, sobre criminalidade, onde o peso das ocorrências registadas em Lisboa é avassalador, permite definir uma representação do crime e de quem o praticou. Considerando a categoria, temos um predomínio dos crimes contra as pessoas (52% das inserções), seguido dos crimes contra a propriedade (34% das inserções), os crimes contra a ordem e a tranquilidade públicas (12%) e, por fim, as contravenções (2%). Não há qualquer relato de crimes contra a religião, categoria que será abolida com a implantação da República.

De forma absoluta, os tipos de crimes mais referidos são as ofensas corporais e os ferimentos, com 1318 casos, o que corresponde a 38% de todos os crimes noticiados. Apenas 6 casos ocorreram fora da cidade de Lisboa. Os envolvidos

neste tipo de crimes são avassaladoramente homens, numa percentagem que ronda os 89%. Para 75% dos casos refere-se o local em que ocorreram, sendo que 91% tiveram lugar nas ruas da cidade, 6% na residência da vítima ou vítimas, relativos sobretudo a casos de violência conjugal, entre familiares ou entre pessoas que partilhavam a mesma casa, e 3% em tabernas ou lojas de bebidas. A violência conjugal era destacada pelo jornal ao serem os únicos episódios em que dava informação sobre o estado civil das vítimas e dos infratores. É referido o estado civil de apenas 92 infratores: 45 eram casados, 41 viviam em união de facto e 6 eram solteiros. As 84 vítimas de violência conjugal referidas pelo jornal eram todas mulheres, sendo 35 casadas, 43 viviam em união de facto e 6 eram solteiras.

A condenação da violência doméstica encontra eco no jornal. Com a referência a vários casos, onde a vítima mais comum é a mulher, o jornal procura transmitir um conjunto de princípios que as classes populares deveriam adotar, procurando difundir a forma que considerava adequada de como os homens deveriam tratar as mulheres, em particular quando se tratasse das suas companheiras. Assim, adota um posicionamento aprovador da detenção de dois homens, um por ter agredido a mulher com uma panela e o outro por ter espancado a mulher que ficou ferida no olho³¹. Sob o título “Inimigos das Mulheres”, o *Diário de Notícias* publica um conjunto de agressões de homens a mulheres ocorridas na noite anterior. Na noite de 13 para 14 de junho de 1892 foram, segundo o relato do jornal, detidos oito homens por agredirem mulheres: um que agrediu a sua mulher, dois por agredirem as suas amantes e cinco por agredirem vizinhas suas³². Tratar bem a mulher é indicado como uma marca de respeitabilidade e de dignidade no comportamento masculino. Tal como descrito já para outras realidades, em Portugal, o *Diário de Notícias* procura colaborar para concretização de uma nova construção cultural da masculinidade, o homem contido, disciplinado, trabalhador e responsável, onde o recurso à violência deixa de ser considerado como um valor positivo³³.

Em 1892, a Polícia Civil de Lisboa produziu estatísticas sobre as detenções realizadas na cidade de Lisboa, facto que é anunciado no jornal, salientando-se que nesse ano passariam a constar dados sobre a instrução dos detidos³⁴. Confrontando esses dois conjuntos de dados, as notícias sobre crime publicadas no jornal e os dados das estatísticas policíacas, verifica-se que em ambos os

³¹ *Diário de Notícias*, de 28 de janeiro de 1892.

³² *Diário de Notícias*, de 14 de junho de 1892.

³³ Para o caso inglês ver, entre outros, Martin J. Wiener, *Men of Blood. Violence, Manliness and Criminal Justice in Victorian England*, Cambridge, Cambridge University Press, 2004.

³⁴ *Diário de Notícias*, de 2 de janeiro de 1892.

ferimentos e as ofensas corporais constituem o crime com maior número de casos. Nos dados da Polícia Civil, as ofensas corporais e os ferimentos são de forma muito acentuada o tipo de crime com maior dimensão, com quase 4000 casos³⁵.

O furto é o segundo tipo de crime mais noticiado pelo jornal, respeitando a 29% do total de notícias e quase 90% dos crimes da categoria de atentados contra a propriedade. São referidos 1004 sujeitos como estando envolvidos na prática de furtos, também aqui avassaladoramente homens (85%). Do lado das vítimas dos furtos, das 685 que são identificadas pelo jornal, também eram maioritariamente homens (81%).

É marcante a atenção dada aos casos de furto pelo jornal, caracterizada por um discurso em que se enfatiza uma valorização jurídica e moral das relações de propriedade. A atenção dada ao furto é estruturada quer pelo elevado número de casos relatados, muitos deles relativos a pequenos furtos, quer pelo destaque que se lhe dá através de estratégias discursivas organizadas em torno da discussão de valores, normas e significados culturais, como o respeito pela propriedade privada, a indignação pelo desrespeito de valores como a confiança, a gratidão e a fidelidade, que seriam indicadores do caráter e da natureza ardilosa das pessoas que praticavam furtos.

Nos dados estatísticos coligidos pela Polícia Civil de Lisboa, os casos de furto registados não atingiam os mil, sendo evidente a forma enfática e a atenção privilegiada com que o jornal trata este tipo de ocorrências. Num contexto de afirmação do capitalismo e num país em crise económica e financeira, quando as classes populares e trabalhadoras urbanas passavam por situações de forte dificuldade em garantir trabalho e o seu sustento, é significativa a atenção dada ao furto³⁶. O jornal destacava os casos de furtos praticados em grupo, a proximidade social entre o infrator e a vítima (furtos entre familiares, vizinhos, companheiros de casa e colegas de trabalho), a insegurança dos espaços públicos (zonas da cidade, salas de espetáculos, mercados, feiras e transportes públicos); os expedientes utilizados por aqueles a que chamava “os cavalheiros da indústria”; os furtos praticados por trabalhadores nos estabelecimentos ou casas onde trabalhavam, destacando categorias socioprofissionais como os criados e as criadas de servir, os caixeiros e os moços de fretes, de padaria ou de cocheira, entre outros. Estes são caracterizados como “infiéis” e “ingratos”.

³⁵ *Mapas estatísticos do ano de 1892 da Polícia Civil de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.

³⁶ O abrandamento da construção residencial e das obras em curso na capital a partir de 1892, bem como a crise económica e financeira que então tem lugar, leva muitos operários ao desemprego. Ver: Álvaro Ferreira da Silva, “A construção residencial em Lisboa: evolução e estrutura empresarial (1860-1930)”, *Análise Social*, n.º 136-137 (1996), p. 599-629.

Um outro vetor do discurso sobre o furto é a importância atribuída à iniciação precoce na prática deste delito, expressa na ênfase dada aos furtos praticados por crianças e jovens.

O terceiro tipo de crime mais noticiado são as desordens, com 354 casos, correspondendo a 10% do total de casos. Na maioria foram praticadas por 1 ou 2 indivíduos, sobretudo homens (85%). Embora o jornal enfatize as desordens ocorridas em tabernas e lojas de bebidas, associando estes locais a espaços de interações marginais e ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas, a maioria das desordens ocorreu nas ruas da cidade e apenas 10% no interior de tabernas.

Os casos de desobediência, injúrias e violência contra as autoridades são também significativos, com 174 casos noticiados que levaram à detenção de 259 pessoas. A estes juntam-se as referências a 71 casos de desacatos e ainda 26 casos de resistência à prisão.

Crimes mais graves, como os homicídios e as tentativas de homicídio são noticiados, referindo-se 78 casos que levaram à detenção de 79 homens e 3 mulheres, surgindo como vítimas 61 homens e 18 mulheres. Contrariamente aos outros tipos de crimes, em geral menos gravosos, a maioria dos homicídios e tentativas de homicídio noticiadas ocorreram fora da cidade de Lisboa. Dado o grau excepcional de violência que envolve este tipo de crimes, o jornal dá-lhe grande relevo, compondo uma narrativa minuciosa com os detalhes que envolveram a sua prática, procedimentos e desenlace da investigação criminal, a captura dos delinquentes e respetiva condenação.

Os dados identificadores dos infratores são pouco referidos, deixando a ideia de que socialmente se saberia de onde viria o perigo da prática de delitos. O crime no geral respeitava sobretudo aos homens e são eles que aparecem de forma avassaladora, tanto na posição de infratores como de vítimas. Embora outros estudos comprovem que a prática do crime ocorre sobretudo entre elementos do mesmo estrato social, em concreto, entre os grupos populares que habitavam a cidade, a imprensa dá ênfase a casos em que o infrator e a vítima se situam em patamares diferentes da hierarquia social. Tal é muito notório no relato dos furtos, onde se noticiam muitos casos em que as vítimas se situam num patamar social superior ao do infrator. É o caso de um criado que desaparece com a quantia de 176\$000 réis que fora receber para o seu patrão³⁷, ou de um outro criado que ficou com o dinheiro da venda de uma carroça de carvão³⁸.

Alguns dados de identificação dos infratores são apresentados quando se pretende salientar algo, como é o caso da idade, geralmente omitida, e em que

³⁷ *Diário de Notícias*, de 4 de fevereiro de 1892.

³⁸ *Diário de Notícias*, de 9 de fevereiro de 1892.

nos poucos casos em que ela é referida, mais de metade remete para delitos cometidos por crianças e jovens com idades inferiores a 14.

As profissões são pouco referidas, como que existindo uma clara evidência de onde poderia vir o perigo da prática do crime, de acordo com ideias muito divulgadas na época, remetendo para os grupos populares e trabalhadores que habitavam a cidade³⁹. Sempre que é referida, independentemente do ato criminoso praticado, remete-se sobretudo para o trabalho industrial, para a mão de obra indiferenciada e para os cocheiros e trabalhadores dos transportes, bem como para os empregados do comércio e pequenos comerciantes.

Para alguns crimes, sobretudo no caso de crimes contra as pessoas (ofensas corporais, ferimentos, homicídios e desordens), o jornal identifica as armas utilizadas. As mais referenciadas são as que designa como “armas de arremesso”, que identifica como sendo as bengalas, pedras, paus, guarda-chuvas, mas também objetos e mobiliário doméstico, como os pratos, tijelas, copos, garfos, garrafas, bancos, cadeiras e vasos. Nos casos de homicídio refere-se ainda a utilização da machados e enxadas. Num número assinalável de acontecimentos refere-se a utilização de armas brancas (navalhas de ponta e mola, facas e canivetes) e de forma muito residual a utilização de armas de fogo.

Embora o levantamento realizado mostre que as armas mais referidas são as “armas de arremesso”, em que objetos de uso quotidiano são transformados em armas do crime, o jornal dá sobretudo ênfase e atenção às “armas brancas”. Algumas notícias intitulam-se “Facadas”, onde se descreve a motivação para a utilização deste tipo de objetos, salientando-se a sua perigosidade e forte impacto social, devido ao recorrente hábito na época do porte e uso de navalhas, enquanto objeto utilitário quotidiano, principalmente por parte dos homens. Contudo, alertava o jornal, estes objetos poderiam tornar-se facilmente em armas mortíferas no decorrer de desavença entre indivíduos tidos como impulsivos e briguentos. É neste contexto que um jornalista do *Diário de Notícias* propunha a punição severa do fabrico, venda e uso de navalhas de ponta e mola: “Raro é o dia em que os jornais não têm de noticiar ferimentos e tentativas de homicídio praticados com a traiçoeira navalha (...) Estes factos depõem muito contra a civilização em Portugal (...). Muitas vezes a traiçoeira navalha é aberta no decurso de uma luta ou pugilato que sem isso teria apenas ligeiras consequências, outras serve a faca de executar a espera e o assassinio premeditado”⁴⁰.

A faca, omnipresente nas representações do crime e do criminoso de Lisboa, é insistentemente mencionada como a arma típica do delinquentes lisboeta,

³⁹ Maria João Vaz, *O Crime em Lisboa, 1850-1910*, Lisboa, Tinta de China, 2014.

⁴⁰ “A navalha e a hidrofobia”, *Diário de Notícias*, 29 de novembro de 1892.

numa referência com contornos de abordagem antropológica: “O uso da faca é particular dos homens que habitam as regiões planas e do meio-dia. A arma do italiano do Sul é o punhal, a do italiano do Norte é a clavina. O mesmo acontece em Espanha. Em Portugal, o minhoto, nosso comprovinciano, nunca se bate senão à paulada; o transmontano vinga-se a tiro. O único português para quem a faca é uma arma predileta é o estremenho, e principalmente o lisboeta. É uma influência do meio em que vive e da educação que recebe. A habitação em bairros imundos, estreitos e escuros, a debilidade física, as discussões e as bravatas de taberna, as polémicas de viela, os ciúmes de bordel e o medo da Polícia aconselham naturalmente a faca, que é a arma surda da vingança dos fracos. (...) O modo de tirar a faca da mão do fadista é afastá-lo do seu meio escuro, encruzilhado, estreito, rixoso, e estabelecê-lo nas montanhas, à influência higiénica do espaço, do ar e do perigo.”⁴¹.

Há tipos de crimes com forte incidência nas estatísticas produzidas pela Polícia Civil que têm fraca expressividade no *Diário de Notícias*, como é o caso da embriaguez, com quase 1400 casos referenciados nas estatísticas policiais e apenas 26 inserções no jornal, as mesmas dadas à emigração ilegal, tipo de crime que devido ao pequeno número de ocorrências quase não aparece nas estatísticas policiais. Também em relação à vadiagem, tipo de delito que suscitou na época forte reflexão e a adoção de medidas, em particular em 1892, com vista à sua maior penalização, definindo-se para os “vadios reincidentes” uma integração coerciva pelo trabalho e o seu transporte para África, o jornal dá pouco destaque ao crime de vadiagem e remete a sua prática para um coletivo, tanto masculino, como feminino, de contornos pouco definidos. Ainda assim, as notícias assinalam a maior repressão de que passou a ser alvo a vadiagem, perseguida pelas autoridades policiais com rusgas e rondas que são louvadas no jornal, em nome da segurança de todos. Para além de informar sobre a captura de vadios, o jornal alertava para a sua saída da prisão em notícias intituladas “Vadios à solta”, ou “Mais vadios”, informando que se tratava de pessoas que iam ser libertadas e entregues às autoridades para se lhes dar trabalho. A imagem da perigosidade do vadio e a sua associação à prática de outros crimes, em particular o furto, era construída pelo jornal através da frequente classificação de “vadios e gatunos” dos indivíduos detidos por vadiagem ou por furto⁴². O carácter indisciplinado e incorrigível era traçado pela descrição das suas

⁴¹ Ramalho Ortigão, “As facadas – Maio de 1872” in *As Farpas. Opais e a sociedade portuguesa*, Tomo VII “A Capital [1871-1888]”, Porto, Clássica Editora, 1991, p. 196-197.

⁴² *Diário de Notícias*, de 6 de agosto de 1892 e de 11 de setembro de 1892, entre muitas outras.

trajetórias sociais marcadas pela prática precoce e continuada reincidência no crime, com um grande número de detenções por delitos variados.

Era através da dramatização destes casos, paradigmáticos para o que se pretendia sublinhar, que o jornal amplifica o perfil criminoso do vadio e o problema da reincidência. Contudo, do total das 4126 pessoas envolvidas na prática de crimes referidas pelo jornal, apenas 80 são dadas como reincidentes. O jornal veicula ideias de grande aceitação na época sobre as causas da criminalidade, referindo que muitos dos que praticam crimes são na verdade “um produto ocasional da miséria, do meio desgraçado em que respira, do influxo das más companhias, da negligência da sociedade ou da família”⁴³. A cobertura do crime realizada pelo *Diário de Notícias* é claramente influenciada pelas abordagens sociológicas divulgadas em final de Oitocentos, em que se reflete sobre a influência das condições de vida sobre a prática do crime.

Por fim, uma referência às contravenções noticiadas, que se referem sobretudo à detenção de cocheiros e outros trabalhadores dos transportes, muitas vezes por atropelamento de transeuntes, excesso de velocidade ou ainda por maus tratos a animais, que se considera serem postos a trabalhar em péssimas condições de saúde e chicoteados nas ruas. Aqui o discurso do jornal organiza-se em torno da necessidade de disciplinar o trânsito na cidade, geralmente caótico e provocando uma insegurança generalizada para quem andava pelas ruas da cidade.

Conclusão

Tomando como base o ano de 1892, é possível detetar os processos discursivos de identificação e classificação de comportamentos quotidianos descritos como conflituosos e socialmente perigosos através das inserções sobre o crime realizadas pelo *Diário de Notícias*. Estes eram apresentados aos leitores na forma de relatos sintéticos e breves em rubricas diárias, mas eram também narrados na forma de registos detalhados e de relatos de acontecimentos, quando se tratava de crimes tidos como mais graves ou de maior interesse. Dava-se maior atenção à descrição do crime praticado, dos envolvidos na ação, tanto o criminoso como a vítima, bem como das diligências policiais desenvolvidas para se descobrir e capturar o criminoso. Geralmente no caso dos criminosos, daqui resultava uma biografia que apontava logo para o desenvolvimento de uma carreira criminosa que iria concretizar-se mais tarde na prática de grandes delitos.

⁴³ *Diário de Notícias*, de 2 de junho de 1892.

É também notória a forma de percecionar a cidade difundida pelo *Diário de Notícias*, representando-a como um ambiente promiscuo e promotor da degeneração moral dos seus habitantes, sendo as suas populações caracterizadas pela privação económica e tidas como propensas à prática de condutas desviantes. A construção da disciplina e da violência como um problema social é um dos traços principais que resulta da análise do discurso do jornal sobre o crime, muitas vezes ancorado numa hiperbolização da insegurança e dos perigos existentes na cidade. A imagem construída pelo jornal é a de um quotidiano lisboeta caracterizado pela existência de uma criminalidade com baixos níveis de violência brutal, expressa pelo diminuto número de homicídios e roubos, mas com um elevado grau de recurso a uma violência mais moderada, indiciando a persistência de valores sociais que toleram o recurso à agressão enquanto forma de resolução das tensões e conflitos nas relações sociais ao nível interpessoal, familiar e grupal. Ao mesmo tempo, é claro o apoio ao processo de repressão e criminalização de comportamentos e atitudes que são definidos como desviantes, sustentando o discurso do jornal uma construção de intolerância para com a violência e a indisciplina. Outro vetor determinante é traçado pelo peso do furto nas tendências da criminalidade veiculadas pelo jornal. Este realça a construção social de normas que valorizam a propriedade privada através da reprovação de qualquer tipo de infração dessas normas, por mais insignificante que esta fosse. Mas revela também o recurso frequente, por parte das camadas populares da população mais vulnerável e em situação de maior precariedade económica, a formas alternativas de sobrevivência, como estratégia de resposta às tensões sociais de então que, no entanto, o jornal cala.

Através destes dois vetores e de um discurso normativo e valorativo, que se insinua para além dos pressupostos de objetividade jornalística assumidos pelo jornal para ir ao encontro do papel moralizador que chamou a si, é construída a visibilidade pública da figura do criminoso, tornada familiar pelo discurso do jornal, e a associação desta às camadas populares, vistas como necessitadas de uma intervenção moralizadora e educativa que pudesse modificar os seus comportamentos e atitudes, tidos como inconvenientes e perigosos para a integridade coletiva, e incompatíveis com o modelo de sociedade que se procurava implementar. Ao mesmo tempo, pelo alerta constante para o número e tipo de crimes praticados, o jornal permite a afirmação de um sentimento de insegurança que justificava a exigência de medidas eficazes de combate ao crime, nomeadamente o fortalecimento dos dispositivos policiais e do poder discricionário de que estes estavam investidos.

***O Jornal da Mulher* (1910-1937):
conselhos de economia doméstica e receitas de culinária**

***O Jornal da Mulher* (1910-1937):
home economics advices and cooking recipes**

ISABEL DRUMOND BRAGA

Universidade de Lisboa, CIDEHUS-UE e CH-ULisboa, Faculdade de Letras
isabeldrumondbraga@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-7035-6497>

Texto recebido em / Text submitted on: 02/04/2019

Texto aprovado em / Text approved on: 03/06/2020

Abstract

Based on the cookery section included in *O Jornal da Mulher*, this paper aims to analyze the relevance of home economics advices and kitchen recipes provided to readers throughout the three decades in which the magazine was published. The paper also tries to perceive constants and differences in the area of practical knowledge imbued with moralizing considerations.

Keywords: Cookery; Home economics advices; *O Jornal da Mulher*; Portugal; 20th century.

Resumo

Partindo das páginas de culinária incluídas em *O Jornal da Mulher*, procura analisar-se a relevância dos conselhos de economia doméstica e das receitas de cozinha fornecidas às leitoras ao longo das três décadas em que a revista foi publicada. Tenta igualmente perceber-se constantes e diferenças na área dos saberes práticos imbuídos de considerações moralizadoras.

Palavras-chave: Culinária; Economia doméstica; *O Jornal da Mulher*; Portugal; século xx.

1. Estado da arte

Ao contrário do que aconteceu em outros países europeus, em que as revistas femininas apareceram sobretudo no século XVIII – a Inglaterra terá sido pioneira com *Lady's Mercure* (1693) e *The Female Spectator* (1744), em França, *Le Courier de la Nouveauté* (1758), em Espanha, *La Pensadora Gaditana* (1768), em Itália, *Toilette* (1770), na Alemanha, *Akademie der Grazien* (1774) – em Portugal, coube ao *Correio das Modas* (1807) o estatuto de primeiro periódico feminino. Independentemente dos posicionamentos mais ou menos críticos, pluralistas, contraditórios, tradicionalistas ou outros, e da duração, frequentemente curta, das revistas dedicadas ao sexo feminino, a historiografia portuguesa pouca atenção lhe tem prestado, se esquecermos algumas linhas em livros sobre a imprensa e escassos trabalhos específicos. Ivone Leal foi responsável pela inventariação desta categoria de periódicos¹ e Ana Maria Costa Lopes, estudou as imagens da mulher de Oitocentos, em especial na ótica dos saberes, veiculadas pelas revistas². Teresa Salvador dedicou-lhes um artigo no qual refletiu sobre as designações dos periódicos e a relevância dos conteúdos, recorrendo a exemplificações concretas, incluindo ainda uma lista das publicações³.

A historiografia portuguesa tem igualmente negligenciado o estudo das revistas femininas do século XX como fontes relevantes para o estudo de matérias tão diversas como o corpo, a alimentação, a higiene e beleza, a moda, a educação infantil, a decoração, a publicidade, o exercício físico, a vida cultural, as atividades mundanas e tantos outros temas, considerados frequentemente como menores, fúteis e frívolos⁴, esquecendo que as revistas são documentos fundamentais para os estudos de história de género, de cultura e de história social. Com exceção de alguns trabalhos recentes sobre aspetos parciais da

¹ Ivone Leal, *Um século de periódicos femininos: arrolamento dos periódicos entre 1807 e 1926*, Lisboa, Comissão da Condição Feminina e para os Direitos das Mulheres, 1992.

² Ana Maria Costa Lopes, *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos*, Lisboa, Quimera, 2005.

³ Teresa Salvador, “Em torno dos periódicos femininos”, *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, 26 (2009), p. 95-117.

⁴ O mesmo aconteceu em outras historiografias. Para França, cf. as observações de Colette Cosnier, *Les dames de Femina: un féminisme mystifié*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2009, p. 9.

*Modas & Bordados*⁵, publicada desde 1912; da *Eva*⁶, editada em 1925; da *Fêmeina*, a partir de 1933⁷ e da *Menina e Moça*⁸, desde 1947, resta um enorme vazio que urge preencher. Nesse sentido, o trabalho que agora se apresenta faz parte de um projeto internacional intitulado *Informar, distrair e disciplinar: revistas portuguesas femininas do século XX*, no qual se procura perceber como se formaram e moldaram os comportamentos, fortemente impregnados de uma retórica político educacional veiculada nos periódicos destinados às mulheres.

Urge, pois, estabelecer objetivos e utilizar estas fontes de temáticas variadas para conhecer as transformações sociais e culturais do universo feminino durante o século xx e avaliar as influências das revistas estrangeiras nas congêneres portuguesas. Se bem que algumas destas publicações destaquem as mulheres pioneiras em algumas atividades, as boas e más profissões para o sexo feminino continuaram a estar na mente de quase todos. Por outro lado, a educação das jovens, os valores a inculcar-lhes, nomeadamente em relação à conduta ajustada para concretizar o maior objetivo da vida das mulheres, ou seja, o casamento, as leituras adequadas às meninas, a par dos conselhos para cuidar das crianças deu origem a muitos artigos sobre educação juvenil e sobre puericultura. Já matérias que tocassem em política, questões sociais, escândalos, catástrofes e tudo o que fizesse perder a graça e o encanto femininos esteve ausente da esmagadora maioria das publicações.

⁵ Maria Luiza Fouto Prates, *O Jornalismo Feminino nas décadas de 30 e 40 na Revista Modas e Bordados e a Personalidade de Maria Lamas*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Cultura Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2003; Maria Helena Vilas-Boas e Alvim, *Do Tempo e da Moda: a moda e a beleza feminina através das páginas de um jornal (Modas e Bordados – 1912-1926)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004; Maria Alice Pinto Guimarães, *Saberes, modas e pó-de-arroz: Modas e Bordados. Vida Feminina (1933-1955)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007; Andreia Agostinho, “A Sociedade feminina do século XX vista através da *Modas & Bordados*”, *Jornalismo e Jornalista*, 30 (2007), p. 54-64; Marilene Direito Rodrigues, *Mulheres e Cidadania na Revista Modas & Bordados: Representações de um percurso de mudança entre 1928-1947*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Jornalismo apresentada à Escola Superior de Comunicação Social, 2016.

⁶ Tânia Vanessa Araújo Gomes, *Uma revista feminina em tempo de guerra: o caso da Eva (1939-1945)*, Coimbra, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Economia, Sociedade e Relações Internacionais apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011.

⁷ Isabel Drumond Braga, “Disciplinar o corpo e apurar a raça: a educação física na revista *Fêmeina* (1933-1938)”, *Caderno Espaço Feminino*, 32 - 1, (2019), p. 83-126. Cf. <https://www.academia.edu/40433617/>.

⁸ Isabel Drumond Braga, Paulo Drumond Braga, “A Mocidade Portuguesa Feminina e a formação culinária em *Menina e Moça* (1947-1962)”, *Cadernos Pagu*, 39 (2012), p. 201-226. Cf. <https://www.academia.edu/6527031/>.

2. Receitas: do segredo à publicação

Ao longo dos tempos, muitas mulheres dedicaram-se à cozinha. Porém, a publicação de receitas de culinária de autoria feminina foi uma realidade tardia, embora os cadernos de receitas manuscritos para uso particular fizessem parte do cotidiano, tanto de freiras⁹ como de leigas¹⁰, desde a Época Moderna. Neste contexto, frequentemente a resistência à divulgação das receitas era significativa entre a população monástica e conventual, pois os receituários eram entendidos como portadores de segredos que importava guardar, para não prejudicar economicamente as comunidades. Entre as leigas, algumas rivalidades femininas não facilitavam a transmissão de receitas apreciadas.

Só no século xx, as mulheres começaram a aventurar-se na publicação da denominada “culinária de papel”¹¹, apresentando receituários completos, compostos por pratos salgados e doces, juntando-se estas obras aos livros escritos por homens. Paralelamente, em ambiente doméstico, foi prática corrente recorrer a recortes e colagens de receitas em cadernos, de autoria muitas vezes anónima e de proveniência diversificada, tornando estas coleções muito comuns nos lares¹².

Embora o interesse e o valor dos receituários enquanto fontes históricas já tenha sido evidenciado, importa lembrar que o estudo dos mesmos permite perceber as práticas alimentares e os gostos, independentemente de fornecerem informações acerca do que se poderia comer e não necessariamente do que se comia. Isto significa que os livros de receitas são, como bem os definiu Bruno Laurioux, objetos plurais, isto é, podem e merecem igualmente ser abordados na ótica das artes mecânicas e dos saberes práticos e até na do estudo da história do livro¹³. Por seu lado, Mark Kurlansky defendeu: “I believe recipes to be invaluable artifacts. They teach

⁹ Isabel Drumond Braga, *Sabores e Segredos: Receituários Conventuais Portugueses da Época Moderna*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Annablume, 2015.

¹⁰ Isabel Drumond Braga, “Culinária no Feminino: Os Primeiros Livros de Receitas Escritos por Portuguesas”, *Caderno Espaço Feminino*, 19-1 (2008), p. 117-141; Eliane Morelli Abrahão, “A Escrita Culinária: permanências e transformações: Campinas (1863-1940)” in Carmen Soares e Joaquim Pinheiro (coord.), *Patrimónios Alimentares de Aquém e Além Mar*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Annablume, 2015, p. 47-56.

¹¹ Laura Graziela Gomes, “Culinária de Papel”, *Estudos Históricos*, 33 (2004), p. 1-22.

¹² Alberto Capatti, Massimo Montanari, *La Cuisine italienne: histoire d'une culture*, Paris, Seuil, 2002, p. 207.

¹³ Bruno Laurioux, *Le Règne de Taillevent: livres et pratiques culinaires à la fin du Moyen Âge*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1997, p. 13.

us about societies and the social order in which they were created. They tell us what life were like at the time those dishes were first cooked”¹⁴, enquanto Henry Notaker fixou-se nos textos, autorias, conteúdos, formatos e públicos e considerou que:

“scholars from various fields – historians, sociologists, anthropologists, linguistics, and others – have found these books [cookbooks and household books] to be important sources of information about mentalities, costumes, ideas, daily life, technical developments, and more. But they have not been interested in the texts of these works per se; rather, they see these books only as possible sources for the subjects they are investigating, such as food history, culinary development, table manners and social distinction”¹⁵.

A análise dos livros de cozinha, bem como das colunas de culinária das revistas femininas ou das generalistas deve, portanto, focar-se nos autores e nos leitores, nos conteúdos, designadamente nas permanências e nas inovações culinárias, mas também nos utensílios referenciados e nas artes da mesa, cuja abordagem mais completa parece ser a de Gilly Lehmann, relativa a Inglaterra¹⁶, a de Notaker¹⁷, vocacionada para diversos espaços europeus, em especial do Norte da Europa, e a de vários autores, numa obra coletiva, para Espanha¹⁸. Em Portugal e no Brasil estas práticas estão igualmente em marcha¹⁹.

¹⁴ Mark Kurlansky, *Milk! A 10,000 year food fracas*, Nova Iorque; Londres, Bloomsbury Publishing, 2018, p. XIII.

¹⁵ Henry Notaker, *A history of cookbooks: from kitchen to page over seven centuries*, Oakland, University of California Press, 2017, p. IX.

¹⁶ Gilly Lehmann, *The British Housewife: Cookery Books, Cooking and Society in eighteenth-century Britain*, s. l., Prospect Books, 2003.

¹⁷ Henry Notaker, *A history of cookbooks...*, cit.

¹⁸ *La Cocina en su Tinta*, Madrid, Biblioteca Nacional de España, 2010.

¹⁹ Cf., sem preocupações de exaustividade, *Delícias das Sinhás: História e Receitas Culinárias*, organização de Héctor Hernán Bruit, Eliane Morelli Abrahão, Deborah d’Almeida Leanza, Fernando António Abrahão, Campinas, Arte Escrita Editora, CMU Publicações, 2007; Eliane Morelli Abrahão, “A Escrita Culinária...” cit.; Solange Menezes da Silva Demeterco, *Doces Lembranças: Cadernos de Receitas e Comensalidade (Curitiba, 1900-1950)*, Curitiba, Máquina de Escrever, 2016; Isabel Drumond Braga, Inês de Ornelas e Castro, “Saberes e Fazer de Berta Rosa Limpo. A Construção de um Êxito: o *Livro de Pantagruel*”, *Faces de Eva*, 29 (2013), p. 45-66; Isabel Drumond Braga, “O Receituário de Francisco Borges Henriques: Culinária, Cosmética e Botica em Portugal no século XVIII”, *Diálogos Mediterrânicos*, 12 (2017), p. 67-88; Isabel Drumond Braga, Maria Cecília Amorim Pilla, “Rosa Maria para a Elite, Rosa Maria para o Povo”, *Revista de História*, 177 (2018).

3. *O Jornal da Mulher: aspetos formais*

No século xx, as revistas portuguesas femininas, embora de temática variada, tal como as suas congéneres de outros espaços, foram responsáveis pela circulação de ideias e de práticas em matérias diversas, quase todas intrinsecamente ligadas aos considerados interesses das mulheres, isto é, as preocupações com a casa (alimentação, higiene, decoração), com a família (educação dos filhos, cuidados com o marido) e com ela mesma (moda, beleza e mais raramente desporto). Quer estejamos perante publicações da responsabilidade do Estado²⁰, da Igreja²¹, de associações ou de empreendimentos particulares, torna-se claro que a revista, como outras publicações, procurava informar e transmitir conhecimentos, difundindo de forma acessível um conjunto de dados a letrados e iletrados²², ensinando e tentando disciplinar os leitores, formando opiniões e gostos, fornecendo normas de comportamento e incentivando ao consumo de bens e serviços das mais variadas áreas, através dos artigos e da publicidade, que constituía, certamente, uma relevante fonte de receita. A leitura deste tipo de publicações permitia aos leitores a obtenção de referentes para, desse modo, exercerem mais corretamente as suas funções sociais²³.

Ao contrário do livro, a revista enquanto objeto é marcada pelo efémero, sendo de um modo geral, mais frágil, menos volumosa e sem capa dura, o que não obstou, em alguns casos, às encadernações no fim de cada ano civil, com capas próprias que a publicação comercializava, tal é o caso da revista de que este artigo

²⁰ Sobre estas, em Portugal, refiram-se as da Mocidade Portuguesa Feminina, direcionadas para diferentes funções e escalões etários: *Mocidade Feminina Portuguesa: Boletim Mensal* (1939-1947), *Menina e Moça* (1947-1974), *Mocidade Feminina Portuguesa: Boletim para Dirigentes* (1947-1953 e 1963-1968), *Lusitas* (1943-1957), *Fagulha* (1958-1974), *De Mãos Dadas* (1961-1967) e *Lavores e Trabalhos Manuais* (1969-1974). Sobre a culinária numa delas, cf. Isabel Drumond Braga, Paulo Drumond Braga, “A Mocidade Portuguesa Feminina e a Formação Culinária em Menina e Moça (1947-1962)”, *Cadernos Pagu*, 39 (2012), p. 201-226.

²¹ Veja-se o estudo de Walter Valdevino do Amaral, *Purificando Corpos e Normalizando Mentis: Mulheres Católicas e Imprensa no Brasil e em Portugal (1937-1945)*, Uberlândia, Tese de Doutoramento em História, especialidade de História Social, apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal da Uberlândia, 2018, na qual se faz a comparação entre a revista *Maria: Revista das Congregações Marianas*, um órgão da Pia Associação das Filhas de Maria, durante o Estado Novo brasileiro, isto é, entre 1937 e 1945, e a revista *Mocidade Feminina Portuguesa: Boletim Mensal*, cujos 96 números vieram a lume entre 1939 e 1947.

²² Sobre esta temática, já para o século xix, cf. Rui Cascão, “Em Casa. O Quotidiano Familiar” in *História da Vida Privada em Portugal*, direção de José Mattoso, vol. 3, coordenação de Irene Vaquinhas, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, p. 229.

²³ Sobre esta matéria, cf. os considerandos de Carla Bassanezi Pinsky, *Mulheres dos Anos Dourados*, São Paulo, Contexto, 2014, p. 10, 46, *passim*.

se ocupa. Por outro lado, de aparecimento periódico, com raríssimas reedições, preço menos elevado do que o livro, apresentando uma leitura entremeada por imagens, a cores ou a preto e branco, a revista permite uma leitura fragmentada e seletiva, por vezes em secções fixas, está normalmente datada e veiculada ao presente; ditará modas e potencializará o consumo, quer pelo conteúdo dos textos quer pela presença da já referida publicidade²⁴. Segundo Clara Rocha, poderá ser literária, de entretenimento e informação, cultural, marginal ou de contracultura, política ou de opinião e de letras e artes. O aparecimento de revistas pode relacionar-se com a sociologia da criação, isto é, permitindo a afirmação de um grupo, tendência ou vanguarda; ou com a sociologia da receção, isto é, preenchendo uma lacuna ou satisfazendo uma necessidade cultural do público²⁵.

Em julho de 1910, surgiu o primeiro número de *O Jornal da Mulher*. Rapidamente conheceria a concorrência de outras revistas femininas, designadamente a *Modas e Bordados*²⁶, a *Eva*²⁷ e a *Fémína*²⁸. A revista era propriedade da papelaria *Au Petit Peintre*, situada na rua de São Nicolau 102-104 A, em Lisboa, uma loja de artigos de escritório e de pintura, que chegou a possuir tipografia, fundada em 1909, por António Franco²⁹. A este proprietário deveu a sua fundação.



Fig. 1 – Vitrail encimando uma porta com o nome da loja.

²⁴ Sobre as diferenças entre livros e revistas, cf. Clara Rocha, *Revistas Literárias do século XX em Portugal*, [Lisboa], INCN, 1985, p. 24-28; Ana Luiza Martins, *Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos da República: São Paulo (1890-1922)*, São Paulo, Fapesp, Edusp, 2008, p. 40, 244-269.

²⁵ Clara Rocha, *Revistas Literárias...*, cit., p. 28-33.

²⁶ Sobre esta revista, cf. Maria Helena Vilas-Boas e Alvim, *Do Tempo e da Moda: a moda e a beleza feminina através das páginas de um Jornal (Modas & Bordados – 1912-1926)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005; Maria Alice Pinto Guimarães, *Saberes, Modas e Pó-de-arroz: Modas & Bordados. Vida Feminina (1933-1955)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.

²⁷ Sobre esta revista, cf. Tânia Vanessa Araújo Gomes, *Uma revista feminina...*, cit.

²⁸ Sobre esta revista, cf. Isabel Drumond Braga, *Disciplinar o corpo e apurar a raça...*, cit.

²⁹ Sobre esta loja, cf. *Lojas com História*, texto de Joana Bétholo, Lisboa, Tinta-da-china Edições, 2017, p. 188; “Círculo das Lojas de Character e Tradição de Lisboa” (<http://circulolojas.org/portfolio/au-petit-peintre>, consultado em 2017.03.29). Em qualquer dos casos, encontram-se informações a necessitar de revisão. Refira-se que a obra *Lojas com História* contou com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa e contém diversos erros, o que é, a todos os títulos, particularmente grave.

Teve como primeira diretora a escritora e poetisa Albertina Paraíso (1864-1954). O editor era José Henriques. A partir de outubro de 1911, a diretora passou a ser Maria Luísa Aguiar, pseudónimo de Maria Brak-Lamy Barjona de Freitas, a qual contou com Carlos Cilícia de Lemos como secretário de redação. Voltaram a ser visíveis alterações em 1917. Nesta data, a direção literária ficou a cargo do escritor Tomás d’Eça Leal (1876-1959), a artística sob a responsabilidade de Beatriz Rollin Santos – por escasso tempo, pois afastou-se por morte do pai, sendo substituída por Modesta Neves, a partir de agosto – e a administração continuou a ser da responsabilidade de António Franco. Só em 1926, haverá mudanças com a chegada de Ximenez Magalhães, responsável pelas matérias sobre moda e beleza femininas. Em maio de 1929, a direção artística passou para Margarida Ottoloni, enquanto a literária desapareceu, restaurando-se o cargo de redator principal na pessoa de Armando Ribeiro. A revista conheceu uma nova fase, a partir de janeiro de 1931, quando a diretora passou a ser Maria Barjona de Freitas³⁰, o redator principal Armando Ribeiro, já presente na equipa anterior, e a secretária da redação Elvira Paes dos Santos. Rapidamente, verificaram-se novas mudanças. Em abril do mesmo ano, a direção foi assumida por Palmira Franco, a direção artística recaiu em Pinto de Magalhães, mantendo-se o resto dos elementos. Algumas destas mulheres referenciadas sem mais indicações eram ou tinham sido professoras de trabalhos manuais e de desenho, das quais praticamente nada se sabe.



Fig. 2 – Capa do primeiro número da revista.

³⁰ Antes já o fora sob o pseudónimo de Maria Luísa Aguiar.

Apesar de a periodicidade inicial ser bimensal, nem sempre assim aconteceu. Por outro lado, foram frequentes os atrasos, devido a greves³¹. Por exemplo, em maio de 1911, uma nota esclareceu isso mesmo e avisou acerca da mudança da redação para a rua da Prata, n.º 267, 2.º andar³². E a redação e administração voltarão a mudar em agosto de 1911, para a rua da Boa Vista, n.º 124, e em setembro de 1913, para a avenida Defensores de Chaves, 1.º andar³³. A I Guerra Mundial (1914-1918) irá implicar contrariedades para a revista que, no número 90, de 30 de outubro de 1914, esclareceu a necessidade de passar a ter tiragem mensal, em resultado das dificuldades sentidas em importar papel³⁴, o qual será variável e de qualidade inferior nos anos seguintes. Em 1918, os atrasos na saída dos números foram objeto de justificação, eram uma consequência da greve dos tipógrafos.

Findo o conflito bélico, não terminaram os problemas. Se o papel melhorou de qualidade, apareceram diversos números duplos em 1919 e, no ano seguinte, acabou por ser suspensa temporariamente a publicação. Justificou-se a medida tendo em conta o aumento significativo dos salários do pessoal gráfico, que “veio dar fim à luta que o nosso jornal vinha travando e sustentando durante a guerra e que se agravou de forma assustadora nestes últimos tempos”³⁵. A retoma deu-se em março de 1921, com a mesma direção, nova capa e melhor papel. Mas entre dezembro de 1921 e dezembro de 1926 não foi publicada. O reaparecimento da revista, com o número 168, dando continuidade à numeração anterior, mas com a paginação a começar em um e com 16 páginas, contou com a mesma equipa e, pouco depois, com um artigo de regozijo e de esperança: “é nosso ardente desejo que *O Jornal da Mulher* se torne, dentro de pouco tempo, não só a primeira revista do seu género no nosso país, mas que possa ainda vir a enfileirar, sem desdouro, ao lado das melhores revistas femininas que se publicam lá fora”³⁶. Em 1935, voltou a numerar-se a partir da página um.

³¹ Refira-se que o direito à greve foi promulgado após a instauração da república, por decreto do ministro Brito Camacho, de 6 de dezembro de 1910, embora apresentasse limitações. Entre 1903 e 1912 contaram-se três greves de tipógrafos. Cf. A. H. de Oliveira Marques, Luís Nuno Rodrigues, “A Sociedade e as Instituições Sociais” in A. H. de Oliveira Marques (coord.), *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Presença, 1991, p. 221-224.

³² *O Jornal da Mulher*, 18 (1911), p. não num.

³³ *O Jornal da Mulher*, 68 (1913), p. não num.

³⁴ *O Jornal da Mulher*, 90 (1914), p. 1256.

³⁵ *O Jornal da Mulher*, 155 (1920), p. 2544.

³⁶ *O Jornal da Mulher*, 170 (1927), p. 219.



Fig. 3 – Capa do último número da revista.

O último número, o 263, foi publicado em julho de 1937. No penúltimo, contudo, anunciou-se a suspensão de *O Jornal da Mulher*. Alegaram-se dificuldades não especificadas que justificavam a saída irregular da revista e esclareceu-se que, enquanto publicação dedicada às artes decorativas, era imprescindível que os desenhos apresentados fossem exequíveis, mais se acrescentando que a falta por doença de quem tinha tal tarefa levava ao desmoronamento do periódico. Intui-se, portanto, a dificuldade de encontrar colaboradoras especializadas nas artes decorativas. Finalmente, insistiu-se que a revista não se preocupava especialmente com modas, preferindo a educação e a preparação da boa dona de casa³⁷. Não seria uma suspensão, mas o fim da edição, nas vésperas da II Guerra Mundial (1939-1945).

Os preços só foram revelados no número dois. A assinatura anual no país custava 1\$800, a semestral \$950, a trimestral \$500 e o número avulso \$100; no estrangeiro só se permitiam duas opções, a anual, no valor de 2\$500 e o número avulso, que custaria \$150 réis. Logo no ano seguinte, em agosto, os preços subiram e note-se que deveriam, desde o decreto-lei de 25 de maio de 1911, ser expressos em escudos, o que só acontecerá bem mais tarde, durante a década de 1920³⁸. Então a assinatura anual passou a 2\$000, a semestral a 1\$100 e o número avulso a \$100. No estrangeiro, a anual passou a 4\$000 ou a 12\$000,

³⁷ *O Jornal da Mulher*, 262 (1937), p. 3.

³⁸ De qualquer modo, 1\$000 réis equivaliam a 1\$00 escudo.

consoante fosse um país com moeda forte ou fraca, respetivamente. Em 1912, a publicação sofreu novo aumento: 2\$400, 1\$400 e \$800 para assinaturas anuais, semestrais e trimestrais, respetivamente. Como se tratava de uma revista com diversas folhas de desenhos e moldes, além das 16 páginas de texto, foi criada uma tabela para esses extras. Durante a I Guerra Mundial, os preços subiram muitíssimo, passando, em julho de 1915, um número avulso a custar 1\$500, mais do que uma assinatura semestral no passado recente. Era o resultado da inflação. A situação conhecerá novo agravamento em 1917, com a passagem para 1\$600, em maio. No final do ano, as tabelas para assinaturas de 24, 12 ou seis números estabeleceram 3\$200, 1\$800 e 1\$000, respetivamente. No ano seguinte, novo aumento do número avulso, desta feita de 2\$400 para 2\$500. Outras indicações acerca dos preços sugeriram em 1927, um ano no valor de 48\$00 e um semestre no de 27\$50. Nas colónias 60\$00 e no Brasil 80\$00. Deixaram de ser vendidos números avulsos. No final de 1936, anunciaram-se novos preços, desta vez em baixa, 30\$00 para a assinatura anual, metade para a semestral, 7\$50 para a trimestral e regressou o número avulso ao preço de 2\$50. Compare-se com os salários do funcionalismo público da época. Em 1914, um diretor geral recebia 200\$00 mensais e um general 212\$50. Em 1920, os mesmos passaram a auferir 250\$00 e 275\$00, respetivamente. Até 1925, os salários foram subindo, atingindo 2001\$00 e 2232\$17, em cada caso. Entretanto, o índice de custo de vida passou de 100 para 551,6 e 2286,4, nesses mesmos anos³⁹. Além das assinaturas, a revista contava com receitas provenientes da publicação de diversos anúncios.

Inicialmente, *O Jornal da Mulher*, de tamanho ligeiramente superior ao atual formato A4, com impressão a preto e recurso a diversos cunhos tipográficos e a algumas imagens, que em 1931 passaram a ser a cores, tinha oito páginas e no seu número 12 já ostentava o dobro. Em meados de 1913, contava com 26 incluindo as que eram ocupadas por publicidade. Estas não eram numeradas. A paginação era sequencial, procurando-se que no início de cada ano se encadernasse o conjunto do ano anterior. Esta situação alterou-se em meados de 1911, quando se voltou a paginar começando pelo um e em dezembro de 1926, ao retomar-se a publicação interrompida desde dezembro de 1921. Ao longo dos anos, as capas da revista foram sofrendo alterações, a primeira das quais no número 12. Passou-se do uso de uma única cor escura e letras pretas para uma capa com fundo branco e letras pretas e cor-de-rosa. No início de 1911,

³⁹ Cf. A. H. de Oliveira Marques, Luís Nuno Rodrigues, “A Sociedade e as Instituições Sociais” in A. H. de Oliveira Marques (coord.), *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Presença, 1991, p. 228.

voltou-se à capa habitual. Novas alterações ocorrerão nos números 15, 25, 62, 81, 117, entre outros. A imagem feminina, presente nas primeiras capas, poucas alterações conhecerá. Mas, na década de 1920, será substancialmente diferente e, na seguinte, oscilará entre personalidades femininas e ausência de imagens⁴⁰.



Fig. 4 – Capa do número 12 da revista.

Curiosamente *O Jornal da Mulher* não incluiu nenhum editorial, nem nenhum artigo inicial de apresentação às futuras leitoras. Apenas na contracapa, precedendo a publicidade, esclareceu:

“*O Jornal da Mulher*, desejando prestar um serviço aos seus assinantes e especialmente às donas de casa, só publicará anúncios das casas comerciais de que possa garantir a seriedade das suas transações, a excelência dos seus géneros e a modicidade dos seus preços. Assim, orientando criteriosamente sobre este assunto, responderá com prazer a quaisquer perguntas que lhe sejam feitas e dará todas as indicações e conselhos que lhe sejam pedidos, elucidando os seus estimáveis assinantes sobre a escolha dos seus fornecedores”⁴¹.

Embora se desconheça a tiragem da revista, parece ter sido apreciada e ter chegado a muitos lares, em Portugal continental, nos espaços das então colónias e até no Brasil. Conhecem-se alguns locais de venda, isto é, livrarias

⁴⁰ Sobre a ilustração das revistas, cf. Theresa Lobo, *Ilustração em Portugal I: 1910 a 1940*, Lisboa, IADE Edições, 2009.

⁴¹ *O Jornal da Mulher*, 1 (1910), p. não num.

em várias cidades do país, e até no ultramar, como Luanda e Lourenço Marques⁴²; e, tudo leva a crer, dependia das assinaturas⁴³. Em novembro de 1930, o general Carmona, então presidente da república, escreveu uma carta à direção, elogiando-a e considerando a revista “digna de admiração e carinho”⁴⁴.

Apesar de todas as dificuldades inerentes à identificação de quem lê o quê, tendo em conta as condições sociais da possibilidade de ler, a formação dos leitores nos diferentes espaços e tempos e o significado diferenciado das leituras consoante quem lê⁴⁵, torna-se claro o público-alvo desta publicação, isto é, os leitores em geral e as mulheres em particular, especialmente as donas de casa dos grupos médios e superiores, o que ficou patente, pelo preço, pela publicidade e, de forma mais clara, pelos conteúdos das várias secções. Atente-se em algumas passagens, por exemplo: “Nós não quereríamos as meninas de hoje educadas certamente para cozinheiras de família, mas desejamo-las com os conhecimentos precisos para saberem dirigir e vigiar as suas cozinheiras”⁴⁶. Em dado momento, fez saber-se que a colaboração da dona da casa e das filhas na preparação dos doces era sempre muito agradável para os convidados⁴⁷, enquanto as cozinheiras eram, geralmente, “criaturas difíceis de aturar, não tanto, talvez, por vontade delas, como pela má disposição em que sempre as têm o seu mister”⁴⁸. Não obstante, na secção de culinária, por vezes, entendeu-se ser necessário explicar determinadas expressões para leitoras menos conhecedoras de preparados internacionais. Por exemplo, esclareceu-se que o “pastelão recheado” era o “vol-au-vent”⁴⁹, os “ceps”, uma espécie de cogumelos vendidos em latas⁵⁰, as “charlottes”, “uns bolos cujo exterior é de biscoitos de la reine ou outros biscoitos secos, e o interior de cremes ou de purés de frutas”⁵¹, e os “croissants”, “pertencem mais à categoria dos bolos do que à do pão, sendo os bolos mais

⁴² Cf. para a década de 1930, *O Jornal da Mulher*, 225 (1931), p. 1136; 231 (1932), p. não num.

⁴³ A revista não contou com muitos dos habituais expedientes para fidelizar os leitores, caso dos concursos, dos folhetins, etc. Sobre estes processos, cf. Maria Luiza Martins, *Revistas em revista...*, cit., p. 237-243.

⁴⁴ *O Jornal da Mulher* 214 (1930), p. não num.

⁴⁵ Veja-se, por exemplo, Heloisa de Faria Cruz, *São Paulo em Papel e Tinta: Periodismo e Vida Urbana (1890-1915)*, São Paulo, EDUC, 2000, p. 136.

⁴⁶ *O Jornal da Mulher*, 10 (1910), p. 86.

⁴⁷ *O Jornal da Mulher*, 9 (1910), p. 74.

⁴⁸ *O Jornal da Mulher*, 10 (1910), p. 86.

⁴⁹ *O Jornal da Mulher*, 77 (1914), p. 967.

⁵⁰ *O Jornal da Mulher*, 192 (1929), p. 602.

⁵¹ *O Jornal da Mulher*, 213 (1930), p. 954.

deliciosos para o primeiro almoço ou para o chá da tarde”⁵², numa definição que demonstra a dificuldade de os tipificar uma vez que, em português, não há palavra equivalente a *viennoiserie*, designação na qual se inserem os *croissants*.

A publicação de *O Jornal da Mulher* coincidiu com um período em que, por necessidade e por vontade, o sexo feminino implantou-se cada vez mais fortemente no mercado de trabalho. Esta situação, contudo, nunca significou igualdade de salários nem de oportunidades⁵³. A agravar este quadro, tenha-se presente uma elevada taxa de analfabetismo no país, a qual penalizava mais fortemente as mulheres, cujo reconhecimento do direito à instrução não era consensual, dividindo-se igualmente as opiniões acerca do acesso da mulher ao trabalho, mesmo entre as próprias⁵⁴. Não obstante, com percentagens baixas, algumas acederam a cargos importantes do regime, designadamente em organizações femininas como a Mocidade Portuguesa Feminina e a Obra das Mães pela Educação Nacional⁵⁵, bem como a órgãos nacionais, caso da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa⁵⁶. Igualmente dando continuidade ao passado, mas de forma mais expressiva numericamente no século xx, diversas mulheres foram autoras, escrevendo obras de temas e conteúdos variados, participando em jornais e revistas quer generalistas quer femininos.

4. *O Jornal da Mulher e a economia doméstica*

Ao longo dos 27 anos em que se publicou, a revista conheceu secções diversas nunca particularmente bem definidas. A principal preocupação foi

⁵² *O Jornal da Mulher*, 230 (1932), p. 1226.

⁵³ Sobre as medidas de proteção social e as suas instituições públicas e privadas, bem como a legislação sobre os direitos das mulheres trabalhadoras, cf. Virgínia Baptista, *Proteção e direitos das mulheres trabalhadoras em Portugal (1880-1943)*, Lisboa, ICS, 2016. Sobre algumas das histórias de pioneirismo feminino, cf. Maria Alice Samara, *Operárias e burguesas: as mulheres no tempo da República*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007. Sobre a luta pela conquista de direitos políticos e económicos, cf. Maria de Fátima Mariano, *As mulheres e a I República*, Lisboa, Caleidoscópio, 2011.

⁵⁴ Cf. Irene Vaquinhas, *Nem gatas borralheiras, nem bonecas de luxo: as mulheres portuguesas sob o olhar da História (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 73-83; Tânia Vanessa Araújo Gomes, *Uma revista feminina...*, cit., p. 68-92.

⁵⁵ Cf. Irene Flunser Pimentel, *História das organizações femininas do Estado Novo*, Lisboa, Temas e Debates, 2001; Idem, *Mocidade Portuguesa Feminina*, 2.^a edição, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008.

⁵⁶ Cf. Paulo Drumond Braga, *Mulheres deputadas à Assembleia Nacional (1935-1974)*, Lisboa, Assembleia da República, 2016.

com os trabalhos manuais vocacionados para as artes decorativas, esses sempre presentes ao longo dos 263 números, compreendendo desde rendas e bordados para roupa pessoal e para têxteis domésticos, a indicações muito precisas para fazer cestos, caixas, bolsas, molduras e muitas peças diversas para decorar a casa, em vários materiais. De resto, encontram-se, segundo os anos, assuntos tão diversos como matérias relativas a mulheres que se destacaram na área da literatura, páginas dedicadas às crianças, crônicas teatrais, algumas poucas referências a moda, correspondência das leitoras, conselhos de economia doméstica, informações de acontecimentos mundanos e páginas de culinária. Ou seja, um conjunto de temas comuns à esmagadora maioria das revistas femininas nacionais e estrangeiras.

O Jornal da Mulher apresentou-se sempre muito conservador. Veiculou com insistência os ideais que permitissem às mulheres de qualquer grupo social serem bem-sucedidas em família, enquanto donas de casa, esposas e mães. No passado mais longínquo como no Portugal da primeira metade do século xx, defendia-se que uma mulher bem formada e bem informada desempenharia melhor as suas funções. Consequentemente o seu saber, mais do que para seu proveito próprio, estava ao serviço de terceiros⁵⁷. Neste sentido, a revista não destoou de autoras de livros dedicados às mulheres, apreciadoras de Salazar, caso de Estela Brandão, quer de outras pertencentes a uma ala crítica do regime, como Maria Lúcia Namorado, pois não eram significativas as diferenças de entendimento acerca quer da relação entre género e trabalho quer das funções sociais femininas⁵⁸. Assim se compreendem observações como as que constam do artigo de Maria Arede, outro pseudónimo de Maria Barjona de Freitas, intitulado “A educação da mulher”, no qual se pode ler: “um espírito inculto não pode ter a resistência moral, a orientação sensata e firme, a lucidez precisa para ser a verdadeira educadora. Portanto, a mulher precisa de ser ilustrada”⁵⁹.

Num artigo assinado por Zélia Odurac, intitulado “A Cozinha”, a autora considerou o tema árido, mas merecedor de especial atenção por parte de todas as mulheres inteligentes, tanto mais que dominar o assunto tinha como consequência

⁵⁷ Cf. Isabel Drumond Braga, “A educação feminina em Portugal no século XVIII: tradição ou inovação?” in *Cultura, religião e quotidiano: Portugal, século XVIII*, Lisboa, Hugin, 2005, p. 135-163.

⁵⁸ Cf. Isabel Drumond Braga, “Culinária e Etiqueta em Portugal nos Anos 30: as Propostas de Estela Brandão” in Carmen Soares e Joaquim Pinheiro (coord.), *Patrimónios Alimentares de Aquém e Além Mar*; Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Annablume, 2015, p. 591-610; Idem, “O Papel Feminino no Espaço Doméstico: as propostas de Estela Brandão e Maria Lúcia Namorado (Portugal nas décadas de 1930-1940)”, *Revista Relicário*, 4, 8, (2017), p. 80-116.

⁵⁹ *O Jornal da Mulher*, 68 (1913), p. 737.

agradar ao marido e aos filhos. Chegou mesmo a dar o exemplo da marquesa de Vale Flor, que havia enviado para a Suíça as filhas de modo a que estas frequentassem uma escola *ménagère*. Negligenciar estas matérias foi alvo de crítica:

“o assunto é muito mais científico, muito mais transcendente do que supõem as cabecinhas lindamente penteadas, mas pouco abastecidas de conhecimentos úteis. Cozinhar bem e conhecer bem os alimentos é uma arte aliada a uma ciência que demanda inteligência, estudo e conhecimentos variados”⁶⁰.

E voltou ao assunto no número seguinte, para salientar que as escolas *ménagères*, ou seja, as escolas de assuntos domésticos, serviam para “dar às raparigas, filhas das classes trabalhadoras, os conhecimentos necessários à boa manutenção do seu futuro *ménage*”⁶¹. Não eram escolas para formar cozinheiras para servir em casas ricas, mas sim para bem governar o lar pois “a felicidade do lar depende muitas vezes da *ménagère* que o dirige”⁶². Esclareceu ainda que em Portugal, Maria José Zarco da Câmara Viterbo (Ribeira Grande) e a condessa de Sabugosa pensavam abrir uma escola gratuita em Alcântara (Lisboa), sustentada pela beneficência, e baseada nos princípios das escolas francesas.

Outros artigos não assinados insistiram neste assunto. Sustentou-se a defesa do ensino das matérias domésticas, os cuidados com a alimentação, entendidos como uma “obra regeneradora de proficuo e vasto alcance”, e realçou-se que “o ensino científico da cozinha começa enfim a agitar todo o mundo que pensa na educação que convém dar à mulher hoje”⁶³. Num insistiu-se que para a mulher ser uma boa dona de casa, não era necessário estar sempre na cozinha, importava saber dirigir os trabalhos e esclarecer a cozinheira, quando esta precisasse⁶⁴. Num outro, definiu-se economia doméstica como “a ciência indispensável a todas as mulheres, por maiores fortunas que possuam e por mais elegantes que sejam”⁶⁵.

Nunca se verificou um investimento coerente na publicação de receitas⁶⁶. Estiveram presentes em muitos números, mas não em todos. Apareceram integradas em secções intituladas “Coisas que é bom saber”, “Curso elementar

⁶⁰ *O Jornal da Mulher*, 1 (1910), p. 7.

⁶¹ *O Jornal da Mulher*, 2 (1910), p. 10.

⁶² *O Jornal da Mulher*, 2 (1910), p. 10.

⁶³ *O Jornal da Mulher*, 3 (1910), p. 24.

⁶⁴ *O Jornal da Mulher*, 6 (1910), p. 44.

⁶⁵ *O Jornal da Mulher*, 7 (1910), p. 55.

⁶⁶ Em 1932, quando se publicavam ementas de almoço e jantar, num dos números fez-se o elenco das receitas que se iriam apresentar. Porém, a falta de espaço impediu a publicação das de “Escalopes de vitela à Vienense” e de “Pudim de laranja”. Uma indicação deu conta de que apareceriam no número seguinte, o que não aconteceu. Cf. *O Jornal da Mulher*, 231 (1932), p. 1242.

de pastelaria”, “Curso de cozinha e copa”, “Como devemos educar as nossas filhas”, “Receitas de cozinha”, “Culinária e copa”, “Culinária”, “A mulher e o lar: receitas e conselhos”, “Indústrias caseiras: culinária e copa”, a qual apresenta ementas de almoço e de jantar; “Acepipes”, “Guloseimas”, “O que é bom sabe bem”, “Os patrões vão gostar” e até em contos durante os quais se forneceram receitas, ao mesmo tempo que as indicações acerca de como governar a casa estiveram patentes em diversos artigos, em especial durante os primeiros anos da publicação.

Da autoria das receitas pouco se sabe, e embora o propósito deste texto não seja fazer o inventário das eventuais cópias de livros de cozinha da época ou anteriores, vale a pena referir que, em 1910, ao publicar-se a segunda, “Queijinhos do céu”, a revista fez saber que a mesma fora retirada de um livro inédito intitulado *Velhos doces de Leiria*, e que publicaria receitas inéditas enviadas pelas leitoras, após as experimentar, de modo a validá-las como de confiança⁶⁷. Dois anos depois, uma leitora, que a revista não identificou, enviou as receitas de “Biscoitos de laranja”, “Bolo económico”, “Ovos brancos” e “Ovos principescos”⁶⁸. Em 1918, Maria Jardim⁶⁹, escreveu um artigo intitulado “Poesia e Cozinha”, relativo à cooperação entre homens de letras e *gourmets*, referindo Afonso Gaio, Alberto Pimentel e Bulhão Pato⁷⁰, ao mesmo tempo que publicou uma receita inédita do restaurante *Reimão*, no Porto, designada “Bifes à Severo Portela”⁷¹. Mais tarde, em 1928, foram publicadas duas receitas “Miolos de vitela” e “Molejas de vitela”, à Bento da Maia⁷², ou seja, preparados

⁶⁷ *O Jornal da Mulher*, 3 (1910), p. 23.

⁶⁸ *O Jornal da Mulher*, 48 (1912), p. 351.

⁶⁹ Eventualmente Maria da Câmara Reis Jardim, que também fornecera receitas de culinária para *O Vegetariano*, na década de 1910. Cf. Isabel Drumond Braga, *Das Origens do Vegetarianismo em Portugal: Amílcar de Sousa (1876-1940), o apóstolo verde*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2019.

⁷⁰ A mistura de receitas com reflexões literárias levou Teutenberg a considerar estarmos perante os primeiros sinais de uma “cozinha burguesa”, visíveis desde o século XIX. Eram receituários destinados às donas de casa comuns e a mulheres das classes mais abastadas, mas não aos cozinheiros do passado. Cf. Hans J. Teutenberg, “O nascimento da era do consumo moderna” in *História do Sabor*, São Paulo, SENAC, 2009, p. 256.

⁷¹ *O Jornal da Mulher*, 131 (1918), p. 2182. O restaurante *Reimão*, no Porto, era famoso nos finais do XIX. Ficava localizado na Avenida Rodrigues de Freitas, na esquina com a Rua Barão de São Cosme, e estava instalado numa casa térrea com quintal. Não havia ementa, pedia-se o que se desejava e era cozinhado na hora. Cf. “Restaurante Camiliano: a história do Reimão” (<http://www.faroldanossaterra.net/2013/03/13/restaurante-camiliano-a-historia-do-reimao/>, consultado em 2018.03.29). Não fica claro se é o escritor ou o pintor Severo Portela.

⁷² *O Jornal da Mulher*, 182 (1928), p. 426; 186 (1928), p. 490.

retirados da obra *Tratado Completo de Cozinha e Copa*, cuja primeira edição datou de 1904⁷³.

Em 1927, em ano de retoma da publicação, foi criada uma secção intitulada “Indústrias caseiras: culinária e copa” a qual apresentou uma ementa de almoço e outra de jantar, com as respetivas receitas. Na página, esclareceu-se que estas eram garantidas e que serviam “tanto para as famílias de pequenos recursos como para os que os possuem em maior abundância”⁷⁴. De fora ficaram acepipes e vinhos, considerados desnecessários. Esta secção manteve-se ao longo de vários anos, mesmo quando passou a incluir apenas receitas sem as direcionar para nenhuma refeição, e chegou a conter publicidade a estabelecimentos alimentares, a eletrodomésticos e a ingredientes. Em 1929, a página compreendeu indicações sobre o fabrico de pão, prevendo a eventual necessidade de o fazer em casa devido às greves e recordando que às segundas-feiras, em Lisboa nunca o havia fresco⁷⁵. Receitas de pão (fino corrente, de forma, de Viena, de família e para diabéticos) voltaram a estar presentes em 1933⁷⁶. Na década de 1930, os acepipes e as guloseimas, nem sempre doces, fizeram-se notar, a par das receitas de carne, de peixe e de algumas sobremesas.





Fig. 7 – Folha da secção “Culinária e Copa”, com um conto, outras receitas e publicidade à margarina *Vaqueiro*, ao centro.
O Jornal da Mulher, 277 (1931), p. 1178.



Fig. 8 – Folha da secção “Cozinha e Copa”, com conselhos práticos e receitas.
O Jornal da Mulher, 230 (1932), p. 1226.

Nos contos recorreu-se à apresentação de situações edificantes, com a valorização da boa organização do lar, do trabalho doméstico e do saber fazer, da obediência feminina, da relação desigual entre os cônjuges, das diferenças de classes, a par das receitas. Maria de Aguiar serviu-se sobretudo de duas personagens, Mimi e Rosinha. A primeira era filha de um casal cuja figura feminina

era uma aristocrata de sangue, Helena, e a masculina oriunda da alta burguesia, Carlos; a segunda era neta de cultivadores e filha de um casal cuja mulher era uma dona de casa bem-sucedida que superintendia a casa e tinha duas criadas. Entre ingredientes e modos de preparação foram desfilando considerações como “cada uma de nós é o produto do meio em que nasceu”⁷⁹ ou “tu és fidalga eu sou plebeia, mas deixemo-nos de falsas modéstias, ambas temos qualidades”⁸⁰.

A prosa de Maria de Aguiar serviu ainda para salientar aspetos como o ciúme feminino, a necessidade de possuir as chamadas prendas domésticas para conseguir marido, a felicidade entendida como a manutenção da casa impecável e decorada com bom gosto, incluindo a apresentação de refeições excelentes, a importância de ser uma mulher de reputação impoluta, de não casar por interesse económico e de saber fazer face a qualquer dificuldade. Por exemplo, quando Helena recebeu um amigo do marido servindo um jantar cuja ementa foi constituída por sopa de galinha, filetes de pescada, carne com cebolinhas (esta a receita que ensinou à cozinheira), franguinho assado, espargos com molho musseline, doce de ovos e fruta, aquele, ao despedir-se, felicitou Carlos: “tens uma mulher encantadora, uma casa deliciosamente confortável, dinheiro para a manter e uma cozinheira admirável, isto é tudo o que um homem pode desejar”⁸¹.

A capacidade de solucionar problemas e ultrapassar os maus momentos, a aplicação dos princípios de economia doméstica, que todas as mulheres deveriam possuir independentemente da sua posição social, perpassou no meio da receita de “Pudim de bacalhau”. Desta feita, os pais de Mimi sofreram “grandes inquietações e desgostos pela perda da sua enorme fortuna [...], operações arriscadas que resultaram desastrosas engoliram em alguns dias todo o capital de giro e foi preciso reduzir todas as despesas, vender o palacete que habitavam e despedir a criadagem”⁸². Restou a mediania, vista por Helena, que apreciava o luxo e nada sabia fazer, como pobreza. Mimi, aproveitando as lições de Rosinha, e tendo duas criadas, “pôde organizar uma vida modesta, mas não destituída de elegância e conforto”, que, inclusivamente, permitia à mãe receber uma vez por semana. Em termos alimentares “tinham que fazer poucos pratos para poderem comer bem, gastando pouco. Substituir a quantidade pela qualidade é toda a ciência da cozinha”⁸³. Os contos, e a literatura em geral, apreendem a realidade humana, consequentemente abordar as representações através dos

⁷⁹ *O Jornal da Mulher*, 217 (1931), p. 1014.

⁸⁰ *O Jornal da Mulher*, 229 (1932), p. 1210.

⁸¹ *O Jornal da Mulher*, 218 (1931), p. 1030.

⁸² *O Jornal da Mulher*, 226 (1931), p. 1161.

⁸³ *O Jornal da Mulher*, 226 (1931), p. 1161.

textos literários⁸⁴ constitui uma possibilidade para os historiadores, dando origem a profícuos diálogos entre as duas áreas do saber, que utilizam estratégias retóricas diferenciadas. Os contos de Maria de Aguiar são exemplos disso mesmo.

Em alguns momentos, a revista incluiu conselhos díspares. Desde o consumo de determinados alimentos ou o modo de os ingerir, passando pelos cuidados a ter com os utensílios e a tipologia dos mesmos. No primeiro caso, saliente-se, por exemplo, a sugestão de beber um copo de leite quente quando se estava cansado⁸⁵, indicações sobre a necessidade de mastigar bem⁸⁶, observações sobre o alcoolismo e o uso de carne na alimentação⁸⁷, esclarecimentos sobre a clarificação do açúcar⁸⁸, referências à digestibilidade da carne, do peixe, dos crustáceos e dos moluscos⁸⁹, maneiras de perceber a frescura da carne de açougue, dos ovos⁹⁰ e do peixe⁹¹, relevância dos legumes na alimentação⁹² e conselhos acerca dos alimentos adequados às amas-de-leite⁹³. No segundo caso, temos desde a recomendação de deitar folhas de chá secas nos bules quando não se usam durante algum tempo para se conservarem limpos⁹⁴, passando por esclarecimentos acerca de como tirar uma rolha de vidro de um frasco ou garrafa⁹⁵, indicações sobre o uso do batedor de claras⁹⁶, tornando evidente que era um utensílio ainda não generalizado; a constituição de uma bateria de cozinha, as maneiras de proceder para limpar cobre, zinco, ferro e estanho e indicação de diversas regras de higiene⁹⁷. A necessidade de poupar também foi apresentada. Em “As falsas economias”, um artigo assinado por Maria Luísa Aguiar, referiu-se, contudo, que nem sempre o mais barato era a opção mais recomendável: “a melhor maneira de economizar e poupar o que se tem é não comprar se não aquilo

⁸⁴ Cf. Roger Chartier, “Debate: História e Literatura”, *Topoi*, 1 (2000), p. 197-216.

⁸⁵ *O Jornal da Mulher*, 1 (1910), p. 5.

⁸⁶ *O Jornal da Mulher*, 4 (1910), p. 40.

⁸⁷ *O Jornal da Mulher*, 9 (1910), p. 76.

⁸⁸ *O Jornal da Mulher*, 15 (1911), p. 142.

⁸⁹ *O Jornal da Mulher*, 196 (1929), p. 666.

⁹⁰ *O Jornal da Mulher*, 197 (1929), p. 681.

⁹¹ *O Jornal da Mulher*, 204 (1930), p. 809.

⁹² *O Jornal da Mulher*, 224 (1931).

⁹³ *O Jornal da Mulher*, 213 (1930), p. 952. O artigo recomenda a ingestão de sal (mas não em excesso) e de bacalhau para a ama produzir mais leite e desaconselha bebidas alcoólicas e café. Sobre as amas e a sua alimentação, cf. Paulo Drumond Braga, *Leite: biografia de um género alimentar*, Sintra, Colares Editora, 2004.

⁹⁴ *O Jornal da Mulher*, 1 (1910), p. 5.

⁹⁵ *O Jornal da Mulher*, 10 (1910), p. 87.

⁹⁶ *O Jornal da Mulher*, 15 (1911), p. 142.

⁹⁷ *O Jornal da Mulher*, 184 (1928), p. 457.

que é necessário”⁹⁸. Críticas ao vegetarianismo foram objeto de publicação em 1918, quando se incluiu um artigo estrangeiro traduzido, no qual este regime foi qualificado como “extravagância dietética”⁹⁹, tornando evidente a significativa receção deste regime dietético, no Portugal de então¹⁰⁰. Anos depois, em 1928, foram as falsificações do leite e da manteiga que mereceram atenção¹⁰¹.

No início da década de 1930, pensando no regresso das férias, foram divulgadas indicações precisas sobre o fornecimento de uma despensa para o inverno. Houve lugar para referir a limpeza, a arrumação, a necessidade de colocar etiquetas nos frascos dos doces, as quais deveriam apresentar a data e o tipo; e, em especial, o sortimento. A despensa bem fornecida deveria apresentar muitas conservas, tais como, cogumelos de Paris, corações de alcachofras, pontas de espargos, trufas, tudo em latas; tomate em frascos ou latas, anchovas, atum e sardinhas mantidas em azeite ou molho de vinho branco, lombos de porco e salsichas escondidos em “alvíssima banha”, colocados em caixas hermeticamente fechadas, carnes fumadas, açúcar, amêndoas descascadas, azeite, biscoitos, bolachas, bombons, cacau, café, caramelos, chá preto, chá verde, coco ralado, especiarias, farinha de arroz, fécula, feijões diversos, frutas cristalizadas, gelatina, grão-de-bico, lentilhas, marmelada, *marrons glacés*, massas, mel, mostarda, pickles, tapioca e vinagre. Nas bebidas, a lista incluiu águas da Curia, do Luso e de Vidago, licores, conhaque, kirsch, vinho da Madeira e vinho do Porto. Fez-se ainda uma referência à produção doméstica das bolachas e dos biscoitos, os quais deveriam ser guardados em latas e “nas horas vagas se mandam fazer na cozinha com receitas de execução fácil e barata”¹⁰².

As questões acerca da sociabilidade alimentar e da apresentação das mesas foram escassamente abordadas na revista. Contudo, não se deixou de considerar que “é na mesa que se conhece o grau de educação das pessoas”¹⁰³. De qualquer modo, em julho de 1911, sugeriu-se um piquenique que se definiu como: “não é uma refeição ordinária, uma simples refeição fria, também não é um jantar de cerimónia, é como um lanche íntimo ou uma merenda que se come no campo”¹⁰⁴. Aconselhou-se a prepará-lo cuidadosamente, indicando as receitas das iguarias que o poderiam compor, a saber: sanduiches de sardinha ou de

⁹⁸ *O Jornal da Mulher*, 11 (1910), p. 96.

⁹⁹ *O Jornal da Mulher*, 132 (1918), p. 2207.

¹⁰⁰ Sobre esta matéria em Portugal, cf. Isabel Drumond Braga, *Das Origens do Vegetarianismo...*, cit.

¹⁰¹ *O Jornal da Mulher*, 181 (1928), p. 404.

¹⁰² *O Jornal da Mulher*, 236 (1932), p. 1310.

¹⁰³ *O Jornal da Mulher*, 199 (1929), p. 714.

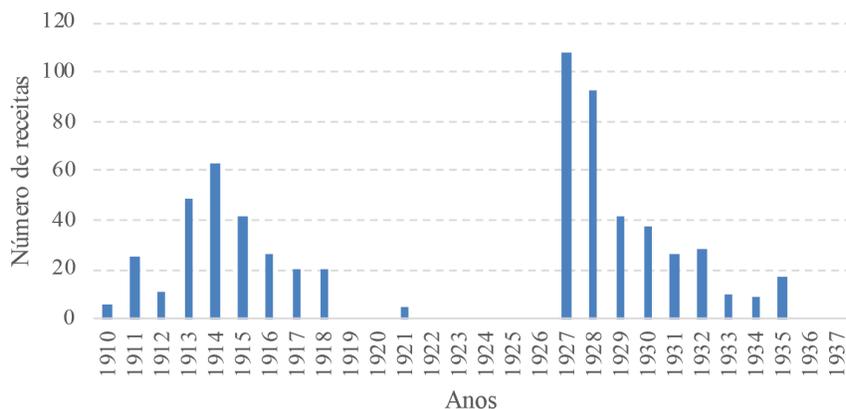
¹⁰⁴ *O Jornal da Mulher*, 23 (1911), p. 238.

lagosta, costeletas de salmão (fresco ou de conserva), frango de geleia, salada de lagosta e ovos à *farcis*. Em 1917, em plena I Guerra Mundial, houve tempo para abordar as maneiras de ornamentar a mesa, salientando-se a necessidade de possuir “gosto e arte, o que muito concorre para o bom apetite e alegre disposição dos convivas”¹⁰⁵. Neste sentido sugeriu-se o uso de uma só cor, “muito mais chique”, “lindas taças” e flores colocadas em solitários de cristal ou de faiança. Finalmente, num conto dos já referidos contos de Maria de Aguiar foram visíveis as alusões à prática de receber¹⁰⁶.

5. *O Jornal da Mulher* e as receitas culinárias

As receitas culinárias publicadas em *O Jornal da Mulher* foram 634, distribuídas de forma muito desigual. Se em alguns anos, como 1919, 1936 e 1937, não se publicou nenhuma, em outros, como 1927, foram dadas a conhecer 108. No ano seguinte, e em segundo lugar, temos 92. De resto, só em 1914 se ultrapassaram as 50. A média anual situou-se em cerca de 29, escondendo grandes assimetrias, como se pode ver pelo gráfico. Por outro lado, saliente-se que estas 634 receitas não corresponderam exatamente ao mesmo número de preparados pois, com frequência, repetiram-se algumas totalmente iguais em números quer próximos quer mais afastados.

Gráfico
Distribuição anual das receitas de culinária (1910-1937)



¹⁰⁵ *O Jornal da Mulher*, 125 (1917), p. 2072.

¹⁰⁶ *O Jornal da Mulher*, 226 (1931), p. 1161.

Contaram-se 462 preparados salgados, que representaram 73 por cento, designadamente mais de 200 de carne e cerca de uma centena de peixe, juntam-se ainda cerca de 50 caldos e sopas, umas só de legumes e de leguminosas outras com peixes, crustáceos ou carne; cerca de 30 de ovos, 11 de molhos, 10 de saladas (umas com legumes frescos e outras com eles cozinhados, com ou sem carne, peixe e crustáceos), sete de pão, uma de fazer manteiga e outra de conserva de tomate. Os doces foram 172, ou seja, 27 por cento, distribuídos por biscoitos, bolos, bombons, cavacas, cestinhos, charlotes, compotas, cremes, fatias, filhós, gelados, geleias, merengues, pastéis, pudins, suflés e sorvetes. Ou seja, doces grandes secos e de colher, a par de uma enorme variedade de doces individuais nas mais variadas formas, sem esquecer compotas e geleias, gelados e sorvetes. Contaram-se ainda sete receitas de bebidas, a saber, três carapinhadas, outros tantos licores e um refrigerante.

O leque de ingredientes foi muito variado, temos carnes de abate, designadamente carneiro, em alguns casos com a indicação do pedaço, como costeletas, línguas, mãozinhas e molejas; coelho, leitão, porco, em especial cabeça, costeletas, chispe, fígado, lombo e presunto; vaca, referindo-se a alcatra, as costeletas, a dobrada, o fígado, as molejas, o peito e os rins; vitela, com destaque para acém, fígado, lombo e molejas. Nas carnes de caça contam-se a lebre e o veado. No grupo das aves, igualmente de caça e de criação, borracho, calhandra, codorniz, frango, galinha, passarinhos não identificados, pato, perdiz e peru. As carnes eram sujeitas a operações diversas, tais como assar, cozer, fritar, fumar, panar, de entre outras e acompanhadas com preparados de legumes e leguminosas, além de arroz, batatas, massas, muito raramente; e saladas. Os peixes incluídos nas receitas foram muito variados e, tal como no caso das carnes, de preços diversificados, desde os mais populares como o bacalhau e a sardinha, até aos de mais elevados custos, como os linguados e os salmonetes. Além destes contaram-se também atum, cherne, corvina, eirós, pargo, peixe-espada, pescada, pregado, salmão e truta, este um peixe de rio. Do mar ainda se contaram crustáceos, tais como camarão, lagosta e lagostim e moluscos como amêijoas, lulas e ostras. No grupo dos vegetais, com gramíneas, legumes, leguminosas, tubérculos e outros contaram-se abóbora, agrião, alface, alho, arroz, azedas, batata, alcachofra, beringela, brócolo, cebola, cenoura, chicória, couve-flor, ervilha, espinafre, feijão carrapato, frade e verde, nabiça, nabo, rabanete e tomate. Sem esquecer as plantas de tempero como a salsa, o coentro e a hortelã. Nos doces, estiveram presentes géneros muito diversificados, a saber, açúcar, azeite, farinha de arroz, de trigo e de tapioca; café, chá e chocolate, frutos frescos e secos, leite, manteiga, nata, queijo e ovos.

A relação entre receitas e sazonalidade de alguns produtos fez-se notar em alguns momentos. Se, em setembro de 1931, referiu-se que “nos dias de calor, os pratos frios são mais apetecíveis do que os quentes, porque o calor, dando cansaço ao organismo, faz diminuir o apetite”¹⁰⁷; muito antes foram-se apresentando receitas de acordo com a época do ano. De entre outras, “Sorvete de leite”, em junho de 1913¹⁰⁸, “Pudim de Natal (inglês)”, em dezembro de 1928¹⁰⁹, “Sopa de polme de ervilhas com casca”, em março de 1929¹¹⁰, bem como “Coscorões” e “Peru assado com recheios diversos”, ambas em dezembro de 1929¹¹¹. No caso do peru, tratou-se mais de um hábito do que da inexistência da ave ao longo do ano. A receita de “Conserva de tomate” foi publicada em agosto de 1912, a pedido de uma leitora¹¹² e as de diversas compotas e geleias, apresentadas em setembro de 1930¹¹³, claramente proporcionando oportunidades de conservar os frutos para estarem disponíveis fora da época.

Em alguns números foram publicadas receitas de aproveitamentos. Assim, foi dada uma de “Bolos de clara de ovo com queijo”, para utilizar claras¹¹⁴, outra de “Bolos enfolados de restos de peixe”¹¹⁵ e nove para não desperdiçar restos de carnes vermelhas e de aves, a saber: “Arroz de forma com picado”, “Batatas recheadas”, “Beringelas recheadas”, “Cebolas recheadas”, “Formas de esparguete”, “Pudim de espinafres”, “Pudim de macarrão”, “Pudim de picado com puré de batata” e “Puré com carneiro de picado no forno”¹¹⁶. Em outro número, publicou-se a receita de “Pudim de sobejos à torrejana”¹¹⁷.

Embora as receitas “à moda de” possam estar apenas a combinar ingredientes e modos de preparação típicos de um determinado local sem que nesse mesmo local se faça aquele prato dessa mesma maneira, enquanto as receitas nas quais se indica serem genuinamente de certo país ou região, possamos estar perante uma receita efetivamente originária de determinado espaço¹¹⁸, em *O Jornal da Mulher* temos 29 receitas “à francesa” ou relativas a alguma região de França,

¹⁰⁷ *O Jornal da Mulher*, 234 (1931), p. 1128.

¹⁰⁸ *O Jornal da Mulher*, 62 (1913), p. 606.

¹⁰⁹ *O Jornal da Mulher*, 191 (1928), p. 538.

¹¹⁰ *O Jornal da Mulher*, 194 (1929), p. 633.

¹¹¹ *O Jornal da Mulher*, 203 (1929), p. 793.

¹¹² *O Jornal da Mulher*, 45 (1912), p. 293.

¹¹³ *O Jornal da Mulher*, 212 (1930), p. 938.

¹¹⁴ *O Jornal da Mulher*, 73 (1913), p. 871.

¹¹⁵ *O Jornal da Mulher*, 73 (1913), p. 871.

¹¹⁶ *O Jornal da Mulher*, 235 (1932), p. 1306.

¹¹⁷ *O Jornal da Mulher*, 110 (1916), p. 1723.

¹¹⁸ Cf., Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Influências Estrangeiras nos Livros de Cozinha Portugueses (séculos XVI-XIX): alguns problemas de análise” in *Estudos em Homenagem ao Prof.*

três de doces e as restantes de salgados; 12 “à italiana”, das quais apenas duas de doces; oito, todas de salgados, “à espanhola”; cinco “à inglesa”, duas das quais de doces, uma delas de *scones*, apresentados como *scores* (*sic*); a Alemanha ficou representada com um doce e um salgado; a Áustria com dois salgados; e os Estados Unidos da América com um. Já as referências à portuguesa estiveram presentes em 13 pratos.

Acrescem ainda os preparados com a indicação de uma localidade ou região, numa época em que a afirmação da identidade culinária¹¹⁹ se foi tornando visível. Recorde-se que as cozinhas locais, com os seus pratos tradicionais saídos dos contextos económico e social que os produziram, por vezes de pobreza considerável, começaram a fazer cada vez mais sentido, quer enquanto recurso económico quer do ponto de vista da valorização cultural¹²⁰, sendo apresentados em novos meios. E estas realidades tiveram eco nos próprios livros de culinária, designadamente na já referida obra de Carlos Bento da Maia, a qual contém um número considerável de receitas regionais, em especial do Alentejo e de Trás-os-Montes. No caso das receitas em estudo, refiram-se pratos salgados alentejanos (lebre, um prato de Niza; migas, sopa de coentros e vaca, um prato do Crato), beirões (capado, da Beira Alta), portuenses (bacalhau e tripas), setubalenses (salmonetes), transmontanos (galinha) e torrejanos (bacalhau e sobejos). Nos doces contaram-se alentejanos (azevias de feijão, bolos de amêndoas, habitualmente preparados no convento da Vidigueira, e rosquetes); transmontanos (bolos de nozes, folar e rosquilhos, os três de Bragança), e ainda cavacas das Caldas, ovos-moles de Aveiro e pão-de-ló de Ovar. Ou seja, independentemente das cautelas com que estas matérias têm que ser interpretadas, torna-se clara uma circulação das receitas pelos espaços quer nacionais quer internacionais, que já vem do passado, mas que se acentuará durante o século xx.

A esmagadora maioria das receitas não apresentou separação entre os ingredientes e os modos de preparação e, entre as que contrariaram esta

Doutor José Marques, vol. 2, organização do Departamento de Ciências e Técnicas do Património e do Departamento de História, Porto, Faculdade de Letras, 2006, p. 237-247.

¹¹⁹ Sobre as questões de identidade culinária, cf. Peter Scholliers, “Meals, food narratives, and sentiments of belonging in past and present” in Peter Scholliers (dir.), *Food, drink and identity: cook, eating and drinking in Europe since the middle ages*, Oxford; New York, Berg, 2001, p. 3-22. Para Portugal, cf. Isabel Drumond Braga, “Da Dietética à Gastronomia Regional Portuguesa. Um Estudo de Caso”, *ArtCultura. Revista de História, Cultura e Arte*, 16, 28 (2014), p. 129-142.

¹²⁰ Cf. Julia Csergo, “O surgimento das cozinhas regionais” in Jean-Louis Flandrin e Massimo Montanari (dir.), *História da alimentação: da Idade Média aos tempos actuais*, vol. 2, Lisboa, Terramar, 2001, p. 393.

tendência, contaram-se sobretudo as de doces. A primeira vez que tal aconteceu foi em 1913, na de “Biscoitos de chocolate”¹²¹, mas, muitas vezes, se retrocedeu, demonstrando a proveniência diversificada do receituário publicado e a ausência de cuidados com a uniformização. A presença de imagens foi escassíssima. Registe-se, contudo, em 1921, uma a acompanhar um “Bom bocado”¹²². De qualquer modo, sem registrar as fases de preparação. Igualmente as indicações acerca do número de porções que cada prato proporcionaria foram residuais. Começaram em 1928 e mantiveram-se até 1932, abrangendo algumas receitas de doces e de salgados, mas só em 14 casos, isto é, representaram apenas 2,2 por cento do total das receitas publicadas.

A MULHER E O LAR

RECEITAS E CONSELHOS — Receita de cozinha
BOM BOCADO



Ovos.....	8 a 12
Leite.....	1 dec.
Amêndoa de casca.....	1/2 kilo
Queijo flamengo.....	
Passas de Corinto.....	

Batem-se os ovos com o assucar até adquirir consistencia. Os ovos não são batidos com as claras. A amêndoa, depois de bem pisada num almofariz, juntam-se-lhe as passas e o queijo ralado mexendo tudo juntamente com o leite. Duas ou tres claras batem-se em castelo e misturam-se com o resto.

A fôrma é previamente barrada com assucar em ponto de rebuçado e é cozido em banho Maria ou vae ao forno. (O banho Maria é preferivel.)

RECEITAS UTEIS

Para conservar correias

As correias de couro, quando guardadas e postas de parte por algum tempo tem tendencia para secar e abrir quando tornam a servir.

Devem ser lavadas com sabão amarelo antes de serem guardadas, enxutas e em seguida bem esfregadas com azeite. Este processo conserva o couro tornando-o flexivel.

DO MEU JARDIM



No mez de julho mete na terra estacas de alecrim de Hamburgo, apanha a baga de alecrim do norte e guarda-a para semente, recolhe o resto das raizes das flores e retira os craveiros do sol.

Fig. 9 – Imagem e receita de “Bom bocado”, a par de outras de conselhos para a casa. *O Jornal da Mulher*, 161 (1921), p. 67.

¹²¹ *O Jornal da Mulher*, 71 (1913), p. 823.

¹²² *O Jornal da Mulher*, 161 (1921), p. 67.

Merecem ainda algumas considerações as 25 ementas para almoços e jantares publicadas entre fevereiro de 1927 e abril de 1929¹²³. A sua análise permite verificar algumas constantes, a saber, uma significativa diversidade de pratos por refeição, três a quatro ao almoço, cinco a sete ao jantar; ambas a terminaram com fruta e sem sobremesa doce ao almoço, com fruta e com um a dois doces ao jantar, rematando, no primeiro caso, com chá, café e mais raramente café com leite e, no segundo, com fruta e café. Os almoços contaram sempre com pratos de ovos e de carne, de carne e peixe e até de carne, peixe e ovos, os jantares com carne e peixe; a ordem dos pratos nunca respeitou primeiro os de peixe e depois os de carne. Em ambas as refeições os acompanhamentos foram de saladas, legumes cozinhados ou preparados de arroz ou de batatas, contam-se ainda caldos e sopas mais presentes para iniciar os jantares.

Quadro

Ementas de almoço e jantar de *O Jornal da Mulher* (1927-1929)

Ementa 1 ¹²⁴	
Almoço	Jantar
Arroz de manteiga Ovos com presunto Costeletas de porco grelhadas com molho picante Café ou chá	Sopa de azedas Miolos cozidos com frituras Pregado cozido com molho branco Almôndegas de carne Lombo de vaca estufado Pudim real Fruta e café
Ementa 5 ¹²⁵	
Arroz de vitela Peixe-espada frito Bifes de cebolada Ovos quentes Chá ou café	Sopa de grão-de-bico com espinafres à portuguesa Frituras de camarão Feijão carrapato guisado Bacalhau à Miguel Dias Lombo de porco assado Pudim de laranja Fruta ou café

¹²³ A revista já havia publicado uma ementa sem sobremesa em 1911, cf. *O Jornal da Mulher*, 28 (1911), p. 43. Posteriormente, publicou mais duas, cf. *O Jornal da Mulher*, 231 (1932), p. 1242; 246 (1934), p. 1352. O quadro que se segue pretende elucidar ementas concretas por amostragem.

¹²⁴ *O Jornal da Mulher*, 170 (1927), p. 222.

¹²⁵ *O Jornal da Mulher*, 174 (1927), p. 286.

Ementa 10 ¹²⁶	
Salmonete com manteiga derretida Peito de vaca à gerenziana Lombo de vaca enrolado em polme de batata Fruta, doce, café, etc.	Sopa de camarão Peixinhos da horta Lulas de caldeirada Esparregado de chicória Perdizes assadas Pudim de casca de laranja Fruta, doce, café, etc.
Ementa 15 ¹²⁷	
Salmonetes grelhados à setubalense Vitela recheada Ovos em omelete variegada Fruta, café	Sopa de grelos de nabo em caldo de chispe Chispe com grelos de nabo Pescada frita Esparregado de nabiças Alcatra assada no forno Pudim gelado de laranja Fruta, doce, café, etc.
Ementa 20 ¹²⁸	
Linguado recheado com puré de camarões Ovos recheados com ervas aromáticas (frios) Molejas de vitela estufadas Chá ou café	Sopa de grão-de-bico com espinafres à portuguesa Lagosta ao natural Paio com ervilhas Frango estufado à portuguesa Pudim de maisena gelado Fruta, doce, café, etc.
Ementa 25 ¹²⁹	
Atum em bifés Galantine de vitela Omelete com queijo parmesão Café ou chá	Sopa de pão em calde ervilhas com ovos Alcachofras cozinhadas com molho branco Arroz à italiana Lombo de vaca à editora ¹³⁰

Comparando estas ementas, destinadas às classes abastadas, com as que foram propostas quer na obra de Carlos Bento da Maia (1904) quer na revista *Ilustração Portuguesa* (da década de 1920), para o mesmo tipo de público, verifica-se que em todos os casos estamos perante a apresentação de diversos

¹²⁶ *O Jornal da Mulher*, 179 (1927), p. 366.

¹²⁷ *O Jornal da Mulher*, 184 (1928), p. 458.

¹²⁸ *O Jornal da Mulher*, 190 (1927), p. 554.

¹²⁹ *O Jornal da Mulher*, 195 (1929), p. 650.

¹³⁰ Termina abruptamente, por falta de espaço, não incluindo a sobremesa.

pratos de preparação relativamente elaborada e em que a quantidade de iguarias apresentada foi relevante. Por outro lado, torna-se evidente o predomínio de preparados de carne, a inexistência de preocupações de alternar pratos de carne e de peixe na mesma refeição, algumas massas, poucas saladas frescas e preferência por acompanhamentos à base de legumes cozidos e de batata. Estão presentes doces, fruta, bem como chá e café. O jantar apresentou-se igualmente como a refeição mais pesada¹³¹.

6. Balanço

Muito embora a presença crescente de revistas femininas no Portugal da primeira metade do século xx tenha constituído um indicador claro das alterações dos papéis femininos na sociedade, ligado a uma mais expressiva alfabetização, estas publicações dedicaram-se frequentemente à divulgação de princípios moralizadores, sem descurarem pequenas biografias ou notícias mais sumárias acerca de mulheres que se destacaram em alguma área do conhecimento, em especial na literatura. A política passou quase sempre ao lado destas revistas. As leitoras de *O Jornal da Mulher*, assumidamente consumidoras de produtos diversos, muito especialmente de artigos de papelaria e de artes decorativas disponibilizados pela loja *Le Petit Peintre*, que publicava a revista, não ficavam alheias às novidades, incluindo as muito parcas relativas à cozinha. Terão sido igualmente influenciadas pelos conselhos e receitas de culinária, pois, como Flandrin chamou a atenção, as matérias relativas ao gosto foram sempre objeto de modas criadoras de distinções sociais e de novas sociabilidades¹³².

Se, pela consulta de *O Jornal da Mulher*, os leitores ficaram a par de escassos comentários acerca da I Guerra Mundial, focados essencialmente nas notícias chegadas do estrangeiro e nas consequências sobre a publicação da revista, a anterior passagem da monarquia para a república foi silenciada. Já a análise dos conselhos de economia doméstica, aqui abordados apenas os que estiveram ligados ao universo da comida, e das receitas de culinária, pode perspetivar áreas de estudo e de interpretação diferenciadas, tais como os ingredientes, os utensílios, as técnicas culinárias e o produto final obtido. Ao identificar os

¹³¹ A análise das receitas de Bento da Maia e da *Ilustração Portuguesa* pode ser vista em A. H. de Oliveira Marques, “A Alimentação” in A. H. de Oliveira Marques (coord.), *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Presença, 1991, p. 618-621.

¹³² Jean-Louis Flandrin, “A distinção pelo gosto” in Philippe Ariès e Georges Duby (dir.), *História da vida privada*, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1990, p. 274.

gêneros alimentares e os objetos que foram referenciados – quer os que eram alvo de apresentação por pouco vulgares, quer os comuns, quer ainda os modos de os arrumar, limpar e utilizar – vão desfilando permanências e mudanças, patentes na revista e em receituários semelhantes de anos próximos. Predominou esmagadoramente o uso de produtos *in natura*, não se encontraram referências relevantes a novidades para a cozinha, em especial no que aos eletrodomésticos respeitou, cuja expansão irá ocorrer nos anos seguintes à II Guerra Mundial. A designação dos pratos remeteu para o nacional, para o regional e para o estrangeiro, o que esteve em consonância com a preparação de refeições comuns mas não isentas de um toque de internacionalização. Como afirmou Paul Freedman, foram as sociedades que desenvolveram o luxo e o artifício as mesmas que reagiram contra a excessiva elaboração dos pratos e procuraram redescobrir a simplicidade e a pureza dos pratos¹³³. Ora, em *O Jornal da Mulher*, ainda não se tinha saído da simplicidade e da pureza alimentares, proclamavam-se conselhos para o género feminino continuar os seus papéis de sempre e, na cozinha e na sala, enaltecia-se uma sociabilidade muito própria das senhoras que recebiam uma vez por semana e acolhiam familiares e amigas à volta da mesa, o que em nada diferiu dos manuais de economia doméstica que então circulavam. Mesmo para décadas posteriores, a partir das abordagens conhecidas, pode perceber-se que o mesmo tipo de problemas e de soluções apontadas não terá evoluído significativamente. Portanto, atendendo às datas de publicação, mais do que às responsáveis pelas edições, ressalte-se o pioneirismo da revista.

¹³³ Paul Freedman, “A new history of cuisine” in Paul Freedman (coord.), *Food the history of taste*, Londres, Thames and Hudson, 2007, p. 18.

**Os pioneiros do artigo de opinião em Portugal.
As colunas jornalísticas de Ernesto da Silva (1892-1903)**

**The opinion article pioneers in Portugal.
The journalistic columns of Ernesto da Silva (1892-1903)**

BEATRIZ PERALTA GARCÍA
Universidad de Oviedo (Espanha)
bperalta@uniovi.es
<https://orcid.org/0000-0001-8232-7493>

Texto recebido em / Text submitted on: 27/09/2019

Texto aprovado em / Text approved on: 26/06/2020

Abstract

Since the organizational beginnings of the workers' movement, the socialists have endeavored to maintain an active newspaper through which to convey their labor demands, denounce their living conditions, and spread their ideology. In these workers' newspapers - and not only - we reveal the presence of the most significant figures of this political group through an element that has been little studied, the opinion article, which in some cases represents a journalistic work of a certain solidity. These intellectuals are also pioneers of this type of opinion from the perspective of the history of journalism in Portugal, and in 19th century worker journalism. In this article we analyze Ernesto da Silva's (1868-1903) journalistic journey, as a columnist, writer or director, as well as the work he produces. The study of these sources will allow to advance in the study of the history of the press in Portugal.

Keywords: Ernesto da Silva; Portuguese Socialist Party; socialism; opinion piece; socialist press.

Resumo

Desde os primórdios organizativos do movimento operário que os socialistas se esforçaram por manter sempre um jornal ativo através do qual pudessem veicular as suas reivindicações laborais, denunciar as suas condições de vida e difundir a sua ideologia. Nestes jornais operários – e não só – descortinamos a presença dos vultos mais significativos desta agremiação política através de um objeto pouco estudado, o artigo de opinião, que nalguns casos representa uma obra jornalística com certa solidez. Estes intelectuais são também pioneiros deste género de opinião na perspetiva da história do jornalismo em Portugal e no jornalismo operário oitocentista. Neste artigo analisamos o percurso jornalístico de Ernesto da Silva (1868-1903), como colunista, redator ou diretor, bem como a obra que produz. O estudo destas fontes permitirá avançar no estudo da história da imprensa em Portugal.

Palavras-chave: Ernesto da Silva; Partido Socialista Português; socialismo; artigo de opinião; imprensa socialista.

“O socialismo não é uma *vingança* nascendo *em baixo*, em fremitos de revolta, é uma necessidade social, é o progresso nacional a manifestar-se”.

Ernesto da Silva, *A Vanguarda*, Lisboa, nº 1754, 4 de maio de 1896, p. 1.

Introdução

Desde as duas últimas décadas do século XIX o jornalismo vinculado às associações de classe e ao movimento operário que, na altura, começava a organizar-se em agremiações partidárias, como o Partido Socialista Português (1875), buscando individualizar-se face ao movimento republicano, viveu um período de florescimento e expansão com o aparecimento de novos cabeçalhos. Antes do nascimento do PSP surgira o semanário *O Pensamento Social* (1872-1873) como órgão de expressão da célebre Fraternidade Operária – segundo o compositor tipógrafo e militante socialista Ernesto da Silva (1868-1903) a “primeira agremiação constituída pelo proletariado nacional”¹ –, e pouco tempo depois faziam-no *O Protesto* (Lisboa, 1875), já como órgão do recém-nascido PSP, corporação destinada à luta política, e *O Operário* (Porto, 1879), vinculado à Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa (1873)². Entre 1882 e 1894 ambas as publicações fundiram-se em *O Protesto Operário*, acompanhando o movimento integracionista que levará à dissolução das anteriores agremiações e à criação do Partido dos Operários Socialistas de Portugal (1878), funcionando o jornal como órgão do novo partido unificado³. Mas será a nova divisão do socialismo português em duas fações após o Congresso Nacional das Associações de Classe (Porto, 24 de março de 1892) – o chamado “congresso possibilista”⁴ – o acontecimento que provocará o aparecimento de novas publicações vinculadas ao POSP, dirigido por Manuel Luiz de Figueiredo, bem como ao PSP, chefiado por Azedo Gneco. A publicação dos jornais inseria-se numa estratégia de luta política que fazia da imprensa

¹ Ernesto da Silva, “O movimento operário I”, *A Obra*, Lisboa, nº 203, 11 de dezembro de 1898, p. 2.

² Em carta a Engels, datada a 10 de abril de 1876, Azedo Gneco relatara o processo de constituição de ambas as corporações, das quais se declarava organizador. *13 cartas de Portugal para Engels e Marx*, recolha, prefácio e notas de César de Oliveira, Lisboa, Iniciativas Editoriais, s.d., p. 59-66.

³ César Nogueira, *Notas para a história do socialismo em Portugal (1871-1910)*, Lisboa, Portugália Editora, 1964, p. 76 e ss.; Maria Filomena Mónica, *O movimento socialista em Portugal (1875-1934)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1985, p. 59 e ss.

⁴ Carlos da Fonseca, *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal. II. Os primeiros congressos operários (1865-1894)*, Lisboa, Publicações Europa-América, s.d., p. 143-144.

um dos instrumentos de propaganda ao serviço do movimento operário com o objetivo de difundir este ideal e denunciar as condições laborais e de vida dos trabalhadores. Os membros do POSP editaram *O Protesto Operário* em Lisboa, e *O Trabalhador* (1889-1890) no Porto, enquanto que os do PSP, muito mais dinâmicos, deram à luz *Eco Socialista* (Porto, 1892), *Revolucionário. Folha Socialista* (Lisboa, 1893), o apenas projetado *A Plebe* (Lisboa, 1893), *A Federação* (Lisboa, 1893-1900), *A Lucta. Diário Socialista* (Lisboa, 1900), e *O Primeiro de Maio* (Lisboa, 1903-1907)⁵.

É neste contexto de evolução organizativa partidária do socialismo português oitocentista que se desenvolve o percurso jornalístico de Ernesto da Silva, atividade à qual se dedicará durante toda a sua vida. Começou militando no POSP em 1892, mas nos finais desse ano ou nos inícios de 1893 entrou em contato com o Centro Operário Socialista, sediado no Pátio do Salema, onde pontificava a dissidência marxista de Azedo Gneco. Junto a ele e mais o amigo da infância Teodoro Ribeiro virá a conformar a “triada salemista”, como lhe chamou José Martins Santareno⁶, que irá nascer oficialmente o PSP na IIª Conferência Nacional Socialista (Tomar, 14 a 16 de outubro de 1895)⁷. Porém, as diferenças com Gneco irão aos poucos agravando as relações entre eles, ao ponto de Ernesto da Silva abandonar paulatinamente a organização, primeiro o jornal, *A Federação*, em 1896, e um ano mais tarde o PSP. A partir dessa altura dedicou os seus esforços a atender os requerimentos das associações de classe, onde era frequentemente convidado a participar como orador nas festas e atos aí organizados; à literatura, domínio em que começava a ser reconhecido, especialmente na dramaturgia – para além de *O capital* (1895), seu maior sucesso de sempre, estreou *Nova Aurora* (1900), *Vencidos* (1902) e *Em ruínas* (1903), esta última peça já falecido o autor –, e ao jornalismo⁸. O abandono do PSP coincide no tempo com o estreitamento das ligações de amizade com os republicanos, o jornalista França Borges (1871-1915), o escritor Mayer Garção (1872-1930) e o ensaísta Teixeira Bastos (1857-1901), seus amigos pessoais,

⁵ Beatriz Peralta García, “A imprensa lisboeta do Partido Socialista Português (1893-1907)”, estudo ainda inédito.

⁶ “Comissão Socialista de Arroios”, *O Protesto*, Lisboa, nº 41, 1 de maio de 1923, p. 2.

⁷ César Nogueira, *Resumo histórico dos congressos e conferências do Partido Socialista Português (1871-1926)*, Porto, ed. da Revista Pensamento, s.d., p. 36-43.

⁸ Beatriz Peralta García, “Aproximación a la vida y a la obra de Ernesto da Silva”, *Historia Social*, 89 (2017, III), p. 53-71; idem, “El Partido Socialista Português y la literatura de combate. La obra literaria de Ernesto da Silva”, *Revista Historia Autónoma*, 11 (septiembre de 2017), p. 89-107; idem, “Los orígenes del teatro socialista en Portugal: O Capital (1895), de Ernesto da Silva”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, IV série, vol. 7, 2 (2017), p. 216-236.

colaborando de forma habitual na sua imprensa. As relações entre o movimento republicano e os socialistas conservavam-se não sem tensões, como adiante se verá, mas Ernesto da Silva, que quando novo se aproximara deles – “No tempo da escola era republicano e bohemio (...)”, recordaria anos depois do seu falecimento Martins Santareno⁹ –, julgava-os melhor preparados para a revolução social: “Na impossibilidade de effectuar a sua revolução, o povo deve preparar-se para a transformação que se prepara elevando a burguezia ao mando supremo”, escreveu num opúsculo publicado em 1893¹⁰. Porém, nunca deixou de se identificar como socialista em momentos diversos da sua vida de escritor público e disso deixou testemunho, por exemplo, em 1897, quando as acusações de simpatias filo-anarquistas se exacerbaram, ou em 1900, ao integrar o plantel dos colaboradores do jornal *O Mundo*.

A obra jornalística de Ernesto da Silva, apesar de ser composta por mais de cento e sessenta e um artigos, é desconhecida, ainda inédita, dispersa pelas páginas dos jornais socialistas, mas também dos republicanos, destacando-se pelo volume e variedade dos temas abordados e convertendo o autor num dos pioneiros do jornalismo de opinião em Portugal. Os estudos sobre a imprensa operária apenas têm evoluído desde os primeiros trabalhos de César Oliveira, Maria Filomena Mónica e Luís Salgado de Matos, e Vítor de Sá nas décadas de 70 e 90 do século xx, consagrados à identificação dos jornais para a elaboração dos catálogos¹¹, e os dedicados ao campo laboral das tipografias, da autoria de José Barreto¹². A proposta de focar atenção no autor como jornalista permite avaliar a evolução da figura do diretor-proprietário, que nos fins do Oitocentos apresenta já a separação de ambas as funções, bem como as desenvolvidas pelos colaboradores, que antecipam o futuro jornalista profissional, enquanto que fazê-lo na sua obra significa trazer para o estudo do movimento operário um modelo consolidado entre os intelectuais dos séculos xix e xx. Este é baseado

⁹ Martins Santareno, “Teatro Social. O Capital, de Ernesto da Silva”, *República Social*, Lisboa, nº 38, 15 de novembro de 1919.

¹⁰ Ernesto da Silva, *Proletarios e burguezes*, Lisboa, Instituto Geral das Artes Graphicas, 1893, p. 13.

¹¹ Sobre a história da imprensa operária vid. os textos clássicos de César Oliveira, “Imprensa operária no Portugal oitocentista: de 1825 a 1905”, *Separata da Revista Análise Social*, 39 (1973), e *Antologia da imprensa operária portuguesa: 1837-1936*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1984; Maria Filomena Mónica e Luís Salgado de Matos, “Inventário da imprensa operária portuguesa (1834-1934)”, *Análise Social*, nn. 67-69 (1981), p. 1013-1078; e Vítor de Sá, *Roteiro da imprensa operária e sindical 1836-1986*, Lisboa, Editorial Caminho, 1991.

¹² José Barreto, “Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal (I) e (II), *Análise Social*, vol. XVII (66) (1981-2.º), p. 253-291, e vol. XVIII (70) (1982-1.º), p. 183-212, respetivamente.

na análise sócio-política da época através dos artigos publicados nos jornais, os quais abrem um caminho inédito ao exame das obras da intelectualidade operária evidenciando que, se não foram publicadas de forma avulsa, se encontram dispersas na imprensa ligada ao movimento socialista. Esta análise permite esclarecer parte da história do Partido Socialista Português, a qual às vezes parece caminhar à margem da política partidária dos anos finais da Monarquia, reconstruindo as tensões intestinas fundamentadas na interpretação doutrinária, a estratégia política a seguir que os socialistas discutiram enquanto agremiação partidária, o debate organizativo interno, ou a tomada de posição do movimento perante questões concretas.

Ernesto da Silva colunista, redator e diretor

Ao que conseguimos apurar, Ernesto da Silva, também autor de uma vasta produção literária que vai mais além das peças teatrais antes citadas, começou as suas colaborações, segundo um outro vulto destacado do socialismo português, Sotto Maior Judice, em 1891 em *A Batalha* (Lisboa, 1891-1895) – possivelmente o jornal do republicano Feio Terenas (1850-1920) –, e em *Eco Socialista. Órgão do Partido Socialista do Norte* (Porto, 1892-1894; 1899, 1900-1901), editado pelo Centro Operário de Propaganda Socialista e onde, já militante, terá publicado uma análise crítica do Congresso Nacional das Associações de Classe, que se celebrou no Porto em 1892¹³. Mas, embora vinculado à agremiação de Manuel Luiz de Figueiredo, abandonou-a logo nos fins desse ano ou nos inícios de 1893 por desacordo com a orientação seguida pela corporação, passando a integrar as fileiras do PSP. É no *Revolucionário* (Lisboa, 1893-1896, 1902), jornal vinculado a este partido, que identificamos pelo menos três artigos seus publicados entre março e maio deste ano, dois deles assinados sob o pseudónimo de Babeuf.

Nos fins de 1893 começa a colaborar em *A Federação* (Lisboa, 1893-1900), o novo jornal da Federação das Associações de Classe, agremiação sindical vinculada ao PSP, inicialmente com a publicação de contos na secção dedicada ao “Folhetim”¹⁴, e a partir de fevereiro seguinte, altura em que talvez passasse

¹³ “Hontem e Hoje. 1º de Maio”, *Vanguarda*, Lisboa, nº 1751, 1 de maio de 1896.

¹⁴ No número-programa, de 17 de dezembro, deu à luz o primeiro relato socialista de que até à data temos notícia, “Um reprob”, onde denuncia a pobreza infantil. Ruy, “Folhetim do jornal A Federação. Um reprob”, *A Federação*, Lisboa, numero programma, 17 de dezembro de 1893, p. 2-3.

a integrar o corpo dos redatores, com artigos ou colunas de opinião de forma periódica¹⁵. No seu primeiro artigo, intitulado “Dessorando!”, de 18 de fevereiro de 1894, escrito uns dias depois do encerramento pelo governo de Hintze Ribeiro das associações comerciais de Lisboa, denunciava a desídia política dos assuntos públicos, enquanto que no último, “O município livre”, de 15 de março de 1896, defendeu o modelo político-administrativo que vigorou ao tempo da Comuna de Paris, nas vésperas da sua comemoração pelos operários.

Segundo informação de Sotto Maior Júdice, em simultâneo ao seu labor de redator em *A Federação*, aceitou colaborar com duas novas publicações: a *Revista Social* (Porto, 1894), que era editada pela Fundação Antero de Quental, até 1896¹⁶; e *O Operário de Coimbra* (Coimbra, 1895), um semanário surgido na cidade do Mondego pela iniciativa de José Maria Santos Nazareth depois do desaparecimento de *A Oficina* (Coimbra, 1883-1891), o órgão do Centro Socialista de Coimbra¹⁷, que considerava o seu jornal “talvez, entre os poucos existentes, o mais intransigente órgão de defeza dos direitos e interesses da maior camada social – o povo oprimido”. Com esse propósito resolveu levar como correspondentes “um punhado de companheiros fieis no campo da grande batalha pela vida”, entre os quais Ernesto da Silva, “defensor strenuo do proletariado universal, (...) glorioso propagandista do socialismo em Portugal”, a quem deu lugar de realce¹⁸. O seu labor nesta publicação prende-se com um total de cinco artigos, bem como um excerto de *A injustiça económica*, de Benoit Malon, obra que havia pouco traduzira e publicara¹⁹. O primeiro deles intitula-se “Carta de Lisboa” e está assinado sob o pseudónimo de Babeuf. A ele seguem-se mais quatro sob a chancela “A Questão Social”, já assinados com o nome do autor, E. Silva ou Ernesto Silva, que esboçam uma história do socialismo em Portugal²⁰. O jornal teve uma vida efêmera, mantendo-se em ativo apenas durante os meses de setembro e outubro de 1895.

¹⁵ Beatriz Peralta García, “A imprensa lisboeta...”, cit.

¹⁶ “Hontem e Hoje. 1º de Maio”, *Vanguarda*, Lisboa, nº 1751, 1 de maio de 1896.

¹⁷ Vitor de Sá, *Roteiro da imprensa operária...*, cit., p. 70; Maria Filomena Mónica e Luís Salgado de Matos, “Inventário da imprensa operária portuguesa (1834-1934)”..., cit., p. 1055; César Oliveira, “Imprensa operária no Portugal oitocentista: de 1825 a 1905”..., cit., p. 24.

¹⁸ O Fundador, “Pouca cousa”, *O Operario de Coimbra. Semanario de propaganda e defensor dos interesses collectivos e individuaes*, Coimbra, nº 1, 1º mez, 7 de setembro de 1895, p. 1.

¹⁹ Benoit Malon, *A injustiça económica*, Lisboa, Typographia do Commercio, 1895, tradução de Ernesto da Silva.

²⁰ Vid. E. Silva, “A Questão social. I”, *O Operario de Coimbra...*, cit., nº 1, 1º mez, 7 de setembro de 1895, p. 1 e 4; “A Questão social. II”, nº 2, 1º mez, 14 de setembro de 1895, p. 1;

Enquanto o jornalismo operário coimbrão definhava, entre os dias 14 a 16 de outubro os socialistas marxistas celebravam em Tomar o congresso da sua constituição oficial, chamado IIª Conferência Nacional Socialista, onde aprovariam o seu programa, mas não ficariam alheios às tensões internas, de novo a causa da orientação política que a nova agremiação devia seguir. Os meses que medeiam este acontecimento e o verão de 1896 são fulcrais para o conhecimento da evolução do socialismo português nos anos posteriores porque refletem bem os conflitos vividos no seio da organização, que vieram a ser corporizados nos jornais a ela vinculados. Assim, a 21 de outubro, uns dias depois do congresso tomarense, onde Ernesto da Silva fora eleito membro do seu Conselho Central, o próprio exprimira o desejo de abandonar quer a redação do jornal *A Federação*, quer a comissão de propaganda que integrava, invocando o seu “precário estado de saúde, e outros poderosos motivos” que, no entanto, a ata não esclarece. A informação contida na ata da reunião da Federação das Associações de Classe apenas refere problemas económicos relativos a uma dívida resultante de um desvio de 2000 réis por trabalhos da “antiga junta” que Ernesto da Silva, porém, aceita pagar, sem nenhuma outra referência que evidencie qualquer conflito²¹. Os trabalhadores federados rejeitaram o seu requerimento, decisão que aceitou, continuando deste modo no seu lugar de redator. Pouco depois encenava, a 8 de novembro de 1895 no Teatro do Príncipe Real, em Lisboa, o seu drama *O capital*, que lhe valeu o aplauso e o reconhecimento do público operário e republicano. No fim da representação o autor apareceu no palco, a pedido do público, abraçado a Azedo Gneco – a quem foi dedicada à peça²² –, circunstância que os espectadores, profundamente impressionados, saudaram com uma forte ovação²³.

Os acontecimentos descritos ocultam, porém, alguma agitação no seio da direção do PSP. Em um dos últimos artigos publicados em *A Federação*, “A propaganda”, de inícios de março de 1896, Ernesto da Silva assinou sob o

“A Questão social. III”, nº 3, 1º mez, 21 de setembro de 1895, p. 1; “A Questão social. IV”, nº 1, 2.º mez, 5 de outubro de 1895, p. 1.

²¹ ANTT. *Partido Socialista Português NC 1-6 Caixa 1. Actas da Federação das Associações de Classe “L. 2”* (1895). Acta da sessão da Federação das Associações de Classe em 21 de outubro de 1895, p. 147. Um resumo desta sessão foi publicado no jornal *A Federação*, mas não recolhe esta informação. Vid. “Confederação nacional de Lisboa. Federação das Associações de Classe. Sessão de 21 de outubro”, *A Federação*, Lisboa, nº 95, 27 de outubro de 1895, p. 3.

²² Ernesto da Silva, *O Capital. Drama em 4 actos, original de Ernesto da Silva. Representado pela primeira vez no Theatro do Principe Real, de Lisboa, na noite de 8 de novembro de 1895*, Lisboa, Typ. do Instituto G. das Artes Graphicas, 1896. Vid. elenco das personagens e didascália com indicações relativas ao espaço em que se desenvolvem os atos.

²³ “O Capital. (A recita do auctor)”, *A Federação*, Lisboa, nº 101, 8 de dezembro de 1895, p. 2.

pseudónimo de Babeuf uma análise sobre a orientação doutrinária que estava a ser dada ao Partido. Nela defendia não existir no socialismo português uma única escola económica: “não é *marxista*, *collectivista* ou *comunista*”, escrevia, ao passo que propunha encarar a “questão social” afastando-a de “qualquer especulação phylosophico-economica” para evitar prejudicar a unidade partidária²⁴. Pouco depois, a 23 de março de 1896, remetia à Federação o ofício em que comunicava a saída definitiva do jornal, evidenciando o conflito que já grassava as relações entre ele e Azedo Gneco, seriamente deterioradas pelo desacordo quanto ao rumo político que o PSP devia seguir. Porém, a discórdia que melhor mostrou o afastamento de ambos teve a ver com a ideia da comemoração do 1.º de Maio. Como secretário da comissão executiva da associação União Operária I.º de Maio Ernesto da Silva convocou a reunião, marcada para 14 de abril, destinada a organizar a comemoração da efeméride. Depois de ter sido encarregado de redigir durante três anos consecutivos, de 1893 a 1895, o seu Manifesto, foi exonerado do mandato em 1896. Dias depois, a 19, aceitava colaborar no republicano *A Vanguarda* (Lisboa, 1891-1911), na altura dirigido por Faustino da Fonseca. O jornal informou pontualmente do facto, certo de que os leitores acolheriam com a maior alegria “a noticia de tão boa aquisição”²⁵. Aqui foi-lhe pedido publicar um artigo por semana, sendo o primeiro deles “Os três 8”, de 20 de abril, em defesa do dia laboral de oito horas, o chamado “dia normal”. A relação com o jornal, contudo, durou pouco, finalizando a 29 de junho desse ano, quando publica “O que há a fazer”, onde se faz eco da nova crise política do governo.

A rutura de Ernesto da Silva com *A Vanguarda* produziu-se após o confronto do jornal com os seus correligionários socialistas e na sequência de uma querela entre o jornal e um elemento de *A Federação*, Luis de Judicibus. Na ausência de Azedo Gneco como delegado do socialismo português no Congresso Internacional Socialista de Londres, Luis de Judicibus assumiu a redação do editorial do jornal. A 28 de junho publicou – sem assinatura – um artigo chamando à unidade dos operários sob a chefia do PSP ao grito de “Unamos”. Denunciava aí as ânsias de poder “dos grupos em que a burguezia está dividida” e, sem nomear os republicanos, acusava “a imprensa” de não saber reagir aos “esbirros da policia”. Alertava as associações operárias para o facto de estarem, segundo ele, “envolvidas n’uma nuvem de intriga, que treslouca e enfraquece”, e acabava afirmando que “há só um partido que tem futuro e

²⁴ Babeuf, “A propaganda”, *idem*, nº 114, 8 de março de 1896, p. 1-2. Itálicos no original.

²⁵ “Ernesto da Silva”, *A Vanguarda*, Lisboa, nº 1739, 19 de abril de 1896, p. 2.

condições de vida, se não fôr contaminado pelo veneno que mata as facções das classes preponderantes”. Esse Partido era, é claro, o Socialista²⁶.

Apesar das boas relações de uma parte do socialismo português com o movimento republicano, e deste com aquele²⁷, alguns dos seus membros não deixaram de alertar para o perigoso de tais vínculos. Um deles era precisamente Luis de Judicibus, que desde junho de 1895 e até aos inícios de 1896 publicara uma série de artigos nos quais, sob o título de “Traição possibilista”, relatava as conexões do Partido dos Operários Socialistas – os chamados “franciscanos” –, dirigido por Manuel Luiz de Figueiredo junto a Agostinho José da Silva, com outros elementos do Partido Republicano e membros do governo regenerador de João Crisóstomo (1891-1892), ao qual também pertencera Lopo Vaz como Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino. Perante o editorial de *A Federação*, que *A Vanguarda* não duvidou em lhe atribuir, o jornal reagiu violentamente. A resposta foi duríssima, devolvendo aos socialistas as incriminações de cumplicidade com os partidos monárquicos. No seu editorial de terça-feira 1 de julho de 1896, escreveu: “Uma torpeza vomitada no domingo pela *Federação*, que se intitula *orgão das associações federadas e do povo operario em geral*, fez-nos decidir a vir á estacada, excepcionalmente, não porque liguemos maior importancia a esse papel do que a outros do mesmo jaez, que de longe em longe mostram os dentes esfomeados e mal limpos, mas porque a alta espionagem da politica monarchica encastellou-se novamente nos arraiaes socialistas, e se os homens de bem d’esse partido não a correrem rapida e energicamente, hão de acabar por inutilisal-o e perdel-o”²⁸. No dia seguinte, novo artigo teimava nas acusações, mas esclarecia que elas não eram dirigidas ao jornal operário, mas contra uma pessoa em particular: “Nós não atacámos o partido socialista, que nada tem de commum com a canalhice do scriba assalariado ou do inepto illudido para a praticar”²⁹. No meio da polémica, tomado do fogo cruzado entre jornais e organizações políticas, Ernesto da Silva achou-se numa posição difícil. Da irrupção da querela, logo fez chegar à direção de *A Vanguarda* uma carta “visivelmente apaixonada, dictada por excitação de momento e que, da fôrma como está redigida não podemos publicar”, explicava

²⁶ “Unamo-nos”, *A Federação*, Lisboa, nº 130, 28 de junho de 1896, p. 1.

²⁷ Esta é a tese defendida, por exemplo, por Jorge Pais de Sousa, “Existiu uma fracção socialista no Partido Republicano? Os casos paradigmáticos de Magalhães Lima e Afonso Costa. A difusão do socialismo no Brasil”, *História Revista*, Goiânia, v. 18, 2 (julho-dezembro de 2013), p. 27-71.

²⁸ “Para traz, misseraveis!”, *A Vanguarda*, Lisboa, nº 1812, 1 de julho de 1896, p. 1. Itálicos no original.

²⁹ “Para traz, misseraveis!”, *idem*, nº 1813, 2 de julho de 1896, p. 1.

o jornal. Nela, o seu autor declarava que, perante este ataque ao Partido Socialista, abandonava a colaboração³⁰. O jornal voltou a justificar-se dizendo que a guerra era apenas contra uma secção e contra *A Federação*, não contra o Partido. Ernesto da Silva, desta vez, defendeu *A Vanguarda* e escreveu uma frase que o jornal reproduziu com satisfação, reiterando as suas desculpas: “(...) que *A Vanguarda*, ferida, ao que parece, por injustificado «suelto» publicado no semanário *A Federação*”. E acabava declarando que a prova de que a guerra não obrava contra Ernesto da Silva ou o Partido Socialista era que o articulista colaborava no periódico: “Distingamos! Não estamos a contas com o partido socialista, nem com o sr. Ernesto da Silva, mas apenas com o scribe que nos feriu na *Federação*. Não queiram puxar a questão para outro terreno”³¹. De qualquer maneira, Ernesto da Silva abandonou a colaboração regular com *A Vanguarda*, embora mantivesse as relações com os republicanos e, de facto, continuou a escrever nas páginas dos seus jornais, como veremos a seguir. Na *Vanguarda*, já ultrapassada a polémica, registamos ainda a publicação de novos artigos em momentos pontuais de 1901 e 1902, aquando do tempo em que o jornal fora dirigido por Sebastião de Magalhães Lima, com quem Ernesto da Silva parece guardar alguma relação³².

Apesar de estar fora da redacção do jornal *A Federação*, as relações com ele continuaram, como vemos, e, de facto, ainda há a registar as últimas participações no mês de agosto de 1896, quando o jornal publicou o último dos seus textos dramáticos, “Á sahida do tunnel. (Dialogo n’uma wagon de I^a)”, recordando o regresso de Azedo Gneco a Lisboa do Congresso londrino³³, e em setembro, recomendando a leitura de *A obra internacional*, de Magalhães Lima. Parecera um último esforço por calmar tensões reconhecendo os méritos do antigo mestre, mas a crise acabaria por deflagrar imediatamente depois no decurso da greve dos empregados do gás, um dos mais graves conflitos operários desde o surto grevista dos anos 70, onde Ernesto da Silva teve lugar de relevo.

Em dezembro de 1896 começa a publicar num outro jornal republicano, *O Paiz*, de Alves Correia (1860-1906). Sem outros compromissos jornalísticos, afastado de *A Federação* e de *A Vanguarda*, foi a publicação escolhida para se defender pormenorizadamente, ao longo de seis artigos sob o título “Theatro

³⁰ *Idem*, ibidem, p. 2.

³¹ *Idem*, ibidem.

³² Em 1896 escreveu a crítica de *A obra internacional*, de recente publicação, referindo-se ao autor como “o nosso amigo dr. Magalhães Lima”. Ernesto da Silva, “A Obra Internacional”, *A Federação*, Lisboa, nº 141, 13 de setembro de 1896, p. 1.

³³ Ruy, “Á sahida do tunnel. (Dialogo n’uma wagon de I.^a)”, *A Federação*, Lisboa, nº 138, 23 de agosto de 1896, p. 2.

de D. Maria II. (A moral do teatro)”, da recusa do chamado Teatro Normal à representação de outra das suas peças teatrais, *A vítima*. A colaboração manteve-se entre dezembro de 1896 e maio de 1897, perfazendo um total de oito textos. “Á opinião pública”, de 29 de maio de 1897, foi o último artigo a ser publicado a pedido do autor para mais uma vez se defender das acusações propagadas em *O Século* de afeto ao anarquismo e das críticas a propósito dos dramas da sua autoria, os quais “em nada têm deshonrado o movimento proletário; muito ao contrario, — escrevia — têm merecido a consideração e applauso dos espiritos independentes de invejosas preocupações”³⁴. O jornal, embora estranho às “dissenções que lamentamos” dentro do Partido Socialista, aceitou dar ao prelo o texto, porque era política do jornal permitir a defesa de quem assim o requeria³⁵.

Com efeito, em plena crise governamental, recém caído o governo de Hintze Ribeiro e João Franco, *O Século* fazia eco do boato que desde os meados do mês de fevereiro de 1897 circulava entre os operários. Segundo era comentado, no decurso de uma conferência pronunciada por Ernesto da Silva na Associação de Classe dos Marítimos Conductores de Sal no Rio Sado, em Setúbal, o orador ter-se-ia mostrado a favor da eliminação desta associação, para além de “mais d’uma vez se ter declarado *anarquista*”³⁶. Tendo conhecimento de tais factos, Azedo Gneco reagiu acusando-o de ser um “elemento dissolvente”, ou seja, de simpatias libertárias³⁷, instigando Ernesto da Silva a provar o infundado de tais acusações. Depois de uma tensa reunião na Liga das Artes Gráficas de Lisboa a 9 de maio de 1897, na qual ambos mostraram o seu afastamento doutrinário e pessoal, Ernesto da Silva abandonou definitivamente a vida partidária, demitindo-se dos seus cargos no PSP e declarando solenemente que “Sou socialista puro, respeitando em absoluto o programma partidário”³⁸, isto é, o aprovado em Tomar em 1895. Uns dias depois aceitava o convite de *A Obra* (Lisboa, 1891-1906), o órgão de expressão dos carpinteiros civis, para fazer parte da redação desse jornal. *A Federação* desaprovou a nomeação, renovando as denúncias de conivência com os anarquistas, desta vez amparado na inserção de um texto de Kropotkine, intitulado “As prisões”, na secção do

³⁴ Ernesto da Silva, “Á opinião publica”, *O Paiz*, Lisboa, nº 570, 29 de maio de 1897, p. 2.

³⁵ *Idem*, *ibidem*.

³⁶ “Setubal”, *A Federação*, Lisboa, nº 165, 28 de fevereiro de 1897, p. 1. Itálicos no original.

³⁷ “Setubal”, *idem*, nº 166, 7 de março de 1897, p. 1.

³⁸ “Movimento associativo. Centro socialista de Lisboa”, *Vanguarda*, Lisboa, nº 202 (2147), 4 de junho de 1897, p. 2; “Ernesto da Silva”, *O Paiz*, Lisboa, nº 577, 5 de junho de 1897, p. 3; “Centro Socialista de Lisboa”, *A Federação*, Lisboa, nº 179, 6 de junho de 1897, p. 3.

“Folhetim” no número de 16 de maio de 1897³⁹. *A Obra* teve de explicar que Ernesto da Silva só aceitou a direção sob licença do Congresso das Associações Federadas, a quem comunicou a proposta recebida⁴⁰. Em consequência, e após declaração de apoio a Ernesto da Silva em resposta a algumas moções votadas em vários grupos socialistas, “todas tendentes a ferir o sr. Ernesto da Silva”, Franciso Christo e Cândido Leal demitiram-se do corpo dos redatores do jornal *A Federação*⁴¹. Porém, apenas um mês depois, era o próprio Ernesto da Silva que abandonava o lugar de diretor de *A Obra*. Entre as razões que invocou aludiu às críticas sofridas pelas suas afirmações a propósito da comemoração do 1.º de Maio, que considerava uma festa cada vez mais esvaziada de conteúdo, e ao seu precário estado de saúde⁴². Só voltará nos inícios de novembro de 1897, mantendo-se até 9 de abril de 1898⁴³. A partir dessa altura, e ainda que fora da redação, continuará a colaborar no jornal até à morte. Desta longa etapa chegamos a inventariar cinquenta artigos para além dos contos, peças de teatro e a tradução de um texto literário, que também viram a luz nas páginas de *A Obra*. O contributo de Ernesto da Silva destaca-se por uma maior atenção a dois elementos: o doutrinário, acolhendo os pensadores anarquistas, como antes indicado, aprofundando por isso a ideia das suas simpatias libertárias, e o literário, multiplicando a publicação de textos líricos, contos e traduções – alguns da sua autoria –, embora mantendo a fidelidade ao socialismo da linha editorial do periódico.

A imprensa republicana, pela sua parte, vivia também na altura uma pequena crise. *O Paiz* desapareceu a 24 de julho de 1898, sendo substituído pela *A Lanterna* (Lisboa, 1898-1899), sob a chefia de João Chagas (1863-1925) e este pela *A Pátria* (Lisboa, 1899-1900) com a direção de José Benevides, (1866-1940), o qual regista oito novos artigos de Ernesto da Silva, desde maio até agosto de 1900. Na altura o jornal era dirigido por França Borges e nele escreviam também Heliodoro Salgado e os literatos Francisco Mayer Garção (1872-1930) e Joaquim Nunes Claro (1878-1949) – representantes da corrente literária do “Neo-Romantismo vitalista” –, todos fazendo parte do círculo íntimo

³⁹ “Diffamação do 1.º de maio”, *A Federação*, Lisboa, nº 176, 16 de maio de 1897, p. 1.

⁴⁰ “Ao povo operario”, *A Obra*, Lisboa, nº 123, 23 de maio de 1897, p. 1, e *idem*, nº 126, 13 de junho de 1897.

⁴¹ “Partido Socialista”, *A Vanguarda*, Lisboa, nº 196 (2141), 29 de maio de 1897, p. 2.

⁴² “Ernesto da Silva”, *A Obra*, Lisboa, nº 125, 6 de junho de 1897, p. 1. A direção recaiu em Teodoro Ribeiro, administrador do jornal *A Marselhesa*. Vid. também *O Echo Metallurgico*, Lisboa, nº 76, 13 de junho de 1897, p. 3.

⁴³ “Ernesto da Silva”, *A Obra*, Lisboa, nº 147, 7 de novembro de 1897, p. 1, e “Ao publico”, *idem*, nº 169, 10 de abril de 1898, p. 1.

das suas amizades. O seu primeiro artigo, “O tenente Picão”, onde Ernesto da Silva denuncia o assassinio por fuzilamento de três pescadores em greve em Sesimbra, está assinado sob o pseudónimo de Babeuf, enquanto os outros sete se encontram sob o seu nome completo, Ernesto da Silva. A fundação de *O Mundo* (Lisboa, 1900-1936) a 16 de setembro de 1900 pelo amigo e antigo diretor de *A Pátria*, França Borges, provoca, sem dúvida, a sua transferência para o novo jornal republicano. Ernesto da Silva aparece na lista dos colaboradores logo desde o número 4, de 19 de setembro de 1900, sendo o primeiro artigo datado a 28 desse mês, oportunamente anunciado no dia anterior, no fim da primeira página⁴⁴. Como afirmação ideológica face à tendência republicana da publicação o artigo de Ernesto da Silva intitula-se “Princípios Socialistas” e foi publicado sob o nome do autor⁴⁵. A colaboração manteve-se até à sua morte, perfazendo trinta e três artigos. Prova do seu prestígio apareceram na primeira página e desde a primeira coluna. A partir de junho e até outubro de 1901 integraram-se numa secção própria intitulada “A traço negro... (Typos e Factos)”, inserida quer na primeira página, bem como na segunda.

Foi nesta altura que surgiram na imprensa duas novas publicações: *Revista política. Publicação mensal de propaganda e de critica*, e *Seculo XX. Semanario socialista*. A primeira foi uma iniciativa do movimento republicano, pensada como um foro de debate com o intuito de expor e discutir factos e princípios nacionais e universais que pudessem interessar o público “austero” e “inteligente” de Portugal. Os seus promotores observaram a inexistência de revistas de carácter político no país, elemento ao qual, segundo eles, era subordinado tudo. Daí a discussão de questões de todo o tipo: financeiras, económicas, de morigeração dos costumes, de cultura política, agricultura, comércio, indústria, literatura e arte⁴⁶. Entre os colaboradores encontravam-se vultos destacados do republicanismo português como Afonso Costa, Alexandre Braga, Alves da Veiga, Basilio Teles, Bernardino Machado, Brito Camacho, Emídio Garcia, Guerra Junqueiro, João Chagas, João de Menezes, José Caldas, José Pereira de Sampaio (Sampaio Bruno), Júlio de Mattos, Luiz Botelho, Manuel Coelho, Ricardo Malheiro, Ricardo Severo, Rocha Peixoto e Teófilo Braga, para além do socialista Nobre França⁴⁷. Ernesto da Silva publicou aqui

⁴⁴ “O mundo. Jornal republicano! Colaboradores”, *O Mundo*, Lisboa, nº 4, 19 de setembro de 1900, p. 1; e nº 12, 27 de setembro de 1900, p. 1.

⁴⁵ Ernesto da Silva, “Princípios socialistas”, *O Mundo*, Lisboa, nº 13, 28 de setembro de 1900, p. 1.

⁴⁶ “A Redacção”, *Revista Política. Publicação mensal de propaganda e de critica*, Lisboa, nº 1, 15 de junho de 1901, p. 3-5.

⁴⁷ *Idem*, p. 2.

uma análise crítica da obra recente de Zola *Travail*, posteriormente reproduzida em *A Obra* e em *O Mundo*⁴⁸.

Seculo XX. Semanario socialista foi promovido por um “grupo de socialistas” que se comprometia a publicá-lo sob subscrição. O corpo gerente era composto por José António de Carvalho Bastos como editor, Mariano Soares na secretaria da administração e Luís da Mata, um dos promotores do Teatro Livre, como redator. Detetamos aqui dois artigos de Ernesto da Silva, ambos publicados a 15 de dezembro de 1901: “Chronica Negra”, sobre a repressão policial contra os operários em greve, e “Angelina Vidal”, a propósito do subsídio aprovado em *A Voz do Operário* em auxílio desta intelectual feminista e republicana, do qual Ernesto da Silva foi promotor. A 2 de março de 1902 o semanário informa sobre as dificuldades para manter a edição do periódico, motivo por que convocava os assinantes a uma reunião na rua da Bempostinha, nº 92, às 8 da noite, rogando pontualidade. O facto de ele não mais se publicar indica que a reunião fracassou no seu intuito. Infelizmente, deixou por completar uma das peças teatrais de Ernesto da Silva, *Vencidos*, que estava a ser publicada na secção dedicada ao folhetim⁴⁹. Entretanto, ele continuara a colaborar simultaneamente em *A Obra* e em *O Mundo* até à data da morte, a 25 de abril de 1903. Uns dias antes, a 18 de abril, publicara aqui o último dos seus artigos. Intitula-se “Pena de morte!” e é um alegato contra a pena capital.

Os artigos de opinião de Ernesto da Silva: colunismo político, social e literário

Os textos publicados por Ernesto da Silva na imprensa periódica socialista e republicana rotulam-se sob a rubrica de “artigos de opinião”, acompanhando a evolução da imprensa portuguesa dos fins do século XIX segundo um modelo veiculado pelo jornalismo norte-americano, na passagem dos diretores proprietários para o grupo editorial. Mas ao contrário de outro tipo de publicações periódicas, no jornalismo operário predomina a opinião em oposição à informação, porque este tipo de imprensa surgiu como um instrumento de denúncia social e de difusão doutrinária. Daí a oportunidade destes escritos, essencialmente subjetivos, ligados à personalidade do autor, não buscando

⁴⁸ No caso de *O Mundo*, só alguns parágrafos. Vid. *Revista Política*, Lisboa, nº 1, 15 de junho de 1901, p. 52-56; *A Obra*, Lisboa, nº 336, 14 de julho de 1901, p. 2, e nº 338, 28 de julho de 1901, p. 3; *O Mundo*, Lisboa, nº 277, 22 de junho de 1901, p. 2.

⁴⁹ “Seculo XX”, *Seculo XX*, Lisboa, nº 20, 2 de março de 1902, p. 1.

informar, mas oferecer um ponto de vista próprio do tema abordado em relação à informação meramente objetiva. Assim é apontado por Ernesto da Silva num texto publicado em 1897 em *A Obra*, quando explica que “É possível encontrar nos artigos de *A Obra* qualquer diferenciação. Pertence a responsabilidade aos signatários, visto que *A Obra* mantém liberdade de orientação a quem escreve – dentro dos princípios socialistas”⁵⁰. Ele iniciara-se no periodismo no *Eco Socialista* como comentador do Congresso das Associações de 1892 – ou em 1891, a acreditar nas informações de Sotto Maior Júdice⁵¹ –, mas evoluiu rapidamente para o “artigo” ou a “coluna” de opinião, onde as questões de caráter político se converteram em objeto preferente da sua crítica e continuarão a sê-lo ao longo dos anos, exceção feita aos meses de junho a setembro de 1901, nos quais predominou, claramente, a análise social, como adiante veremos. A denominação de “coluna” pode parecer algo anacrônica para descrever estes textos, pois esta designação apenas se generalizou após a década de 20 do século xx. De igual modo acontece com a denominação dada aos autores, os quais passaram de “articulistas” a “colunistas”, especialmente a partir dos anos 50⁵². Contudo, é essa a atividade que Ernesto da Silva desenvolveu nos jornais em que colaborou, especialmente quando foi convidado pela *A Obra* e os republicanos *A Vanguarda* e *O Mundo* para neles escrever com regularidade periódica. De resto, ele próprio denomina, em 1901, os seus artigos “colunas”⁵³.

Dada a extensão desta obra que abrange cento e sessenta e um artigos de conteúdo político, social e literário publicados desde 1893, consideramos Ernesto da Silva um dos pioneiros do jornalismo de opinião em Portugal. No seu percurso podemos assinalar duas fases muito claras dominadas pela tendência ideológica dos jornais. A primeira decorre de 1892 até 1897, data do abandono do PSP – curiosamente, período coincidente com o primeiro governo regenerador de Hintze Ribeiro –, quando predomina a colaboração nos jornais partidários: *Revolucionário* (1892-1893), *A Federação* (1893-1896), *O Operário de Coimbra* (1895) e *A Obra* (1897-1903). A segunda fase abrange os anos 1897 a 1903, nos quais, sem abandonar a colaboração na imprensa partidária, prevalece claramente a republicana: *O Paiz* (1896-1897), *A Vanguarda* (1897), *A Pátria* (1900), *O Mundo* (1900-1903), *Revista Política* (1901) e *Vanguarda* (1901-1902), pertencendo *Século XX* (1901) à socialista. Nestas etapas incluímos

⁵⁰ E. da Silva, “Em resposta”, *A Obra*, Lisboa, nº 145, 24 de outubro de 1897, p. 3.

⁵¹ Cfr. nota 3, supra.

⁵² Pedro de Miguel, *Articulismo español contemporáneo. Una antología*, Madrid, Marenostrum, 2004, p. 9 e ss.

⁵³ Foi no jornal *Vanguarda* no artigo assinado Ernesto da Silva, “Instrução”, *Vanguarda*, Lisboa, nº 1704 (3651), 3 de agosto de 1901, p. 1.

ainda aqueles artigos que apareceram nos jornais comemorativos. Em *A Comuna* (1896) e *Pró-Justiça. Homenagem promovida pelos operários do livro em Portugal* (1899) encontramos dois textos: “A Revolução e a Ordem” e “Accuso”, respetivamente, mas sabemos de colaborações que, infelizmente, não pudemos compulsar, ou porque o estado de conservação do jornal impede a sua consulta, como no caso de *Pela Infancia. Á memória de Sarah de Mattos* (1901)⁵⁴, ou por não conseguirmos localizar a publicação. É este o caso dos jornais *Revista Social* (1894)⁵⁵, e o número comemorativo do segundo aniversário do jornal *O Mundo* (1902), o qual acolheu um texto da sua autoria intitulado “O ultimo reduto”⁵⁶, bem como o folheto “O comunismo na revolução social”⁵⁷. Já sob o ponto de vista do conteúdo os textos abrangem cinco campos temáticos: a crónica política, a crónica social e a crónica literária, os principais assuntos de interesse do autor; a necrológica, nos textos com motivo do falecimento dos amigos Lemos de Castro em 1898 e Teixeira Bastos em 1901, e os dos mestres intelectuais Benoît Malon (no seu quinto aniversário em 1898) e de Zola em 1902, que levaram à evocação das suas vidas e obras; e o episódio quotidiano, acontecimentos do diário, inesperados ou até surpreendentes para o autor, que deram o mote para três textos publicados em 1895 e 1901.

No conjunto dos artigos publicados entre 1893 e 1897 cultivou maioritariamente a crónica política, abordando aspetos diversos da política portuguesa contemporânea e da de países como Inglaterra, França ou Espanha. Neles, defendeu a proclamação da República e abordou a análise do movimento operário português no último quartel do século XIX, esta última questão desenvolvida maioritariamente em duas séries: “A Questão Social I, II, III, IV” e “O movimento operário I, II, III, IV, V”. A primeira foi publicada em *O Operário de Coimbra* em 1895, onde estuda as origens do movimento operário em Portugal sob a perspetiva do problema levantado relativamente à chamada “questão social”, ou seja, o desenvolvimento do capitalismo e as suas nefastas consequências sociais. Ao tema voltará alguns anos mais tarde, entre 1898 e 1899, num novo ciclo de artigos intitulados “O movimento operário”. Nesta ocasião, abordou o assunto sob o ponto de vista organizativo, salientando o mundo do associacionismo, a organização partidária dos socialistas e as suas lutas intestinas – das quais foi

⁵⁴ Exemplar conservado na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa.

⁵⁵ “Hontem e Hoje. 1º de Maio”, *Vanguarda*, Lisboa, nº 1751, 1º de maio de 1896, p. 1, segundo informação de Sotto Maior Júdice. A Biblioteca Nacional de Portugal apenas conserva o nº 1 da publicação, que não contém artigos de Ernesto da Silva, embora Sotto Maior Júdice afirme a sua existência até 1896.

⁵⁶ “A festa d’O Mundo”, *O Mundo*, Lisboa, nº 720, 17 de setembro de 1902, p. 1.

⁵⁷ “Ernesto da Silva”, *idem*, nº 937, 26 de abril de 1903, p. 1.

alvo privilegiado –; a defesa, pessoalíssima, do modelo de comemoração que devia presidir a efeméride do 1.º de Maio – aqui em aberto confronto com Azedo Gneco – e as relações com o movimento republicano. Quando escreveu o último dos artigos, já Ernesto da Silva tinha abandonado a organização socialista, embora continuasse a colaborar com as associações de classe e os centros socialistas sempre que assim era requerido, bem como nos jornais de classe ligados ao movimento. Subjaz a estes textos um desencanto partidário perante a deriva do PSP, mas também um azedume pessoal em relação a Azedo Gneco e os desgostos sofridos pelos contínuos ataques pelas suas supostas simpatias anarquistas que nunca foram cabalmente demonstradas, mas que atingiram o seu prestígio entre os operários e os mais diretos colaboradores do chefe socialista.

Na etapa que decorre de 1897 a 1903 a crónica política partilha protagonismo com os temas sociais e a crónica literária, coincidindo com o período da sua vida em que mais se debruçou sobre a escrita de peças de teatro⁵⁸. A análise de obras de literatura atinge maior interesse à luz do conjunto dos artigos que publicou em 1897, nos quais se defendeu da rejeição da encenação do drama *A vítima* no Teatro de D. Maria II, mas será a partir dos fins de 1900 que de forma mais evidente se verifica esta mudança nas preferências de Ernesto da Silva. Foi nesta altura que surgiu a sua dimensão de cronista teatral e crítico literário. As visitas aos teatros lisboetas traduziram-se na escrita de comentários às peças aí representadas: *Santo António*, de Brás Martins, *Um inimigo do povo*, de Ibsen, a *Rosa enjeitada*, de D. João da Câmara, e *Blanchette*, de Brieux. Subjaz-lhes uma perceção social do teatro, visando a criação de um “Teatro do Povo” ou reformando o Teatro Normal, questão que acabará por plasmar de forma mais acabada na conferência que proferiu no Ateneu Comercial de Lisboa nos fins de 1902, a convite dos promotores do Teatro Livre. Ao mesmo tempo, a leitura de obras como *Travail*, de Zola, levou à redação de um estudo do romance publicado na *Revista Política*, posteriormente reproduzido em *A Obra* e em *O Mundo*. Outras obras menores foram também objeto da sua atenção como *Os vermelhos. (Notas de dois refractários)*, de Mayer Garção e Fernando Reis; *Os devassos*, de Francisco Ferraz de Macedo; *Oração da fome*, de Joaquim Nunes Claro, todos os autores amigos de Ernesto da Silva; e *Eça de Queiroz. Os panegiristas da sua obra e os censores da sua carcassa*, de Arnaldo da Fonseca.

⁵⁸ Depois de *Os que trabalham* (1897) escreveu *O Despertar. Peça em 1 acto* (1900), *Nova Aurora. Apropósito em 1 acto e 4 quadros* (1900), *Vencidos. Drama em 4 actos* (1902) — reescrita de *A Vítima* (1896) —, e *Em ruínas. Peça em 3 actos* (1903).

Paralelamente à crítica e à crónica literárias produziu artigos de tema social. Estes estão presentes em todas as fases da obra jornalística de Ernesto da Silva, mas assumem especial protagonismo desde os meados de junho e até aos fins de setembro de 1901, altura em que passou a escrever uma coluna fixa no jornal *O Mundo* sob a epígrafe “A traço negro... (Typos e factos)”. Nela denunciou a miséria das classes populares, a hipocrisia social, o desamparo das mulheres e das crianças, e defendeu a instrução pública.

Da assinatura sob pseudónimo à assunção autoral

Ernesto da Silva serviu-se de várias denominações para assinar os seus textos. Inicialmente fizera-o com “Babeuf”, que tomou do revolucionário francês François Noël Babeuf (1760-1797), defensor do igualitarismo e da abolição da propriedade privada. Com ela assinou os textos publicados no *Revolucionário* (1893), *O Operário de Coimbra* (1895), *A Federação* (1896), *A Obra* (1897, 1898, 1899, 1900), e *O Mundo* (1901), sempre versando sobre questões políticas.

O seu segundo pseudónimo foi “Ruy”, de carácter literário, com o qual assinou os contos e textos dramáticos que publicou em *A Federação* entre 1893 e 1896. Com teor político utilizou-o em 1895 pela primeira vez neste mesmo jornal, depois em *A Obra* em 1898, e em *Vanguarda* em 1901 e 1902. Porém, a maioria dos textos estão assinados com o seu nome próprio, Ernesto da Silva, que vigorou pela vida fora, embora nos inícios da sua vida pública oscilasse com “Ernesto Silva” (*A Federação*, 1894) e “E. Silva” (*O Operário de Coimbra*, 1895). “E. da Silva”, “E. da S.”, e ainda “E.”, são mais tardias, registam-se em *A Obra* em 1897, *O Mundo* em 1900, e *A Obra* em 1902, respetivamente, como versões simplificadas da forma completa, “Ernesto da Silva”. A assinatura contendo a sua profissão, “tipógrafo”, foi menos habitual, apenas em *A Obra* em 1900 nos comentários escritos a propósito do congresso socialista desse ano, como também “gráfico”, que registamos apenas no número comemorativo dedicado a Zola (*Pró-Justiça. Homenagem promovida pelos operários do livro em Portugal*, 1899).

Conclusões

A atividade jornalística de Ernesto da Silva evidencia um momento de mudança sociocultural e política no dealbar do novo século xx. A sua transição das publicações periódicas socialistas para as republicananas mostra as

“convergências possíveis”, como lhes chamou António Ventura⁵⁹, entre ambos os grupos ideológicos, mas também as tensões internas no seio do movimento socialista em dois aspetos. De um lado, o confronto doutrinário entre as “escolas socialistas” revela posições opostas de estratégia política, perfilhando o debate entorno da colaboração com o movimento republicano, no qual Ernesto da Silva assumiu uma atitude positiva logo desde os inícios da sua militância; de outro, descobre questões vinculadas à liderança, que desde os meados dos anos 90 opunha dois chefes políticos carismáticos: Azedo Gneco, como chefe orgânico do PSP, e Ernesto da Silva, um líder natural que baseava o seu prestígio na influência entre os operários. Demonstra-o o impacto que entre eles tiveram as acusações de simpatias filo-anarquistas, que Azedo Gneco agitou e aproveitou no seu benefício. Da confrontação entre ambos saiu vitorioso Gneco, que conseguiu não apenas o afastamento pessoal de Ernesto da Silva das agremiações socialistas, como a qualificação do opositor como “anarquista” até aos dias de hoje, apesar dos esforços do próprio em sentido contrário. Este confronto permite antever futuras disputas intrapartidárias pelo controlo das organizações políticas na sua evolução aos partidos de massas do século xx, e está na base da fraqueza do movimento socialista até à unificação partidária de 1910.

⁵⁹ António Ventura, *Anarquistas, republicanos e socialistas em Portugal. As convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

(Página deixada propositadamente em branco)

**A caminho da reforma administrativa.
O Grupo de Trabalho n.º 14 e a criação do
Secretariado da Reforma Administrativa (1965-1969)**

**Seeking for Administrative Reform.
The Working Group No. 14 and the creation of the
Secretariat for Administrative Reform (1965-1969)**

ANA CARINA AZEVEDO

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

aazevedo@fcsih.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0001-6632-6861>

Texto recebido em / Text submitted on: 12/06/2019

Texto aprovado em / Text approved on: 19/05/2020

Abstract

Since the 1950s, some studies began to emphasise the need to improve the productivity level of the Portuguese Public Administration. Simultaneously, some attempts are made to simplify and reduce bureaucracy in administrative work, but these experiences remain partial and are not included in a global plan. To overcome these problems, the reformist measures took by the Government had to be systematised and synchronised with the objectives of economic and social development. And, to that end, it should be established a central and technical organisation capable of promoting and coordinating the reform. After being constantly postponed, only in 1965 a clear step was taken to its creation, with the emergence of Working Group No. 14 within the Commission on Planning and Economic Integration. This body was entrusted with the preparatory studies for administrative reform and it would ultimately be responsible for setting up the Secretariat for Administrative Reform. Based on its largely unpublished reports, this article aims to analyse the structure and the main topics studied by the Working Group.

Resumo

Desde os anos de 1950 vinham a desenvolver-se estudos e reflexões em torno da necessidade de melhorar o nível de produtividade da Administração Pública portuguesa. São feitas algumas tentativas de simplificação e desburocratização do trabalho administrativo, porém, estas mantêm-se parciais e não chegam a apresentar um plano de conjunto. Para superar estas limitações tornava-se necessário que as medidas reformistas fossem sistematizadas e coordenadas com os objetivos do desenvolvimento económico e social. E, para tal, deveria ser estabelecido um órgão técnico central impulsionador e coordenador da reforma. Sendo constantemente adiado, apenas em 1965 seria dado um passo concreto para a sua criação, com o surgimento do Grupo de Trabalho n.º 14 no seio da Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica. Este organismo foi incumbido dos estudos preparatórios para a reforma administrativa e acabaria por ser responsável pela criação do órgão central afeto à mesma: o Secretariado da Reforma Administrativa. Partindo do seu espólio, em grande medida inédito, este

It also intends to understand how it helped to define the guidelines for the Secretariat for Administrative Reform and for the subsequent project of modernisation of the Portuguese Public Administration.

Keywords: Portugal; “Estado Novo”; Public Administration; Reform; Working Group No. 14.

artigo pretende analisar a constituição e os principais temas estudados pelo Grupo de Trabalho e o modo como estes ajudaram a definir as linhas orientadoras do Secretariado da Reforma Administrativa e do subsequente projeto de reforma da Administração Pública portuguesa.

Palavras-chave: Portugal; Estado Novo; Administração Pública; Reforma; Grupo de Trabalho n.º 14.

Introdução

Desde o final da II Guerra Mundial tornou-se clara, a nível internacional, uma preocupação acrescida com as Administrações Públicas e com a sua capacidade de atuar enquanto agentes dinamizadores do desenvolvimento económico e social¹. Na época da vitória das democracias e à medida que se desenrolava a Guerra Fria, uma Administração Pública eficiente era considerada o garante da paz e da defesa contra a expansão do socialismo. Tornava-se, assim, essencial que estas fossem reformadas de forma a estarem aptas para sustentar o processo de desenvolvimento e para dar resposta às solicitações dos cidadãos². Neste âmbito, o conceito de Administração para o Desenvolvimento difunde-se internacionalmente.

Portugal não escapa a esta dinâmica. Mediante a maior abertura ao exterior encetada na época, o país entra em contacto com organismos que defendiam o estabelecimento de condições para a melhoria da produtividade das Administrações Públicas. Começa, assim, a testemunhar-se um aumento das reflexões sobre as características, vícios e potencialidades da administração portuguesa. Nos anos de 1950 começam a desenvolver-se algumas tentativas parciais para melhorar certos aspetos da Administração Pública, sobretudo no que diz respeito às questões da simplificação e desburocratização administrativas. Mas em meados dos anos de 1960, não obstante estas diligências parciais e sem um plano de conjunto, a Administração Pública portuguesa continuava a apresentar pouca eficácia e um baixo nível de produtividade. O desenvolvimento económico do país que se evidencia na época³ e as novas tarefas que o Estado era chamado a desempenhar, criavam uma crescente complexidade administrativa a um Estado já bastante burocratizado e regulamentado que não consegue responder aos novos desafios que lhe eram colocados. Para melhorar o seu nível de eficiência era necessário racionalizar e automatizar processos e aplicar métodos científicos de organização do trabalho,

Esta investigação foi financiada por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Bolsa de Pós-Doutoramento com referência SFRH/BPD/113250/2015. O IHC é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos UIDB/04209/2020 e UIDP/04209/2020.

¹ George Gant, “The concept of development administration” in Eric Otenyo & Nancy Lind (eds.), *Comparative public administration: the essential readings*, Amsterdam; Netherlands, Elsevier, 2006, p. 257-285.

² Gerald Caiden, “Development, administrative capacity and administrative reform”, *International Review of Administrative Sciences*, 39(4) (1973), p. 327-344.

³ Álvaro Garrido, “Conjunturas políticas e economia” in Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (org.), *História Económica de Portugal (1700-2000)*, volume III, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 468.

numa lógica em que o conhecimento técnico adquire um novo peso⁴. Por outras palavras, era necessário dar início a uma reforma administrativa.

Esta consciência não se encontra apenas relacionada com as lógicas internacionais que chegam a Portugal através da maior abertura ao exterior encetada na época. Ela deriva de propósitos internos bastante ligados à própria manutenção do regime e dos seus objetivos, numa época em que este deveria mostrar-se capaz de responder aos desafios que lhe eram colocados no campo económico e social. E, sobretudo, deriva das novas lógicas de planeamento económico que se evidenciam na década de 1960 e que são suportadas pelo voluntarismo de alguns grupos que se movimentam no interior do aparelho de Estado, não tanto pela sua vinculação política ao regime, mas pelo seu papel enquanto técnicos.

Na esteira dos estudos feitos na década anterior e das lógicas do planeamento integral da economia, torna-se notório não ser possível promover o desenvolvimento económico sem o suporte de uma Administração Pública eficaz. Como tal, durante os trabalhos preparatórios do III Plano de Fomento foi criado, na Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica (CIPIE), o Grupo de Trabalho n.º 14 (GT 14), responsável pelos estudos sobre a reforma administrativa. Dos seus trabalhos esperava-se o surgimento do organismo técnico central que viria a ser criado apenas em 1967, com o nome de Secretariado da Reforma Administrativa (SRA). A análise da criação do GT 14 permite compreender o modo como esta é devedora do voluntarismo da nova geração de quadros técnicos que, estando inserida nas estruturas do regime ligadas ao planeamento económico, plasma nos Planos de Fomento os seus ideais para o desenvolvimento do país. Permite, igualmente, verificar o modo como o desfasamento entre esta visão tecnocrática e as opções políticas do regime iria ser uma das causas do fraco nível de implementação dos objetivos delineados.

Apesar da existência do GT 14 e do SRA serem conhecidas, quer a sua ação, quer as reflexões que ao longo do Estado Novo foram feitas relativamente à reforma administrativa são, em grande medida, desconhecidas. A documentação do Grupo de Trabalho permite entender as características que pautaram os estudos sobre a reforma administrativa em Portugal, bem como o processo de criação do SRA. Partindo da análise do seu espólio, este artigo pretende refletir sobre a ação do GT 14 e entender o caminho percorrido até à criação

⁴ Marcelino Lyra Passos, “A discussão sobre a reforma administrativa nos finais do Estado Novo: um exemplo da incapacidade de reforma do caetanismo” in *A Sociologia e a sociedade portuguesa na viragem do século. Atas do I Congresso Português de Sociologia*, volume 2, Lisboa, Fragmentos, 1990, p. 630-632.

do órgão responsável pela reforma administrativa. Pretende-se compreender as principais reflexões feitas, os temas em análise e entender de que forma os estudos do GT 14 definiram as linhas orientadoras do SRA e do projeto de reforma administrativa apresentado em 1968.

1. A reforma da Administração Pública nas novas lógicas do planeamento económico

A criação do GT 14 em 1965 encontra-se profundamente relacionada com as novas lógicas do planeamento económico que plasmaram a preparação e vigência do Plano Intercalar e do III Plano de Fomento⁵. É com o Plano Intercalar de Fomento para 1965-1967 que pode ser, pela primeira vez, identificada uma tentativa de planeamento integral da economia, que havia de ser prosseguida no III Plano de Fomento. Os trabalhos de planeamento do desenvolvimento económico desenvolvidos na época alertaram para as deficiências administrativas do país que, de resto, haviam já sido evidenciadas pelo Plano Marshall. Estes demonstraram ser necessário estender as lógicas da produtividade à administração do Estado, renovar estruturas, organismos e métodos de trabalho e garantir que o setor público mantinha uma capacidade de atração dos melhores funcionários. Mas, simultaneamente, tornava-se clara a fraca preparação do funcionalismo público e o perigo da sua tendência de fuga para o setor privado, atraído por melhores salários e melhores apoios sociais. Tornava-se, assim, necessário enveredar por uma reforma da Administração Pública que a pudesse tornar suporte do desenvolvimento económico e social⁶, sendo esta essencial para o alcançar dos objetivos estipulados nos Planos de Fomento⁷. Não é, portanto, de estranhar que o GT 14 nasça dos estudos preparatórios para o III Plano de Fomento e da ação dos organismos mais ligados às lógicas do planeamento económico.

De facto, em julho de 1965, ao definir as linhas gerais a seguir nos trabalhos preparatórios do III Plano de Fomento, o Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos (CMAE) decide a reorganização dos serviços

⁵ Diogo Freitas do Amaral, *Conceito de Reforma Administrativa*, Lisboa, Instituto Democracia e Liberdade, 1980, p. 1.

⁶ Júlio Gonçalves, *A Reforma Administrativa em Portugal*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2000, p. 129.

⁷ José de Sousa Mendes, “Administração e Desenvolvimento”, *Análise Social*, 7 (n.º 27-28) (1969), p. 469.

centrais de planeamento, a fim de estes poderem corresponder às missões cada vez mais complexas que lhes eram solicitadas. Neste âmbito, é aperfeiçoada a estrutura e os meios de ação do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho (STPC)⁸, organismo criado em 1962⁹ e que se desenvolveu enquanto centro da estrutura técnica de planeamento do regime, cabendo-lhe coordenar os programas de assistência técnica prestada por organismos internacionais a projetos que interessassem ao desenvolvimento económico nacional. Seria, igualmente, ampliada a orgânica da CIPIE, comissão constituída por vários grupos de trabalho responsáveis pelo estudo das questões mais prementes ligadas ao planeamento económico. Nela seria constituído, no mesmo ano, o GT 14, responsável pelos estudos sobre a reforma administrativa.

As lógicas de planeamento que perpassavam o Plano Intercalar e o III Plano de Fomento são, também, indissociáveis de uma nova geração de quadros que havia passado a ter uma presença cada vez mais marcante no aparelho de Estado, nomeadamente, nos departamentos ligados ao planeamento económico¹⁰. Esta geração – que englobava economistas, engenheiros e juristas, alguns designados por tecnocratas, “tecnocatólicos” ou ainda “geração social desenvolvimentista” –, faz o seu caminho no interior das estruturas técnicas do Estado. Os seus membros participavam com frequência nos assuntos da administração enquanto técnicos e consultores, fixando-se paulatinamente em alguns organismos como o Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII), o Fundo de Desenvolvimento da Mão de Obra, o Ministério das Corporações ou o STPC¹¹. Eram ainda assíduos participantes nas redes de transferência do conhecimento possibilitadas pelas ações de formação e programas de assistência técnica da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e da Agência Europeia de Produtividade (AEP), nas quais as ciências administrativas e o seu impacto nas lógicas do desenvolvimento económico e social estavam presentes.

O seu trabalho permitiria o desenvolvimento e a difusão de uma nova forma de pensar o planeamento e o desenvolvimento económico. E a sua participação nos órgãos que estruturariam os Planos de Fomento na década de

⁸ António da Motta Veiga, *Projeto de III Plano de Fomento para 1968-1973*, Lisboa, SNI, 1967, p. 11.

⁹ Decreto-Lei n.º 44652, *Diário do Governo* n.º 248/1962, 1º Suplemento, Série I, 27 de outubro de 1962, p. 1409-1416.

¹⁰ Carlos Gonçalves, *Emergência e Consolidação dos Economistas em Portugal*, Tese de Doutoramento (policopiado), Porto, FLUL, 1998, p. 634.

¹¹ Carlos Gonçalves, *Emergência...*, cit., p. 639.

1960 faria com que estes viessem a consagrar os seus ideais e intenções¹². Para eles era claro que o desenvolvimento do país e a resposta aos novos desafios apresentados aos Estados dependiam da existência de uma Administração Pública eficiente e célere, baseada em processos de trabalho racionalizados e em funcionários eficazes, motivados e em número suficiente. Como tal, os estudos preparatórios do III Plano de Fomento iriam destacar a necessidade da reforma da Administração Pública, apresentando o Plano todo um capítulo referente à reforma administrativa¹³. Ao analisar as lógicas que perpassam a criação do GT 14, tornar-se-á visível o modo como o voluntarismo desta geração de quadros técnicos se encontra presente no processo que conduziria à criação do SRA em 1967. No GT 14 iriam agrupar-se alguns dos desenvolvimentistas presentes no interior do regime – enquanto representantes de organismos ligados ao planeamento económico – e especialistas com ligações a entidades dedicadas às ciências administrativas, tornando-se visíveis as redes, muitas das vezes informais, que os ligavam.

O discurso destes grupos, plasmado nas análises feitas à Administração Pública portuguesa pelo GT 14, denunciaria os seus atrasos e deficiências, numa lógica que contradizia o carácter laudatório dos discursos do regime e que levou António de Oliveira Salazar a afirmar estarem a ser censurados, nos jornais, artigos menos perigosos para o regime do que alguns excertos dos Planos de Fomento¹⁴. De facto, sob a capa do desenvolvimento, permitia-se o debate sobre o atraso económico português e uma nova visão sobre a sociedade que poderia conter implicações políticas¹⁵. Era evidenciada por alguns tecnocratas uma crença de que através do desenvolvimento económico e social se atingiria uma mudança política ou, no mínimo, uma certa liberalização. Era este o modelo de Laureano López Rodó, figura próxima de Marcello Caetano¹⁶. Contudo, apesar das reticências de Salazar, estes estudos e os agentes que os realizaram nunca colocariam o regime em causa. Pelo contrário, para eles, a reforma administrativa era um elemento essencial para que a Administração

¹² Carlos Gonçalves, *Emergência...*, cit., p. 635-636.

¹³ António da Motta Veiga, *Linhas gerais do III Plano de Fomento*, Lisboa, SNI, 1967, p. 22.

¹⁴ Joaquim da Silva Pinto, “Algumas considerações e evocações sobre os anos finais do Salazarismo e a fase marcelista do regime da Constituição de 33” in João Medina (org.), *História de Portugal*, volume XVII, Amadora, Ediclube, 2004, p. 417.

¹⁵ Nuno Estêvão Ferreira, “O catolicismo português e o debate sobre o desenvolvimento económico na década de 1960” in Leandro Pereira Gonçalves e Maria Inácia Rezola (dir.), *Igreja e ditaduras no mundo lusófono*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2019, p. 273.

¹⁶ Joana Reis, *A transição impossível. A rutura de Francisco Sá Carneiro com Marcello Caetano*, Lisboa, Casa das Letras, 2010, p. 214-15 e 243-44.

Pública pudesse ser suporte do desenvolvimento económico e social, que era condição da manutenção do regime e, na conjuntura da Guerra Colonial, das Províncias Ultramarinas. As deficiências apresentadas pela Administração Pública ultrapassavam, assim, a “esfera de um simples problema administrativo interno para revestir o aspeto de um elemento decisivo da própria segurança e sobrevivência da Nação”¹⁷.

2. Criação e composição do Grupo de Trabalho n.º 14

Como foi referido anteriormente, o GT 14 foi criado em 1965 no seio da CIPIE, sendo responsável pelos estudos sobre a reforma administrativa ligados à preparação do III Plano de Fomento. Este órgão permaneceu em funções até 1969, constituindo o primeiro passo de carácter institucional para a criação de um órgão técnico central incumbido de preparar a reforma administrativa.

O GT 14, presidido pelo Secretário-Geral da Presidência do Conselho, Diogo de Paiva Brandão¹⁸, entrou em funcionamento a 27 de outubro de 1965, sendo constituído por representantes de cada um dos ministérios e também da Presidência do Conselho. A sua principal missão consistia na elaboração de

um relatório analisando a situação da eficiência da Administração Pública e propondo as linhas gerais da reforma administrativa imposta pela necessidade de adaptação das funções do Estado aos imperativos da vida de uma sociedade moderna e em função das exigências do desenvolvimento económico da Nação numa situação aberta à concorrência internacional¹⁹.

Fazia, igualmente, parte do seu mandato a revisão do Estatuto da Função Pública e a reestruturação da orgânica da administração e estimativa das respetivas despesas. O Grupo de Trabalho deveria entregar o seu parecer final até 15 de outubro de 1966²⁰, prazo que não seria cumprido.

¹⁷ Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças [ACMF], Relatório do Grupo de Trabalho n.º 14 – subgrupo n.º 5, p.155-156.

¹⁸ “A reforma administrativa”, *O Direito*, 1 (1968), p. 110-111.

¹⁹ Arquivo de Prospetiva e Planeamento [APP], Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica, Grupo de Trabalho n.º 14, CX V70-6, Constituição, comunicação do presidente do grupo 14, ao chefe de Gabinete do Ministro das Comunicações, 28 de agosto de 1965.

²⁰ ACMF, Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública, Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica, Grupo de Trabalho n.º 14 – Reforma Administrativa, Atas e Documentos – I, p.37.

A composição do GT 14 e dos subgrupos que o formavam evidenciava a presença dos desenvolvimentistas do regime, alguns deles ligados aos organismos responsáveis pelo planeamento económico e, outros, aos organismos nacionais e internacionais que se dedicavam ao estudo das ciências administrativas, como o Instituto Internacional de Ciências Administrativas (IICA) ou a sua Secção Portuguesa, transformada em Instituto Português de Ciências Administrativas (IPCA) em 1968. Muitos deles eram ainda presença recorrente nas ações de formação da OCDE e da AEP²¹. Não obstante algumas mudanças ocorridas ao longo do tempo e a presença recorrente de substitutos nas reuniões do grupo, o GT 14 apresentava, inicialmente, a seguinte composição²². Como presidente encontrava-se Diogo de Paiva Brandão, que além de Secretário-Geral da Presidência do Conselho era ainda membro da Secção Portuguesa do IICA. Como secretário, constava João Salavessa Belo, também da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho (SGPC), evidenciando a importância que este organismo viria a ter enquanto coordenador dos estudos tendentes à reforma administrativa. Como representantes dos vários ministérios contavam-se António da Costa Figueira e Domingos Conte de Morais, pelas Corporações e Previdência Social; Carlos da Silva Gonçalves, pela Educação Nacional; Fernando Natividade Alves e Francisco António Godinho Lobo, pelas Finanças; António Pedrosa Pires de Lima e José Gaspar da Cruz Filipe, pelo Interior; António Miguel Caeiro, pela Justiça; João Manuel Hall Themido, pelos Negócios Estrangeiros; Artur Bonneville Franco e Mário Gonçalves Ferreira, pelas Obras Públicas; Alberto de Deus Baptista de Abreu, pela Saúde e Assistência; Fernando Pereira Bastos, pelo Ultramar; Augusto dos Santos César Pereira, pelo Comércio; Fernando da Silveira, pela Secretaria de Estado da Indústria; José Ferreira, pela Secretaria de Estado da Agricultura; e Miguel José de Bourbon Sequeira Braga, pelas Comunicações. Como elementos de ligação ao STPC encontravam-se José da Mata de Sousa Mendes e Júlio Dá Mesquita Gonçalves.

Foi ainda criada uma Comissão de Peritos que deveria ajudar a definir as linhas gerais da reforma administrativa, dar parecer acerca dos problemas básicos da mesma e esclarecer as dúvidas que pudessem surgir ao longo dos trabalhos. Dela faziam parte Marcello Caetano, como presidente; Manuel

²¹ José da Mata Sousa Mendes, “A reforma administrativa e o processo de desenvolvimento”, *Reformar a Administração Pública: um imperativo*, Fórum 2000, Lisboa, ISCSP, 2001, p. 41-48.

²² APP, CIPIE.3.2.162, Caixa V70-6 – Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica. Grupos de Trabalho. Grupo de Trabalho n.º 14. Constituição, 1965.

Jacinto Nunes, ex-Secretário de Estado do Tesouro; Manuel Abranches Martins, ex-vice-presidente da Comissão Central de Inquérito e Estudo da Eficiência dos Serviços Públicos; Augusto Sá Viana Rebelo, presidente da Corporação da Indústria, assistido por Joaquim da Silva Pinto; João Borrvalho Ferreira Semedo, do Ministério do Ultramar; e Diogo de Paiva Brandão e António Miguel Caeiro, como representantes do GT 14.

O papel coordenador da SGPC, criada por Marcello Caetano em 1957 e que vinha já constituindo um primeiro esboço de centralização e coordenação administrativas²³, era assegurado por Diogo de Paiva Brandão, simultaneamente presidente do GT 14 e Secretário-Geral da Presidência do Conselho. A ligação ao STPC, onde circulava parte da nova geração de quadros técnicos associada às lógicas desenvolvimentistas, é também visível, sendo feita através de José da Mata de Sousa Mendes e Júlio Dá Mesquita Gonçalves, ambos também ligados à Secção Portuguesa do IICA e/ou ao IPCA após 1968. De facto, destes dois organismos fariam parte 8 dos 21 membros iniciais do GT 14 e 5 dos 8 membros da Comissão de Peritos²⁴, revelando quer a importância das redes criadas dentro e fora do aparelho de Estado que viriam a estar representadas no GT 14, quer o facto deste organismo ter tido a preocupação de agregar os principais especialistas na temática.

Outro aspeto relevante na composição do GT 14 é a ascendência de Marcello Caetano sobre alguns dos elementos deste grupo, o que explicaria, em parte, a sua escolha para a presidência de uma Comissão de Peritos que acaba por ser pouco referida na documentação do GT 14, apesar do seu relativo afastamento em relação ao regime que se mantinha desde 1962²⁵. É certo que Marcello Caetano era um dos maiores especialistas em Direito Administrativo do país, tendo sido um dos principais responsáveis pela reforma administrativa da década de 1930 e pelo Código Administrativo de 1940. Havia dirigido os trabalhos preparatórios do II Plano de Fomento e, sobretudo na Câmara

²³ Arquivo da Presidência do Conselho de Ministros, 573/2. Presidência do Conselho, Processo de criação do Secretariado da Reforma Administrativa, Palavras do diretor-geral do Secretariado da Reforma Administrativa na cerimónia de tomada de posse – 1.ª versão, s.d., fl.12.

²⁴ Diogo de Paiva Brandão, António Pedrosa Pires de Lima, José Gaspar da Cruz Filipe, Mário Gonçalves Ferreira, Fernando da Silveira, Miguel José de Bourbon Sequeira Braga, José da Mata de Sousa Mendes, Júlio Dá Mesquita Gonçalves, Manuel Jacinto Nunes, Manuel Abranches Martins, Joaquim da Silva Pinto, Marcello Caetano.

²⁵ Apesar de continuar a pertencer ao Conselho de Estado, entre 1962 e 1968 dedicou-se sobretudo ao ensino e à jurisprudência. António Ventura, “Marcello Caetano”, *História de Portugal...*, cit., p. 404.

Corporativa e enquanto Ministro da Presidência, havia sido um forte impulsionador dos projetos desenvolvimentistas²⁶. Internacionalmente era também uma figura reconhecida na área, tendo-se tornado membro do IICA em 1936 e tendo sido eleito para a vice-presidência do mesmo em 1947²⁷. Seria, também, membro da sua Secção Portuguesa e o primeiro presidente da direção do IPCA²⁸, estando, por esta via, relacionado com a maioria dos membros do GT 14. Mas é também importante não esquecer que alguns dos implicados no desenvolvimento das lógicas do planeamento eram próximos de Caetano, fazendo parte do seu “partido informal”. Alguns deles, desde os anos de 1950. Jovens quadros saídos das universidades que Caetano vinha colocando em lugares estratégicos do Governo e da Administração Pública, inclusivamente durante os períodos em que não assumiu um protagonismo político relevante²⁹. Um destes jovens técnicos seria António da Motta Veiga, impulsionador do processo de planeamento económico e social do qual nasceria o GT 14³⁰. Outros circulavam no âmbito do STPC e de outros organismos que são, igualmente, chamados a contribuir para os estudos sobre a Administração Pública.

O GT 14 agregava, assim, alguns dos desenvolvimentistas presentes no aparelho de Estado, alguns deles ligados aos estudos nacionais e/ou internacionais das ciências administrativas e outros à investigação sobre a racionalização do trabalho administrativo – como faziam Fernando Natividade Alves e Francisco António Godinho Lobo na Direção-Geral da Contabilidade Pública –, ou à utilização dos princípios de Organização e Métodos (O&M), como José Myre Dores. Esta composição explicaria o rumo traçado nos relatórios dos subgrupos e o discurso que estes apresentariam relativamente ao desenvolvimento económico e social necessário para o país. Da mesma forma, e na esteira do que sucederia com o próprio III Plano de Fomento, explicaria, em parte, o desfazamento sentido entre o seu projeto de reforma da Administração Pública e as opções políticas do regime.

²⁶ Fernando Rosas (coord.), “A lenta agonia do salazarismo”, *História de Portugal*, volume 7, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 505.

²⁷ Miguel Caetano, “Curriculum vitae de Marcello José das Neves Alves Caetano”, *Arganília. Revista Cultural da Beira-Serra*, 21 (2007), p. 43-54.

²⁸ *Ciências Administrativas. Boletim do Instituto Português de Ciências Administrativas*, 1 (1969), p. 117.

²⁹ Filipe Fernandes, *Os empresários de Marcello Caetano*, Alfragide, Casa das Letras, 2018.

³⁰ Júlio Gonçalves, *A Reforma Administrativa...*, cit., p. 130.

3. A entrada em funcionamento e as primeiras recomendações

O início do funcionamento efetivo do GT 14 foi considerado urgente, sendo unânime a opinião de que atrasos ou indecisões no seu funcionamento colocariam em risco a efetividade da reforma. Rapidamente, o grupo inicia os seus trabalhos, mas cedo é constatado que este não dispunha do tempo nem dos especialistas necessários para completar a missão que lhe havia sido atribuída. Como tal, e mediante sugestão de Paiva Brandão, são definidos os assuntos prioritários que deveriam ser alvo de estudo numa primeira fase: o fator humano; a criação de um serviço permanente encarregado da reforma; a reorganização das secretarias-gerais dos ministérios e a coordenação horizontal dos serviços integrados nos setores verticais da Administração Pública; a criação de serviços de O&M; e a relação entre a reforma administrativa e o planeamento económico.³¹

A lista de prioridades apresentada resultava dos estudos feitos na década anterior sendo visível que, apesar dos eixos sobre os quais assentou a reforma administrativa apresentarem um evidente impacto internacional, os seus propósitos se mantiveram de acordo com os objetivos do regime. Nesta medida, paralelamente à necessidade de tornar os organismos do Estado mais eficazes para poderem vingar enquanto promotores do desenvolvimento económico e social, era também necessário manter o primado das finanças sãs, reduzindo as despesas ordinárias adstritas aos órgãos da Administração Central. Este objetivo tornava-se ainda mais premente na década de 1960 devido ao esforço financeiro decorrente quer do aumento da função social do Estado, quer da Guerra Colonial. Paulatinamente, começa a surgir a consciência de que estes dois objetivos poderiam ser simultaneamente alcançados através da melhoria da eficiência dos serviços públicos. Uma melhor organização, baseada na simplificação e desburocratização dos serviços, permitiria melhorar o seu nível de produtividade e aumentar a sua capacidade de resposta, enquanto eram reduzidas as despesas operacionais.

De forma a proceder aos estudos necessários, colmatando a manifesta falta de meios do grupo, o GT 14 foi subdividido em cinco subgrupos, cada um deles encarregue de um dos aspetos em estudo. O subgrupo n.º 1 seria responsável pelas questões da formação, qualificação, seleção e aperfeiçoamento profissional, sendo composto por representantes dos ministérios da Educação Nacional e das Corporações e por um membro do subgrupo n.º 3. Dele fariam parte Francisco António Godinho Lobo, enquanto presidente; Fernando

³¹ ACMF, Grupo de Trabalho n.º 14..., cit., Sugestão do presidente, p. 126.

Natividade Alves, Peres Rodrigues, António da Costa Figueira, Carlos da Silva Gonçalves, Mário Gonçalves Ferreira e João Salavessa Belo. O subgrupo n.º 2 trataria da situação económico-social dos servidores do Estado e seria composto por representantes dos ministérios das Corporações e Saúde e Assistência. Como presidente surgia Cícero Vicente Galvão, seguido por Vicente Rafael e Duarte Resina. A criação e definição das normas de funcionamento dos serviços de O&M seriam estudadas pelo subgrupo n.º 3, constituído por representantes dos ministérios das Obras Públicas, Economia, Comunicações e Corporações. Este seria presidido por Mário Gonçalves Ferreira e secretariado por João Salavessa Belo. Tinha como relatora Maria Eugénia Ramos e como vogais José Carmo Carrilho, Maria Teresa Graça de Lemos, José Myre Dores, Fernando Duarte Costa Silveira, Carlos Borges de Araújo, Manuel Cardoso Ferreira, José Alfredo Garcia, Vítor Martinho Felisberto e José Torres Campos. O subgrupo n.º 4 trataria das providências imediatamente necessárias para corrigir os vícios mais salientes da Administração Pública, contando com o concurso de representantes dos ministérios do Interior, Negócios Estrangeiros, Obras Públicas, Educação Nacional, Economia e Comunicações. Seria composto por Carlos da Silva Gonçalves, enquanto presidente; João Salavessa Belo, José Gabriel Canais, Maria Soares da Graça, Miguel Galvão Teles, António Braga Fortunato de Almeida, Augusto dos Santos César Pereira, António Brito da Silva e Jorge Manuel Prata e Sousa. Artur Bonneville Franco seria, também, responsável pela redação de um dos relatórios deste subgrupo. Por fim, as relações entre a reforma administrativa e o planeamento económico ficariam a cargo do subgrupo n.º 5, que contaria com José da Mata de Sousa Mendes e Júlio Dá Mesquita Gonçalves e ainda com representantes dos ministérios das Obras Públicas, Ultramar, Economia e Comunicações.

O trabalho dos subgrupos revelou-se moroso. Como tal, de forma a cumprir o mandato que havia sido atribuído ao Grupo de Trabalho, entendeu-se elaborar um relatório preliminar para “servir de base à definição das coordenadas essenciais ao prosseguimento dos trabalhos a empreender no futuro”³²: o *Relatório preliminar sobre as linhas gerais da reforma administrativa*. Além da incapacidade demonstrada por alguns dos subgrupos em terminar os seus estudos atempadamente, a opção por apresentar um relatório preliminar a apreciação superior relacionava-se, também, com a necessidade de obter “uma firme tomada de posição do Governo acerca dos princípios basilares que devem orientar toda esta matéria e influenciar decisivamente as soluções a concretizar

³² ACMF, Grupo de Trabalho n.º 14..., cit., Atas e Documentos - III, p. 213.

no futuro”.³³ De facto, a falta de uma decisão política de apoio aos estudos desenvolvidos era já evidente para os membros do GT 14, inclusivamente porque vinha sendo uma realidade também ao nível dos Planos de Fomento. Era, assim, considerado impensável e improdutivo partir para a elaboração de um programa de reforma sem uma decisão política e sem o selo de autoridade do Governo que garantisse a prossecução da mesma³⁴.

Na esteira das lógicas internacionais, o relatório preliminar afirmava a necessidade de implementar as diligências que permitissem ultrapassar os principais problemas da Administração Pública portuguesa. Aqueles que se relacionavam com o fator humano eram considerados prioritários, sobretudo no que dizia respeito à deficiente formação, remuneração e motivação dos funcionários públicos. Os problemas ligados à instalação dos serviços públicos são, também, apontados quer no que diz respeito à implantação racional dos edifícios na cidade, quer no que concerne à disposição dos locais de trabalho. A falta de serviços de O&M era considerada outro dos vícios da Administração Pública portuguesa pois, à má organização dos serviços, aliava-se a adoção de métodos de trabalho antiquados³⁵.

Quanto aos instrumentos da reforma, e no seguimento dos trabalhos desenvolvidos na década anterior, surge a imprescindibilidade de criar um serviço central afeto à Presidência do Conselho que fosse responsável pela reforma administrativa. De facto, no âmbito das várias diligências tendentes a promover a modernização administrativa, havia já sido verificado que a não existência de um organismo técnico central concorria para o insucesso das mesmas. Esta recomendação seguia, igualmente, as linhas internacionais de reforma administrativa que, na sua maioria, confiavam este serviço ao gabinete do chefe de Governo³⁶. Além disso, não poderiam ser esquecidas a remodelação das secretarias gerais dos Ministérios; a criação de núcleos de O&M; e a formação dos respetivos técnicos³⁷. Desta forma, no final da primeira fase da sua atividade, o GT 14 recomendaria a aplicação de uma série de providências, mediante um determinado escalonamento, como forma de iniciar o processo

³³ ACMF, Grupo de Trabalho n.º 14..., cit., Atas e Documentos - III, p. 213.

³⁴ ACMF, Grupo de Trabalho n.º 14..., cit., Atas e Documentos - III, p. 214.

³⁵ ACMF, Direção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, Estudos sobre modernização administrativa, Atas do Grupo de Trabalho n.º 14, “Situação e perspectivas da eficiência da Administração” que serviu de ponto de partida para os trabalhos do Grupo de Trabalho n.º 14, p. 20.

³⁶ Luis Jordana de Pozas, “La organización y las ciencias administrativas en Espana”, *International Review of Administrative Sciences*, 23(1) (1957), p. 13.

³⁷ APP, CIPIE, Relatório preliminar..., cit., p. 90-96.

de desenvolvimento da reforma administrativa no país. Não se trataria ainda de um projeto de reforma, mas de uma programação dos instrumentos considerados indispensáveis à mesma. Esperava-se, assim, obter uma tomada de posição governamental relativamente à estratégia a adotar para a promoção e acompanhamento do processo de reforma administrativa³⁸.

Estas providências seriam divididas em três grupos. Nas medidas imediatas, consideradas instrumentais para o arranque da reforma administrativa, era enfatizada a ligação entre esta e o desenvolvimento económico e social nacional, através da recomendação da atribuição da direção política da reforma ao Ministro de Estado para os Assuntos Económicos. A urgência da criação de um serviço central responsável pela mesma era também evidente, bem como a primazia atribuída ao fator humano, sendo várias as recomendações tendentes a melhorar a sua formação e situação económico-social³⁹. A orgânica da Administração Pública merecia, igualmente, destaque, sendo recomendados os estudos de repartição, delegação e desconcentração de competências e a simplificação das formalidades burocráticas. Num segundo momento, deveriam ser criadas novas secretarias-gerais nos ministérios com maior responsabilidade no setor económico e social, enquanto instrumentos impulsionadores da reforma administrativa. Como providências a longo prazo foi indicada a publicação do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado e a concretização das soluções encontradas para os problemas de racionalização e modernização da Administração Pública.

Contudo, mantinha-se a consciência acerca da inadequação do GT 14 para funcionar como órgão propulsor da reforma, não só devido às várias deficiências que apresentava, mas também à reconhecida falta de um caráter técnico. Para colocar em prática os objetivos traçados era necessário criar um órgão técnico central responsável pela reforma administrativa, o que viria a suceder em 1967.

4. A criação do Secretariado da Reforma Administrativa

O ano de 1967 marca um ponto de viragem na ação do GT 14 e, segundo Diogo Freitas do Amaral, marcaria também o início de uma nova fase no movimento de reforma administrativa em Portugal⁴⁰. Neste ano, apesar do trabalho do grupo não haver ainda terminado e de não terem ainda sido

³⁸ APP, CIPIE, Relatório preliminar..., cit., p. 121.

³⁹ APP, CIPIE, Relatório preliminar..., cit., p. 123.

⁴⁰ Diogo Freitas do Amaral, *Estudos de Direito Público e matérias afins*, Coimbra, Almedina, 2004, p. 194.

entregues todos os relatórios dos subgrupos, dá-se uma aceleração das medidas tendentes a efetivar a criação do órgão técnico central, coordenador e responsável pela reforma administrativa, que viria a ser designado Secretariado da Reforma Administrativa (SRA). A explicação para esta aceleração relaciona-se com a aproximação da entrada em vigor do III Plano de Fomento, sendo a reforma administrativa considerada essencial para alcançar as metas previstas no mesmo. O facto do ano de 1967 ser um momento de viragem neste processo não é, assim, inocente. Este marcaria um período particular no qual o regime “ensaiaria um último fôlego de adaptação às circunstâncias económicas e políticas do mundo contemporâneo”⁴¹.

A conclusão urgente dos estudos tendentes à reforma administrativa havia já sido prevista na Lei de Meios para 1967 e a sua realização gradual foi incluída entre as providências necessárias à efetivação do III Plano de Fomento⁴². Previa-se que este entrasse em vigor no ano seguinte, pelo que era essencial que o órgão responsável pela reforma administrativa fosse também criado. A 1 de fevereiro, na sequência da análise do relatório preliminar pelo CMAE, o Ministro de Estado encarrega o GT 14 de preparar, até ao final do mês, um projeto de lei de criação do SRA⁴³. O CMAE decide ainda que o GT 14 e os seus subgrupos deveriam manter-se em funcionamento após a criação do SRA, a fim de efetuar os estudos complementares que lhe fossem solicitados e auxiliar o funcionamento do novo órgão. Passaria a caber-lhe o acompanhamento da concretização das projeções adotadas no III Plano de Fomento relativamente à Administração Pública, o averiguar da permanência dos objetivos fixados e a avaliação de eventuais correções e ajustamentos⁴⁴.

Esta decisão do CMAE teria como consequência uma transformação brusca nas responsabilidades do GT 14. Anteriormente responsável pelo delineamento de uma estratégia em prol da reforma administrativa, via-se agora a braços com a exigência de apresentação de um projeto de estruturação do serviço técnico central responsável pela mesma. Este seria um trabalho feito num prazo relativamente curto, passando de um plano metodológico para o das realidades, sob decisão e impulso políticos. Contudo, a indecisão sobre a definição das

⁴¹ Tiago Brandão, *A Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (1967-1974). Organização da ciência e política científica em Portugal*, Tese de Doutoramento (policopiado), Lisboa, NOVA FCSH, 2012, p. 201.

⁴² Projeto de proposta de lei n.º 5/IX – Autorização das receitas e despesas para 1968, Atas da Câmara Corporativa, legislatura 9, sessão legislativa 3, n.º 81, 5 de dezembro de 1967, p. 17 (03).

⁴³ ACMF, Resolução do Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos sobre a Reforma Administrativa, p. 2.

⁴⁴ António Motta Veiga, *Projeto de III Plano...*, cit., p. 35.

características do novo órgão era evidente, sendo defendidas no plenário do GT 14 estruturas diametralmente opostas. Paiva Brandão entendia que as opiniões manifestadas correspondiam a receios quanto à criação, na Presidência do Conselho, de um serviço central da reforma administrativa dotado da necessária autoridade. Receios que passavam também pelo reconhecimento do poder de decisão que poderia ser proporcionado aos desenvolvimentistas que o iriam dirigir. Porém, acreditava não ser já possível inverter o caminho percorrido⁴⁵.

A primavera e verão de 1967 apresentar-se-iam como meses de intensos esforços no sentido da criação do SRA, não obstante o atraso sentido em alguns dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo e seus subgrupos, devido ao prolongamento de tarefas que pareciam de simples resolução e a objetivos que se esbateram na hesitação ou na divergência entre pareceres. Estes atrasos levaram ao adiamento da criação do órgão central em vários meses, inicialmente apontado para o início do verão de 1967. Para que o novo organismo não fosse criado antes da conclusão do grosso dos estudos e tentando evitar uma sobrecarga de trabalho sobre os elementos do GT 14 que iriam transitar para o secretariado, a sua criação foi apontada para 1 de outubro de 1967. Até lá, seriam redigidos o projeto final do decreto de criação e um projeto de diploma com providências avulsas sobre regime e regalias do pessoal. Durante a primavera e verão de 1967, o projeto de proposta de lei sobre a criação do SRA passaria por várias fases, sendo avaliado e reescrito até à sua composição final. Como seria de esperar, as suas premissas acabariam por encontrar-se, também, presentes no projeto de proposta de lei sobre o III Plano de Fomento, apresentado pela mesma altura⁴⁶.

O projeto de lei sobre a criação do SRA atribuía-lhe o estudo, planeamento, coordenação, superintendência e fiscalização da reforma administrativa, secundando as indicações que defendiam a necessidade de o organismo apresentar um caráter técnico e permanente, na esteira do que vinha sendo defendido desde a década de 1950. A sua vocação não deveria, portanto, ser interventiva, mas sim conceptual e consultiva, acalmando os receios daqueles que temiam que o processo de reforma administrativa escapasse ao controlo político. A estrutura do secretariado não é definida, prevendo-se, porém, que a sua ação derivasse de um planeamento global a ser concretizado em programas anuais. A sua entrada em funcionamento deveria ser feita de forma gradual, de modo a possibilitar o correto recrutamento do pessoal mais habilitado e o indispensável apetrechamento material. O seu programa inicial de trabalhos refletia os estudos realizados pelo GT 14, sobretudo no que diz respeito à

⁴⁵ ACMF, Comunicação do presidente, 6 de março de 1967, p. 7.

⁴⁶ ACMF, Comunicação do presidente sobre orientação e método dos próximos trabalhos, p. 1.

definição das providências mais urgentes em prol da reforma administrativa, enquanto os projetos de maior envergadura dependeriam de estudos mais aprofundados a realizar posteriormente pelo SRA⁴⁷.

A consciência sobre a necessidade de preparar devidamente todo o processo de criação do SRA, a instalação dos serviços e o recrutamento de pessoal, enquanto ainda se encontrava em curso o acompanhamento dos relatórios dos subgrupos acaba por cimentar a decisão de atrasar a entrada em funcionamento do novo organismo até ao mês de outubro. Contudo, o SRA seria criado apenas a 23 de novembro de 1967, pelo decreto-lei n.º 48058⁴⁸. Por seu lado, o GT 14 permaneceria em funções até março de 1969, altura em que termina o projeto de parecer acerca do relatório do subgrupo n.º 5 e considera cumprida a sua missão, por ter sido esgotada a sua agenda de trabalhos. Porém, segundo Paiva Brandão, a maior obra do Grupo de Trabalho encontrava-se já em funcionamento: o Secretariado da Reforma Administrativa⁴⁹.

Conclusão

O processo de criação do SRA foi longo e moroso. Desde a década de 1950, os estudos e reflexões sobre a reforma administrativa afirmavam a necessidade de criação de um organismo central de caráter técnico, como impulsionador e coordenador dos esforços de reforma, advertência também feita a nível internacional⁵⁰. Mas, paralelamente a este reconhecimento, verificava-se um constante adiamento da decisão política tendente à sua criação e ao próprio rumo a dar à reforma administrativa.

As lógicas do planeamento económico que começaram a ser corporizadas no Plano Intercalar de Fomento viriam a contribuir para alterar estas condições. A execução do III Plano de Fomento exigia uma Administração Pública capaz de assumir o seu papel de suporte do desenvolvimento económico e social. Para tal,

⁴⁷ ACMF, Criação do Secretariado da Reforma Administrativa, Projeto de proposta de lei, junho de 1967, p. 11-18.

⁴⁸ Decreto-Lei n.º 48058, *Diário do Governo* n.º 273/1967, Série I, 23 de novembro de 1967, p. 2050-2057.

⁴⁹ ACMF, Atas do Grupo de Trabalho n.º 14, Reunião de 11 de março de 1969, p. 8.

⁵⁰ Claudio Alhaique, “La productivité dans l’Administration Publique en Italie”, *International Review of Administrative Sciences*, 23(4) (1957), p. 497-502; Allan Brewer-Carias, “Reforma Administrativa y desarrollo económico y social en Venezuela”, *International Review of Administrative Sciences*, 36(1) (1970), p. 34-46; Alejandro Castro, “La Reforma Administrativa en México (estudio de un caso)”, *International Review of Administrative Sciences*, 40(1) (1974), p. 58-74; e Luis Jordana de Pozas, “La organización y las ciencias administrativas en España”, *International Review of Administrative Sciences*, 23(1) (1957), p. 1-16.

era necessário que a sua orgânica e métodos de trabalho fossem reorganizados de modo a que esta pudesse apresentar um maior nível de produtividade e menores custos, enquanto os seus funcionários viam ser melhoradas as suas remunerações, regalias sociais e o seu nível de formação. Assim, é dos estudos preparatórios para o III Plano de Fomento que nasce o GT 14, constituindo a primeira tentativa de planeamento integrado e global da reforma administrativa, de definição de um programa reformador e dos meios necessários para o executar.

Mas a criação do Grupo de Trabalho plasma ainda outra realidade. A de uma nova geração de quadros técnicos que vinha sendo introduzida em lugares chave do aparelho de Estado, sobretudo em organismos ligados ao planeamento económico. Uma geração cujo discurso e crenças sobre o desenvolvimento económico e social do país seriam plasmados no III Plano de Fomento e nos órgãos responsáveis pelos seus trabalhos preparatórios. No GT 14 teriam lugar elementos desta geração desenvolvimentista, reunindo membros da SGPC e do seu Secretariado Técnico com representantes dos vários ministérios, cuja maioria estava também ligada aos organismos que, nacional e internacionalmente, se dedicavam ao estudo das ciências administrativas. Um dos elementos de ligação entre estes indivíduos seria Marcello Caetano, quer pelo seu currículo e ligação ao IICA e à sua Secção Portuguesa, quer pelo facto de, pela sua mão, alguns destes jovens técnicos terem entrado no aparelho de Estado, como sucederia com Motta Veiga. Além de ter produzido os estudos mais aturados sobre a situação, deficiências e possibilidades da Administração Pública portuguesa, o maior êxito do GT 14 seria a criação do SRA, o órgão central responsável pela reforma administrativa que vinha sendo solicitado há 15 anos. O facto da decisão política para a sua criação ter surgido em 1967, nas vésperas da entrada em vigor do III Plano de Fomento, não é assim de estranhar.

Os estudos e análises feitos pelo GT 14 plasmam o discurso desenvolvimentista que defendia um rumo diferente para o progresso do país. Discutir o desenvolvimento permitia discutir a sociedade e as suas estruturas. Contudo, o regime nunca seria colocado em causa. Os relatórios do GT 14, tal como o III Plano de Fomento, defendem a necessidade de uma “Administração para o Desenvolvimento” enquanto fator de sobrevivência do Estado Novo. Mas seria o próprio regime a limitar o sucesso desta empresa. A história do GT 14 seria pautada pelas mesmas dificuldades que marcariam o Plano Intercalar e o III Plano de Fomento e que passavam pela descoincidência entre os objetivos traçados e a sua implementação, entre as propostas dos técnicos e as decisões do poder político⁵¹. Sintomático desta situação é o facto da função consultiva

⁵¹ Carlos Gonçalves, *Emergência...*, cit., p. 636.

do GT 14 não ser reconhecida, não tendo sido o grupo ouvido no decurso dos trabalhos preparatórios do decreto-lei n.º 47137⁵² e da Lei de Meios para 1967⁵³, quando ambos se ocuparam de aspetos relacionados com a reforma da Administração Pública. O discurso tecnocrático e o projeto modernizante que este advogava acabariam por fracassar face às decisões do Governo e às suas respostas perante a conjuntura política, económica e social⁵⁴.

⁵² O decreto-lei n.º 47137 permitia ao Governo determinar a ulitimação dos estudos em curso para a Reforma Administrativa. *Diário do Governo* n.º 181/1966, Série I, 5 de agosto de 1966, p. 1339-1342.

⁵³ Lei n.º 2131, *Diário do Governo* n.º 298/1966, Série I, 26 de dezembro de 1966, p. 2317-2319.

⁵⁴ Maria Fernanda Rollo, “Marcelo Caetano. Política económica e modernização”, *Espacio, Tiempo y Forma*, 19 (2007), p. 128.

The History of Science in Latin America in its own terms

MÁRCIA REGINA BARROS DA SILVA

Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História

marciabarrossilva@usp.br

<https://orcid.org/0000-0001-5849-6385>

Texto recebido em / Text submitted on: 07/12/2019

Texto aprovado em / Text approved on: 03/06/2020

Abstract

This article conducts a comparative analysis of two journals: Quipu, created in 1984 by the Latin American Society for the History of Sciences and Technology in Mexico, published until 1994 and shortly relived between 1999 and 2000, and the Brazilian History of Science Journal, published since 1985 by the Brazilian Society for the History of Science.

Both journals initiated in a period of major historiographical change. They gave shape to a set of historical arguments about the qualities and specificities of Latin American techniques and technologies and both contributed to the structuring of an epistemic community in the field.

Keywords: historiography; Latin America; academic journals; history of science; history of technology.

Resumo

Este artigo realiza análise comparativa de dois periódicos: Quipu, criada em 1984 pela Sociedade Latino-Americana de História das Ciências e Tecnologia do México, publicada até 1994 e brevemente retomada entre 1999 e 2000, e a Revista Brasileira de História da Ciência, publicada desde 1985 pela Sociedade Brasileira de História da Ciência. As duas revistas iniciaram um período de grandes mudanças historiográficas. Os dois periódicos deram forma a um conjunto de argumentos históricos sobre as qualidades e especificidades das ciências, técnicas e tecnologias latino-americanas e ambos contribuíram para a estruturação de uma comunidade epistêmica na área.

Palavras-chave: historiografia; América Latina; periódicos acadêmicos; história da ciência; história da tecnologia.

Introduction

The purpose of this paper is to understand the Latin American historiography about science and technologies in its own terms, i.e., how this historiography reflected about its own practices. What are these terms? How were they set up? How can one possibly propose new analytical frameworks to explain these societies?

In the 1980s, studies in the history of science and technology in Latin America significantly changed by acquaintance with new approaches and perspectives in the international scenario. To understand this process of change it is vital to examine the internal organization of Latin American historiography. To this purpose I shall analyze two Latin American journals: the *Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología - Quipu* and the *Revista Brasileira de História das Ciências - RBHC*.¹

Quipu was created in 1984 and initially circulated up until 1994.² Quipu was created by the *Sociedad Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología*, founded in 1982, and published contributions by authors from different national backgrounds. I have selected 206 articles from that period into account here.

RBHC is still in circulation, with articles mainly written by Brazilian authors. The RBHC was created by the *Sociedade Brasileira de História das Ciências e da Tecnologia*, founded in 1983.³ I have selected 76 articles published until 1994.

The criterion for selecting the abovementioned articles was their relevance for the discussion of historiographical change in studies of science and technology. It should be clear that it is not the purpose of this text to present a comprehensive account of all that was published in these journals but rather

¹ Márcia Regina Barros da Silva, “História e historiografia das ciências latino-americanas: Revista Quipu (1984-2000)”, *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 7 (2014), p. 47-57; Márcia Regina Barros da Silva, “A escrita da História das Ciências na América Latina e seus debates”, *Hib: Revista de História Iberoamericana*, v. 9 (2016), p. 67-89.

² Quipu was interrupted in 1994 and then it went back to print in 1999 and 2000 and after a new interruption it was relaunched as an electronic journal in 2012. See <http://www.revistaquipu.com/>

³ The Brazilian journal initially circulated under the name *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência* and for some time coexisted alongside with the society's Bulletin, with significant overlap of authors and topics. The journal's circulation was frequently disrupted in its initial years. It was printed in 1984 and 1985, then only in 1989 and then from 1991 to 1998. It came back to print in 2003 and has since then continued up to the present. In 2008 it changed its name to *Revista Brasileira de História da Ciência*, as it is currently known, which has led us to adopt the later title in the context of this article. See (<http://www.sbbc.org.br/revistahistoria>, consulted on 2020.05.22).

to identify patterns – both hegemonic and critical, or divergent, but always patterns that are not idiosyncratic and therefore reveal shared practices. I have chosen to pay particular attention to the issue of the universality of science as opposed to the invisibility of local practices and subjects.

I discuss the Latin American historiography from that period by analyzing Quipu and RBHC as primary sources, whose importance is revealed by how many researchers, coming from different countries and from different specialty fields, published their works in them. This diversity means that such articles are a meaningful stock of texts that provide promising material for debating the local understanding of the history of Latin American science.

The journals' editors and authors, as well as their students, were mostly active in some of the most prestigious Latin American universities. Many of them held administrative positions or acted prominently in professional associations. This means that the journals brought together a diverse group of people that is quite representative of the region's mainstream teaching and research institutions. Quipu and the RBHC therefore enjoyed relative professional and institutional stability. The authors were eager to discuss the professionalization of the field and actually debated bibliographical and methodological contributions from the researchers' own countries. They also discussed syllabuses that were expected to further promote the development of specialists in this area.

In order to keep the discussion within the limits of the local appropriations of the knowledge production in the continent, I have selected only Latin American authors. It is noteworthy that approximately 15% of articles published in these journals are from non-Latin American authors homed at metropolitan centers. Significant influence of the international debate in the area of studies of science and technology, as well as the influence of international development agencies, and centers of foreign studies are noticeable. Some disciplinary areas, such as health sciences and physics, have been more influenced by the scientific traditions of metropolitan countries. The theme of international agency action cannot be overlooked when discussing the deployment and expansion of science in different Latin American regions. Nevertheless, the topic was not explicitly referenced in the articles published in the journals under discussion.⁴

⁴ On philanthropic foundations and their role in Latin America see among others Carlos Fernando Quesada, *La universidad desconocida: el convenio Universidad de Chile, Universidad de California y la Fundación Ford*, Mendoza, Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Nacional de Cuyo, 2015; Marcos Cueto (ed.), *Missionaries of science. The Rockefeller Foundation and Latin America*, Bloomington and Indianapolis, Indiana University Press, 1994; Marcos Cueto, "The Rockefeller Foundation's Medical Policy and Scientific Research in Latin America: The Case of Physiology", *Social Studies of Science*, 20, 2 (1990), p. 229-254.

Analyzes of the history of science and technology in Latin America and its transformations have been increasingly focused, although the two journals have not yet been duly evaluated.⁵ The study presented here indicates at least one innovative aspect: that the authors of *Quipu* and *RBHC* sought to achieve their objectives by making the journals the field of a demarcation in search of a common positioning. The attempt was to undertake the conceptual renewal of these themes, based on analyzes that fled traditional historical studies.

My main argument is that the importance of new historical studies the attempt to overcome the invisibility of scientific practice developed on Latin American soil and specially to shed light on earlier scientific activity developed in the different Latin American nations. Some authors who participated in this renewal have recently suggested development in similar understanding but have not evaluated the same documentation.⁶

In an article published in 2000⁷ the longtime editor of *Quipu*, Juan José Saldaña, noted how historiographical change in the turn of the 1980s was vital for the history of Latin American science. Other authors have expressed similar assessments, drawing attention to the relevance of “secret” sciences, as Mexican historian Elias Trabulse⁸ and of “untold” science, as Peruvian researcher Marcos Cueto.⁹

⁵ Maria Amélia M. Dantes, “Integrando o Brasil à América Latina: um movimento da historiografia dos anos 1980” in Ana Maria Ribeiro de Andrade (ed.), *Caminho para as estrelas. Reflexões em um museu*, Rio de Janeiro, MAST, 2007, p. 112-125; Maria Amélia M. Dantes, “As instituições científicas na historiografia das ciências no Brasil” in Alda Heizer and Antonio Augusto P. Videira (ed.), *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*, Rio de Janeiro, Ed. Access, 2001, p. 225-234; Hernán Thomas, “Los estudios sociales de la tecnología en América Latina”, *Iconos, Revista de Ciencias Sociales*, 37, (2010), p. 35-53; Hebe M. C. Vessuri, “The Social Study of Science in Latin America”, *Social Studies of Science* 17, 3 (1987), p. 519-554.

⁶ Silvia F. M. Figuerôa (ed.), *Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina*, Campinas/São Paulo, Editora da Unicamp; São Paulo, Imprensa Oficial, 2000.

⁷ Juan José Saldaña, “Ciência e identidade cultural: história da ciência na América Latina” in Silvia F. M. Figuerôa (ed.), *Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina*, Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp; São Paulo, Imprensa Oficial, 2000, p. 11-31. In the same book the subject was also approached by Emílio Quevedo, “Os estudos histórico-sociais sobre as ciências e a tecnologia na América Latina e na Colômbia: avaliação e perspectivas” in Silvia Figuerôa, *Um olhar...*, cit., p. 33-95.

⁸ Elias Trabulse, “Latinoamericana y la ciencia: Un problema de la identidad”, *Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología – Quipu*, 2, 3 (1985), p. 443-452.

⁹ Marcos Cueto, “Nacionalismo y ciencias médicas: los inicios de la investigación biomédica en el Perú: 1900-1950”, *Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología – Quipu*, 4, 3 (1987), p. 327-355. About the theme, by the same author see also Marcos Cueto, “Science under adversity: Latin American medical research and American private philanthropy, 1920-1960”, *Minerva*, 35 (1997), p. 233-245; and Marcos Cueto, “Laboratory styles in Argentine physiology”, *ISIS*, 85 (1994), p. 228-246.

Such assessments further suggest that the very beginnings of renewal can be set in the 1950s. Studies then began to associate more closely scientific activity and meaningful aspects of social life. However, they still reached very limited conclusions and typically understood that scientific activities in Latin America, before the mid-twentieth century were neither consequent nor continuous, but slight and haphazard. Such features were deemed necessary to the development of mature and independent sciences by the historians of the period. Later criticism has shown that the works produced in the 1950s were overly laudatory and especially concerned with the establishment of chronologies and celebratory reports, with the fundamental purpose of tracing the “contributions” of Latin American science to universal science.

In the understanding of the two journals we shall be discussing in this paper, the postwar historiography had a very limited methodological understanding as to how scientific activity works as well as extremely restricted knowledge of the specificities of scientific practices in Latin American countries. More recent analyses have drawn similar conclusions.¹⁰ The following are usually pointed out as the most prominent authors of that period: José Babini, José Lopez Sanches, Fernando de Azevedo and Eli Gortari.¹¹

In defense of the postwar authors it can be said that they initiated a closer reading of national science and then fostered a line of work in which science was more closely related to society, something that was avowedly inspired, not without original theoretical and conceptual contributions, by authors such as Max Weber, Émile Durkheim, as well as J. D. Bernal and Alexandre Koyré.

Here a small parenthesis is worth. In some cases, European and North American authors had close relationships with the Latin American community. Important examples are the American Thomas F. Glick and Roy MacLeod, the Spanish José Sala Catalá and Antonio Lafuente, together with their respective fellows and research groups, such as those in the Consejo Superior de

¹⁰ Antonio Arellano Hernández and Pablo Kreimer (ed.), *Estudios de la ciencia y la tecnología desde América Latina*, Bogotá, Siglo del Hombre Editores, 2011; Maria Amélia M. Dantes, “As ciências na história brasileira”, *Ciência e Cultura*, 57, 1 (2005), p. 26-29; Pablo Kreimer and Hernán Thomas (ed.), *Producción y uso social de conocimientos. Estudios de la ciencia y la tecnología en América Latina*, Bernal, Universidade Nacional de Quilmes, 2004; Moema de Rezende Vergara, “Ciência e modernidade no Brasil: a constituição de duas vertentes historiográficas da ciência no século XX”, *Revista da SBHC*, 2, 1, Jan-jun (2004), p. 22-31.

¹¹ José Babini, *Las ciencias en la historia de la cultura argentina*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1951; José Lopez Sanches, *Tomás Romay y el origen de la ciencia en Cuba*, Cuba, Ed. Libr; Selecta La Habana, 1950; Fernando de Azevedo, *História das ciências no Brasil*, Rio de Janeiro, Edições Melhoramentos, 2 vols., 1955; Eli Gortari, *La ciencia en la historia del México*, México-Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1963.

Investigaciones Científicas (CSIC). A demonstration of the extent of the debates that occurred simultaneously to the publication of the two journals was the “Congreso Internacional: Ciência, Descubrimiento y Mundo Colonial”, held in 1993 in Madrid, of which the published proceedings had “Mundialización de la Ciência y National Culture” as title. In its introduction, the organizers evaluated the situation of historiographical production considering the perspective of the encounter between the new and the old world and the formation of national scientific communities:

For its part, the history of science either in Latin America or in Spain has been developed based on its ability to explain the causes of the technological backwardness and the institutional rickets of the national science; the publications have been written in a political key and only very slowly became of interest to the group of historians in general.¹²

Between the 1960s and 1980s new groups played a relevant role in distinguishing between two kinds of historiography. One related to the history of science and technology, and another, a new historiography that had in view an approach more directed to the sociology of science. At that time, debates between the internalist and the externalist approaches gave rise to concerns about the region’s scientific policies and the role of science and technology in regional developments.¹³

References

The renewal of Sciences Studies in the 1970s and 1980s brought into question the historical landmarks of what had been thought to be the origins of modern science.¹⁴ Despite the professed desire to change the “image of science”¹⁵, as

¹² A. Lafuente; A. Elena; M. L. Ortega (Ed), *Mundialización de la ciencia y cultura nacional. Actas del Congreso Internacional <Ciência, descubrimiento y mundo colônia>*, Madri, Doce Calles, 1993, p. 16.

¹³ For a panel on the subject there is a huge set of works. See at least two distinguished authors: Oscar Varsavsky, *Ciencia, política y cientificismo*, Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1969 and Jorge Sábato, *El pensamiento latinoamericano en la problemática Ciencia-Tecnología-Desarrollo-Dependencia*, Paidós, Buenos Aires, 1975.

¹⁴ See Pamela H. Smith, “Science on the Move: Recent Trends in the History of Early Modern Science”, *Renaissance Quarterly*, 62, 2, Summer (2009), p. 345-375.

¹⁵ Thomas Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions*, Chicago, University of Chicago Press, Third Edition, 1969 (First Edition, 1962, Postscript).

voiced by Thomas Kuhn, neither he nor subsequent authors connected with this intellectual movement actually discussed the encounter with the New World and its impact on the understanding of science and technology.

Steven Shapin attempt to reframe the notion of “Scientific Revolution” as the central idea that defines the origins of modern science. In a short footnote, Shapin noted “... that European experience of the New World was highly mediated through the long-standing textual traditions that generated expectations of what such a world might be like”.¹⁶

This remark could suggest that, from then on, the New World would finally be approached in its own terms, but what comes next does not bear out the expectations. Only three other passages in the book make reference to the New World(s), the same ones that are usually associated with lands discovered in the early sixteenth century and which continue to be referred until today “plants, animals, and minerals” all of them unfortunately from a decisively European perspective.

Although The Scientific Revolution indicates a defense of new narratives of modern science and although Shapin, truly contributed to the renewal of science studies, as many authors rightly acknowledge¹⁷, it is clear, as far as the New World, or the Latin America, excluding North America, is concerned, that the promises the book contain do not promote careful consideration and understanding of this part of the world. It thus seems that the constructivist viewpoint about the birth of modern science is itself only local, even if it is based on wider considerations than those of earlier studies.¹⁸

My criticism is intended to show that there is a conflict between the perception of localism and the actual questioning of a science’s products, even if one starts from the premise that science is not universal. The impact of Thomas Kuhn and then of the Science Studies managed to shift the focus of investigation from the domain of ideas to that of concrete communities,

¹⁶ Steve Shapin, *The Scientific Revolution*, Chicago, The University of Chicago Press, 1996, p. 19.

¹⁷ Steve Shapin and Simon Shaffer, *El Leviathan y la bomba de vacío. Hobbes, Boyle y la vida experimental*, Bernal, Editora de la Universidad Nacional de Quilmes, 2005 (First Edition, 1985, in English).

¹⁸ See references to the encounter with the New World and its relation to the Renaissance imaginary, amply quoting from Luis Felipe Barreto, Joan Huizinga, Lucien Febvre, Jules Michelet, Jacob Buckhardt José Sebastião da Silva Dias, Rupert Hall, Edmundo O’Gorman, Joaquim Barradas de Carvalho, Vitorino Magalhães Godinho, see Luiz Carlos Soares, *Do novo mundo ao universo heliocêntrico*, São Paulo, Editora Hucitec, 1995.

its standards and its laboratories. It did not however manage to produce a correspondent geographical.¹⁹

Kapil Raj, who is interested in the circulation of knowledge, especially the cultural encounter of Asia and Europe at the dawn of modern science, has pointed to the same disregard for geographical coordinates: “Indeed, the history of science in its classic positivist-idealist mode hardly ever asked the ‘Where?’ question of the practice of science.”²⁰

Two exceptions are: an extensive work by Joseph Needham²¹ and a short text by George Basalla.²² Both converged in adopting the externalist viewpoint. The major importance of these authors’ works lies, however, in their drawing attention to regions outside of the circuit of modern European science. Native Latin American historiography was prominently concerned both with questioning the universality of science and its effects on techniques and technologies and with the debate on how science is transmitted.

The old question that Basalla had also asked – “How did modern science diffuse from Western Europe and find its place in the rest of the world?”²³ – was being rephrased. Xavier Polanco²⁴, a prominent author in Latin American studies in those years, was widely quoted in Quipu, especially in two articles that dealt with science seen from a national point of view, foreshadowing the discussion of world science. In the first volume of Quipu itself, Polanco discussed the

¹⁹ The same could be said about the absence of Portugal and Spain in the literature about the birth of modern science. See Antonio Sánchez Martínez, “La “Atlantización” de la ciencia ibérica: el mundo atlántico visto desde la historia de la temprana ciencia moderna”, *Anuario de Estudios Atlánticos*, 60, enero-diciembre (2014), p. 29-66.

²⁰ Kapil Raj, “Beyond Postcolonialism ... and Postpositivism: Circulation and the Global History of Science”, *Isis*, 104, 2, June (2013), p. 337.

²¹ Joseph Needham, “The Roles of Europe and China in the Evolution of Oecumenical Science” in *Clerks and Craftsmen in China and the West*, Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1970, p. 397. See also Joseph Needham, *Science and Civilisation in China*, Cambridge, Cambridge Univ. Press, 7 vol, p. 1954-2005.

²² George Basalla, “The spread of Western Science. A three-stage model describes the introduction of modern science into any non-European nation”, *Science*, 156 (1967), p. 611-622.

²³ George Basalla, “The spread...”, cit., p. 611.

²⁴ Xavier Polanco, “Une Science-Monde: La mondialization de la science européenne et la creation de tradition scientifiques” in Xavier Polanco (ed.), *Naissance et développement de la science-monde production et reproduction des communautés scientifiques en Europe et en Amérique Latine*, Paris, Ed. La Découverte, Conseil de l’Europe, UNESCO, 1990. In the same book: Bruno Latour and Xavier Polanco, “Quelques remarques à propos de l’histoire des sciences. Le modèle de la rosace”. See also Xavier Polanco, “World-Science: How is the history of world-science to be written?” in Patrick Petitjean, Cathérine Jami, Anne Marie Moulin (ed), *Science and Empires: Historical Studies about scientific development and european expansion*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, 1992.

“inner brain drain” – meaning the phenomenon of local researchers concerned with foreign geographical coordinates. In another publication, the next year, he discussed the idea of a contextualized epistemology.²⁵

The issue of the geographical coordinates of scientific practice is still central in the Latin American debate.²⁶ It is equally important to think about the production carried out in Latin American soil as well as local problems and interpretations. David N. Livingstone, for example, discusses the so-called “placeless place”²⁷ focusing on laboratories built for scientific purposes anywhere on the globe. He is especially concerned with the (dis)placements of a model of science that originated in Europe. I agree with Livingstone as he puts forth the argument that science produced in different portions of the globe result in different understandings and draw on different resources from diverse cultures and groups. Here, my intention is however to ascertain the effort to create a proper explanation of the specifically Latin American conditions of realization of the sciences in non-European soil. The objective is to verify how in the two journals the following discussions were undertaken: what are the conditions that make sciences and technologies specific to Latin America? How do they produce specific knowledge in spite of all the above mentioned compromises of both academics and politicians in the hope of technical and scientific, material and economic progress?

The journals

Quipu was launched as an editorial novelty directed to themes of interest in Latin American research on the history of science and technology (Table 1).²⁸ These range not only from areas with more or less production of studies,

²⁵ Xavier Polanco, “Science in the developing countries. An epistemological approach on the theory of science in context”, *Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología – Quipu*, 2, 2, mayo-agosto (1985), p. 303-318. Xavier Polanco, “La ciencia como ficción. Historia y contexto” in *Cuadernos de Quipu 1. El perfil de la ciencia en América. Sociedad Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología* (1986), p. 41-56.

²⁶ A well-known exception is Mary Louise Pratt, *Imperial Eyes. Travel writing and Transculturation*, London, Routledge, 1992. For a recent overview of the Latin American output, see Eden Medina, Ivan da Costa Marques and Christina Holmes (ed.), *Beyond Imported Magic. Essays on Science, Technology, and Society in Latin America*, Cambridge, The MIT Press, 2014.

²⁷ David N. Livingstone, *Putting science in its place. Geographies of Scientific Knowledge*, Chicago, The University of Chicago Press, 2003.

²⁸ Difficulties in the journal’s circulation were only to be expected given the sheer dimensions of the continent, but also due to economic instability, difficulties in the communication etc.

such as medicine and physics, but also from countries with relatively strong traditions in the production of historical studies on science and technology to countries with little development in this field. This can be seen in the different volume of production per country and in the concentration of themes developed, notably in articles on the history of medicine and on mining technologies. The immediate readership comprised the researchers of those countries themselves, as stated by Henrique Beltran in the first article of the journal: “We usually are better informed of what happens in the Anglo-Saxon portion of the continent than of what happens in the sister Republics of the hemisphere, despite our shared origins, language and habits”.²⁹

Table 1. Articles per country in Quipu (1984-1994)

Total	Mexico	Brazil	Colombia	Argentina	Venezuela	Spain	USA	Chile	Cuba	Others	France	Peru	Costa Rica
207	64	38	18	15	17	16	12	6	7	6	5	5	3

Since the first issue, in both editorials and articles, the professionalization of the field and the “recognition of the scientific and technical patrimony of Latin American countries”³⁰ were treated as part of the same problem. Many articles dealt with the implementation of academic syllabuses in the history of sciences and techniques, especially in the contexts of undergraduate courses in scientific faculties and of postgraduate courses in the Human Sciences and more particularly in the faculties of History.

The second issue in the journal’s first year can be taken as an example since it dealt with the teaching of the discipline, in both elementary and specialized contexts. The issue presented syllabuses in the history of sciences in Colombia, Brazil and Mexico, and articles made suggestions as to how such syllabuses could be integrated in Mathematics, Architecture and Medicine. The purpose

Three issues per year were foreseen, with an average of six original articles, as well as reviews and occasional columns. Most articles were written in Spanish, but also a reasonable number in Portuguese and a few in English.

²⁹ Enrique Beltran, “La historia de la Ciencia en América Latina”, *Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología – Quipu*, 1, 1, enero-abril (1984), p. 7-23, cit. p. 7.

³⁰ Juan José Saldaña, “Presentación”, *Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología – Quipu*, 1, 1, enero-abril (1984), p. 5.

was to find ways to “appropriate its intrinsic pedagogical value”³¹ so as to turn the history of science “into a serious and important discipline”.³² It should serve to “draw as many connections as possible”³³ with general history and the histories of economy and philosophy, so that “students can learn to formulate problems in the fields of these sciences and practices and also to devise the proper methodology to tackle them”.³⁴

The journal was thus putting forward a teaching proposal with the aim of setting the foundations for what should be taught, of helping to identify and structure the academic communities and shape the future of the field. The concern with how to teach the history of science thus preceded the publication of actual historical case studies in the journal.

For some authors, professionalization in the area involved considering Latin America’s position within the framework of underdevelopment and colonialism. A researcher from the Physics Institute in the Universidad Autónoma de México/UNAM hits the point:

Furthermore, the specific role played by the development of science in our Latin American countries – conditioned by colonialism and underdevelopment and founded upon an extraordinary mixture of the traditional knowledge of our indigenous peoples and the European cultures that came with the conquest – is a pressing matter of investigation.³⁵

For others, such as Ruy Gama, who taught at the Faculty of Architecture in the University of São Paulo, Brazil, the aim of these studies could be “an inventory of the instruments deployed by the settlers in their occupation of Portuguese America since the sixteenth century”. Or, more specifically, “the adaptations such instruments had to undergo as an effect of the specific or unforeseen circumstances faced by the settler”.³⁶ This, as a number of other

³¹ Luis Carlos Arboleda, “Historia y enseñanza de las matemáticas”, *Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología – Quipu*, 1, 2, mayo-agosto (1984), p. 167.

³² Tomas A. Brody, “La historia de la ciencia en la enseñanza”, *Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología – Quipu*, 1, 2, mayo-agosto (1984), p. 195.

³³ Ruy Gama, “O ensino de História da Técnica na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo”, *Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología – Quipu*, 1, 2, mayo-agosto (1984), p. 206.

³⁴ Emilio Quevedo, “Papel de la Historia de las Ciencias en la integración curricular de la Escuela Colombiana de Medicina”, *Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología – Quipu*, 1, 2, mayo-agosto (1984), p. 223.

³⁵ Tomas Brody, *La Historia...*, cit. p. 195.

³⁶ Ruy Gama, *O ensino...*, cit., p. 213.

articles, envisaged a prominent role for the history of science, directed at “understanding the participation of the peoples that occupied this space in the development of the Western world. It also aims at a criticism of the local heritage and how it shaped the present challenges”.³⁷

The RBHC was also concerned with the topic of teaching and devoted its third issue, published in 1989, to the papers originally presented in the Second Latin American Conference on Alternatives to the Teaching of the History of Science and Technology, held in Brazil in February 1987.³⁸ The debates focused on a discussion of the social underpinnings of science and technology as opposed to the perceived objectivity of its subject matter.

The same topic had been discussed in different talks during the conference, as for example in the inaugural lecture “The search for a future for future”, Juan José Saldaña, UNAM³⁹ and in the opening lecture “Social History and the Formation of a Scientific Culture”, Luis Carlos Arboleda, Universidad del Valle, Cali, Colombia.⁴⁰

Proposals of alternative explanations for the sciences and how they work abounded in the conference’s proceedings published in the RBHC. A common thread in the very diverse contributions is the clear attention paid to local issues, focusing on particular problems of the Latin American countries. On the panel “Alternatives in the teaching of science history”, Hebe Vessuri’s paper “Social studies of sciences in Latin America” emphasized “...the need to develop a certain kind of teaching of Science History that aims at people concerned with the present and the future and not exclusively with the past”.⁴¹

³⁷ Ruy Gama, *O ensino...*, cit., p. 213.

³⁸ The presentation of the volume was written by the president of the Sociedad Latinoamericana de Historia de la y la Tecnología, who had organized the previous conference, held in Bogota in 1985. He mentions the Primer Encuentro de la Historia de la Ciencia y la Tecnología, held in Puebla in 1982, when the Latin American society would have been founded. The SLHCT conferences took place in Havana (1985), São Paulo (1988), Mexico (1992), Cali (1994) and Rio de Janeiro (1998). A further conference, which was meant to meet in Buenos Aires, in 2002, was cancelled. There is some information at (<http://www.fceia.unr.edu.ar/VICongresoSLHCT/>, consulted on 2020.05.23). See in Alberto Saladino García has further investigated the organization of conferences: Situación de los estudios de historia de la ciencia en América Latina, available at (<http://www.ufg.edu.sv/ufg/theorethikos/octubre99/analisis2.html>, consulted on 2020.05.22).

³⁹ Juan José Saldaña, “En busca de un futuro para el futuro”, *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, 3 (1989), p. 3-9.

⁴⁰ Luis Carlos Arboleda, “Historia social y formación de una cultura científica”, *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, 3 (1989), p. 11-16.

⁴¹ Hebe Vessuri, “Los estudios sociales de la ciencia en América Latina”, *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, 3 (1989), p. 27.

On the same panel, Brazilian physicist José Maria Bassalo proposed that “including the works of Latin American physicists in the syllabus of History of Physics and related disciplines aims at publicizing their work and at stimulating Physics students to undertake academic research”.⁴²

The debate about professionalization was not however dissociated from criticism of the way science was produced in the region and of the role played by colonialism in shaping it. One article was particularly referred to in this connection: “Colonial science and professional roles in eighteenth-century Hispanic America”. The article compares Latin American colonial scientists and their metropolitan counterparts in Spain and elaborates on the category of “colonial science” that would be taking shape in the eighteenth century. The authors saw the understanding of local practices as crucial for the development of a new history of sciences: “...to design a research strategy that regards geographic and cultural factors as fundamental criteria and a necessary starting point”.⁴³

The article made ample use of work that supported the change of perspective and were aligned with their wider agenda: Roy Macleod, David W. Chambers, Lewis Pyenson, Xavier Polanco, among others. Elaborating on these previous publications, Lafuente and Catalá criticized the traditional history of science, especially as exemplified by George Basala and his three-phase model. Basala still was widely influential in Latin America, although increasingly criticized by then. Lafuente and Catalá also discussed authors that remain influential today, such as Bruno Latour and Edward Said. They furthermore engaged in a direct exchange with Latin American authors that had written in the 1970s and clearly marked their differences. According to them, Amilcar Herrera, Jorge Sábato, Simon Schwarzman, Eduardo Fuenzalida and Francisco Sagasti, among others, were exclusively interested in “social and economic factors”, looking at science from the perspective of an evolution in successive stages. Lafuente and Catalá point out that this approach revealed an expectation of progress, an inadequate perspective for understanding the reality of Latin American colonies in the Eighteenth century.⁴⁴

Many authors began to study how science diffused in the “periphery”, a process that could not be dissociated from how science circulated (materially, ideologically, politically and culturally) in Europe. Another landmark of this

⁴² José Maria Filardo Bassalo, “Alternativas de ensino da física nas universidades latino-americanas”, *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, 3 (1989), p. 30-32.

⁴³ Antonio Lafuente and José Sala Catalá, “Ciencia colonial y roles profesionales en la América Española del siglo XVIII”, *Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología – Quipu*, 6, 3 (1989), p. 387-402.

⁴⁴ Lafuente and Catalá, *En busca de...*, cit., p. 393.

methodological change is Luis Carlos Arboleda's "Acerca de la difusión científica en la periferia: el caso de la física newtoniana en la Nueva Granada (1740-1820)", published in 1987.⁴⁵ Based on source studies and on an evaluation of previous scholarly work, especially that of Sal Restivo, Arboleda was looking for "epistemological strategies" that could shape a "sociology of objectivity". It was time for a new approach that could renew the history of sciences and technologies:

Maybe historians should learn from sociologists and anthropologists of science how to set ourselves free from that intellectual heritage and how to identify the signs given by our everyday research showing us that every form of knowledge is, in the best possible sense, a social construct deeply rooted in social interests.⁴⁶

In papers published in *Quipu* and in other vehicles that fall outside of the immediate scope of this investigation, Hebe Vessuri⁴⁷ and Marcos Cueto⁴⁸ also advocated new perspectives on Latin American science by respectively putting forward the notions of "national styles" and "scientific excellence." The turn towards local specificities in the science of non-central countries became the basis for an interpretation that, if not entirely new, was at least more self-aware than ever before. These perspectives had been partly triggered by the reading of authors that were performing what is today regarded as a renewal of the sociology of science in Europe, but even more importantly by expanding their view of science as a cultural and historical practice, as opposed to a purely epistemological activity connected with models of economic development.⁴⁹

Social history was a discipline, that brought new scholars together and set them against the discourse that had been in favor with the previous generations. It was a means of establishing a difference and attacking traditional premises. An example of this clash of generations can be seen in the debate following

⁴⁵ Luis Carlos Arboleda, "Acerca de la difusión científica en la periferia: el caso de la física newtoniana en la Nueva Granada (1740-1820)", *Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología – Quipu*, 4, 1 (1987), p. 7-30.

⁴⁶ Luis Carlos Arboleda, *Acerca de...*, cit., p. 10.

⁴⁷ Hebe Vessuri, "Estilos nacionales en ciencia", *Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología – Quipu*, 11, 1 (1994), p. 103-118.

⁴⁸ Marcos Cueto, "Nacionalismo y ciencias médicas: Los inicios de la investigación biomédica en el Perú: 1900-1950", *Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología – Quipu*, 4, 3 (1987), p. 327-355.

⁴⁹ Barry Barnes, *Scientific knowledge and Sociological Theory*, London, Routledge, 1974; Michael Mulkay, *Science and the sociology of knowledge*, Winchester, M. A, Allen & Unwin, 1979; Bruno Latour, *Science in action: How to follow scientists and engineers through society*, USA, Harvard University Press, Cambridge Mass, 1987.

the opening lecture in the conference proceedings published in the RBHC. The first reaction was to criticize what was seen as a denial of the reality of things. The sociological perspective would have introduced an overvaluation of subjectivity in the social history of sciences. This was the view expressed in the debate by Shozo Motoyama, from the University of São Paulo, Brazil, who also authored texts in Quipu:

The intentions of Professor Arboleda and of this incipient new historiography deserves the highest praise. I do however have second thoughts, so to speak, as to certain exaggerations I sometimes perceive in this brand of work. (...) This is so because it seems to look at the remote past of the Antiquity and the Middle Ages through rose-tinted spectacles, an era of prevalent subjectivity in their construct. The harsh and hideous present would have initiated in the modern age with the mounting of objectivity. Science would be the ungrateful and cold daughter of this objectivity.⁵⁰

The debates show that part of the project being carried out in these journals was that of developing a local, non-European, narrative, much as European authors were read and discussed, both in agreement and dissent. The different contributions were then in one way or another taking a position regarding the new social history of science and technology. Many papers urged the development of a social history that would be a means of understanding the current state of science and thus guide one as to the best path forward. The internal/external debate was still there, but most authors agreed upon the coexistence of both factors – a key point for scientific and technological activities in Latin America to be evaluated in the past and the present and maybe even conducted in the future according to the group's agenda.

Professionalization: a critical overview

There was much discussion about professionalization and academic recruitment between the 1970s and the 1990s. The editorials and articles in Quipu were from the start concerned with establishing that there was a significant number of scholars involved in studying local sciences and technologies and that they were qualified professionals. This is clear from the first issue's editorial:

⁵⁰ Shozo Motoyama, "Debates", *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, 3 (1989), p. 17.

Quipu, the Latin American Review for the History of Science and Technology, is the first editorial effort at consolidating the significant progress that is being made in Latin America: historians of science and technology have been in constant dialogue and have been working towards the professionalization of their activities.⁵¹

The presentation of the first issue of the RBHC was written by scientist José Reis⁵², who also noted the journal's intention to become a "vehicle for the national academic output", concerned with the professionalization of the field and intent upon contributing to the development of science itself.

Something similar was under way in Europe and in the United States. The concerns expressed in those texts have much in common with the categories that Steve Shapin and Simon Schaffer more recently identified in a discussion of alternatives for the history of sciences in Europe and the United States. Commenting on the reception of their most famous book, *Leviathan and the Air-Pump*, they note that "there were other intellectual developments in the 1970s and 1980s which were also opening up a space where alternatives to existing historiography and its categories might be conceived". The new categories would be:

(1) the professionalization of the academic history of science and related modes of inquiry; (2) developments in other academic practices engaged with the understanding of science, related forms of culture, and the cognitive practices of everyday life; and (3) changes in the institutional circumstances of the scientific enterprise itself and associated changes in how both laypeople and scientists themselves thought about the nature of science.⁵³

An article by Thomas Kuhn that appeared in Quipu in 1986 dealt with this overall change of perspective, under the title "The histories of science: different worlds for different audiences".⁵⁴ The text had been written in 1985 for the inaugural lecture of the XVII International Congress of the History of

⁵¹ Juan José Saldaña, "Presentación", *Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología – Quipu*, 1, 1 (1984), p. 5-6.

⁵² José Reis, "Brazilian physician and scientific journalist", *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, 1, janeiro-junho (1985), p. 3.

⁵³ Steven Shapin and Simon Schaffer, "Introduction to the 2011 edition. Up for Air: Leviathan and the Air-Pump a Generation On" in *Leviathan and the Air-Pump: Hobbes, Boyle, and the experimental life*, N. J., Princeton University Press, (2011), p. XVII.

⁵⁴ Thomas Kuhn, 'Las historias de la ciencia: mundos diferentes para públicos distintos', *Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología – Quipu*, 3, 2, mayo-agosto (1986), p. 167-175.

Science, held in Berkeley. It proposed that the professionalization of science history could be identified by the growing number of specialists working in the field. The increase in the number of papers in the international conferences in the field pointed to new interests as well as to a new professional identity: 70 in Amsterdam, 1950; 220 in Ithaca, 1962; and 725 in Berkeley, 1985.

In Kuhn's view, students coming from the social sciences and their tighter relation with History departments contributed to the appearance of the new social history of science. Such an association would have resulted in changes of interpretation fostered by generations of non-scientists. For him, bringing the idea of reason into question provided new explanations for how science and technology work.

In Latin American studies, most articles were case studies of local scientists and institutions, of the reception of the work of important foreign scientists and of the introduction of services, activities and disciplines in the region. A smaller number of articles was concerned exclusively with foreign characters and situations. The RBHC, on its turn, had a more even distribution of local and foreign topics.

According to many scholars, chronicles written in the colonial era could already be regarded as history of science and technique while also retaining their nature of primary sources. Texts based on previously unpublished sources and those that offered new insights on texts that were already available all contributed towards establishing the burgeoning existence of early scientific practices in the New World and showing that they related to contemporary activities in Europe. The emphasis on primary sources seems to have been promoted as an argument to establish in a definitive way that the New World had been the scenery of relevant early scientific endeavor.

Henrique Beltran, for instance, proposed that the writing of science history started with Don Christobal de la Plaza y Jaen's chronicle "the first historian of science in Mexico and possibly in Latin America." In Beltran's view, the chronicle was "an extremely valuable source of information".⁵⁵

The identification of local technical innovation was another concern that drew historians to the reading of primary sources. An article by Colombian engineer Armando Espinosa Baquero, for example, is devoted to the history of metalwork in Mexico and is particularly interested in the discovery of

⁵⁵ Beltran, *La historia...*, cit. p.15, he referred to "Crónica de la Real y Insigne Universidad de México de la Nueva España. En edades desde el año de 1553 hasta el de 1687". The text was written when Don Christobal de la Plaza y Jaen was secretary and lecturer in the University of México de la Nueva España.

platinum. Traditional history told that Spanish sailor Don Antonio de Ulhoa had discovered this metal in 1748. During the Expedición Geodésica Franco-Española, conducted between 1736 and 1746, he would have collected the material and then formally introduced it into Europe. In 1750, botanist and physicist William Watson would have presented the finding at the Royal Society of London, of which he was a fellow, and then, in the same year, published about it in a periodic called Philosophical Transaction.

Baquero, however, points to previously unknown documents in the Archivo Nacional de Bogotá and in the local archives of Popayán with previous identifications of platinum: "... in Nova Granada (currently Colombia), this metal was not only known, but it was also separated from gold and quantified. These operations were current practice at least ten years before the arrival of the expedition [1726]." For the author, "another point of interest is that many English authors undeservedly appear in a few published works as discoverers of platinum".⁵⁶

The article concluded expressing the hope that, "in the future", new documents might be able to shed more light on the methods used for separating platinum from gold even before 1726. Besides, Baquero suggested that the debate on isonomy in studies of science and technology was long overdue:

Everything will depend on establishing whether the history of science is the history of scientific ideas or the history of how these ideas were formalized and then, if the latter is the case, one will have to indicate how to discriminate different sources from the same period and based on what criteria.⁵⁷

For Baquero, the very notion of technology had to be revisited in order to harmonize the events in Latin American history with expectations about these events. Other scholars, such as Sergio Ortiz Hernan, dealt explicitly with the meaning of Latin American technology: "a cultural product, as a means of social expression, a set of instruments, mediums, skills and pieces of knowledge that define a society's character and give it meaning".⁵⁸

⁵⁶ Armando Espinosa Baquero, "Nuevos datos sobre el descubrimiento del platino y su metalurgia en la Nueva Granada en el siglo XVIII", *Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología – Quipu*, 2, 1, enero-abril (1985), p. 7-21.

⁵⁷ Baquero, *Nuevos datos...*, cit., p. 20. The topic of platinum was taken up in another article: Luis Fermín Capitán-Vallvey, "Las autoridades coloniales y la platina neograndina a comienzos del siglo XVIII", *Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología – Quipu*, 5, 3, septiembre-diciembre (1988), p. 429-443.

⁵⁸ Sergio Hortiz Herman, "La innovación ferroviaria en el México del siglo XIX", *Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología – Quipu*, 2, 1, septiembre-diciembre (1985), p. 64.

Investigating the history of railroads, the same scholar remarks on the many expectations surrounding them and, at the same time, the immense difficulties faced in their implementation:

In the past century, an overoptimistic attitude towards railroads, based on the belief in their capacity to bring about change, was widespread in Mexico. Almost everything was expected of them. They were the key to progress, the assured solution of all national problems of every kind: economic, social, political (...).⁵⁹

In Hernán's view, however, the consequences of the struggle for independence did not meet such high expectations. The construction of the first railroads meant the demise of the old means of transportation – carriages, carriers and their mules – also affecting producers that were located close to old pathways and roads. Conversely, the technological innovation promoted the unexpected appearance of other characters, such as the producers of “pulque”, a local beverage that could now reach other regions of the country.

This transformation led to the fall in food prices as those of grain employed to feed livestock previously used for trade in localities that were not reached by railroads. The excess offer resulting from the introduction of a new means of transportation shifted the relative importance of geographical regions, leading to protests of farmers and indigenous peoples.

The destruction of railroads when by the opposition in the 1910 Revolution turned the railroad into a “character in the armed struggle”.⁶⁰ The history of that innovation could hardly be written outside of the framework provided by this broader history.

Conclusion

Although I have not so far discussed the concepts of science, technique and technology and their mutual distinctions, I assume that the notion of technoscience can usefully refer to the system of associations and substitutions comprising technical objects, technological progress and society.⁶¹

⁵⁹ Hernán, *La innovación...*, cit., p. 63.

⁶⁰ Hernán, *La innovación...*, cit. p. 79.

⁶¹ Bruno Latour, “Technology is society made durable”, *The Sociological Review*, 38, 1 (1990), p. 103-131.

In the Latin American historiography of the 1980s and the 1990s, conceptual debates were prominent. Ruy Gama's piece "Words and words: topics for a history of technology"⁶² discussed the etymology of 'technology' and its successive semantic transformations, from Ancient Greece down to the European eighteenth century. The author also gave a nationalistic turn to his article by proposing to identify the first man to have used the word "technology" (tecnologia) in Brazil, José Bonifácio de Andrada e Silva, in 1793, after attending classes in the Lycée des Arts in Paris. At the end of the text, Gama explicitly referred to the contradictions in the social and economic debate in Brazil:

I hope to have contributed, with this attempt at conceptual clarification, to the discussion of issues of technological transfer, nationalization of technology and 'alternative', 'soft' or 'adequate' technologies – half-sciences for the use of the impoverished – an administration of poverty.⁶³

Ruy Gama wrote a few times in Quipu and in the RBHC. In a piece bearing the title "On the history of technique", the same excerpt reappears, this time at the beginning of the text. His was a call for Brazil to discuss development and technology in association with the importation of technology and the nature of national technology.⁶⁴

The article raised many issues in an attempt to understand the technical reality of the Brazilian colony, and especially to identify the "conscience-object relations" that could explain "two fundamental political issues", the ideas of progress and of national independence.⁶⁵ The history of technique was presented as that of the machinery in sugar plantations (engenhos) set in motion by the slave workforce. Gama did not deny the rusticity of local technique and technology as compared with European mills, refineries and nascent factories,

⁶² Ruy Gama, "Palavras e palavras: temas para uma história da tecnologia", *Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología – Quipu*, 2, 1, septiembre-diciembre (1985), p. 87-93.

⁶³ Ruy Gama, *Palavras...*, p. 92. José Bonifácio de Andrada was also studied in another issue in a piece devoted to the scientific trajectory of the Brazilian politician and mineralogist, with further reference to his attendance of courses in Paris. Maria Margaret Lopes, "José Bonifácio de Andrada e Silva – O mineralogista – na produção historiográfica brasileira", *Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología – Quipu*, 2, 1, septiembre-diciembre (1985), p. 335-344.

⁶⁴ Ruy Gama, "Sobre a história da técnica", *Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología – Quipu*, 11, 1, enero-abril (1994), p. 26.

⁶⁵ Gama, *Palavras...*, cit., p. 28.

as for instance the mills brought from Portugal and Spain for producing olive oil or the equipment used from Sicily to England for steam or vacuum cooking⁶⁶, but he pointed out similarities between Brazilian and European texts about the technical (scientific) artifacts in the early 18th century,

His primary sources were the writings of Jesuit priest João Antonio Andreoni, known under the name of André João Antonil, who in 1711 published the book “Culture and opulence of Brazil by its drugs and mines”. According to Gama, the priest resembled the central authors of modern science, such as Giordano Bruno, by speaking of “man surpassing nature”:

Who called the factories where sugar is produced *engenhos* really found the right name. Because whoever sees them and considers them as thoughtfully as they deserve to be considered, must confess that they are one of the most ingenious inventions of the human mind, which, as a fraction of the Divine, is always admirable in its workings.⁶⁷

What really mattered to him, though, was determining “what is actually ‘national’ in the Brazilian *engenhos*.” The answer was to be found not only in features of the machinery, although that also mattered, but especially in the “organic manufacture itself as a mode of organizing labor”.⁶⁸

As a result of the spatial organization of sugar plantations and how the manor and the slave quarters (*senzala*), the chapel and the factory were set up, work was extremely fragmented, but, all the same, was organized “as a major automaton – a machine of human parts – in which everyone made sugar and nobody made sugar”.⁶⁹

The excessive workload and the violence with which work was performed would thus be integrated with the local machinery, thus nationalizing, as one might say, the technique. This would provide a distinguishing mark in the spatially structured history of the master-slave relation.

The invisibility of Latin American sciences – viewed from the viewpoint of the three coveted modern gifts of science, technique and technology – is thus in itself a meaningful aspect of our controversial history of technique and technology.

⁶⁶ Gama, *Palavras...*, cit., p. 37.

⁶⁷ Gama, *Palavras...*, cit., p. 31.

⁶⁸ Gama, *Palavras...*, cit., p. 37-38. Brazilian intellectual Darcy Ribeiro referred to the same situation in 1985 as ‘Moinho de gastar gente’ (‘Mill for grinding people’). Darcy Ribeiro, *The Brazilian People: The Formation and Meaning of Brazil*, University Press of Florida, p. 2000.

⁶⁹ Gama, *Palavras...*, cit., p. 38.

It would be impossible to understand technologies in Latin America by exclusively focusing on inventions and innovations that have or have not been developed in the region. It would likewise be meaningless to evaluate what has actually been produced if one does not account for all that has been destroyed in the process: objects, techniques, procedures as well as vast amounts of knowledge. In Latin America, science and technology and innovation are frequently dealt with as closely associated topics and seen as a key to solving all of the region's problems. Still today technology is as a rule thought of as infrastructure that will support development and progress.

Recensões Críticas

(Página deixada propositadamente em branco)

Recensões

Jorge de Alarcão, *Do Douro ao Mondego de Afonso Magno a Almançor*, Coimbra, Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, 2019, 88 p., ISBN 978-989-20-9760-2, capa e mapas de José Luís Madeira.

Em formato A4 na horizontal, em jeito de álbum, para mais facilmente nele se inserirem (e se observarem) os mapas explicativos das fases da História consideradas, e como que para sublinhar, desde logo, que a apresentação desses mapas constitui algo de bem significativo como resultado da investigação feita.

Explicita Jorge de Alarcão na Apresentação que vai abordar o período compreendido entre as conquistas levadas a efeito por Afonso III das Astúrias (866-910), que chegou ao Mondego, e a sucessiva recuperação, pelos muçulmanos, de boa parte desse território perdido. A razão do seu propósito radica no facto de, embora seja período assaz estudado, haver, por um lado, «trabalhos mais abrangentes» e, por outro, «estudos parcelares». E a sua ideia é, por isso, a de «apresentar uma síntese eventualmente útil para uma revisão historiográfica da época» (p. 7).

No fundo, a intenção é a de chamar a terreiro dados colhidos nas (embora escassas) intervenções arqueológicas realizadas, na pesquisa levada a cabo sobre as fortificações e no âmbito da história da arte; enfim, em ampla ótica interdisciplinar, de forma a completar o que se conhece com base em crónicas e fontes documentais. A visão do arqueólogo, ousar-se-ia dizer, que não hesita em pôr questões mesmo em sede de teorias explicativas consideradas assentes.

Já ao comentar outra obra de Jorge de Alarcão¹ tive oportunidade de citar Sir Fred Houyle, segundo o qual, «as respostas não são importantes, as perguntas é

¹ “A batalha de Ourique foi perto de Leiria?”, *Cadernos de Estudos Leirienses*, 8 (Maio 2016), p. 547-551: recensão ao livro *Ourique – O Lugar Controverso*. <http://hdl.handle.net/10316/31282>

que o são»²! Cumpre repeti-lo agora, porque tem sido timbre seu, desde sempre, questionar-se e ousar questionar dados, mesmo os «adquiridos» sobre argumentação válida, no pressuposto, hoje – com a ocorrência pandémica – mais consolidado, de que nem o apregoado rigor das Ciências Exatas é perpetuamente rigoroso!...

Fá-lo – importa frisar! – não com a pretensão de vir a ser mais uma opinião a ter em conta, uma citação mais nos areópagos da História para enriquecer currículo (de que já não carece, aliás), mas para consciencializar. Abundam, por conseguinte, também aqui os pontos de interrogação, as formas verbais no condicional e no futuro dubitativo («será?»...). Daí que, logo na Apresentação, o Autor o declare:

«Não há petulância nas nossas dúvidas quando pomos em causa o que consagrados autores têm sustentado; apenas um honesto desejo de apurar se coisas julgadas bem sabidas podem (ou devem) ser reconsideradas» (p. 7).

Após ter enumerado as conquistas levadas a cabo por el-rei Afonso III a partir das Astúrias e de ter dado conta dos condes de que há notícias ao tempo deste rei, a permanência do príncipe Ordonho em Viseu é alvo da maior atenção e lança-se, de seguida, um olhar às cidades de *Portucale* (opção sistemática de identificação, em vez de Porto...), Coimbra, Viseu e Lamego «no tempo de Ordonho II». Volta-se a Viseu – seguramente um dos locais preponderantes na época – agora no tempo do príncipe Ramiro. De seguida, em síntese, o que se sabe dos anos em que reinaram Ramiro II, Ordonho III, Sancho I, Ramiro III e Bermudo II.

Chega-se, assim, a meio do volume e se esta observação nada tem de inoportuno é porque há mais de 10 páginas de notas, também a duas colunas e, agora, em corpo 10 (p. 33-44), na medida em que, para aligeirar a leitura, Jorge de Alarcão preferiu – e bem! – reservar para as notas boa parte da discussão de opiniões.

Dir-se-á também – já que estamos a falar de notas – que, ao contrário do habitual, as notas ocupam neste livro mais de metade do volume, porque, além das já referidas, há a nota (p. 45) aos 10 mapas apresentados e as dos quadros genealógicos (p. 57-82). Por conseguinte, se o texto até à página 31 constitui a referida síntese quase em texto corrido, foi remetido para as notas todo um acervo documental e interpretativo não despreciando, de modo que pode afirmar-se estar nessa 2ª parte (chamemos-lhe assim) o resultado de madura e aturada reflexão.

² Citado por John Gribbin em *Génesis – A Origem do Homem e do Universo*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1988, p. 14, nota 1.

Exemplifico mediante a referência a um assunto assaz conhecido – a Cava de Viriato, em Viseu – a que, aliás, o Autor já dedicara bastante atenção³:

«A famosa Cava de Viriato, que em trabalho anterior [...] atribuímos a Ramiro II, pode, afinal, ter sido obra de Ordonho? Foi um acampamento militar ou, como sugeriu M. Real [...], corresponde a um projecto, não concretizado ou não prosseguido, de fundação de uma nova cidade? Ou foi um projecto de nova cidade, também não concretizado, atribuível a Almançor?» (p. 15).

Ficam as perguntas no ar e remete-se para a nota 11 (p. 35), em que se começa por rebater a ideia de ter sido pensada para acampamento: demasiadamente grande (32 ha), poderia albergar «cerca de 8000 soldados» – e é... muito soldado!

O arranque do projeto de uma nova cidade, da iniciativa de Ordonho, também colide, pela dimensão, com o que das cidades da altura se conhece: Coimbra, por exemplo, não teria mais de 19 ha!

Maior razoabilidade detém «a hipótese de uma cidade áulica projectada, mas não construída», opina; contudo, logo de seguida não hesita em afirmar que não se deve excluir «a hipótese de a Cava ter sido projectada por Almançor com a ideia de fazer de Viseu uma capital regional da Galícia até então por ele reconquistada e como base de apoio para futuras investidas contra o reino de Leão», projeto que – assinala – não poderia ter sido concretizado antes da partida de Almançor para atacar Santiago de Compostela, porque, «pelo volume de terras do talude, a obra terá demorado meses, com considerável número de trabalhadores».

Ficamos, assim, com a ideia de que não deve pensar-se em acampamento, mas sim em embrião de cidade. Da iniciativa de Ordonho (cristão) ou de Almançor (muçulmano)? Será que a planta octogonal poderia resolver a dúvida? E, de facto, Helena Catarino mostrara que há «exemplos islâmicos similares»! «O modelo islâmico não é, porém, prova de que a obra não pode ter sido realizada por príncipe cristão» – conclui Jorge de Alarcão.

A dúvida mantém-se!

Compreende-se, todavia, que – para um investigador que, para além da Arqueologia romana, sempre manteve vivo interesse pela geografia histórica, pela evolução dos sítios, pela ocupação diacrónica deste território entre o Mondego e o Douro – todas estas dúvidas acicatem a curiosidade e se ensaie uma caminhada, por mais ínvios que sejam os carreiros e se não disponha de bem desejável GPS!...

Paradigmático dessa dificuldade pode ser o capítulo que trata dos responsáveis políticos pelas quatro principais cidades – *Portucale*, Viseu, Coimbra e Lamego

³ «A data da Cava de Viriato» in Jorge de Alarcão, “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – IV”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 9, nº 1 (2006), p. 139-142.

– «no tempo de Ordonho II». Começa-se por afirmar em relação à primeira: «A sucessão dos condes de *Portucale* é um dos problemas mais complexos da historiografia relativa ao século X» (p. 19). «Em Viseu, e como conde, estaria Diogo Fernandes. Se o príncipe Ordonho, como sustentámos, teve corte em Viseu, talvez Diogo Fernandes, embora residente na cidade ou na região, não tenha desempenhado essas funções senão depois de 911» (p. 20). «Saber quem foi conde de Coimbra no reinado de Ordonho II é problema mais complexo» (p. 20). «Problema também complexo é o de saber se Ordonho II criou um condado em Lamego ou, pelo menos, tomou algumas disposições sobre o “repovoamento” da região a sul do Douro entre os rios Paiva, a ocidente, e Côa ou Águeda, a oriente» (p. 21).

O estudo ora publicado de Jorge de Alarcão vem, por conseguinte, na sequência do seu empenho em relacionar – se bem entendo – três ciências: a Geografia, a História e a Arqueologia, patente, desde há anos, na série de artigos que publicou na *Revista Portuguesa de Arqueologia*, sob o título genérico de «Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia» (I - 2004, VI - 2012), onde justamente tem procurado identificar vestígios da nomenclatura antiga nos topónimos patentes nas inscrições romanas e, também, nos topónimos atuais. Não admira, por exemplo, que, na pág. 30, ao dar conta do último episódio com que quis terminar a sua «narrativa» – «o ataque de Almançor a Santiago de Compostela», em 997 – refira que o chefe muçulmano atravessou o Douro «no porto de *Aliobrio* (Peso da Régua)» ou «em *Anegia* (Eja, Penafiel)». Podem parecer estranhos e, até, rebarbativos esses vocábulos, passíveis de se encontrar apenas em estudos como este. Muito pelo contrário! Sobre *Aliobrio* – que o Padre João Parente identificou com Lobrigos (Santa Marta de Penaguião) – se poderá ver que foi célebre e aí terão sido cunhadas duas moedas do rei visigodo Suíntila (621-631); e a fama de *Anegia* é tão grande nas terras durienses que se tornou... ‘marca’ de um alvarinho!...

Mergulha-se, pois, numa história difícil de destrinçar, sim, mas sedutora. Deu muito trabalho, não há dúvida, a elaboração dos 10 mapas, onde, por exemplo, se procuram localizar «lugares não referidos na documentação dos sécs. IX e X» e as «sedes de concelhos actuais sem atestação» nesses mesmos séculos. Mais intrincada foi, ainda, a estruturação dos 7 quadros genealógicos, com base em documentação tabeliônica (na sua maior parte), onde nem sempre os intervenientes são identificados com rigor: há casos de homonímia; as mulheres «frequentemente assinam sem patronímico»; um Gonçalves pode ser, de facto, filho de Gonçalo... De qualquer modo, não deixa de ser aliciante seguir, com o quadro presente, a respetiva nota explicativa, a contar do emaranhado de casamentos, filiações e paternidades!...

Tive oportunidade de ler, recentemente, excertos do texto *Portugal Renascido*, da autoria do albicastrense Frei Manuel da Rocha, publicados por António Salvado⁴. Mui significativamente, pôs-lhe o frade como subtítulo «Tratado histórico-crítico, em que à luz da verdade se dão manifestos os sucessos de Portugal no século X depois do nascimento de Cristo Senhor Nosso, tirados da confusão e descobertos para glória deste Reino por escrituras autênticas e inteligência genuína dos autores de melhor nota». No fundo, foi isso que mais lhe interessou, para demonstrar o heroísmo dos portugueses, que viriam a permitir, após tão árduas batalhas, o ‘renascimento’ de Portugal. Também se fica pelo século x o estudo suculento do Doutor Jorge de Alarcão – e também nos obriga a consciencializarmo-nos de que, desde a época dos Romanos (o século iv das *villae*, por exemplo...) até 1096, ano em que o rei Afonso VI de Leão doou ao Conde D. Henrique o Condado Portucalense, muita água correu debaixo das pontes, muita história há ainda por contar!...

JOSÉ D’ENCARNAÇÃO

Professor catedrático de História e Arqueologia (aposentado)

Universidade de Coimbra, FLUC

jde@fl.uc.pt

<https://orcid.org/0000-0002-9090-557X>

⁴ *Leituras IX*, Castelo Branco, 2020. Sobre esse livro fiz a nota de leitura «As batalhas da Reconquista»: jornal *Reconquista* (Castelo Branco), 2 de Julho de 2020, p. 27.

Paulo Ricardo Bonfim, *Educar, Higienizar e Regenerar: Uma História da Eugenia no Brasil*, Jundiaí, Paco Editorial, 2017, 228 p., ISBN 978-85-462-0691-9.

O jovem pesquisador Paulo Ricardo Bonfim brinda a comunidade científica e a todos os interessados na história da eugenia com a publicação de *Educar, Higienizar e Regenerar: uma História da Eugenia no Brasil*. O livro é uma adaptação de sua dissertação de mestrado, cujo título foi *A Educação no Movimento Eugênico Brasileiro (1917-1933)*, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade São Francisco (USF), inserida na linha de pesquisa “História, Historiografia e Ideias Educacionais”.

Resultado de uma pesquisa concluída no ano de 2013, a obra apresenta em seu escopo de investigação objetivos gerais e específicos claros e bem definidos, propondo-se a discutir as tensões e composições que o movimento eugênico brasileiro comportou, além de analisar as propostas voltadas à educação, *lato sensu*, no âmbito da eugenia no Brasil.

O livro divide-se em quatro capítulos, além do prefácio¹, apresentação e considerações finais. O texto é claro e elegante, correspondendo ao que se espera de uma produção acadêmica, mas sem tornar-se demasiadamente rebuscado, portanto, compatível com a linguagem científica e também acessível ao público em geral. Já na “Apresentação”, Paulo Bonfim nos deixa claro suas convicções epistemológicas, *ad cautelam*, de que a eugenia adquiriu ao longo dos anos uma polissemia que comprometeu seu *ethos* compreensivo, resultando em reduções simplificadas e até mesmo anacrônicas (p. 21), além de reconhecer a própria dificuldade ideológica endógena do movimento eugênico brasileiro, fato que singulariza o estudo do tema no Brasil².

No primeiro capítulo, “Capitalismo, Progresso e Ciência”, encontramos uma narrativa de caráter totalizante, que contextualiza o leitor a respeito do surgimento do movimento eugênico como subproduto dos avanços científicos e tecnológicos do século XIX e seus impactos na maneira como as sociedades humanas passavam a ser compreendidas. Numa perspectiva dialética entre macro e micro-história, o autor articula sua argumentação a partir de temas como o capitalismo e o darwinismo social, perpassando pela filosofia positivista. Inserindo-se nesse

¹ O prefácio da obra foi escrito pelo Professor Doutor Moysés Kuhlmann Júnior (Fundação Carlos Chagas), orientador de Paulo Ricardo Bonfim em sua dissertação de mestrado que foi adaptada e publicada como livro.

² O referencial teórico utilizado pelo autor em sua argumentação está contido na obra de Nancy Leys Stepan, *The Hour of Eugenics: Race, Gender, and Nation in Latin America*, Ithaca, Cornell University Press, 1996.

contexto histórico, o Brasil e seus dilemas adentram a narrativa: em um momento da história nacional em que se acabara de abolir a escravatura (1888), o país recebia milhares de imigrantes, e o movimento republicano via a questão racial como um dos principais dilemas à constituição de uma nação forte, que impulsionasse o país em direção à almejada “ordem e progresso”. Para isso, “as demandas sociais nas áreas da educação e da saúde pública mobilizavam diversos agentes sociais em sociedades e associações (...) em que se propunham a discutir os caminhos para o progresso da nação” (p. 47), abrindo caminho para a creditação de soluções eugênicas, assunto tratado em suas especificidades no próximo capítulo.

Intitulado “Eugenia: Ciência & Ideologia”, o segundo capítulo subdivide-se em duas partes: a primeira preocupa-se com a conceitualização da eugenia, a partir da obra do seu criador Francis Galton³, e a segunda, da análise semiótica da gênese do movimento eugênico brasileiro.

Estabelecendo uma interface *pari passu* entre os avanços científicos de meados do século XIX e as construções ideológicas assumidas pela própria história desse século, o autor revela-nos as relações intrínsecas entre as contradições do progresso e as mazelas sociais advindas da realidade do capitalismo vitoriano⁴, articulando, a partir da história cultural, suas consubstanciações, demonstrando-nos a importância do processo histórico anterior ao ano de 1883, quando, então, Galton utilizaria pela primeira vez a expressão “eugenia” (p. 74). A facilidade com que a narrativa flui entre o debate social e médico, característica que forja as origens do pensamento eugênico inglês a partir dos conceitos de raça e classe social, também é digno de apreço (p. 82-83).

O trabalho de análise historiográfica passa a ocupar o centro da narrativa, no momento em que o pesquisador insere a problemática eugênica na história brasileira no início do século XX (p. 93). Sustentando suas análises em diversas fontes primárias⁵, Paulo Bonfim mostra-nos de forma empírica um dos seus principais objetivos: a história do movimento eugênico brasileiro não pode ser pensada de maneira monolítica, mas sim a partir de várias perspectivas

³ Vide Francis Galton, *Inquiries into human faculty and its development*, London, Macmillan and Co., 1883.

⁴ Sobre as relações entre ciência e ideologia na Grã-Bretanha do século XIX, vide Jack Morrel, Arnold Thackray, *Gentlemen of Science: early years of the British Association for the Advancement of Science*, Oxford, Clarendon Press, 1981.

⁵ Um dos grandes méritos dessa obra é a capacidade de interlocução entre as fontes utilizadas, tomando-se o cuidado de dar voz às divergências como forma de contraprova argumentativa. Métodos de análise hermenêutica como, por exemplo, aparatos da linguística, da semiótica e semântica, são perceptíveis. Sobre questões metodológicas, sugerimos a leitura de Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.), *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*, Rio de Janeiro, Campus, 1997.

epistemológicas que transitam entre formas ambíguas de eugenia – positiva, negativa ou preventiva –, facto ímpar na América Latina.

“Renato Kehl: o campeão da eugenia” é o título do terceiro capítulo, completamente dedicado à história da eugenia no Brasil. A opção pela análise da trajetória de Renato Kehl⁶ não é escolha fortuita, mas meticulosa e astuta, por dois motivos fundamentais: primeiramente, a rica documentação existente sobre o médico eugenista⁷ e, depois, sua própria metamorfose epistemológica no tempo e espaço, cujos debates no interior das associações e na imprensa esclarecem sua complexidade. Como fonte biográfica, temos uma narrativa breve, mas necessária do personagem que tanto influenciou o debate eugênico brasileiro durante as décadas de 1920 e 1930. “Neste contexto favorável a difusão do conhecimento científico, sobretudo pela ascensão das ideias sanitaristas, Renato Kehl soube atrair a atenção de profissionais diversos para as potencialidades da ciência de Galton, como meio de regeneração da população (...)” (p. 118).

O último capítulo é todo dedicado às relações do movimento eugênico com a educação. Sob o título “A educação no movimento eugênico”, podemos compreender o papel destacado pelos principais eugenistas brasileiros frente ao debate educacional e, também, compreender a importância do ensino que, nas palavras do médico Miguel Couto, era um dos caminhos para a superação do atraso da nação (p. 142). Nota-se que, diferentemente da maioria das discussões eugênicas do norte da Europa, assim como nos Estados Unidos, ao invés de somente atermo-nos a questões de hereditariedade de matrizes mendelianas, a educação alçou o movimento eugênico brasileiro para discussões ímpares, multifacetadas, que mais tarde repercutiriam a própria organização da burocracia estatal com a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública (1930), sob o governo do então presidente Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954).

Evitando metodologicamente interpretações aligeiradas e conceituações apressadas, *avant la lettre*, o capítulo, que pouca margem deixa a questionamentos acerca da apropriação e difusão da eugenia no Brasil, foi escrito com base em fontes primárias representativas, com destaque ao cotejo crítico das edições do *Boletim de Eugenia*, periódico criado por Kehl que circulou entre 1929 e 1933, além de outros veículos também importantes como, por exemplo, os *Annaes de Eugenia*, publicados pela Sociedade Eugênica de São Paulo, as *Actas de Trabalhos*

⁶ Sobre a trajetória intelectual de Renato Kehl, vide Vanderlei Sebastião de Souza, *A política biológica como projeto: a “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. Dissertação (Mestrado) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

⁷ Vide *Fundo Pessoal Renato Kehl* (Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz) – <http://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/renato-kehl>.

do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado no Rio de Janeiro no ano de 1929, semanários, manuais e cartilhas publicadas por eugenistas, além de recortes da imprensa diária, nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Até à publicação de *Educar, Higienizar e Regenerar: uma História da Eugenia no Brasil*, o público geral tinha à sua disposição uma gama de literatura restrita sobre a história da eugenia⁸ e nenhuma obra que tivesse dedicado atenção específica ao recorte temático de forma tão criteriosa na caracterização de concepções e, também, que desse voz aos intensos debates e disputas dentro do próprio movimento. Por exemplo, nas estantes das principais livrarias nacionais, o livro mais próximo da tentativa de depurar o trajeto da história da eugenia no Brasil, da historiadora Pietra Diwan⁹, publicado uma década antes da obra analisada, apesar de irrepreensível relevância, ainda não se desprendia do campo epistemológico analítico mendeliano e dos projetos eugênicos *nazis*, tão criticado por Bonfim em seu texto que, através de rigorosa análise das fontes, sustenta como se mostravam multifacetados, ímpares e divergentes os debates que ocorriam adentro do movimento, assim como suas propostas de ação e posições políticas e ideológicas.

Mais do que um mero ramo da medicina, o texto nos adverte o quão enganosa a eugenia, que após a Segunda Guerra Mundial passou a ser considerada nefasta ou mera pseudociência, pode parecer, e comprova que o universo do pensamento eugênico angariou grupos de intelectuais atuantes em diversas áreas da sociedade brasileira, que iam desde a defesa de ordem sanitária e educacional até a perspectiva radicalizada de controle social, de segregação e esterilização como meios de garantir o aprimoramento racial e extermínio dos “inaptos” (p. 196).

Acreditamos que, devido aos objetivos alcançados, à demonstração empírica de suas metodologias, à gama de fontes utilizadas, além da sólida bibliografia, *Educar, Higienizar e Regenerar: uma História da Eugenia no Brasil* é digna de apreço pela academia e preenche uma lacuna que faltava na historiografia sobre o tema, superando os limites da pesquisa histórica que pareciam restritos ao discurso de uma época, o que torna o trabalho original e diferenciado dos outros até então produzidos no país.

DANIEL FLORENCE GIESBRECHT

Universidade de Coimbra, CEIS20/UC, FLUC

profdanielflorence@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4142-6860>

⁸ Vide Lilia Moritz Schwarcz, *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

⁹ A obra em questão denomina-se, *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*, São Paulo, Contexto, 2007.

Maria Marta Lobo de Araújo, *As Ordens Terceiras no mundo ibérico da Idade Moderna*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2019, 326 p., ISBN 978-989-33-0011-4.

Maria Marta Lobo de Araújo, Professora na Universidade do Minho, coordenou esta obra coletiva agora publicada. Desde cedo, votou as suas investigações à História da Assistência na Idade Moderna – pobreza, Misericórdias, Confrarias, Ordens Terceiras – pelo que este estudo constitui um trabalho de continuidade em proximidade com outros investigadores que partilham dos mesmos interesses e têm desenvolvido estudos nesta mesma área.

O livro congrega investigações recentes de historiadores portugueses, espanhóis e brasileiros, característica que enriquece sempre obras desta índole. É abordada a realidade de várias Ordens Terceiras existentes nos impérios ibéricos na Idade Moderna, sendo estas dos ramos franciscano, dominicano e carmelita. Esta metodologia permite almejar um lato alcance da temática, sendo fator de redobrada atenção para o leitor e exigindo deste alguma clareza no que concerne a alguns aspetos da História da Igreja, não apenas daquela época, como também da Idade Média.

A obra inicia com uma introdução redigida pela coordenadora da mesma, que cumpre claramente com o objetivo a que se propõe no que diz respeito à contextualização, permitindo-nos alargar o nosso campo de visão, de forma genérica e clara, para as várias temáticas e particularismos que cada historiador aborda.

O primeiro trabalho é da autoria de Maria Antónia Lopes, Professora Associada com Agregação na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Este primeiro trabalho apresenta um balanço historiográfico do tema, revelando que em Portugal a produção existente acerca da temática é escassa. Aponta vários estudos e teses que têm sido apresentados, reconhecendo que o tema está a ser mais trabalhado pelos historiadores, desde 2010. No entanto, estes centram-se, especialmente, no Noroeste Português e em Coimbra. Dá relevância merecida às teses e estudos de Juliana de Mello Moraes e de Ana Margarida Dias da Silva. Não omite os contributos igualmente importantes das teses de Ana Cristina Araújo e de Norberto Tiago Ferraz. A autora procede a uma importante caracterização das Ordens Terceiras, distinguindo-as de forma clara das confrarias e das Misericórdias. Conclui com uma importante reflexão acerca de campos de análise por desbravar, apontando linhas de investigação em várias áreas da História relacionadas com o tema desta obra.

Ofelia Rey Castelao, Professora Catedrática da Universidade de Santiago de Compostela, dá-nos a conhecer uma investigação de pendor inovador,

pois analisa a leitura feita pelos irmãos terceiros franciscanos em Espanha. Discorre acerca dos objetivos destas publicações e da repercussão que tinham nos leitores. Os livros mencionados são hagiografias de santos medievais da Ordem Terceira Franciscana, essencialmente. O trabalho é audacioso, uma vez que colige informações de um tempo onde as taxas de analfabetismo eram muito elevadas, constituindo um obstáculo na transmissão das mensagens que as Ordens Terceiras pretendiam passar através dos livros. Segundo a autora, os teóricos defendiam o exercício de leituras coletivas em voz alta ou a aprendizagem de orações que traduzissem as mensagens pretendidas. O trabalho aborda, ainda, processos de publicação de livros e folhetos nas Ordens Terceiras, em confrarias e outras associações. Analisa a tipologia das publicações, os autores e os locais de publicação. A investigação trazida a luz abre uma nova linha de investigação, potencialmente inspiradora para muitos historiadores.

Juliana de Mello Moraes, docente do Departamento de História da Universidade Regional de Blumenau, dá seguimento à investigação anterior, analisando bibliografia destinada aos irmãos terceiros franciscanos no império português e destacando o caso das mulheres exemplares e santas. Evidencia o esforço de algumas Ordens Terceiras na impressão destes livros de pendor moralizante e doutrinador. A autora estuda a obra de Frei Luís de São Francisco, destacando a importância das santas e beatas terceiras franciscanas como modelo a seguir pelas mulheres pertencentes à mesma instituição, evidenciando a penitência como característica marcante nas hagiografias analisadas.

Raquel Martínez Peñín e Alfredo Martín García, docentes da Universidade de León, prosseguem a abordagem de Juliana de Mello Moraes, analisando a santidade das mulheres. Os autores apresentam as hagiografias concebidas pelas Ordens Terceiras, na Idade Moderna, como um eficaz instrumento de propaganda destas instituições e como exemplos vitais para os irmãos que as incorporam. Centram a sua análise no exemplo de quatro santas – Santa Rosa de Viterbo, preferida em Espanha, Santa Isabel da Hungria, Santa Isabel de Portugal, predileta em Portugal, e Santa Margarida de Cortona – evidenciando as suas características pessoais e os traços de santidade que deveriam servir de exemplo às mulheres das fraternidades dos terceiros franciscanos.

William de Sousa Martins, Professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro, dedica este estudo à fundação e difícil processo de afirmação da Ordem Terceira de São Domingos na Bahia. Relewa vários aspetos institucionais da Ordem e aborda as relações estabelecidas entre esta e a sua congénere do Porto. Destaca a atuação dos terceiros no processo de construção de uma capela própria,

no Terreiro de Jesus, passo notável no seu processo de afirmação face à Ordem Primeira de onde brotara, sediada no Mosteiro de São Bento da Bahia.

Sofia Fernandes, Doutora em História, dá-nos a conhecer o processo de fundação e os primeiros anos de existência da Ordem Terceira do Carmo de Penafiel. Aborda a condição social dos irmãos, da sua formação e ingresso na Ordem. Destaca o facto de esta ter permitido a entrada de idosos e enfermos, realidade escassa no contexto do Antigo Regime. A autora realça ainda as práticas religiosas, festividades e assistência levadas a cabo pelos irmãos. Termina frisando a necessidade de se efetuarem mais estudos votados a estas instituições.

Duarte Nuno Gonçalves, bolseiro de Pós-Doutoramento da Universidade de Lisboa e Universidade dos Açores, apresenta-nos as procissões de penitência franciscanas como expressão de religiosidade popular do período moderno, com forte carácter doutrinador, nas quais estas instituições exibiam o seu poder e relevância com aparato. Tece algumas considerações acerca da Ordem Terceira de São Francisco da Cidade (Lisboa) e aborda a implantação das Ordens Terceiras franciscanas nos arquipélagos da Madeira e Açores, realçando a ação evangelizadora dos franciscanos nestes territórios. Alerta, ao longo do artigo, por várias vezes, para a necessidade de se intensificar a investigação acerca das procissões, da implantação dos terceiros nos Açores e Madeira e da realização de procissões de penitência no Portugal colonial.

António Dantas Barbosa, Doutor em História, apresenta um estudo sobre a Ordem Terceira franciscana de Ponte de Lima. Neste aborda a sua fundação e funcionamento, destacando a preparação e realização da procissão das Cinzas. Mostra-nos que esta constituía-se como um momento de grande relevância local, usada como instrumento de afirmação e engrandecimento da instituição.

Ana Paula Araújo, Doutora em História, estuda a origem e crescimento da Ordem Terceira de São Domingos de Guimarães. Num primeiro momento, analisa o seu quotidiano, dando grande destaque a admissão e período de formação dos irmãos. Num segundo momento, dá-nos a conhecer as festividades organizadas pela instituição, particularizando o papel da música nas cerimónias religiosas. Conclui, apresentando o património desta instituição, dando a conhecer o seu arquivo e evidenciando a preocupação destas instituições na construção da sua História.

Marta Lobo de Araújo, já apresentada, presenteia-nos com um estudo sobre os estatutos das Ordens Terceiras franciscanas do Noroeste português. Compara as Ordens Terceiras de Braga, Porto e Ponte de Lima do século XVIII no que concerne às qualidades dos irmãos e à assistência espiritual e corporal que lhes era facultada. A autora releva o período de formação dos irmãos,

destacando, em cada uma, as normas e os aspetos religiosos, de pureza de sangue e comportamentais. Aborda a questão dos pagamentos de ingresso nas instituições e de outros pormenores pertinentes, com o uso do hábito e a presença de mulheres nestes sodalícios.

Maria de Fátima Reis, Professora na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, encerra esta obra coletiva com o estudo sobre a má conduta e processos instituídos pelo Tribunal do Santo Ofício a dois frades franciscanos do convento dos Terceiros de Santarém – frei Salvador da Ressurreição e frei Manuel de São Jerónimo. A autora alicerça a sua investigação na documentação do Santo Ofício e nos processos instaurados contra os dois religiosos. Estes ultrapassam as acusações formadas e sentenças ditadas, permitindo compreender aspetos do quotidiano e conceções da época relativas ao corpo e ao sexo.

Esta obra coletiva clarifica a importância destes sodalícios, constituindo um contributo incontornável para completar as Histórias locais. O facto de os estudos estarem desenvolvidos em espaços muito restritos e concretos, permitiu aos autores encontrar pormenores e exceções, quebrando afirmações generalistas, para as quais sempre tendemos, e conferindo às suas investigações um carácter mais humano e autêntico. Com pouco relevo, mas não esquecido por quase todos os intervenientes, estão vários aspetos afetos à assistência prestada por estas instituições na hora da morte e *post mortem* aos seus irmãos.

Em falta estão estudos sobre uma das Ordens Terceiras franciscanas mais poderosa de Portugal – a Ordem Terceira de São Francisco da Cidade – bem como de outras partes do território português. Esta crítica construtiva deve servir de estímulo para a conceção de novos estudos sobre estes sodalícios, nomeadamente no Centro e no Sul de Portugal.

Todas as investigações trazidas à luz nesta obra estão dotadas de introduções coesas e notas de rodapé, com pertinentes referências bibliográficas e informações complementares vitais. As conclusões elucidam o leitor acerca do fruto das investigações, bem como de outras futuras.

Por todos estes motivos, *As Ordens Terceiras no mundo ibérico da Idade Moderna* constitui-se uma obra de leitura obrigatória para os historiadores que desenvolvem ou venham a desenvolver investigações em torno destas instituições, sendo relevante também em áreas da História Religiosa, Social, Cultural, da Morte, das Mulheres e dos Poderes.

Silvia Bermúdez e Roberta Johnson (org.), *A new history of Iberian Feminisms*, Toronto, Toronto University of Press, 2018, 544 p., ISBN 978-1-4875-0014-6 (cloth), ISBN 978-1-4875-2008-3 (paper).

Publicado pela editora da Universidade de Toronto, no Canadá, *A New History of Iberian Feminisms*, organizado por Silvia Bermúdez e Roberta Johnson, é resultado dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa em Iberian Studies, da Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos. Contando com colaborações de pesquisadores(as) de diversas nacionalidades (Reino Unido, Nova Zelândia, Portugal, Espanha e Estados Unidos), a coletânea de artigos, organizada de maneira cronológica, objetiva evidenciar as escritoras e ativistas feministas de todas as áreas da Península Ibérica (Províncias Bascas, áreas que falam o castelhano, Catalunha, Galiza e Portugal), desde o século XVIII, quando, segundo o capítulo introdutório, o feminismo moderno começou a se manifestar em favor da igualdade de tratamento para as mulheres, até o presente.

O livro é dividido em seis partes: Feminismo Ibérico na Idade das Luzes; O longo século XIX (1808-1920); Os movimentos feministas ibéricos ganham força com as Repúblicas (1910-1939); As ditaduras de António de Oliveira Salazar (1926-1974) e de Francisco Franco (1939-1975); Um novo começo: a transição democrática e a segunda onda do feminismo (1974/1975-1994/1996); A diversidade dos feminismos ibéricos (1996-presente). A escolha pela formatação cronológica evidencia alguns aspectos importantes, tais como as rupturas trazidas pelo “século das luzes” no que diz respeito à visibilidade das mulheres e suas reivindicações; o papel da imprensa, no século XIX, servindo como meio de entrada das mulheres no mundo público e como porta-voz das problemáticas e dos anseios femininos; as diversas e tensas relações entre os movimentos feministas e as experiências políticas que vigoraram no século XX, na Península. Além disso, vale ressaltar que, ao estabelecer todas as regiões da Península Ibérica como recorte geográfico dos estudos, o resultado da obra é mais complexo, evidenciando a pluralidade política, social e cultural daquele espaço, que refletirá evidentemente na própria pluralidade dos movimentos feministas que ali se desenvolveram ao longo do tempo.

Finalmente é preciso dizer que, em tempos em que as principais revistas indexadas utilizam o inglês como língua oficial, e com o empobrecimento científico óbvio que isso implica, o livro acaba por tornar visíveis os trabalhos que, a priori, não circulariam tão facilmente nos meios acadêmicos de tradição anglófona, em geral apenas capazes de ler na língua-mãe.

O presente texto focar-se-á na análise de quatro capítulos de *A New History of Iberian Feminisms*: “Feminismo” antes de 1800 (capítulo 5), de Vanda Anastácio;

Contexto histórico do feminismo e direitos das mulheres no século XIX, em Portugal (capítulo 8), de João Esteves; Contexto histórico e pensamento feminista em Portugal, 1910-1926 (capítulos 15 e 16), de Deborah Madden. Todos os artigos eleitos versam sobre o desenvolvimento do pensamento e das práticas feministas em Portugal, a partir de um recorte temporal que abrange o intervalo entre o século XVIII e o declínio da Primeira República, em meados de 1926.

Vanda Anastácio, autora de *A Marquesa de Alorna (1750-1839). Estudos* e organizadora do livro *Uma antologia improvável: a escrita das mulheres (séculos XVI-XVIII)*, inicia seu artigo, “Feminism before 1800”, evidenciando a dificuldade que o(a) historiador(a) encontrará ao buscar fontes que revelem algo sobre as mulheres, especialmente suas práticas, num período anterior à segunda metade do século XIX. Seu lamento vai ao encontro daquele exposto por Michelle Perrot em *Minha História das Mulheres*, quando esta diz:

Mas é sobre elas que o silêncio pesa mais. E isso por várias razões. Em primeiro lugar, porque as mulheres são menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato. Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em público é indecente. “Que a mulher conserve o silêncio”, diz o apóstolo Paulo¹.

É quase certo que o silêncio também será a resposta à pergunta: As mulheres não buscaram combater ou confrontar os estereótipos femininos presentes na literatura da época, que, até o século XIX, retratavam-nas enquanto seres malignos e desprezíveis? De fato, até meados do século XVIII, as evidências a respeito da chamada “querela das mulheres” eram praticamente inexistentes em Portugal, diferentemente do que se passava em França, por exemplo, onde as manifestações femininas aos textos masculinos de cunho misógino estavam

¹ Michelle Perrot, *Minha História das Mulheres*, São Paulo, Contexto, 2012, p. 16-17. É importante observar que a maioria das mulheres circula no universo público do trabalho. A reclusão ao universo privado era partilhado por uma parcela ínfima da população feminina, normalmente pertencente às elites. Portanto, o fragmento de Perrot serve para abordarmos um tipo específico de invisibilidade em relação às mulheres: aquele referente ao universo letrado, intelectualizado. Tanto Vanda Anastácio quanto João Esteves e Deborah Madden, em seus respectivos artigos, buscaram problematizar as dinâmicas do aparecimento e da fixação de mulheres com ações de escrita, especialmente, no meio público intelectualizado – este que, até meados do século XIX, foi ambiente quase que exclusivo de homens das elites. Portanto, as mulheres citadas ao longo da recensão, desde Paula da Graça até Ana de Castro Osório, representam um grupo feminino específico: o das alfabetizadas e que, grosso modo, pertencia às camadas média e alta da sociedade portuguesa.

presentes. Mas, em 1715, uma senhora portuguesa chamada Paula da Graça conseguiu publicar um livreto em resposta ao texto de Baltasar Dias, *Malícia das Mulheres*, de 1659. Ainda hoje, as informações a respeito da autora são demasiado escassas, mas, apesar disso, *Bondade das mulheres vendicada e malícia dos homens manifesta* transformou aquele silêncio em protesto, abrindo caminhos para que outras mulheres também se revoltassem por meio da escrita, tornando públicas as discussões em torno das regras e dos lugares que elas deveriam ocupar na sociedade portuguesa do período².

É importante relacionar essas manifestações femininas, seja em Portugal ou em outros países da Europa, ao desenvolvimento das ideias iluministas, que problematizaram, entre outros aspectos, questões ligadas à liberdade e à igualdade. São notáveis, por exemplo, as discussões em França e Inglaterra a respeito dos papéis femininos; importantíssimos também os clubes formados por mulheres ao longo da Revolução Francesa. E, como as ideias têm o inevitável hábito de circulação, não tardou para que, em Portugal, as discussões sobre os lugares das mulheres na sociedade fossem intensificadas. Vanda Anastácio recorda os nomes e as propostas de alguns intelectuais portugueses que representaram projetos ligados à educação feminina: Luís António Verney, António Nunes Ribeiro Sanches e Teodoro de Almeida. Estes homens, compartilhando algumas noções do tempo em que viveram, não consideravam a igualdade de tratamento, no que diz respeito ao acesso à educação, entre meninos e meninas. Aliás, vários iluministas consideraram a importância da educação feminina como forma de otimizar e aperfeiçoar as qualidades que eram tidas como próprias de sua condição: a administração do lar, a parceria com o esposo e, evidentemente, a maternidade.

Mas por que os(as) historiadores(as) costumam evidenciar somente as vozes masculinas do século XVIII? Novamente o silêncio feminino impera... O que não quer dizer, entretanto, que as mulheres não nutrissem desejos políticos ou que não produzissem discursos. Muitas delas, com fins de auto-preservação, não assinavam suas produções e, quando o faziam, costumavam optar pelo uso de pseudônimos. Além disso, Anastácio lembra que, devido à censura estrita que se estabeleceu em Portugal como resistência à circulação de ideias iluministas, raras eram as mulheres que colaboraram em jornais e revistas da época, de

² Sobre essa autora e o seu folheto, ver a análise recente de Maria Antónia Lopes, “Da igualdade entre os sexos e da opressão das mulheres: alegações de uma portuguesa em 1715” in *Primeiros textos sobre igualdade e dignidade humanas*, vol. 14 de *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa*, dir. de José Eduardo Franco e Carlos Fiolhais, Lisboa, Círculo de Leitores, 2019, p. 60-66. No mesmo volume, encontra-se a publicação integral do livreto com notas explicativas da mesma autora (p. 341-358).

forma a respeitarem os lugares que aquela sociedade lhes reservara. Para terminar, a autora afirma que pouquíssimas escritoras conseguiram, na altura, publicar seus textos em formato impresso, ficando os manuscritos restritos a um número pequeno de leitores(as). Publicar é ser visto(a), é ter interferência na vida pública e, naquele momento, essas ações eram reservadas aos homens.

Mas a História, se bem analisada, sempre oferece exceções às regras. Na segunda metade do século XVIII, Teresa Margarida da Silva e Orta, usando o pseudônimo Dorotheia Engrassia Tavadra Dalmira, publicou *Máximas de virtude e formosura com que Diofanes, Clyminea e Hemirena Principes de Thebas vencerão os mais apertados lances da desgraça*, uma obra que, entre outros aspectos, explicita a importância da educação feminina como arma de combate à ociosidade e à ignorância compartilhadas pelas mulheres da aristocracia. No mesmo período, uma obra anônima foi premiada pela Academia Real das Ciências de Lisboa, *Osmía. Tragédia de assunto portuguez em três actos*. Inspirada na lenda de Osmía, uma lusitana que foi violentada por um soldado romano à época das invasões à Península Ibérica, a versão setecentista escrita por Teresa Josefa de Mello Breyner apresenta Osmía enquanto uma nobre que foi dada em casamento a Ríncaro, um homem a quem não amava e que não a merecia, mas que ela teria aceitado por “razões de Estado”. Lá pelas tantas, a protagonista foi feita prisioneira do romano Lélio, que, diferentemente da versão original, não a violentou; antes, admirado por sua beleza e qualidades, acabou se apaixonando por ela, que o correspondeu em sentimento. Para a surpresa de ambos, Ríncaro não estava morto e retorna, ordenando que Osmía matasse o próprio amante. Ela, no entanto, comete suicídio e o marido, atormentado pela dor, pelo ciúme e pela raiva, acaba por colocar fim à própria vida também. De acordo com Vanda Anastácio, o enredo nos evidencia dois aspectos importantes: o imenso esforço pessoal de Osmía no sentido de resistir às paixões e, ainda, o fato de a protagonista ter colocado os deveres para com o marido e seu povo acima de seus próprios desejos. No entanto, observa, ela não obedece estritamente às ordens do marido, preferindo preservar aquele homem que tanto admirava (Lélio) e, corajosamente, sacrifica-se.

Outro fenômeno importante da segunda metade do século das luzes e presente também em Portugal, os salões realizados pela aristocracia e imitados pela alta burguesia possibilitaram, nas palavras de Maria Antónia Lopes, uma “sociabilidade heterossexual”³, oferecendo possibilidades de aprendizagem,

³ Maria Antónia Lopes, *Mulheres, espaço e sociabilidades: as transformações dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

trocas culturais e visibilidade às mulheres pertencentes àqueles círculos sociais. Mas se essas assembleias permitiram certa redefinição dos papéis femininos, é claro que acabaram se transformando em alvos de condenação das vozes conservadores do período, porque, como disse Foucault, “onde há poder, há resistência”. Juntamente com a censura, a literatura de cordel não poupou esforços em repudiar a vida social dos salões e também a mulher moderna associada a tal experiência, valorizando posturas tradicionais, ligadas ao recato e ao cuidado. Alguns destes textos evocavam a figura bíblica de Eva, primeira pecadora, condenada eternamente pelo desejo de saber; em contraponto, exaltavam a imagem de Maria, virgem, silenciosa, mãe do Salvador.

O capítulo é encerrado com mais um exemplo de exceção às regras postas: Vanda Anastácio nos apresenta Leonor de Almeida Portugal, a quarta Marquesa de Alorna (1750-1839), amiga de figuras importantes da época e grande mediadora de poetas de diferentes gerações. Na introdução de seu livro, *A Marquesa de Alorna*, a autora chamou a atenção para as biografias publicadas anteriormente que, descomprometidas com a verdade, buscaram construir uma memória idealizada da personagem, aproximando suas características àquelas valorizadas por seus respectivos tempos e sociedades.

“‘Feminismo’ antes de 1800” é uma importante síntese de alguns dos trabalhos de Vanda Anastácio. Com o auxílio de uma bibliografia especializada, ela nos apresenta aspectos relevantes da sociedade portuguesa do século XVIII no que diz respeito à forma como encarava os papéis de gênero. Mas é por meio de um vasto trabalho investigativo que ela conseguiu enxergar o que até então estava oculto: as produções femininas que ajudaram a tornar públicas as discussões em torno dos lugares, direitos e deveres das mulheres naquele espaço. Seria anacrônico classificar Paula da Graça ou a Marquesa de Alorna enquanto feministas e, por isso, as aspas em torno do “feminismo”, no título; no entanto, é fundamental compreendê-las enquanto construtoras de importantes brechas que marcaram um novo modo de pensar a organização social, abrindo caminhos para que, um dia, um movimento completamente concentrado nas reivindicações femininas fosse possível.

Em “Contexto histórico do feminismo e direitos das mulheres no século XIX, Portugal”, João Esteves busca evidenciar algumas das principais contribuições trazidas por escritoras portuguesas, especialmente periodistas, no que diz respeito à emancipação feminina. Logo nos primeiros parágrafos, ele nos apresenta o contexto político e social da primeira metade do século XIX, problematizando que a Revolução Liberal de 1820, inovadora em alguns aspectos, não ofereceu às mulheres outros lugares, que não aquele relacionado à esfera privada, de submissão à figura masculina (o pai e o esposo). Portanto,

para o autor, que separa bem o que seriam as ideias e as práticas, o pensamento liberal pouco modificou, eficazmente, a situação das mulheres daquelas sociedades, imperando uma perspectiva de permanência, em lugar das rupturas. Entretanto, considera que os avanços em torno dos direitos femininos notados no oitocentos ocorreram, em alguma medida, por intermédio da imprensa, considerada a porta de entrada das mulheres para a esfera pública, ambiente valorizado e, por isso, visível. O capítulo segue com breves apresentações de periodistas que, por meio de seus métodos e abordagens, possibilitaram avanços nas discussões em torno dos papéis que as mulheres poderiam assumir na sociedade portuguesa do período.

Esteves identifica Antónia Gertrudes Pusich (1805-1883) como a primeira mulher em Portugal a fundar e dirigir um jornal, *A Assembleia Literária*, que circulou entre 1849 e 1850. No entanto, como sugere o *Dicionário de Escritoras Portuguesas*⁴, a jornalista foi uma das primeiras mulheres, no país, a assumir a identidade feminina no cabeçalho do periódico, sem se esconder, como muitas fizeram, por meio do anonimato ou dos pseudônimos masculinos⁵. Neste e em outros títulos como, por exemplo, *Beneficência* e *Cruzada*, Pusich e seus(suas) colaboradores(as) abordaram questões pertinentes ao universo feminino em reconstrução, como a educação direcionada às meninas e o desejo de independência econômica para as mulheres. Ao assumir a sua identidade, Antónia Pusich alterou a própria definição daquilo que se compreendia como periódico, segundo nos indica Ivone Leal⁶. Se até então o gênero era classificado como jornal escrito por homens e destinado aos interesses femininos, após a audácia da fundadora de *A Assembleia Literária*, teve de ser ressignificado. Outras ressignificações ocorreram, evidentemente, a partir da apropriação da imprensa pelas mulheres: novos assuntos, novos formatos, novos métodos. Sinteticamente, as subjetividades femininas foram refletidas na imprensa, atingindo lares de classes altas e médias da sociedade portuguesa.

⁴ Constância Lima Duarte; Conceição Flores; Zenóbia Collares Moreira, *Dicionário de Escritoras Portuguesas: das origens à actualidade*, Lisboa, Editora Mulheres, 2009, p. 41.

⁵ Sobre essa e outras mulheres que escreveram e publicaram em Portugal na primeira metade do século XIX, ver a tese de doutoramento de Ellen Biguelini, *Tenho escrevinhado muito: mulheres que escreveram em Portugal (1800-1850)*, Coimbra, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316/79402>>. Acessado em fevereiro de 2020.

⁶ Ivone Leal, *Um século de periódicos femininos*, Lisboa, Comissão para a igualdade e para os direitos das mulheres, 1992, p. 56. Na altura do trabalho com as fontes, a autora destacou: “Desde logo apareceu sedutora a ideia de trabalhar esse tipo de fonte, até agora praticamente ignorada pelos nossos investigadores mais voltados para o estudo dos acontecimentos do que para as estruturas mentais que os preparam, os provocam, os sofrem ou lhes resistem” (p. 10).

O autor também nos apresenta Francisca Wood (1802-1900), fundadora de *A voz feminina* (1868-9) e *O Progresso* (1869) – este último foi considerado por Ivone Leal o primeiro periódico feminista de Portugal –; Guiomar Torresão (1844-1898), que, apesar de não se identificar como feminista, conseguiu reunir e evidenciar o trabalho escrito de diversas mulheres de diferentes nacionalidades em *Almanach das Senhoras*; Angelina do Carmo Vidal (1847-1917), colaboradora em *A voz do operário* (1879 – atualidade), que advogou em favor do socialismo, do republicanismo e dos movimentos operários, atribuindo a limitação dos direitos civis das mulheres ao clericalismo, à monarquia e à burguesia; Maria Evelina Pestana Coelho (1860-1929), que assinou como Cael diversas colaborações em *A Vanguarda* e *Sociedade Futura*, militando em favor da educação direcionada às mulheres; e, finalmente, Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925), primeira mulher a lecionar no Ensino Superior em Portugal (Universidade de Coimbra), que defendeu, por meio da imprensa impressa, os apontamentos de sua amiga Luise Ey, feminista alemã que relacionou o atraso português à forma como as mulheres eram tratadas naquela sociedade.

No capítulo, João Esteves compila e sintetiza os trabalhos desenvolvidos por outras investigadoras como, por exemplo, a já mencionada Vanda Anastácio, além de Ivone Leal, Teresa Salvador⁷ e Ellen Biguelini. Por meio de uma espécie de estudo prosopográfico, buscou evidenciar a importância da imprensa fundada e desenvolvida por mulheres na reconstrução de papéis de gênero e na consolidação do movimento feminista em Portugal. Além disso, seu texto relaciona as possibilidades de emancipação feminina às condições políticas do período abordado, sugerindo que o feminismo só poderia efetivamente ter lugar em uma organização republicana, disposta a repensar suas estruturas e a abandonar conservadorismos.

Os capítulos 15 e 16, de Deborah Madden, serão analisados conjuntamente, uma vez que se complementam: o primeiro (“Contexto histórico em Portugal”) ao apresentar as principais características políticas, sociais e culturais da Primeira República (1910-1926) e o segundo (“Pensamento Feminista em Portugal”) ao destacar as principais articuladoras daquilo que, recorrente e superficialmente, caracterizamos enquanto “feminismo de primeira onda”.

Tal como João Esteves, Madden acredita que a ascensão e o desenvolvimento do modelo republicano em Portugal possibilitaram, ao menos, a intensificação dos debates feministas: o divórcio legal, o direito

⁷ Teresa Salvador, “Em torno dos periódicos femininos”, *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, v. 26 (2009), p. 95-117.

à educação e o sufrágio feminino foram temas bastante recorrentes durante a experiência política, aparecendo em veículos políticos, como a própria constituição, ou em meios culturalmente eficazes, como os periódicos. Apesar dos discursos, as práticas ditas feministas estavam longe de serem alcançadas, como sugeriu a autora. Por exemplo, durante o período, a coeducação – isto é, as “escolas mistas” para meninos e meninas – passou a ser permitida; no entanto, docentes mulheres foram proibidas de lecionar para estudantes do sexo masculino até meados de 1926. Além disso, devido ao elevado índice de mulheres analfabetas – estima-se que, em 1911, 80% delas não sabia ler e escrever – e da grande influência da Igreja Católica em suas vidas (especialmente devido à confissão individual), muitos republicanos se posicionaram contra o sufrágio feminino, temendo que o núcleo feminino, conservador, ameaçasse a concretização do projeto republicano, ainda muito embrionário naquele contexto.

Fato é que muitos grupos femininos foram criados ou consolidados ao longo da Primeira República: a Secção Feminista da Liga Portuguesa pela Paz (1906), o Grupo Português de Estudos Feministas (1907), a Associação de Propaganda Feminista (1911), a União das Mulheres Socialistas (1912), a Comissão Feminina pela Pátria (1914), etc. Não necessariamente feministas, essas agremiações femininas e lideradas por mulheres das elites evidenciam um novo projeto de sociedade, em que parte do “belo sexo” assumia novas funções e ocupava outros espaços além, é claro, do tradicional ambiente doméstico.

Madden destaca a importância da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, organismo fundado em 1909 por Ana de Castro Osório e Adelaide Cabete, dois grandes expoentes do feminismo português no início do século XX, ao propor debates políticos em torno do divórcio legal, da educação, da igualdade no seio familiar, da independência financeira, do sufrágio para as mulheres; reivindicavam, inclusive, alterações no Código Civil vigente (de 1867). Outra organização enfatizada pela autora, o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, também fundado por Cabete em 1914, denominava-se apolítica e independente, e foi responsável pela organização de dois congressos feministas que ocorreram nos anos 1920. Para terminar, destaca a Cruzada das Mulheres Portuguesas, de 1916, criada por Ana de Castro Osório e Alzira Dantas Machado (esposa do então Presidente da República, Bernardino Machado), em decorrência da participação de Portugal na Primeira Guerra.

Deborah Madden elenca, portanto, diversas organizações formadas por mulheres e que pretendiam pensar e agir em função de uma agenda “feminista”. As aspas têm uma função importante, uma vez que nem todos os grupos apresentados se entendiam como feministas, sobretudo em um período em que

o movimento carregava múltiplas conotações, incluindo as de cunho pejorativo. O trabalho da autora, espécie de inventário, potencializa as possibilidades de análise das organizações mencionadas, de forma a permitir maiores discussões em torno da história das mulheres e do feminismo em Portugal, durante o desenvolvimento da Primeira República.

Em “Pensamento Feminista em Portugal”, a autora usa o mesmo perfil metodológico apresentado no capítulo anterior, elencando as principais expoentes do pensamento feminista no país, no recorte entre 1910 e 1926, e algumas de suas mais importantes contribuições no que diz respeito à igualdade de gênero. Algumas das mulheres mencionadas são: Maria Amália Vaz de Carvalho, autora de *Às nossas filhas: cartas às mães* (1904) e *Coisas d’Agora* (1913); Ana de Castro Osório, autora de imensos textos, incluindo *Às mulheres portuguesas* (1905) – Ana Osório considerava que a educação era a chave para a revolução feminista e afirmava que a falta de cultura entre as mulheres não era responsável apenas pela inibição do progresso feminino, mas também do desenvolvimento de Portugal enquanto nação –; Emília de Sousa Costa, fundadora da Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino e autora de *Aos professores e às professoras* (1914); Virgínia de Castro e Almeida, autora do volume *A mulher moderna*, da coleção *História da Mulher* (1913).

Embora apoiassem o desenvolvimento cultural da mulher, tendo por base os princípios universais da era contemporânea, as mulheres associadas ao feminismo em Portugal, na primeira metade do século xx, nem sempre compartilhavam a mesma definição do que significava “ser feminista”, mesmo porque essa definição nunca foi e mesmo hoje não é precisa; existem feminismos, porque existem mulheres – e o plural importa. É preciso historicizar os pensamentos, os discursos e as produções, de forma a compreender as possibilidades oferecidas por cada época. E, naquele contexto, em que as mulheres começavam a aparecer com maior frequência nos espaços públicos intelectualizados, é natural que as pautas do movimento pela igualdade de gênero fossem mais tímidas se comparadas aos movimentos mais recentes. Muitas mulheres, como a mencionada Ana de Castro Osório, defendiam um feminismo com fins tradicionais, ou seja, um movimento que possibilitasse à mulher um enriquecimento cultural, a fim de que sua liberdade e igualdade fossem asseguradas, mas que não questionasse os papéis femininos no interior da família. Em outras palavras, o enriquecimento cultural da mulher, possibilitado pelas lutas feministas, deveria aperfeiçoar as qualidades das esposas e das mães, de forma a consolidar a ótima gestão do “mini-Estado” que, desde meados do século xix, representa a família nuclear burguesa.

O feminismo intelectual e de participação dos anos trinta completou com a sua quota parte o feminismo político de intervenção. Ambos resultavam de um certo feminismo individual de afirmação que estudos recentes fazem remontar a inícios de oitocentos, revelando aspectos diferentes de um movimento único – o movimento em prol da dignificação da mulher como ser humano, com os direitos que lhe são inerentes e a consequente libertação de anomalias que ao longo dos tempos a tinham acompanhado na vida pessoal, social, política etc. Esta mutação de índole revolucionária, pois consubstanciava uma ruptura com o existente, pressupondo uma mudança de mentalidades, processou-se no tempo longo braudeliano, vencendo dificuldades e contando como vitórias as etapas vencidas e ultrapassadas. Foi um processo lento, mas que acompanhou – diríamos naturalmente – o processo histórico do despertar da contemporaneidade ao seguir a passo e passo concretização da matriz iluminista quanto ao caráter teleológico do devir dos seres humanos, à sua maioridade vocacional e aos ideais de liberdade e felicidade enquanto quota parte essencial da vida vivida⁸.

A conclusão proposta por Zília de Osório Castro, acerca das possíveis conexões entre os intelectuais e o movimento feminista português em meados da década de 1930, integra e sintetiza os quatro capítulos apresentados.

JAQUELINE MORAES DE ALMEIDA
Universidade de Coimbra, CEIS20-UC, FLUC
jaquelinemoraesalmeida@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-6284-0801>

⁸ Zília Osório de Castro, “Os intelectuais e feminismo”, *Revista da História das Ideias*, vol. 24 (2003), p. 6-7.

Bruno Lopes e Roger Lee de Jesus (org.), *Finanças, economias e instituições no Portugal moderno: séculos XVI-XVIII*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2019, 369 p., ISBN: 978-989-26-1638-4.

A presente obra tem origem num seminário de História intitulado “Finanças, Instituições, Crédito e Moeda em Portugal e no Império (séculos XVI-XVIII)”, realizado a 30 de setembro de 2016, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. É composta por 10 textos, com origem nas comunicações apresentadas e em contributos externos. Nas palavras dos autores, o objetivo do seminário passava por “agitar um pouco as águas da História Financeira e Económica do Portugal Moderno”, trazendo à luz alguns temas tratados por “jovens investigadores” (doutorandos, recém-doutorados e pós-doutorados), referentes à História Económica do século XVI ao XVIII. É organizada por Bruno Lopes, doutorando em História na Universidade de Évora e no âmbito do Programa Interuniversitário de Doutoramento em História (PIUDHist) e por Roger Lee de Jesus, doutorando em História Moderna na Universidade de Coimbra.

A Introdução é da autoria do historiador Pedro Lains. O autor faz um périplo pela temática da historiografia nacional e estrangeira, realçando a importância do estudo do desenvolvimento e evolução das economias associado ao das instituições, tanto ao nível nacional como local, porque, na sua opinião, os “países, nações ou regiões com instituições mais eficazes, qualquer que seja a medida dessa eficácia, têm maiores aptidões para enfrentar os problemas de desenvolvimento económico, em contextos de maior ou menor concorrência global.” (p. 14). O estudo da associação entre instituições e desenvolvimento económico tem beneficiado de um enorme esforço de investigação em várias ciências.

Pedro Lains indica algumas das questões mais importantes levantadas por este livro: saber se a importância da coroa e da informalidade institucional decorreu de escolhas dos agentes envolvidos ou da incapacidade de explorar caminhos alternativos; apurar em que medida as conclusões apresentadas na obra estão relacionadas com a posição de Portugal no concerto das outras unidades políticas europeias; conhecer os mecanismos de funcionamento das instituições relevantes, a forma como as mesmas podem beneficiar a atividade humana e quais são as causas do seu desenvolvimento.

O Capítulo 1, intitulado “Fiscalidade e poder senhorial: o caso dos domínios dos infantes manuelinos”, de Helder Cabral, estuda os rendimentos dos descendentes masculinos não eclesiásticos de D. Manuel I, com o propósito de

determinar a estrutura patrimonial de onde provinha o sustento dos infantes, analisando a importância dos rendimentos provenientes do património próprio, formado a partir das doações régias, e das tenças anuais concedidas pelo monarca. O estudo parte de duas questões principais: analisar o modo como a monarquia redistribuiu recursos entre os seus descendentes e estudar até que ponto a evolução das reformas das instituições régias afetou o poder de redistribuição e manutenção de redes clientelares. O autor concluiu que as modificações do financiamento da casa real e dos infantes, em vigor desde o início da dinastia de Avis, continuaram a dominar os rendimentos da casa real, em particular a sisa. Esta dependência demonstrava a insuficiência de receitas próprias. O monarca tentou alterar a situação, mas, segundo o autor, foi incapaz de desenvolver alternativas e, por essa razão, o modelo de financiamento em vigor manteve-se.

O 2º capítulo, “As rendas e o rendimento da Casa de Aveiro nos séculos XVI e XVII”, da autoria de Cristóvão Mata, aborda o financiamento da Casa de Aveiro no séc. XVI e início do XVII. A partir da análise do contexto em que foram adquiridos os bens que constituem o património desta Casa, o autor demonstra a persistência de um modelo económico comum a outras casas senhoriais portuguesas à época e ainda a relação de dependência financeira da Casa de Aveiro para com a Coroa. O autor apurou uma permanência da importância das doações régias para o património da Casa de Aveiro e que esta não conheceu uma descida de rendimentos, beneficiando até de um acesso mais facilitado ao crédito ou a benesses régias. A evolução do património da Casa e, conseqüentemente, das suas receitas, decorreram da sua proximidade à Casa Real, associando-se o estatuto e o poder político à obtenção de fontes de rendimento, quer fossem patrimoniais ou doações régias.

O Capítulo 3 é da autoria de Roger Lee de Jesus e intitula-se “A desvalorização do bazaruco de Goa em 1542-1545”. Partindo de uma contextualização sólida sobre a moeda na economia portuguesa e do sistema monetário no “Estado da Índia”, o autor analisa um caso concreto da história monetária, iniciado durante o governo de Martim Afonso de Sousa (1542-1545) e terminado com o início do governo de D. João de Castro (1545-1548). Demonstra-se que a desvalorização do bazaruco goês, por intermédio da diminuição da quantidade de cobre e mantendo o seu valor facial, impediu o seu desaparecimento na cidade de Goa, em meados do séc. XVI. Esta intervenção obteve o desfecho pretendido pela entidade competente, permitindo um melhor funcionamento do mercado.

O 4º Capítulo, da autoria de Ana Sofia Ribeiro, denomina-se “Instituições e auto-organização em redes comerciais e financeiras no espaço ibérico (segunda metade do séc. XVI - 1609)”. A autora parte de dois estudos de caso

na Península Ibérica para analisar o papel das instituições formais e informais no estabelecimento e manutenção da cooperação em parcerias comerciais portuguesas e espanholas, na segunda metade do séc. XVI e inícios do séc. XVII, com enfoque na casa comercial de Simon Ruiz, entre 1550 e 1609. A análise inicia-se a partir do desenvolvimento de instituições ibéricas que poderiam ajudar ao controlo de risco. A autora concluiu que as ligações informais eram preferidas pelas redes comerciais – em parte devido à impossibilidade de, por vezes, se recorrer às instituições formais, em virtude da inexistência de vínculos legais, ou porque se recorria a atividades ilegais.

No Capítulo 5 (“Para além do fisco: receitas dos tribunais do Santo Ofício Português (1640-1773)”), Bruno Lopes estuda os rendimentos dos tribunais do Santo Ofício em Portugal, entre 1640 e 1773. A análise centra-se nos diferentes meios de financiamento desenvolvidos pelo Tribunal e na identificação das relações institucionais entre a Inquisição e outros poderes da Época Moderna. O autor concluiu que havia uma grande dependência da coroa, visto os tribunais da Inquisição não terem rendimentos suficientes para cobrir as despesas administrativas. Apesar de algumas tentativas de mudança, a instituição não soube/conseguiu desenvolver, de uma forma autónoma, meios de financiamento próprios, o que a prejudicou, comparativamente ao que se sucedia em Espanha, onde os tribunais possuíam receitas suficientes e sendo o seu património constituído, entre outros, pelos bens penhorados aos condenados.

No Capítulo 6, “As vicissitudes da gestão financeira: o caso da Misericórdia de Évora entre os séculos XVI e XVIII”, Rute Pardal, aborda a temática das finanças da Misericórdia de Évora, entre 1600 e 1750, a partir da análise da evolução dos rendimentos e das despesas, procurando compreender as opções financeiras realizadas, enquadrando-as no contexto mais alargado do ambiente económico da região alentejana e da evolução económica em Portugal. Apesar da instituição manter as contas equilibradas, na opinião da autora, este equilíbrio podia não ser real, na medida em que podia ocultar uma situação mais problemática. Trata ainda da aplicação dos diversos rendimentos, verificando-se que tanto as receitas como as despesas eram bastante diversificadas.

O Capítulo 7 intitula-se “O incumprimento do crédito no século XVIII: o caso da Misericórdia de Lisboa”. Lisbeth Rodrigues analisa o crédito praticado por essa instituição, no séc. XVIII. A investigação parte da importância que a Misericórdia de Lisboa tinha no mercado de crédito da cidade, evidenciada pelo estudo dos aspetos institucionais dos contratos de empréstimo. O objetivo principal consiste na análise da atividade creditícia em articulação com o problema do incumprimento, identificando as suas causas. A explicação para

o atraso dos pagamentos residia na convivência entre as Mesas administrativas e os devedores e no caráter limitado das instituições (formais e informais) na resolução de conflitos decorrentes do incumprimento do crédito. A autora demonstrou que a concessão de crédito dependia da pertença a redes e seguia estratégias de favorecimento. A taxa de incumprimento ascendia os 70%, sendo que muitos deles resultaram em perdas irrecuperáveis para a Misericórdia.

No Capítulo 8, designado “(Des) Obedecer e mandar: dinâmicas de poder na administração financeira municipal do Porto (século XVIII)”, de Patrícia Costa, estuda-se a administração financeira da Câmara do Porto, ao longo do séc. XVIII. Partindo da análise da orgânica funcional das finanças da Câmara e do modelo contabilístico e de gestão, a autora avalia a autonomia administrativo-financeira do município, através da interferência da Coroa nas finanças municipais, por intermédio dos seus agentes fiscalizadores. Demonstra-se que a Câmara era uma instituição mais próxima da coroa, sendo assim permeável à sua intervenção direta nas questões financeiras, através da implementação de novas regras de organização e escrituração contabilística, que a autora considera um instrumento de controlo por parte do poder central.

No capítulo 9, “The great transformation of Porto meat markets, 1780-1800”, Francisco Cebreiro Ares estudou a intervenção da Câmara Municipal no fornecimento de carnes no Porto, nos finais do séc. XVIII. O autor analisa o contexto do abastecimento de carnes no mercado do Porto e a subida de preços, (entre 1780 e 1786), que motivou uma primeira tentativa de administração pública desse mercado pelo município, em 1784, mas que falhou. Entre 1782 e 1794 a Câmara permitiu que talhos particulares participassem no negócio, desde que vendessem a carne ao preço determinado. Esta intervenção criou um sistema de abastecimento dual, entre a administração direta camarária e a oferta particular, que levou ao melhor funcionamento dos mercados, garantindo o abastecimento da população, num período de aumento dos preços em Portugal.

O Capítulo 10, intitulado “Negociar a partir do centro: a Casa Comercial de Jacinto Fernandes Bandeira (1775-1806)”, de Tomás de Albuquerque, tem como base a carreira comercial de Jacinto Fernandes Bandeira, homem de negócios da praça de Lisboa, na segunda metade do século XVIII. O autor traça uma biografia comercial deste negociante, desde o momento em que chegou a Lisboa, até ser agraciado com o título de Barão, sendo o primeiro financeiro em Portugal a ascender à nobreza. Este estudo demonstra a importância das redes sociais na criação de uma grande casa comercial, mas também evidencia a excecional ascensão social de um comerciante no seio de redes que não se resumiam a uma configuração estritamente mercantil.

Todos os artigos foram construídos com base numa metodologia fundamentada, em que o bom cruzamento e aproveitamento das fontes é um denominador comum. A bibliografia é pertinente e atualizada. As conclusões são sólidas, trazendo grandes contributos ao nível da articulação entre as instituições e o desenvolvimento económico, sobre a importância das práticas de carácter informal e o papel/influência do estado, nomeadamente a sua eficiência enquanto agente fiscalizador. Em suma, considera-se esta uma obra de grande qualidade e inovação, que aborda várias temáticas e problemas relevantes para a historiografia nacional que não se esgotam neste livro, servindo de inspiração para futuras investigações.

JOSÉ LUÍS DOS SANTOS BARBOSA
Universidade de Coimbra, CHSC, FLUC
Bolseiro FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I. P.,
no âmbito do projeto Ref. FCT: SFRH/BD/143897/2019
jlsb101088@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1459-209X>

Maria Marta Lobo de Araujo y Alexandra Esteves, *The Dowry System in Rural Mediterranean Europe. A Case Study of Peasant Families in Minho, Portugal*, Lewiston (NY, USA)-Lampeter (UK), The Edwin Mellen Press, 2018, 239 p., ISBN: 978-1-4955-0668-0.

Maria Marta Lobo de Araujo and Alexandra Esteves have a long standing connection with the north of Portugal and a wealth of knowledge on the region's history. Both researchers are doctors by the University of Minho, where the former is today a Professor, whilst the latter lectures at Instituto Politécnico de Viana do Castelo and Universidad Católica de Braga. A cursory look at the authors' career journeys, research projects and publications bears witness to their in-depth knowledge of both the Minho region and the topic they develop in this book. Bearing this in mind, it is not surprising that their colossal study of archival sources has resulted in a seminal work on the social history of peasant communities in Mediterranean Europe, specifically in the Iberian peninsula.

Araujo and Esteves' work focuses on dowry contracts undertaken by peasant families in Portugal's Minho district during the eighteenth century. Their research is based on a detailed qualitative and quantitative analysis of over three-hundred contracts from six districts in the area, drawn from a thorough trawl of the archives and backed by a solid and wide-ranging bibliography. Its aims were: 1) to understand the mechanisms of wealth transmission through marriage related legal institutions; and 2) to analyse social relationships in family and neighbourhood networks in the Mediterranean rural context.

The book has an introduction by Professor Ofelia Rey Castelao of the neighbouring Universidad de Santiago de Compostela, Spain, and is divided into chapters.

Chapter 1 introduces the Minho area and the topic under discussion, providing background information on this small but diverse region where the population was widely dispersed and overwhelmingly rural, with Braga as the sole town of any size. Having described the region's natural and economic resources, the authors focus on its main demographic and social features, namely high population density and widespread emigration. Although the area's power structures were occupied by the nobility and the clergy, the large majority of the population were farmers who occasionally supplemented their income with part-time employment. The authors then describe the Minho family structure, as well as the nature and distinctive features of their smallholdings.

The chapter closes with a discussion of the marriage institution and the processes leading up to it, including its legal framework, constraints and potential issues, family intervention, marital commitments etc. Special attention

is paid to the role of the Church as the institution that supervised the proper functioning of the system, adding ideological control to its legal authority.

Chapter 2 discusses the meaning and context of the legal framework surrounding the institution of dowry in Mediterranean Europe in the pre-industrial era. In a few broad brushstrokes, the authors explain the origin of dowry arrangements and offer a detailed discussion of the *Ordinações Filipinas*, which regulated inheritance rights and the dowry system in Portugal since the late sixteenth century.

The salient point in this chapter, however, is that reality was not uniform but diverse. There was no single model and the authors prove it by reference to the Minho area, analysing family models, household arrangements around extended family networks and the phenomenon of emigration. Finally, they discuss the prominent role of women in family structures and in the social, productive and educational fabric of the region.

Araújo and Esteves lay emphasis on the particular model of social relations in the area, which was based on the twin pillars of religion and work. Neighbourhood relationships, cultural patterns and traditional festive customs all had an important part to play in social interaction.

This discussion takes an anthropological viewpoint, ending with a close look at the ceremonies, actions and protocol surrounding marriage as a rite of passage to a new life and a new social status, and as a harbinger of the newly married couple's new legal circumstances. This was, all in all, the time when relationships between families were at their closest and social bonds were enhanced within the community.

Chapter 3 elaborates on the subject of dowries in the specific context of the region and the individuals involved. Who, how, by what means and under what circumstances were dowries arranged in the Minho region? In order to shed light on these issues, the authors explore, as far as the sources allow, the different variables affecting both givers and receivers of dowries, such as age, marital status, geographical origin and social status. Despite its brevity, this chapter is highly significant, as it explains how a matrimonial contract was formalised and what were the processes underpinning eventual patrimonial transmission.

Chapter 4 examines the material items contained in dowries in the region. The authors argue that a dowry was a key element in the creation and development of a couple's new home. Hence, its content reflected not only the personality and material wealth of the individuals involved but also the resources available in the local economy. The objects and goods included in dowries in the Minho area are classified into three main types: items acquired for productive purposes; objects that provided security, such as clothing and household goods; and finally, money.

Property, both in terms of land – essential to the couple's economy – and buildings, was a key family asset and the discussion therefore turns to the home

as the centre of economic and family life – the hub from which a family's property, assets and household were run. This leads to a discussion of the trousseau, with special attention to household objects such as furniture and linen. Homes were found to have been simply and sparsely furnished, as well as very homogeneous, although differences were revealed as one rose up the social scale. Two items, however, were invariably included: a bed and chests.

Along with furnishings, Araujo and Esteves study both male and female attire, which consisted of simple outfits that were ideally suited to the day to day needs of the local population. In terms of fabric, shape and colour, these garments conferred regional dress its special character and reflected the rural milieu in which the people signing dowry deeds lived their lives.

The last material component of dowries described by the authors is jewelry, a highly prized element of dowries, not only for its monetary worth but for its social value and aesthetic role. A full account of materials, types and shapes used in jewelry closes this chapter.

The fifth and final chapter of the book addresses the economic and social implications of dowries, analysing the responsibilities and commitments, both in economic and family terms, undertaken by givers and receivers. The authors claim that a dowry was a forward payment on future inheritance, a particularly important issue in a rural socio-economic environment where life revolves around farming, property structures and family. In consequence, many dowries were not actual gifts but promises, since they were only fulfilled when the parent or donor died.

Taking all the above into account, the authors claim that dowries in the Minho area were not only a means to enable two individuals to wed, but had a threefold purpose: First, to ensure the protection and care of older members of the community, even after death; second, to safeguard the family inheritance; and third, to create bonds between families of a similar status in order to maintain or increase their social standing.

The book concludes with a synthesis of the authors' research and findings and is supplemented by two appendices containing images and a short glossary listing the main types of objects mentioned in the sources. These extra resources bring the Minho region closer to the unfamiliar reader and facilitate understanding of a work of scholarship which will undoubtedly widen our knowledge of family history in Mediterranean Europe.

Jorge Fonseca, *Os livreiros de Lisboa nos séculos XVI e XVII: estratégias económicas, sociais e familiares*, Lisboa, Edições Colibri, 2020, 226 p., ISBN 978-989-689-921-9.

Jorge Fonseca é licenciado em História, pós-graduado em Ciências Documentais (Variante Arquivo) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Doutor em Estudos Portugueses (Especialidade de Cultura Portuguesa dos Séculos XV e XVI) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É investigador integrado do Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar (CHAM-FCSH/UNL). Dos estudos publicados destacam-se os temas Escravos e Negros em Portugal, História de Lisboa e do Alentejo, Reforma Manuelina dos Forais e Associativismo e Assistência.

Os livreiros de Lisboa nos séculos XVI e XVII: estratégias económicas, sociais e familiares é uma obra no âmbito da história do livro que se debruça sobre a ação livreira, em Lisboa, na segunda metade do século XVI e primeira metade do século XVII, um dos períodos mais notáveis da história do pensamento humano, e em que os livreiros, principais agentes da venda de livros, assumem um papel crucial enquanto divulgadores da cultura escrita. Em Portugal este foi um período histórico marcado, por um lado, pela riqueza que o comércio ultramarino proporcionava e, por outro pela ação controladora da Inquisição, instituída em 1536, e pela União Ibérica (1580-1640).

O livro apoia-se em inúmeras fontes – registos notariais, registos paroquiais de batismos, casamentos e óbitos; inventários e testamentos de profissionais do livro; fundos inquisitoriais; registos de correspondência e contabilidade do Museu Plantin-Moretus – e em bibliografia pertinente e atualizada.

Este é um tema pouco tratado historiograficamente, contendo esta obra informação muito relevante, nomeadamente no que concerne à circulação do livro (importação e exportação) e ao conhecimento dos agentes do livro em Portugal.

Depois do prefácio de Maria da Graça Pericão, intitulado “A quem ler” (p. 11 e 12), o Autor dá a conhecer no “Preâmbulo” as motivações desta obra e as fontes que consultou no decurso da sua investigação. O livro estrutura-se em seis capítulos, além da introdução e da conclusão. No primeiro, intitulado “Os livreiros e o comércio da cidade” (p. 13-24), o Autor, partindo da descrição da cidade de Lisboa nos começos da Modernidade, destaca a importância das descobertas para a prosperidade económica nunca antes vivida na capital do reino. São identificadas 115 tendas de livreiros, localizadas, na sua maioria, na Rua Nova, que nos fins do século XV sofreu uma reorganização com o objetivo de

a libertar dos ofícios que não interessavam aos mercadores (ferreiros, peixeiros, salgadeiros, artífices de tonéis de vinho).

O segundo capítulo, “Estratégias económicas” (p. 25-95), é o mais extenso do livro. Nele, Jorge Fonseca dá a conhecer o mercado interno e externo do livro impresso, que é dinamizado, maioritariamente, por livreiros, mas também por vendedores de rua, vendedores cegos e particulares “sem loja montada”, que, pelas ruas de Lisboa e nas feiras, vendiam à margem do mercado. Por livreiros deve entender-se os profissionais que se dedicam à venda de livros e que têm de fazer prova da sua “capacidade de encadernar”. Na capital do reino, encontravam-se estabelecidos livreiros portugueses e estrangeiros, que atuavam como intermediários de algumas das maiores e mais importantes oficinas tipográficas europeias. Uma dessas casas editoriais, a Oficina Plantiniana tinha, em Lisboa, como representantes, Gualtier Desselmans e Lambert. A este propósito, o Autor apoiando-se em documentação do Museu Plantin-Moretus, apresenta-nos os principais clientes portugueses desta oficina, referindo que a maioria da correspondência trocada, se relacionava com o fornecimento incompleto das encomendas, justificado pela falta de papel e atrasos no transporte.

Quanto à exportação do Livro, Portugal ocupava uma posição periférica no mercado europeu. A exceção era Castela e os autores da Companhia de Jesus, que viam os seus livros impressos em Portugal serem exportados para França, Países Baixos, Itália e para o Império Português, principalmente para a Índia e Brasil.

Numa sociedade constituída por um elevado número de analfabetos, motivo considerado o principal entrave no acesso ao livro em Portugal, quem comprava livros e possuía bibliotecas era uma pequena elite constituída por membros do clero, nobreza e burguesia letrada.

Ainda neste segundo capítulo são abordadas as relações que se estabeleceram entre a coroa e os livreiros. É enfatizado o papel que a imprensa constituiu para a coroa enquanto meio de afirmação do seu poder e prestígio. Para além disso, a coroa apoiou-se no trabalho dos livreiros para seu serviço pessoal escolhendo e nomeando um livreiro para o cargo de “livreiro do rei”. É apresentado ao leitor o nome dos livreiros do rei, desde D. João III a D. João IV (p. 90).

O terceiro capítulo, “Associativismo religioso: A Irmandade de Santa Catarina” (p. 97-100), aborda, ainda que de forma breve, a Irmandade dos Livreiros de Lisboa, que D. João III e sua esposa D. Catarina de Áustria entregaram aos livreiros de Lisboa, “ministros da sabedoria”. À irmandade podiam juntar-se irmãos não livreiros, tendo dela feito parte o próprio rei D. João III e a rainha D. Catarina, outros membros da família real e da alta nobreza, o que demonstra o apoio dado a esta irmandade.

“Os livreiros e a Inquisição” (p. 101-108) é o título do quarto capítulo, onde o Autor, apoiando-se nos processos da Inquisição portuguesa, mostra com exemplos concretos de impressores e livreiros, a vigilância a que, uns e outros, estavam sujeitos e como as suas atividades de impressão e venda de livros foram afetadas pela sua ação. Alguns livreiros procuraram relacionar-se com o Santo Ofício através da sua integração como Familiares, o que proporcionava “aos seus detentores certas vantagens, como a de conferir um atestado de inquestionável limpeza de sangue e da condição de cristãos-velhos.” (p. 107). Jorge Fonseca identifica 14 livreiros com a condição de Familiares do Santo Ofício.

A preocupação dos livreiros na continuidade do negócio na esfera familiar é o tema do quinto capítulo, “Negócios e estratégias familiares”, (p. 109-118). A atividade de livreiro, tal como sucedia com outros ofícios, era, em muitos casos, herdada dos pais: o livreiro Luís Álvares, por exemplo, herdou a loja do seu pai, com apenas 12 anos de idade. Na ausência de filhos homens, optava-se pelo casamento das filhas com livreiros ou antigos empregados. Há ainda casos de livreiros irmãos, o que leva o Autor a concluir que havia “uma aprendizagem comum com um pai livreiro, a cuja atividade os filhos tenham dado continuidade”. (p. 113). Desconhecem-se fontes que permitam saber da existência, em Portugal, de livreiros do sexo feminino, que tenham dado continuidade à profissão dos pais ou maridos.

Para o estudo dos “Níveis de riqueza e de estatuto socioprofissional”, capítulo seis (p. 119-130), o Autor serve-se do recenseamento dos livreiros no lançamento do imposto de 1565, que evidencia os vários níveis de riqueza entre os que editavam e vendiam livros. Os livreiros melhor sucedidos economicamente são, na sua maioria, estrangeiros (flamengos, castelhanos e franceses). Mas, havia também livreiros prósperos entre os livreiros portugueses. Entre estes, destaca-se João do Canha, livreiro de D. Teodósio, duque de Bragança, que financiou a impressão de vários livros; Afonso Fernandes, livreiro da Misericórdia; Salvador e Luís Martel, cujo ofício, em 1565, foi avaliado em conjunto com a sua mãe em mil reais, o segundo valor mais alto entre os livreiros; Domingos Martins que importava livros de Medina del Campo e de Lyon e que revendia em Portugal.

A atividade livreira, potenciadora de acumulação de riqueza, facilitava a entrada noutros negócios lucrativos, como o da ourivesaria ou do comércio ultramarino a que os livreiros como João de Carvalho ou Estêvão Lopes também se dedicavam. O Autor considera que os livreiros de rendimentos mais baixos apenas se dedicavam à encadernação e venda de livros fornecidos pelos seus colegas.

Relativamente a estratégias de ascensão social, foram várias as formas encontradas pelos livreiros para a sua promoção: desde logo, o estatuto de livreiro do rei, da rainha ou de outros membros da família real ou ser livreiro

da Casa de Bragança, de Ordens Militares, do arcebispado ou da Câmara da cidade, que conferia aos seus detentores prestígio e desafogo económico. Outras situações promotoras de reforço do estatuto social passavam por casamentos com elementos da nobreza de menor escalão, ser-se familiar do Santo Ofício e, não raras vezes pelo apadrinhamento: convidavam-se membros do clero para padrinhos de batismo dos filhos.

O Autor afirma, ainda, que as fontes consultadas evidenciam uma unidade entre parceiros de profissão. Há exemplos de livreiros como testemunhas de casamentos de colegas seus, de padrinhos de batismo dos respetivos filhos, assim como de seus testamenteiros. Para essa união muito terá contribuído a Irmandade de Santa Catarina.

Segue-se a conclusão, onde o Autor regista as principais ideias de cada um dos capítulos da obra.

As últimas 80 páginas do livro contêm as “Notas biográficas” dos agentes do livro (p. 133-213) e que resultam dos dados que o Autor foi retirando das fontes ao longo da sua investigação. Estas Notas Biográficas constituem um riquíssimo contributo para o conhecimento dos profissionais do Livro no Portugal da segunda metade do século XVI e primeira metade do século XVII.

Este livro carrega informação e reflexão muito relevante para o conhecimento da história do livro em Portugal, abrindo o campo das possibilidades para novas investigações e reflexões mais aprofundadas.

ROSA M. GOMES
Universidade de Coimbra, FLUC
rosimariags@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-9594-3292>

Lilia Moritz Schwarcz, *Sobre o autoritarismo brasileiro. Uma breve história de cinco séculos*, Lisboa, Objectiva, 2020, 299p.

Introdução

Inicialmente publicada pela Companhia das Letras (São Paulo) em 2019, a obra que aqui se procura recensear foi lançada em Portugal pela Objectiva no presente ano de 2020. Acompanham-na já os ecos do substancial impacto alcançado no Brasil. Seria, de forma explícita — na minha perspetiva —, um artefacto de síntese e de divulgação historiográfica visando a intervenção direta no decisivo conflito ideológico-político que atualmente marca, quer o Brasil e muitos outros países, quer o próprio sistema de relações internacionais. Procura, também, participar num debate cultural e cívico mais amplo e prolongado acerca de problemáticas como as relações de dominação entre regiões e entre países; como as desigualdades socioeconómicas, étnico-religiosas e/ou de género.

A autora da obra, Lilia Moritz Schwarcz, historiadora e antropóloga, revisita, penso, homenageando-o, o figurino de análise da realidade brasileira coeva a partir de uma determinada leitura interdisciplinar das características do Portugal de Antigo Regime, da Colónia Brasil e do Brasil entre 1822 e 1889. Surgidas, sobretudo, nas décadas de 1920 a 1960, essas propostas globais de interpretação resultaram da iniciativa de grandes intelectuais de direita e de esquerda, com destaque para Francisco José de Oliveira Viana, Gilberto de Mello Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Adotando os pressupostos da historiografia estruturalista e do enfoque culturalista, Lilia Schwarcz terá, ainda, escolhido privilegiar vertentes do social global cuja evolução ocorreria muito lentamente (situar-se-iam no âmbito da longa duração ou, mesmo, da permanência).

Quanto aos fundamentos deontológico-epistemológicos de *Sobre o autoritarismo brasileiro. Uma breve história de cinco séculos*, Lilia Moritz Schwarcz assume, logo na Introdução, uma postura que me atreveria a designar como pós-moderna moderada. Ou seja, começa por recusar a tentação cientista, típica do paradigma moderno, de atribuir à historiografia uma função de orientação vinculativa da *praxis* individual, grupal e coletiva. Em alternativa, propõe que só uma leitura “crítica e valorativa” — baseada em escolhas éticas atuais mas “intemporais e universais” — acerca do passado ajuda a qualificar a compreensão do e a intervenção cívica no presente. Apela, finalmente, a que os historiadores recusem derivas irracionistas e a vinculação a estratégias meramente ideológicas.

Segundo a autora, o

“objectivo deste [...] livro é reconhecer algumas das raízes do autoritarismo no Brasil, que têm aflorado no tempo presente mas que, não obstante, se encontram emaranhadas nesta história de pouco mais de cinco séculos. Os mitos que mencionei [...] funcionam como [...] porta de entrada para entender a formação de ideias e práticas autoritárias no Brasil. Auxiliam também a pensar como a história e certas mitologias nacionais são accionadas, muitas vezes, qual armas para uma batalha. Nesses casos, infelizmente, elas acabam por se transformar em mera propaganda ou em muleta para receitas prontas e fáceis de realizar [...].

E esse é o propósito deste texto: criar pontes, não totalmente articuladas e muito menos evolutivas, entre o passado e o presente. A história não é bula de remédio nem produz efeitos rápidos de curta ou longa duração. Ajuda, porém, a tirar o véu do espanto e a produzir uma discussão mais crítica sobre o nosso passado, o nosso presente e o sonho de futuro.” (p. 30 e 31)

A autora

Lilia Moritz Schwarcz graduou-se em História na USP em 1980, concluiu o Mestrado em Antropologia Social na UNICAMP em 1986 e doutorou-se em Antropologia Social na USP em 1993. É Professora Titular do Departamento de Antropologia da USP e tem também sido Professora Visitante nas Universidades de Leiden, Oxford, Brown, Columbia, École des Hautes Études en Sciences Sociales e Princeton. É Curadora do MASP e Editora da Companhia das Letras, Sócia do IHGB e membro do Board of Directors da Americas Division da Human Rights Whatch. Tem investigado e divulgado, nomeadamente, sobre história política e cultural do Brasil no século XIX; acerca da escravatura, da multiculturalidade e do darwinismo social no Brasil da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX; sobre as identidades histórico-culturais do Brasil atual.

De entre as obras de Lilia Moritz Schwarcz — publicadas individualmente ou em parceria — mais relevantes para enquadrar *Sobre o autoritarismo brasileiro*, destacaria *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos* (1998); *O Império em procissão* (2000); *A longa viagem da biblioteca dos Reis* (2002); *O sol do Brasil* (2008); *D. João Carioca* (2008); *A batalha do Avaí* (2013). Salientaria *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no fim do século XIX* (1987); *O espetáculo das raças* (1993); *História da vida privada no Brasil*, vol. 4 (1998); *Na era das certezas* (2002); *História do Brasil Nação*, vol. 3 (2012); *Nem preto nem branco, muito pelo contrário* (2012); *Lima Barreto: triste visionário* (2017); *Dicionário da*

escravidão e da liberdade (2018). Realçaria *Um enigma chamado Brasil* (2009); *Agenda brasileira* (2011); *Brasil: uma biografia* (2015).

Trata-se, assim, de uma protagonista maximamente qualificada e empenhada para a estruturação de um instrumento intelectual de intervenção no presente momento da vida coletiva do Brasil e do Mundo. Qualificada e empenhada porque historiadora e antropóloga brasileira reconhecida e internacionalizada; porque frequentadora de algumas das mais importantes instituições e organizações brasileiras de investigação, ensino e divulgação em ciências sociais; porque com ligações tanto a anteriores gerações de intelectuais como à vivência cívica dos nossos dias; porque competente na mobilização de saberes e de soluções tecnológicos pertinentes como são a didática da História e a animação cultural, o património cultural e a museologia, a atividade editorial e a comunicação social.

O(s) contexto(s)

Partindo do princípio de que cada fenómeno social pode ser analisado tendo em conta um grande número de condicionalismos, cabe-me começar por identificar e justificar os contextos que selecionei no âmbito desta tentativa de apreciação do livro de Lilia Moritz Schwarcz intitulado *Sobre o autoritarismo brasileiro. Uma breve história de cinco séculos*. Refiro, em primeiro lugar, a história e a atual realidade portuguesa complementarmente à história e à atual realidade brasileira. Para além das correlações decorrentes do facto de Portugal ter sido a Metrópole da Colónia Brasil e um dos maiores fornecedores de imigrantes ao Brasil independente, o debate cultural brasileiro é, hoje, um dos principais vetores de contextualização das convergências e das divergências ocorridas, entre nós, em torno, entre outras, da problemática das identidades e das memórias histórico-culturais.

Evoco, em segundo lugar, a presente conjuntura de crise dos regimes democráticos e “progressistas”, de reafirmação de figurinos ditatoriais (informais e formais, autoritários e/ou totalitários, modernizadores e/ou conservadores/tradicionalistas, à esquerda e/ou à direita), mais decorrentes de iniciativas endógenas de segmentos de cada “sociedade civil” e de parcelas de cada sistema político do que de pressões exógenas por parte de grandes potências. E, no sub-universo dos países com regimes democráticos em risco próximo de transição para soluções ditatoriais, o Brasil da Administração Bolsonaro não se encontra isolado. Lembro, a este propósito, entre outras, as situações vividas pelos EUA e pela Turquia, pela Polónia e pela Hungria.

Saliento, em terceiro lugar, a recusa ou, em sentido oposto, o empenhamento na promoção da investigação, do ensino e da divulgação sobre temáticas ditas minoritárias ou fraturantes — relações de dominação entre países; desigualdades socioeconómicas, étnico-religiosas, de género e/ou regionais, bem como as correspondentes formas de resistência e as representações acerca das mesmas. A utilização dessas leituras “da história” resulta, depois, na fundamentação de diferentes abordagens relativamente ao passado e ao futuro: as perspectivas que desvalorizam ou negam os fatores sociais geradores de desigualdade e de violência, as interpretações que visam reconstituir e analisar elementos de integração e de segregação, as conceções que só reconhecem a presença dos e que condenam eticamente os fatores sociais geradores de desigualdade e de violência.

Destaco, finalmente, o confronto entre defensores dos pressupostos deontológico-epistemológicos associados ao paradigma moderno, ao paradigma neo-moderno e ao paradigma pós-moderno, nuclear na vivência cultural em geral mas, em particular, nos âmbitos das humanidades, das ciências sociais e das tecnologias delas derivadas. Em causa estão, nomeadamente, por um lado, a garantia da qualidade e da utilidade social do conhecimento gerado através da busca da objetividade, da procura da objetivação ou de um esforço de “desconstrução crítica da ideologia dominante”. Por outro lado, a legitimação das modalidades de aplicação desse conhecimento à transformação da realidade num sentido encarado como positivo (os cientismos deterministas e muitas vezes autoritários ou totalitários, a qualificação dubitativa da participação cívica e da intervenção técnica, o compromisso ético de defesa da igualdade social e da sustentabilidade ambiental — também tendencialmente autoritário ou totalitário).

A obra e comentários à mesma

Visando, eventualmente, intervir sobretudo enquanto cidadã na atual realidade brasileira, Lilia Moritz Schwarcz propõe em *Sobre o autoritarismo brasileiro. Uma breve história de cinco séculos* um exercício de enquadramento histórico globalizante e a observação sectorial de alguns vetores identitários específicos. Procurar-se-ia, desta forma, evocando o período de configuração das características nucleares da brasilidade, referenciar, explicar e criticar as mundividências e as ideologias, os posicionamentos e as práticas conservadoras e/ou tradicionalistas, ademocráticas e/ou antidemocráticas de direita (informal e/ou formalmente autoritárias e/ou totalitárias) que teriam voltado a ser muito relevantes ou, mesmo, dominantes no Brasil — “sociedade civil” e aparelho de Estado, sistema político e Administração Bolsonaro — pelo menos desde 2016.

À luz desta perspetiva, os brasileiros seriam, no essencial, estruturalmente (inevitavelmente?), até aos nossos dias, fruto da evolução histórica ocorrida entre o início do século XVI e o final do século XIX. Isto é, resultado de uma absentista dominação portuguesa — supostamente geradora de uma colonização de exploração e não de uma colonização de povoamento — e da progressiva eliminação das comunidades indígenas, da escravatura e da hegemonia da grande propriedade rural, do Estado monárquico e da dependência face à Inglaterra/Grã-Bretanha (depois, perante os EUA). Somente o reconhecimento crítico dessa continuidade e de um tal determinismo, bem como a adesão generalizada a novos valores éticos, poderia viabilizar a concretização de efetivas e substanciais transformações.

De acordo com a citada hipótese interpretativa mono-causal, perante a natureza absolutamente diferenciada da experiência histórica brasileira, não haveria particulares vantagens no estabelecimento de análises comparativas com a evolução verificada em outros países, incluindo os outros Estados latino-americanos. Por sua vez, as sucessivas mutações do sistema de relações internacionais e a substituição do regime liberal conservador por outros figurinos políticos, a imigração e a urbanização, a industrialização e a terciarização da economia e das relações sociais ocorridas durante as etapas da história do Brasil posteriores à implantação da República não teriam alterado substancialmente a matriz sociocultural e ideológica original.

Nas palavras da autora também na Introdução, se

“considerarmos apenas os desembarcados e sobreviventes, o total, segundo o site *Slaves Voyages*, foi de 10,7 milhões, dos quais 4,8 milhões chegaram ao Brasil. Por isso mesmo, em lugar do idílio, os escravizados conheceram por lá todas as formas de violência, e de parte a parte: enquanto os senhores mantinham o controlo na base da força e da sevícia, os cativos e cativas respondiam à violência com todo tipo de rebelião [...].

Não é possível passar impunemente pelo facto de o Brasil ter sido uma colónia de exploração e de o território ter sido maioritariamente dividido em grandes propriedades monocultoras, que concentravam no senhor da terra o poder de mando e de violência, bem como o monopólio económico e político. Por sinal, a despeito de o Brasil ser, cada vez mais, um país urbano, aqui persiste teimosamente uma mentalidade e lógica dos latifúndios, cujos senhores se tornaram os coronéis da Primeira República, parte dos quais ainda se encastelam nos seus estados, como caciques políticos e eleitorais.” (p. 27 e 28)

Relativamente aos vetores identitários específicos destacados por Lilia Moritz Schwarcz em *Sobre o autoritarismo brasileiro. Uma breve história*

de cinco séculos, encontramos características de natureza sociocultural, socioeconómica e político-ideológica. A escravatura (até 1888), o racismo e a discriminação das mulheres são apresentados como fenómenos hegemónicos, formas de violência que formataram e definem, no essencial, as relações sociais globais na Colónia Brasil e no Brasil. Da responsabilidade dos colonizadores portugueses e, depois, dos brasileiros brancos do sexo masculino — antes de mais, dos membros das elites —, vitimam os indígenas e os negros, as mulheres e as pessoas LGBTTTQ.

Quanto às regionalidades político-ideológica e socioeconómica, a realidade brasileira atual continuaria, no essencial, marcada pela herança atípica decorrente da dominação portuguesa. O “mandonismo” e o “patrimonialismo”, a desigualdade social extrema e a repressão das classes populares, estruturantes da Colónia Brasil, assumiriam no Brasil independente as formas, em grande parte idênticas, do Império Excludente, da República Oligárquica, da ditadura do Estado Novo, da República Populista, da Ditadura Militar e de uma Democracia amputada pela corrupção e pelo nepotismo, pela pobreza e pela violência — urbana e rural — do aparelho de Estado/da “sociedade civil”.

Remetendo para a evolução verificada na historiografia mundial durante as últimas décadas — nomeadamente nos países com regimes democráticos —, atrever-me-ia a considerar que talvez se justificasse o recurso a mais bibliografia sobre Portugal e o respetivo Império Colonial, acerca das similitudes dos mesmos com a generalidade das outras sociedades/dos outros Estados durante o Antigo Regime (exceção parcial feita à Holanda, à Inglaterra e aos EUA). Seria, igualmente, relevante a comparação entre a Colónia Brasil/o Brasil e, tanto os outros países do Continente Americano (EUA incluídos), como os Estados da Europa do Sul, cujos indicadores, pelo menos até ao pós-Segunda Guerra Mundial, se aproximavam mais do subdesenvolvimento do que do desenvolvimento intermédio ou do desenvolvimento.

Tal como a generalidade dos outros países ocidentais ou ocidentalizados, a Colónia Brasil e o Brasil teriam, afinal, conhecido, por exemplo, sistemas de relações internacionais unipolares, bipolares e multipolares liderados, de forma unilateral e/ou multilateral, pela Inglaterra/Grã-Bretanha, pela França, pelos EUA, pela Alemanha, pelo Japão, pela URSS, pela China; a Monarquia Absoluta de Direito Divino e Carácter Corporativo e o Despotismo Esclarecido, um regime liberal conservador, regimes demoliberais, autoritários e/ou totalitários, democráticos — mais ou menos marcados por modalidades de discriminação étnica (ou “independência branca”); indicadores socioeconómicos e socioculturais, níveis de justiça social e de integração territorial típicos de uma colónia/de país periférico e/ou de um Estado Emergente.

Sem quaisquer propósitos de revisionismo ou de negacionismo face às trágicas implicações humanas de muitos dos fenómenos sociais globais estudados pelos historiadores e por outros cientistas sociais — lembro, a este propósito, que Portugal foi um dos responsáveis pela reintrodução na Europa de relações económicas e sociais em parte substancial baseadas na escravatura —, defendo que o conhecimento científico deve procurar decorrer mais de um esforço de reconstituição e de análise da realidade do que a uma estratégia de “julgamento moral” do passado de forma a influenciar o presente. E a realidade é, quase sempre, mais plural e complexa, mais desafiante e formativa, geradora de um maior número de hipóteses de escolha e de futuro do que é afirmado pelas leituras binárias, valorativas e maniqueístas — sobretudo ideológicas — acerca da mesma.

Balanco

Considero, a terminar, na qualidade de historiador, que *Sobre o autoritarismo brasileiro. Uma breve história de cinco séculos* merece ser lido enquanto relevante síntese de divulgação de determinadas leituras historiográficas, antropológicas e sociológicas sobre o passado e o presente do Brasil; na qualidade de proposta de explicação endógena para a atual situação política brasileira e de apelo a uma mobilização cívica transformadora partindo de valores ideológicos de esquerda e do antes referido enfoque culturalista. Somam-se a estes argumentos a dimensão intelectual, o enquadramento profissional e o protagonismo cívico da autora da obra, a historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz.

Diria, no entanto, que talvez se justificasse incluir, também, muitos outros vetores de condicionamento, nomeadamente relativos à história do tempo presente do Brasil (o segundo país mais poderoso do Continente Americano). Elencaria, a título de exemplo, o relativo desinteresse por modalidades de integração sub-continental e pela intervenção na regulação da presente fase do processo de globalização; as características quer das Administrações Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, quer dos vários posicionamentos político-partidários face às mesmas; a reprodução dos elevados níveis de pobreza e de desigualdade, bem como da natureza timorata do “Estado-Providência” implantado; as implicações sociopolíticas dos elevados níveis de violência e de crime organizado, de corrupção e de nepotismo; a crise de presença da Igreja/da “ação católica” e a emergência das organizações evangélicas pentecostais.

Enquanto cidadão defensor de um determinado futuro — baseado num sistema de relações internacionais multipolar e gerido de forma multilateral, em processos regulados de globalização e de integração sub-continental, no aprofundamento de regimes democráticos e na consolidação do desenvolvimento integrado/sustentável —, penso, ainda, que o facto de se tratar de uma obra de síntese e divulgação, destinada a um público amplo e não necessariamente especializado, vocacionada para a intervenção cívica, não legitima, antes pelo contrário, a redução do grau de exigência deontológica, epistemológica e teórica. Advogo, pois, a operatividade acrescida do paradigma neo-moderno e da nova historiografia/da historiografia marxista crítica tanto no plano das ciências sociais como das tecnologias delas derivadas (divulgação científica e didáticas específicas, património cultural e museologia, cultura organizacional e diferenciação territorial, animação e lazer/turismo culturais).

JOÃO PAULO AVELÃS NUNES
Universidade de Coimbra, CEIS20, FLUC
jpavelas@fl.uc.pt
<https://orcid.org/0000-0003-0419-9179>

(Página deixada propositadamente em branco)

Referees

Adelaide Costa (Universidade Aberta), Alexandra Esteves (Universidade do Minho), Ana Isabel Ribeiro (Universidade de Coimbra), António Camões Gouveia (Universidade Nova de Lisboa), António Rafael Amaro (Universidade de Coimbra), Armando Redentor (Universidade de Coimbra), Dina Sebastião (Universidade de Coimbra), Ediana Ferreira Mendes (Universidade Federal do Oeste da Bahia), Enrique Melchor Gil (Universidade de Córdoba), Fernando Martins (Universidade de Évora), Fernando Pimenta (Universidade de Coimbra), Gonçalo Gonçalves (UNIRIO), Inês Amorim (Universidade do Porto), Irene Vaquinhas (Universidade de Coimbra), Jaime Gouveia (Universidade de Coimbra), Janira Feliciano Pohlmann (UNESP), João Paulo Avelãs Nunes (Universidade de Coimbra), João Rodrigues (Universidade de Coimbra), Joaquim Gómez-Pantoja (Universidade de Alcalá), José María de Francisco Olmos (Universidad Complutense de Madrid), Jose Pedro Paiva (Universidade de Coimbra), Leontina Ventura (Universidade de Coimbra), Margarida Neto (Universidade de Coimbra), Maria de Fátima Nunes (Universidade de Évora), Paula Cristina Barata Dias (Universidade de Coimbra), Zoltan Biedermann (University College London)

(Página deixada propositadamente em branco)

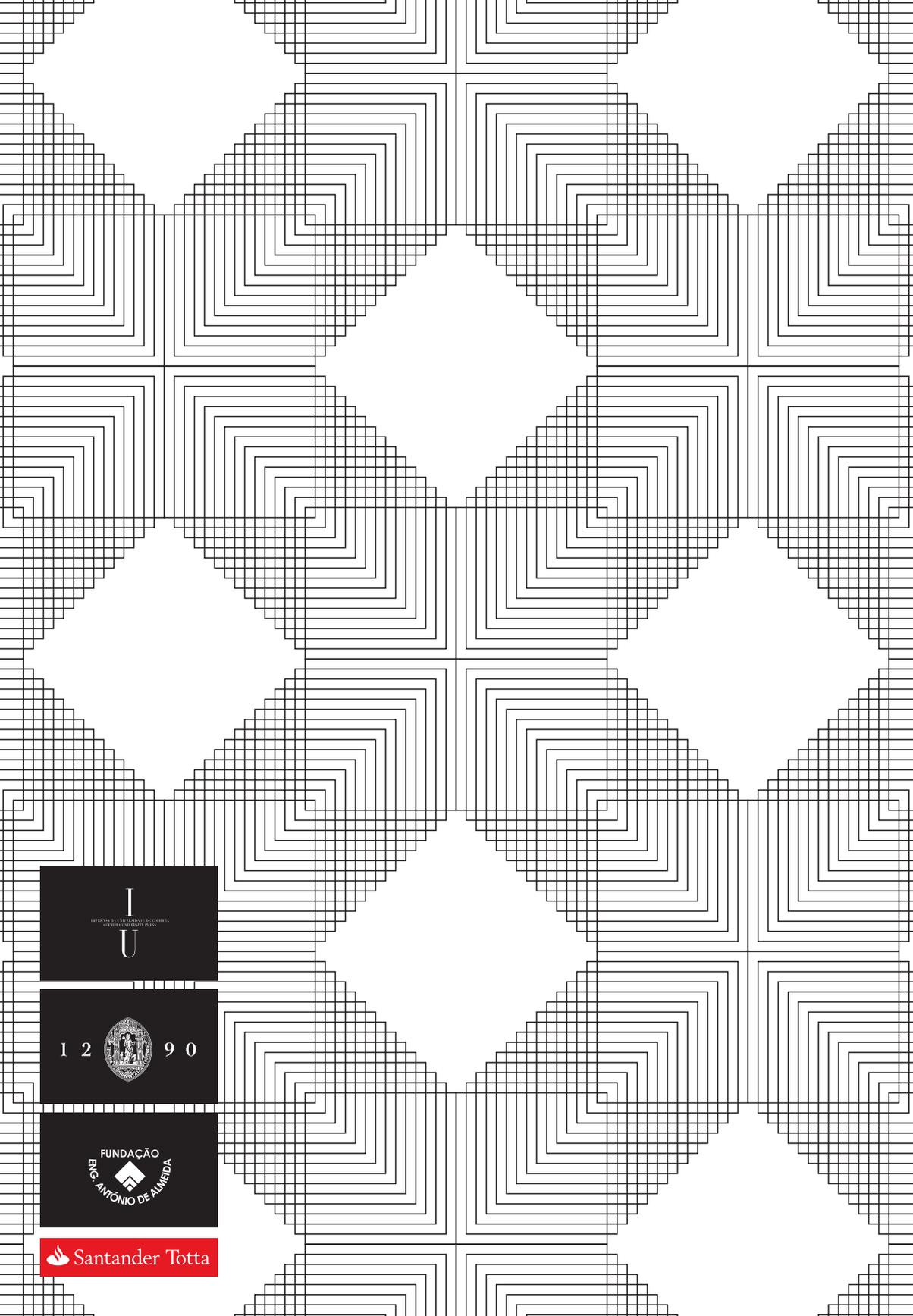
Sumário

Editorial	
MARGARIDA SOBRAL NETO.....	5
Nota Introdutória	
MARGARIDA SOBRAL NETO, MARIA ANTÓNIA LOPES	9
Artigos	
Narrare i fatti significanti della vita dell’Impero. Interpretazioni e rappresentazioni letterarie dell’ascesa e della dipartita degli augusti da Costantino a Giuliano <i>The tale of the significant facts of the Empire’s life.</i> <i>Interpretations and literary representations of the election and departure of the Augusti from Constantine to Julian</i>	
ANTONIO PIO DI COSMO	15
Privilegios rodados en Portugal: memoria de la praxis diplomática castellana en territorio luso <i>Privilegios rodados en Portugal:</i> <i>memoria de la praxis diplomática castellana en territorio luso</i>	
DIEGO BELMONTE FERNÁNDEZ	41
Higiene pública e privada na Idade Média: contributos e documentos sobre estruturas sanitárias em Coimbra (séculos XII-XV) <i>Medieval public and private hygiene:</i> <i>contributions and documents on sanity structures in Coimbra between the twelfth and the fifteenth centuries</i>	
MARIA AMÉLIA ÁLVARO DE CAMPOS	61

Os marcos de Colonha e de Tria e a reforma dos Pesos de Dom João II (1487-1488) <i>The marks of Cologne and Troyes and t he reform of Weights of João II in Portugal (1487-1488)</i> LUÍS FILIPE LOPES.....	83
As finanças da Câmara Municipal de Coimbra nos finais do Antigo Regime (1762-1820) [I]: as receitas <i>The finances of Coimbra's City Council at the end of the Ancient Regime (1762-1820) [I]: the revenues</i> JOSÉ LUÍS DOS SANTOS BARBOSA.....	107
A construção do crime na imprensa (Lisboa, 1892) <i>The construction of crime in the press (Lisbon, 1892)</i> MARIA JOÃO VAZ.....	151
<i>O Jornal da Mulher (1910-1937): conselhos de economia doméstica e receitas de culinária O Jornal da Mulher (1910-1937): home economics advices and cooking recipes</i> ISABEL DRUMOND BRAGA.....	171
Os pioneiros do artigo de opinião em Portugal. As colunas jornalísticas de Ernesto da Silva (1892-1903) <i>The opinion article pioneers in Portugal. The journalistic columns of Ernesto da Silva (1892-1903)</i> BEATRIZ PERALTA GARCÍA.....	203
A caminho da reforma administrativa. O Grupo de Trabalho n.º 14 e a criação do Secretariado da Reforma Administrativa (1965-1969) <i>Seeking for Administrative Reform. The Working Group No. 14 and the creation of the Secretariat for Administrative Reform (1965-1969)</i> ANA CARINA AZEVEDO.....	223
The History of Science in Latin America in its own terms MÁRCIA REGINA BARROS DA SILVA.....	243

Recensões críticas

José d'Encarnação	267
Daniel Florence Giesbrecht.....	272
Filipe Miguel de Andrade Campos	276
Jaqueline Moraes de Almeida	280
José Luís dos Santos Barbosa	290
Francisco J. Moreno Díaz del Campo.....	295
Rosa M. Gomes.....	298
João Paulo Avelãs Nunes	302
Lista de Referees 2020	311



INSTITUTO DE FÍSICA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



1 2 9 0



FUNDAÇÃO

ENG. ANTÓNIO DE ALMEIDA



Santander Totta